

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

FABIOLA DA SILVA COSTA

**INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO NO
CONTEXTO DA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA
CARTOGRAFIA SOBRE AS CONEXÕES, OS
DESENCONTROS E AS POSSIBILIDADES DE
TRABALHO DECENTE NO CAMPO DA SAÚDE
MENTAL POR MEIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

SÃO CARLOS – SP
2025

FABIOLA DA SILVA COSTA

**INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA
PARAENSE: UMA CARTOGRAFIA SOBRE AS CONEXÕES, OS
DESENCONTROS E AS POSSIBILIDADES DE TRABALHO DECENTE NO
CAMPO DA SAÚDE MENTAL POR MEIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Terapia Ocupacional
da Universidade Federal de São Carlos
(PPGTO/UFSCar) para obtenção do título
de Mestra em Terapia Ocupacional.

Área de Concentração: Processos de
Intervenção em Terapia Ocupacional

Linha de Pesquisa: Cuidado, Emancipação
Social e Saúde Mental

Orientadora: Profa. Dra. Isabela Aparecida
de Oliveira Lussi

São Carlos – SP
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Costa, Fabiola da Silva

Inclusão Social pelo Trabalho no Contexto da Amazônia Paraense:: uma cartografia sobre as conexões, os desencontros e as possibilidades de trabalho decente no campo da saúde mental por meio da economia solidária / Fabiola da Silva Costa -- 2025.
223f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Isabela Aparecida de Oliveira Lussi

Banca Examinadora: Giovana Garcia Morato, Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Bibliografia

1. Inclusão Social pelo Trabalho. 2. Saúde Mental. 3. Economia Solidária. I. Costa, Fabiola da Silva. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fabiola da Silva Costa, realizada em 28/02/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi (UFSCar)

Profa. Dra. Ingrid Bergma da Silva Oliveira (UEPA)

Profa. Dra. Giovana Garcia Morato (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional.

ÀQUELAS PESSOAS QUE PERCORRERAM ANTES DE MIM, QUE ABRIRAM AS ESTRADAS E PAVIMENTARAM AS RUAS

Dedico este trabalho às pessoas em sofrimento psíquico, sobretudo em decorrência do uso de álcool e outras drogas, que residem no estado do Pará, que muitas vezes não têm acesso as políticas públicas de saúde mental e de inclusão social pelo trabalho. A vocês, desejo um futuro de dignidade e cidadania.

A QUEM ME VIU SAIR, A QUEM ME VIU VOLTAR

E que tua casa não é lugar de ficar, mas de ter de onde se ir

A Cabana – Max Martins

A espiritualidade, que tem sido generosa com o meu caminhar, que me movimenta e abre os caminhos. Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje! Ao meu território, o estado do Pará, mais especificamente a Região Metropolitana de Belém, onde eu me reconheço como pessoa e onde foi o primeiro espaço de construção de identidade. Sou grata por sempre ter para onde voltar.

A minha mãe, que foi meu primeiro território. Que me ensinou e me ensina o poder da educação e dos sonhos. Tudo o que há em mim, tem um pouco de ti. Essa vitória é nossa!

Aos meus irmãos, que me ensinam a ter menos pressa e mais prudência. Aprendo com vocês a caminhar.

Aos meus amigos, que me dão apoio, escuta e me permitem reflexões cuidadosas. Obrigada por cada conversa.

As minhas professoras, sobretudo a Bel, Ingrid e Samantha, que são pessoas que fomentam os meus sonhos, ampliando as possibilidades. Obrigada por terem me ajudado a sonhar.

Ao meu companheiro Igor, que me deu suporte e afeto nos dias difíceis e comemorou junto a mim os dias felizes.

Aos participantes desta pesquisa, por cada encontro afetuoso, cada escuta cuidadosa e por me permitirem estar junto de vocês e conhecer suas realidades.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro a essa pesquisa e pelo apoio a produção de conhecimento no Brasil.

Ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO), pela excelência no processo de condução da minha formação enquanto pesquisadora.

As componentes da minha Banca Examinadora, que tão cuidadosamente se disponibilizaram a dar contribuições generosas, que ajudaram a compor este trabalho.

As pessoas que foram casa e me forneceram casa nessa trajetória, vocês foram e são essenciais para as minhas andanças. Casa vai muito além de um teto, mas é espaço de cuidado, carinho e conforto. Obrigada.

RESUMO

As pessoas em situação de desvantagem social são, historicamente, colocadas à margem da sociedade. Essa realidade faz com que muitas delas tenham em comum a retirada de direitos básicos, como o direito ao trabalho. Apesar dos esforços dos órgãos regulamentadores internacionais sobre o acesso das pessoas ao trabalho decente, o cenário de desigualdade, instaurado no âmbito nacional impulsionado pela ascensão da agenda neoliberal, faz com que as pessoas sejam inseridas em processos de trabalho pautados na exploração e na retirada de direitos. No campo da saúde mental, particularmente, tem-se o histórico de violação de direitos, as pessoas em sofrimento psíquico eram vistas a partir do estigma de incapacidade e, diante disso, eram destituídas do mundo do trabalho. Embora resquícios desta realidade ainda estejam presentes no imaginário social, algumas experiências brasileiras têm se concretizado como práticas exitosas para a inclusão social pelo trabalho dessas pessoas, a maioria delas tem ocorrido na perspectiva da economia solidária. No contexto da região norte do Brasil, existem poucos estudos que abordam a experiência de práticas de inclusão social pelo trabalho de usuários da saúde mental. As pesquisas encontradas apontam que o cenário no qual ocorrem tais atividades, identificadas como geração de renda, é no âmbito dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Considerando o histórico de fortalecimento das ações de economia solidária, acredita-se haver possibilidade de estabelecimento de parcerias iniciais. Diante disso, este estudo objetivou cartografar a realidade atual dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e das experiências de geração de renda no campo da saúde mental álcool e outras drogas, da Região Metropolitana de Belém (RMB). Participaram do estudo sete EES vinculados a Rede de Cooperativas Mãos Solidárias (RECOMSOL) e uma oficina produtiva vinculada a um CAPS AD. Utilizou-se o método da cartografia, a partir das pistas do método cartográfico que discorre sobre os quatro passos de atenção da cartógrafa-pesquisadora. Neste estudo, eles buscaram apresentar os caminhos percorridos desde o contato inicial, anotações no diário de campo, entrevistas para o preenchimento dos formulários e implicações mobilizadas no corpo da cartógrafa-pesquisadora. Na primeira e segunda parte são apontados aspectos relacionados ao território e as implicações produzidas por ele, nos empreendimentos vinculados a RECOMSOL e na oficina produtiva. Na

terceira são apresentados os dados produzidos acerca do perfil dos participantes, vinculações com a economia solidária e com a saúde mental, formas de comercialização e organização. Por fim, na parte quatro são pontuados aspectos referentes a aproximações que foram possíveis entre a rede de economia solidária e a oficina produtiva, por meio de reflexões encontradas no campo. Diante dos resultados apresentados, são expostas reflexões sobre a inclusão social pelo trabalho no contexto da Amazônia paraense, vislumbrando possíveis conexões por meio da economia solidária. Argumenta-se que, assim como nas outras regiões do país, a economia solidária é um potente instrumento de ações emancipatórias no campo da saúde mental. Espera-se o desenvolvimento de mais estudos que auxiliem a pensar sobre processos de inclusão social pelo trabalho, no campo da saúde mental, alinhados com a realidade da região metropolitana de Belém, e do Pará. Considerando as especificidades de ser-fazer-pensar inclusão social pelo trabalho de pessoas que usam álcool ou outras drogas, ou não, a partir de um compromisso pautado no fazer ético-político, buscando a garantia de direitos, um trabalho digno e dignidade no viver.

Palavras-chave: Inclusão Social pelo Trabalho; Economia Solidária; Saúde Mental; Trabalho; Terapia Ocupacional.

ABSTRACT

People in situations of social disadvantage have historically been marginalized by society. This reality means that many of them have in common the deprivation of basic rights, such as the right to work. Despite the efforts of international regulatory bodies regarding people's access to decent work, the scenario of inequality established at the national level driven by the rise of the neoliberal agenda means that people are inserted into work processes based on exploitation and the deprivation of rights. In the field of mental health, in particular, there is a history of rights violations; people with mental health problems were viewed from the stigma of incapacity and, as a result, were excluded from the world of work. Although remnants of this reality are still present in the social imagination, some Brazilian experiences have materialized as successful practices for social inclusion through the work of these people, most of which have occurred from the perspective of the solidarity economy. In the context of the northern region of Brazil, there are few studies that address the experience of practices of social inclusion through the work of mental health users. The research found indicates that the scenario in which such activities, identified as income generation, occur is within the scope of Psychosocial Care Centers (CAPS). Considering the history of strengthening solidarity economy actions, it is believed that there is a possibility of establishing initial partnerships. In view of this, this study aimed to map the current reality of Solidarity Economic Enterprises (EES) and the experiences of income generation in the field of mental health, alcohol and other drugs, in the Metropolitan Region of Belém (RMB). Seven EES linked to the Rede de Cooperativas Mãos Solidárias (RECOMSOL) and a productive workshop linked to a CAPS AD participated in the study. The cartography method was used, based on the clues of the cartographic method that discusses the four steps of attention of the cartographer-researcher. In this study, they sought to present the paths taken from the initial contact, notes in the field diary, interviews to fill out the forms and implications mobilized in the body of the cartographer-researcher. The first and second parts highlight aspects related to the territory and its implications for the enterprises linked to RECOMSOL and the production workshop. The third part presents data on the profile of the participants, their links with the solidarity economy and mental health, and their forms of marketing and organization. Finally, part four highlights aspects related to possible connections

between the solidarity economy network and the production workshop, based on reflections found in the field. Based on the results presented, reflections are presented on social inclusion through work in the context of the Amazon region of Pará, with a view to possible connections through the solidarity economy. It is argued that, as in other regions of the country, the solidarity economy is a powerful instrument for emancipatory actions in the field of mental health. It is expected that more studies will be developed to help us think about processes of social inclusion through work, in the field of mental health, aligned with the reality of the metropolitan region of Belém and Pará. Considering the specificities of being-doing-thinking social inclusion through work of people who use alcohol or other drugs, or not, based on a commitment based on ethical-political action, seeking to guarantee rights, decent work and dignity in life.

Keywords: Social Inclusion through Work; Solidarity Economy; Mental Health; Work; Occupational Therapy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Empreendimentos econômicos solidários vinculados a rede RECOMSOL e sua classificação quanto ao ano de origem e localização.....	64
Quadro 2 – Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede RECOMSOL quanto ao número de participantes, presença de pessoas em sofrimento psíquico e perfil (gênero, ocupação e raça/etnia)	108
Quadro 3 – Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede RECOMSOL quanto as atividades desenvolvidas e seus objetivos	114
Quadro 4 – Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede RECOMSOL em relação aos serviços/produtos ofertados, formas e locais de comercialização	120
Quadro 5 - Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede RECOMSOL em relação a organização (tomada de decisões, repasses financeiros, reuniões) e formalização	124

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Apresentação da distância geográfica entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém	77
Imagem 2 - Disposição Geográfica da Região Metropolitana de Belém, segundo o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas	78
Imagem 3 - Notícias sobre as Dificuldades na mobilidade urbana da RMB	79
Imagem 4 - Organização da Mística da RECOMSOL no primeiro encontro coletivo que a pesquisadora participou	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS - Amazônia Agência de Desenvolvimento Solidário da Amazônia

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPS AD III - Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CCDQ – Centro de Cuidados para Dependentes Químicos

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

ECOSOL - Economia Solidária

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

FRS - Fundos Rotativos Solidários

MS - Ministério da Saúde

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PACs - Projetos Alternativos Comunitários

PITCPES- Programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários

PMB - Prefeitura Municipal de Belém

PPGTO - Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

PRONACOOP - Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

RECOMSOL - Rede de Cooperativas Mãos Solidárias

RES - Redes de Economia Solidária

RMB - Região Metropolitana de Belém

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SESPA - Secretaria do Estado de Saúde Pública

SIES - Sistema de Informações sobre Economia Solidária

SINAES - Sistema Nacional de Economia Solidária

SRT - Serviços Residenciais Terapêuticos

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNITRABALHO - Rede Intrauniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

1 NÃO VENHA FORTE QUE EU SOU DO NORTE!	16
1.1 MORREU NA CONTRAMÃO ATRAPALHANDO O TRÁFEGO	21
1.2 DE QUE TRABALHO ESTAMOS FALANDO?	30
1.3 REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	46
1.4 NOTAS SOBRE SAÚDE MENTAL, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE	54
2 QUANDO RETORNO PARA CASA, O QUE PENSO ENCONTRAR?	62
3 IMAGINANDO A CARTOGRAFIA COMO POTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE ITINERÁRIOS, MAPAS E EXISTÊNCIAS	63
3.1 ENTRE TANTAS POSSIBILIDADES DE DELINEAMENTO METODOLÓGICO, POR QUE ESCOLHO A CARTOGRAFIA?	64
3.2 QUE RECURSOS UTILIZAMOS PARA APRENDER A OLHAR?	68
3.3 COMO FIZEMOS A ANÁLISE DOS DADOS?	69
4 HORA DE ALÇAR VOOS	71
4.1 CHEGANDO NA CIDADE DAS MANGUEIRAS	71
4.2 MAL CHEGUEI E A CHUVA JÁ COMEÇOU A CAIR!	76
4.3 DURANTE OU DEPOIS DA CHUVA/DO ALMOÇO VEM A SONECA DA TARDE, TEMPO PARA POUSO, PARA DESCANSO, PARA CONTEMPLAR.	88
4.3.1 Nos Empreendimentos, Cenários Desmobilizados	89
4.3.2 Na Oficina, Aproximações Coletivas, Mas Estranhamentos Que Distanciam.....	96
4.4 A VIDA NÃO É SÓ FESTA, MAS O POVO PARAENSE GOSTA DE FESTEJAR.....	103
4.4.1 A Rede de Economia Solidária — Mãos Solidárias: Sobre Os Empreendimentos	104
4.4.1.1 Sobre As Atividades Desenvolvidas, Seus Objetivos, Produtos Ofertados E Espaços De Comercialização	111
4.4.1.2 Formas De Organização, Formalização E Os Princípios Da Economia Solidária	121
4.4.2 A OFICINA PRODUTIVA PARA A GERAÇÃO DE RENDA	135
4.4.2.1 Os Participantes Das Oficinas, As Atividades Que Realizam, Como Tomam As Decisões E Seus Objetivos.....	135
4.4.2.2 Dinâmicas De Produção E Comercialização.....	146
4.4.2.3 Quais as Aproximações Entre Inclusão Social Pelo Trabalho e a Economia Solidária no Contexto da Amazônia Paraense?	149
4.4.2.4 Nada Está Perdido, Ainda Há Tempo, Venham!!!!	159

5 PARA NÃO FINALIZAR.....	160
REFERÊNCIAS	164
APÊNDICES.....	195
ANEXOS	210

1 NÃO VENHA FORTE QUE EU SOU DO NORTE!

Um pesquisador se forma nos encontros, nas vivências e nas andanças, por isso vou contar para vocês sobre os meus rizomas, das minhas fases, das minhas rotas de fuga. Talvez, começando a falar sobre isso, mais tarde faça mais sentido a leitura desse trabalho. Nele, longe de qualquer neutralidade, eu busco e anseio por falar do Norte, do Pará, de Belém.

Considerando que o percurso metodológico que utilizei ancora-se na cartografia, e respeitando o rigor que diz respeito ao envolvimento do pesquisador com aquilo que estuda (Campana Rodrigues; Yasuí, 2021), narrarei este trabalho hora em primeira pessoa, hora em terceira pessoa. Compreendendo que esta construção foi realizada por mim, mas composta por diversas mãos, que fui encontrando na caminhada. Compreendendo que a implicação está no outro, mas também está em mim. Como algo que faz tanto parte de mim como a minha pele.

Escrevo esta apresentação estando em Belém, foi daqui que parti, mas é para cá que eu sempre volto.

Quando uma pesquisa começa? Quando um pesquisador se forma? Por vezes tentei achar que o meu percurso como eu-pesquisadora começou quando ingressei no mestrado. Ledo engano. Comecei a pesquisar ainda na forma do eu-criança, quando gostava de explorar as letras e sair andando de bicicleta por aí, lá em Mosqueiro, uma ilha que fica localizada a 64 km de Belém, a capital. Onde vivi uma vida de interior, sem acesso a muita coisa, mas com muitos encontros e afetos. Um dos encontros que marcou a minha infância foi o encontro com alguém que usa drogas, bem pertinho de mim, meu pai.

O meu eu-criança não conseguia compreender uma experiência tão visceral, mas forjava em mim uma imagem de força, que me ajudaria a servir de suporte para minha irmã e minha mãe. Foram anos assim, sem saber muito bem o que aquilo era, mas sofrendo, a cada noite sem dormir, a cada violência marcada e a cada ajuda solicitada — não atendida. Lembro pedirmos socorro para as pessoas, mas os julgamentos eram maiores, e a crença que “não tem mais jeito” se sobressaía. Quando cresci um pouco, incentivada pela minha mãe e por professores, quis sonhar em estudar. Tarefa difícil para quem já nasce com alguma sentença nessa sociedade. Até onde vai à filha de usuário de drogas? — Diziam.

O que pode ser se não alguém como ele? Entrei na graduação e a questão da assistência para pessoas em sofrimento psíquico em decorrência do uso de drogas sempre me permeava, eu não entendia como a única opção era a internação nesses espaços de isolamento duvidosos? — que mais tarde fui entender serem denominados de comunidades terapêuticas—que, muitas vezes, eram palcos de violência. Me fazendo questionar: Que lugar de cuidado é esse?

Durante a graduação também que comecei a entender o significado do meu corpo no mundo, e a me reconhecer como uma mulher cis, bissexual, negra, amazônida, que experimentou a vida inteira as políticas públicas dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual me filiei posteriormente. Filha e neta de comerciantes, que passavam e passam dias inteiros realizando vendas, e que nunca perdem a capacidade de sorrir. A minha escrita também envolve essa parte da minha existência, que me forjou e me forja no caminhar. Aqui, também, tem rizoma.

Foi assim que me senti mobilizada a pesquisar sobre a assistência em saúde mental álcool e outras drogas, que originou a minha pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Essa pesquisa ativou em mim muitas lembranças, com muitas dores, que me faziam questionar sobre como as pessoas resistiam nesses lugares, mesmo em meio a tanto sofrimento. Como nós, enquanto sociedade, aceitávamos isso? Nos espaços do SUS, via equipes inteiras enfraquecidas, desesperançosas. Mas, foi nesse contexto que professora Samantha, minha orientadora na época, foi me ensinando a olhar a realidade com esperança, entendendo as suas dificuldades e buscando melhorá-las.

Nos CAPS que adentrei no meu TCC, os usuários já clamavam: — Quero trabalho! — Quero oportunidades para trabalhar! Apesar de não ser meu foco naquele momento, essas palavras e gestos não saíram da minha cabeça e me faziam pensar: Que saúde mental é essa, sem acesso a direitos básicos? Quem tem saúde mental assim? Quisera eu que as pessoas pudessem ter acesso à educação, alimento e trabalho digno. Como era difícil, pensava. Utopias? Pensava que sim, mas encontrei as leituras de Cláudio Nascimento, e nele entendi que existem utopias concretas, sendo utopias do ainda não.

Nesse caminho fui tentando me aproximar de coisas que faziam/fazem meu coração pulsar, mas que ainda não aconteceram em sua totalidade. Saio, então, de

Belém — logo após a graduação — em busca de um emprego no campo da saúde mental e de algum lugar que me aproximasse da cidade de São Carlos, onde eu já queria prestar o processo seletivo do mestrado. Começo a trabalhar em um CAPS I, em uma cidade do interior de São Paulo, e me deparo com dilemas muito parecidos com aqueles que havia presenciado no meu TCC.

Após a pandemia, os CAPS tornaram-se ambulatorios, a ascensão neoliberal trouxe a demanda por produtividade, os profissionais encontram-se desesperançosos e cansados. Mas, e as pessoas atendidas? Elas também seguem resistindo, a uma estrutura que medicaliza, interna e dociliza. Cadê a autonomia que tanto li nos artigos? E a emancipação social? Cadê a inclusão social? E a garantia de direitos? Esse não é um dos objetivos desse lugar? Tinha tratamento, mas não tinha direitos. Até para comer, a assistência social só disponibilizava cesta básica a cada 3 meses. E agora? Pensei. O que posso fazer? Propus grupos, oficinas, construção de PTS junto a pessoas. Mas, estava errada — diziam.

Eu era estrangeira, eu falava diferente, pensava saúde mental diferente. Foram dias difíceis. Rápido, rápido! Encontrei alguém que gostava de dialogar comigo e apoiava as minhas ideias, fui fazendo articulações, fui conseguindo gradualmente. Ainda pouco. Mas, alguma coisa. Algo parecido com o cenário do meu TCC também ocorria, as pessoas clamavam por trabalho, inclusão no trabalho. Às vezes os usuários chegavam tristes nos grupos e oficinas porque foram a uma entrevista de emprego e, após o RH verificar que eles realizavam acompanhamento no CAPS, negavam o emprego. Eu já tinha ouvido isso outras vezes, em outro CAPS. Como ajudar?

O município não tinha política pública, a gestão não permitia realizar oficina de geração de renda, e agora? Como ajudar? Na mesma época, eu estava como aluna especial na disciplina de Saúde Mental e Atenção Psicossocial do PPGTO, ministrada pelas professoras Teresinha e Isabela. Foi nesse momento que encontrei a inclusão social pelo trabalho por meio da economia solidária, como nunca havia ouvido falar? Achei incrível! A busca pela garantia de direitos, cidadania e reconhecimento que eu tanto almejei no campo da saúde mental, estava ali, viva, existindo.

Houve uma convocação de retorno ao Pará, dessa vez na Região dos Carajás, na cidade de Parauapebas, e a vida é tão fluída que fomos eu e professora

Isabela. Falar do quê? Inclusão social pelo trabalho por meio da economia solidária. Que loucura! Foi o meu primeiro contato mais próximo, de ver como era, e começar a entender como faz. Me apaixonei demais! Entendi, então, que esse era um bom caminho a seguir. Prestei o Processo Seletivo do Mestrado, passei. Entrei.

Quando ingressei no mestrado, tinha uma proposta, eu sabia que essas questões de inclusão pelo trabalho eram incipientes em Belém. Na época, eu imaginei termos que fazer algo que tentasse perceber o que os profissionais dos serviços achavam sobre esses processos. Pensava isso por entender a importância do apoio dos profissionais dos serviços para a realização das ações. Então, eu conheci a Bel mais de perto e ela, toda esperançosa, me incentivou a ir além. Ela também queria saber o panorama de Belém, como estava? Existiam? Como se organizavam? Foram essas questões que mobilizaram a escrever esse trabalho e a realizar essa pesquisa. Mais uma vez, eu voltei para Belém, meu território. Pude realizar a produção dos dados que vocês irão acessar logo mais.

Pesquisar sobre esse tema, junto das pessoas, serviços e territórios, me permitiu conhecer outra realidade, ter esperança, realizar conexões e encontrar beleza na caminhada. No final deste ciclo completam 4 anos que ando, que encontro e que eu desencontro. No meio disso tudo, eu sempre volto para cá. Meu primeiro lar. Onde tudo faz sentido para seguir. Durante este percurso de retorno às origens, pude encontrar diversas realidades, e é sobre elas que escrevo neste estudo. Realidades de encontros e desencontros, no campo da saúde mental e da economia solidária. Busquei realizar apontamentos sobre as dificuldades, mas também vislumbrar a potencialidade dos encontros.

Acredito que este escrito pode nos ajudar a construir uma visão mais regionalizada do campo da inclusão social pelo trabalho e de suas implicações. Espero que este estudo auxilie a situar os desafios impostos pela falta de políticas públicas, pela desassistência e descrédito que, historicamente, são vivências comuns às pessoas em sofrimento psíquico e em situação de vulnerabilidade, sobretudo, em decorrência de intersecções de gênero, raça e classe. Evoco, assim, olhares para a luta antimanicomial como parceira da luta pelos direitos trabalhistas, da luta antirracista, antiproibicionista e feminista.

Convoco uma atenção para o mundo do trabalho anticapitalista, que no decorrer deste estudo, tento posicionar a partir da percepção de aspectos da dignidade humana. Percebo, por fim, que a economia solidária é muito mais do que outra economia, mas também é um modo de vida, que a partir da consideração de todas as especificidades de cada vida, nos ajuda na luta por condições dignas de existência.

1.1 MORREU NA CONTRAMÃO ATRAPALHANDO O TRÁFEGO

*Subiu a construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima*
(Chico Buarque – Construção)

Quando Chico Buarque escreveu e divulgou a música *Construção*, ela foi aclamada e, ainda hoje, continua sendo. Essa música é repleta de sonoridade e de crítica social. Na tentativa de relatar a rotina de um trabalhador de uma construção civil, Chico refere o cotidiano de muitos trabalhadores brasileiros. O trabalho, como conhecido popularmente, apesar de ser um direito, é permeado por processos de cerceamento, automatização e embotamento.

Muitas vezes, trabalhadoras e trabalhadores se veem treinados para não reagir e para aceitar a retirada constante de direitos. Com a ascensão neoliberal, temos o trabalho cada vez mais precarizado e uma atenção menor as necessidades dos trabalhadores. Nessa parte do trabalho, vamos nos ater a falar dessa perspectiva, não pôr a considerarmos correta, mas por entendermos que muitas pessoas estão inseridas nessa proposta de trabalho, acreditando que esta é a única forma.

Morreu na contramão atrapalhando o tráfego irá apresentar a vocês questões relacionadas ao mundo do trabalho capitalista e suas produções de adoecimento nas pessoas. Enquanto adocece, descarta. Enxergando o trabalhador em sofrimento como um empecilho a ser combatido. Mostramos o contraponto relacionado ao que se acredita como trabalho decente e a forma com que o trabalho vem sendo operacionalizado no mundo capitalista. Já aqui convidamos você a pensar conosco, a partir do disparador: Como sair da realidade de precarização do trabalho?

Conforme o artigo n.º 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2018), o trabalho é direito de todas as pessoas, a partir de suas próprias escolhas e de condições equitativas e satisfatórias. Dessa forma, todas as pessoas têm direito, sem quaisquer tipos de discriminação, a salário igual por trabalho igual, tendo direito a remuneração a contento que permita a sua subsistência e de sua família, conforme a dignidade humana.

O direito ao trabalho decente é previsto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a fim de promover a igualdade no acesso ao mundo do trabalho e fortalecer a igualdade no acesso às oportunidades para todas as pessoas, deslocando a noção de desenvolvimento para uma concepção aliada à proteção social dos trabalhadores. Nesse contexto, o trabalho decente é visto como uma forma de possibilitar e concretizar o desenvolvimento humano (Nascimento; Medeiros, 2022).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020), o conceito de trabalho decente aglutina a missão de proporcionar oportunidades para as pessoas alcançarem um trabalho produtivo e com qualidade, em meio a condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Sendo este uma condição fundamental para a superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, sustentabilidade e garantia da democracia.

Em nações nas quais as desigualdades sociais expressam significativo crescimento, sobretudo nos países capitalistas subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, os direitos humanos são corriqueiramente violados. Nesse sentido, o estado brasileiro é marcado por desigualdades entre as diferentes classes sociais e entre as regiões do país. O país revela a existência concomitante da extrema pobreza e de grandes riquezas, mostrando-se um país desigual, conservador e injusto. Por exemplo, na região Sudeste está concentrada a maioria da riqueza nacional, em contrapartida, as regiões Norte e nordeste são cenários de altos índices de pobreza e dificuldade de acesso a direitos básicos, como saúde, educação e trabalho (Cano, 1985; Pereira, 2021).

Em relação à economia brasileira, é importante destacar que os países da América Latina são caracterizados pela sua dependência econômica. Essa realidade reverbera em características estruturais e fundamentais no processo das relações de trabalho desses países (Costa, 2024). Nesse sentido, as economias dos países latino-americanos são consideradas dependentes desde sua integração a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), no século XIX, sendo marcadas pela superexploração da sua força de trabalho, que a estruturou e ainda estrutura o ciclo do capital (Magalhães; Trindade, 2020).

De acordo com Costa (2024) o sistema capitalista incorpora várias formas de opressão e exploração. No Brasil, a partir dos anos 90, foi desenvolvida uma

política macroeconômica neoliberal, o que desencadeou diversas privatizações e processos de contrarreforma por parte do Estado. A fim de aumentar ou manter a taxa de lucro dos capitalistas, mesmo diante das crises provocadas pelo próprio sistema, as condições de trabalho são cada vez mais precárias, flexíveis e terceirizadas.

Com o avanço do neoliberalismo, ocorreu uma crescente nos processos de trabalho informal, no discurso de empreendedorismo, no trabalho em plataformas digitais, e no chamado trabalho intermitente. Essa conjuntura gera um trabalho mais precário. Desta feita, podemos inferir que os trabalhadores brasileiros são superexplorados e que estas mudanças acentuaram essa realidade (Costa, 2024).

Segundo Sato *et. al.* (2017) para refletir sobre as relações produzidas a partir do trabalho faz-se importante situá-las em um contexto social, direcionando a atenção para as particularidades desenvolvidas em diferentes sociedades e para diferentes grupos populacionais. A partir disso, observa-se que a precarização do mundo do trabalho contemporâneo produziu impactos negativos para a vida de trabalhadoras e trabalhadores, em decorrência da perda de direitos, redução de autonomia pessoal e profissional (Antunes, 2018).

A partir do final do século XX, o neoliberalismo passou a se apresentar como único modo capaz de gerir a produção e a vida. Este modelo impulsiona a competição entre as pessoas e dificulta a cooperação entre pares, gerando ansiedade e processos de adoecimento, em decorrências de suas avaliações individuais de desempenho, demandas quantitativas de produção e incentivo a competitividade, que acabam produzindo trabalhadores solitários e temerosos (Geremias, Zambroni-de-Souza e Lucca, 2021).

No âmbito das organizações de trabalho, onde os empresários e gestores assumem os papéis de liderança, em toda a história do capitalismo, é possível observar uma submissão aos interesses de produtividade e lucro preconizados pelas empresas, em detrimento dos interesses e necessidades dos trabalhadores. Com o avanço das formas de produção do capitalismo, inauguraram-se práticas flexíveis relacionadas ao exercício da força de trabalho, que são contrárias aos benefícios para os trabalhadores. Ou seja, quanto maior a flexibilidade nas organizações, maiores as perdas de postos de trabalho, e conseqüentemente de estabilidade, qualidade de vida e dignidade para os trabalhadores (Padilha, 2009).

De acordo com Camargo (2023), realidades instauradas pelo capitalismo, pelas revoluções industriais, pela globalização, pelos processos de precarização e flexibilização das formas de trabalho contribuíram significativamente para a exclusão social. Nesse sentido, várias perspectivas explicam essa vertente, para este estudo, consideramos importante apontar a visão de Paul Singer.

Singer, em seu livro “Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas”, publicado em 1999, aponta duas visões relacionadas ao aumento da exclusão social produzida pelos processos de globalização, desemprego e ascensão do capitalismo. Divide, então, em duas perspectivas, sendo: individualistas e estruturalistas (Singer, 1999).

No caso da perspectiva individualista, colocam-se como contrários aos direitos de proteção ao trabalhador, enxergando-os como empecilhos para o aumento de emprego e da economia; atribuem a desigualdade como realidade inata da sociedade devido às interferências institucionais; sugerem que a distribuição de renda não é benéfica, pois só contribui para formar profissionais pobres, por isso tudo deve ser feito para incentivar a pessoa a sair da pobreza a partir dos próprios esforços; interpretam que a inclusão social deve partir do próprio indivíduo, por meio da abertura de um negócio próprio, disputando uma vaga de emprego, por exemplo; e costumam desconsiderar a falta de capital, reduzindo as ações somente a dedicação, persistência e vontade (Singer, 1999).

No que refere-se a perspectiva estruturalista, considera-se que as instituições de promoção do bem-estar social são cruciais para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, a fim de garantir seu ingresso na lógica do mercado; consideram a desigualdade como resultado intrínseco a estrutura econômica; requerem a mobilização dos governos na redistribuição de renda, a fim de que todas as pessoas tenham suas necessidades básicas atendidas. Esta proposta considera que as ações de proteção social devem ser coordenadas pela lógica do mercado, e ao invés da garantia de estruturas pautadas em equidade, o que se tem é o aumento de oferta de empregos precários, com a promessa de que, apesar disso, as pessoas têm emprego. Não colaborando em nada, realmente, que direcione a condições ideais de trabalho (Singer, 1999).

Nesse viés, cabe compreender que os processos de exclusão social podem advir de diversos fatores, inclusive os individuais e estruturalistas, pontuados anteriormente. No entanto, atualmente, o que se têm visto é o predomínio da visão individualista, amparada pela estrutura do neoliberalismo (Camargo, 2023).

Segundo Piobelo e Mota (2021) a dinâmica do capitalismo, a operacionalização do neoliberalismo e a precarização do trabalho influenciam significativamente nas questões subjetivas, identitárias e existências reverberando na saúde mental dos trabalhadores.

A autora Graça Druck (2011) nos apresenta alguns indicadores que tem relação com o processo de precarização do trabalho no contexto brasileiro, dentre os quais cabe destacar: as vulnerabilidades das formas de inserção no mundo do trabalho e as desigualdades sociais; a psicopatologia da precarização; e a perda de identidade individual e coletiva dos trabalhadores. Esses indicadores nos deslocam para pensar sobre como a produção das desigualdades sociais está atrelada ao ingresso em trabalhos precários, haja vista a recorrente necessidade de subsistência. Por outro lado, essa inserção é permeada por sofrimentos, relacionados a cobrança por produtividade, medo do desemprego e necessidade de desenvolver uma postura alienada frente as relações de trabalho.

No que diz respeito a relação do afastamento do trabalho em decorrência dos fatores psicossociais negativos, o estudo de Silva Junior e Fisher (2015) destaca que as ferramentas de análise da Previdência Social não consideram os aspectos psicossociais negativos promovidos pelo contexto de trabalho. Os trabalhadores são expostos a fatores estressores, e a perícia médica não costuma atribuir o processo de adoecimento ao trabalho a eles. Os fatores estressores atribuídos pelos participantes do referido estudo têm a ver com a alta exigência em executar as funções no trabalho, falta de apoio social, alto esforço para uma baixa recompensa e excesso exacerbado de comprometimento.

Nesta perspectiva, a pesquisa de Oliveira *et. al.* (2019) sobre o afastamento do trabalho em decorrência de transtornos mentais, enfatiza que muitos trabalhadores realizam o desvinculo com o trabalho em decorrência de episódios depressivos, seguido de questões de ansiedade e, por último, de psicose. Os autores atribuem essa

realidade a sobrecarga de trabalho e alto desgaste psicoemocional, que envolvem a diminuição da qualidade de vida e favorece episódios de sofrimento.

Nos últimos anos, as taxas de desemprego têm aumentado no mundo, inclusive nos países desenvolvidos, o que indica que este fenômeno está vinculado ao desenvolvimento tecnológico, aumento da expectativa de vida e a expansão da força de trabalho. Essas construções impulsionam as deteriorações das relações de trabalho, uma vez que o desemprego enfraquece o trabalhador e as organizações de classe, além prejudicar as condições de higiene, segurança e saúde das pessoas. Essa situação foi agravada no período da pandemia da Covid-19 (Macêdo, 2023).

Nesse sentido, as interlocuções entre os avanços tecnológicos, aumento do desemprego e diminuição do acesso ao trabalho decente merece um enfoque, principalmente a partir das relações com a saúde mental dos trabalhadores. As reverberações da realidade socioeconômica são traduzidas nas questões de sofrimento psíquico alarmantes mundialmente, com o aumento dos transtornos depressivos, ansiosos e das taxas de suicídio (Macêdo, 2023).

Além das questões relacionadas aos diagnósticos, considera-se importante ressaltar que a saúde mental também engloba aspectos sociais. Essa vinculação é reafirmada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2016), quando considera como parte do conceito de saúde mental a oferta de um ambiente respeitoso que garanta os direitos civis básicos, políticos e socioeconômicos e culturais, como elementos essenciais para a promoção da saúde mental.

Considerando o acesso ao trabalho como um direito constitucional, assegurado pela Constituição Federal de 1988, pontua-se a necessidade de, cada vez mais, serem pautados o fortalecimento de processos de inclusão pelo trabalho, sobretudo, para pessoas em situação de desvantagem social, uma vez que estas encontram-se em situação de marginalização historicamente (Brasil, 1988).

Apesar do direito ao trabalho estar assegurado internacional e nacionalmente pela legislação vigente, o processo de inclusão no trabalho para pessoas em situação de desvantagem social é incipiente, permeado por desafios, demandando reavaliação das práticas tradicionais (Nicácio; Mangia; Ghirardi, 2005). Nas últimas décadas, alguns setores do governo federal juntaram-se à sociedade civil a fim de fortalecer ações de incentivo e subsídio para o surgimento de coletivos

voltados à geração de trabalho e renda para pessoas em situação de desvantagem social (Brasil, 2010).

A partir da lei n.º 9.867/1999, denominada lei do cooperativismo social, compreende-se como pessoa em situação de desvantagem social pessoas com deficiência, pessoas em sofrimento psíquico, inclusive em decorrência do uso de álcool e outras drogas ou não, egressos do sistema prisional, e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 1999). Somam-se a estas, também, pessoas em situação de rua (Tygel, 2017).

No que concerne às pessoas em sofrimento psíquico, Silva e Santana (2012) colocam a privação econômica, o desemprego e a baixa escolaridade como determinantes da condição de pobreza. Essa realidade configura-se como um fator de risco para transtornos mentais, visto que a desigualdade social desencadeia situações de sofrimento, a partir de experiências como a fome e a dor.

No estudo de Campos e Magalhães (2019) são apresentadas as reverberações produzidas pela não alfabetização de pessoas que são público da saúde mental para a inserção no mundo do trabalho, sendo: a impossibilidade de utilizar o código da linguagem, como uma ferramenta essencial da comunicação. Esta realidade vem reforçar os processos de subjugamento e estigmas enfrentados no cotidiano das pessoas em sofrimento psíquico.

Vechi *et. al.* (2017), Vieira *et. al.* (2016) e Geremias, Zambroni-de-Souza e Lucca (2021) apontam a relação entre o sofrimento psíquico e prejuízos na condição e capacidade para o mundo do trabalho capitalista. Segundo dados da Previdência Social (2017), entre 2012 e 2016, por volta de 668 mil trabalhadores com carteira assinada, foram afastados por mais de 15 dias em decorrência do sofrimento psíquico, com auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Esses dados não incluem as pessoas em situação de trabalho informal que compõem cerca de 46% da força de trabalho do país e, quando estão em processo de sofrimento psíquico, são invisibilizadas pelas estatísticas (OIT, 2018).

Apesar dos avanços obtidos pelo movimento da reforma psiquiátrica, no que diz respeito à garantia de direitos e cidadania de pessoas em sofrimento psíquico, ainda se nota uma dificuldade em relação ao acesso ao trabalho digno, uma vez que estas são historicamente associadas à desvalorização social. Nesse sentido, a falta

de estratégias eficazes para retorno ao mundo do trabalho consegue prolongar o afastamento e/ou comprometer o retorno destas pessoas a este (Geremias; Zambroni-de-Souza; Lucca, 2021).

Há a indisposição das empresas capitalistas em acolher o trabalhador afastado por questões de saúde mental, e a insegurança e o receio de retornar ao trabalho são elementos que podem tornar este processo difícil. Diante deste cenário, faz-se necessário apontar outras estratégias que garantam a inserção das pessoas no mundo do trabalho, a partir de uma proposta de valorização das pessoas e de suas especificidades, contrárias a proposta de individualidade e normatividade próprias do mundo capitalista (Geremias; Zambroni-de-Souza; Lucca, 2021).

Mazaro, Barberio e Lussi (2023) apresentam a experiência do grupo Recriart, constituído por pessoas em sofrimento psíquico que frequentam os serviços de saúde mental de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo dos anos, as autoras pontuam que o grupo contribui para a inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico, mas que isso se deve às parcerias estabelecidas entre órgãos públicos municipais, universidades públicas federais, por exemplo. Por esse motivo, é de suma importância que haja o diálogo no campo das políticas públicas que possam pautar estratégias fixas que auxiliem a existência destes grupos.

Em relação às pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas¹, estudos realizados na América Latina apontam que fatores socioeconômicos, taxas de desemprego, falta de acesso a condições básicas de vida podem estar associados ao aumento do consumo de drogas pela população. O Brasil, por exemplo, no período da pandemia registrou aumento de 17% no uso de maconha e 14% no consumo de álcool. Dessa forma, ressalta-se que os determinantes econômicos e sociais podem contribuir para o mal-estar e sofrimento gerado em trabalhadores (IDPC, 2021).

Schlindwein e colaboradores (2024) pontuam que, no mundo globalizado, marcado pela precarização do trabalho e pela substituição do trabalho manual por máquinas, pessoas com ou sem trabalho podem iniciar o consumo de álcool e outras

¹ Compreendendo que a utilização de nomenclaturas antigas pode significar a reprodução de preconceitos e estigmas, nós utilizaremos neste texto o termo pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, em diálogo com a discussão proposta por Chagas *et. al.* (2021).

drogas como um meio capaz de proporcionar equilíbrio e “*normalidade*”. Essa perspectiva considera que as pessoas buscam de sanar dores físicas e/ou psíquicas, acabam desencadeando o uso problemático. Diante disso, os processos de sofrimento psíquico podem ser desencadeados pela dinâmica do trabalho, sobretudo em relação à busca por produtividade e insegurança profissional.

Ainda, nota-se desinteresse do Estado e das empresas em promover debates acerca do trabalho e uso de drogas, o que poderia servir de auxiliar na formulação de políticas públicas, sobretudo nas relacionadas ao acompanhamento durante e após o tratamento, uma vez que as pessoas acabam sendo afastadas do mundo do trabalho, muitas vezes, sem prerrogativas de retorno (Schlindwein *et. al.*, 2024).

De acordo com Rodrigues, Marinho e Amorim (2010), uma das maiores dificuldades da inserção de pessoas em sofrimento psíquico no mundo do trabalho se dá pela dificuldade de inserção destas pessoas nos moldes da economia capitalista. Uma vez que, durante muitos anos, estas pessoas foram denominadas alienadas e consideradas inaptas para exercer as atividades produtivas. Segundo Aguiar (2017) no cotidiano das pessoas em sofrimento psíquico é comum a realidade de dependência familiar e estatal, por meio de auxílios e benefícios socioassistenciais, que embora sejam importantes, não conseguem suprir as necessidades de todas as pessoas, visto que há uma burocratização e a falha no acesso às políticas públicas de proteção social.

No estudo de Nunes, Torrenté e Portugal (2021), as autoras realizam uma etnografia sobre o projeto de vida de pessoas em sofrimento psíquico grave e pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas. Nos desdobramentos do estudo, apontam que o trabalho é um eixo de perdas que as pessoas em sofrimento psíquico têm em comum, por não se encaixarem nas estruturas do mundo do trabalho formal devido a questões específicas do seu processo de sofrimento. Todavia, isso não significa que elas não tenham desejo de retornar a vida laboral, o que faz com que coloquem o retorno ao trabalho como uma meta em seus projetos de vida. Uma das participantes da pesquisa, inclusive, pontua que “o problema da saúde mental é social, e sua solução envolve o direito à renda”.

Ao pensarmos na inserção social pela via do trabalho das pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas, a pesquisa de Sanches e Vecchia (2020) aponta que o ingresso destas pessoas no mundo do trabalho é permeado por estigmas que desencadeiam ausência de oportunidades, impactando no alcance da proposta de inclusão social. No imaginário social, estas pessoas ainda são vistas como seres indesejáveis no mundo do trabalho, isso reverbera no interior dos serviços, onde se desvelam poucas ações que visem a geração de renda e trabalho.

No que diz respeito a situação de trabalho das pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas, o estudo de Trevisan e Castro (2019) aponta que a vivência do desemprego é comum entre as pessoas que têm esse perfil. Quando pensamos em pessoas que fazem acompanhamento nos serviços de saúde mental, como o estudo dos autores, temos uma taxa de desemprego de 34,7%. Os autores ressaltam que o fenômeno do desemprego representa uma ordem estrutural na vida das pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, considerando que este é um segmento populacional marginalizado e em constante situação de vulnerabilidade.

Um fator que colabora com os processos de afastamento do âmbito do trabalho das pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas é a estigmatização, geradoras de perda de autoestima, baixo repertório de interações sociais e uma visão limitada sobre a perspectiva do cuidado, afetando negativamente o acompanhamento. Somado a isso, veiculam informações transmitidas pelas mídias e ausência de conhecimento da sociedade, levando a uma visão ancorada na periculosidade e na incapacidade da reinserção social, desencadeando desconfiança e preconceitos. Estes aspectos reverberam nas relações de trabalho (Araújo; Soares, 2018).

1.2 DE QUE TRABALHO ESTAMOS FALANDO?

Começaremos pontuando aspectos do trabalho no campo da saúde mental, anteriores a reforma psiquiátrica, uma vez que este já era utilizado antes da reforma, no entanto, sua utilização colaborava, muitas vezes, com processos de assujeitamento das pessoas em sofrimento psíquico, sendo contrário à proposta da inclusão social pelo trabalho, que tem como primícia o resgate da cidadania, que defendemos neste estudo.

Santiago e Yasuí (2011), pontuam que primeiro o trabalho servia para ocupar o tempo ocioso no interior do manicômio, com a proposta de tratamento moral, que preconizava um trabalho repetitivo e mecânico. Depois, o trabalho passou a ser encarado como prática curativa parte do tratamento das pessoas em sofrimento psíquico, nesse contexto as pessoas tinham experiências de cuidado com a terra, atividades artesanais, entre outros. Embora esse percurso do trabalho tenha significado algum avanço para a ideia de tratamento na época, consideramos que ele colaborou com o processo de conformação das pessoas, tornando a pessoa em sofrimento psíquico como alguém sujeito a adequação social.

A partir dos anos 70, no Brasil, houve uma série de críticas ao modelo de tratamento psiquiátrico vigente. Como reflexo da construção de outros modelos psiquiátricos nos países do exterior, começou-se a pensar uma nova formulação no país. As ações tinham como objetivo a diminuição das internações psiquiátricas, substituição do modelo hospitalocêntrico e a revisão dos aspectos legais vigentes para a garantia de direitos e cidadania das pessoas em sofrimento psíquico (Freitas; Jorge, 2011).

Por meio da institucionalização do SUS e da Lei 10.216/2001, construiu-se uma Política Nacional de Saúde Mental. Esta legislação preconizou a assistência em saúde mental com base territorial e a desinstitucionalização das pessoas, o que contribuiu com a construção de outro lugar social para a loucura, no qual as relações de produção e de vida passaram a ser consideradas. Dessa forma, o trabalho ganhou espaço para se vincular com o exercício da cidadania, direitos humanos, produção de subjetividade e contratualidade (Brasil, 2001).

Santiago e Yasui (2015) pontuam que a partir da lei supracitada passou a ser considerado que a inserção das pessoas em sofrimento psíquico devia ocorrer por meio de ações que buscassem a reinserção social, o fortalecimento da contratualidade e a retomada dos laços sociais, a partir do resgate da autonomia, cidadania, vínculos familiares, por meio da retomada do acesso à cidade, ao trabalho e espaços coletivos da comunidade. Os autores colocam que esta mudança de perspectiva foi essencial para que, mais tarde, ocorresse a articulação entre a Economia Solidária (EcoSol) e o campo da saúde mental.

Na tentativa de realizar um percurso que nos desloque para a compreensão acerca do processo da inserção da pauta de inclusão social pelo trabalho enquanto política pública, apresentaremos alguns marcos que puderam colaborar para que este fato se torna uma realidade no país.

Em relação às ações de natureza de geração de trabalho, a Lei n.º 9.867/1999, dispõe sobre a criação e funcionamento das cooperativas sociais, a partir das experiências de empresas sociais vivenciadas na reforma psiquiátrica italiana, indicando que a finalidade da legislação é inserir pessoas em situação de vulnerabilidade no mercado econômico, por meio do trabalho, a partir do interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a inserção social (Brasil, 2004).

De modo geral, as organizações possuem o papel de fomentar o ambiente inclusivo, a partir da compreensão e acolhimento a diferentes aspectos individuais, sociais e culturais apresentados pelas pessoas. Nos empreendimentos cooperativistas essa responsabilidade não é diferente, neles a diversidade e a inclusão são questões importantes, capazes de favorecer um ambiente mais respeitoso e diverso, a fim de diminuir os conflitos internos entre os membros (Nascimento; Borghetti; Scherer, 2017; Souza *et. al.*, 2019; Oliveira *et. al.*, 2021).

Diante disso, as cooperativas têm sido apresentadas como uma potente alternativa para a inserção no mundo do trabalho de pessoas em situação de desvantagem social, afirmando seu potencial de maior participação e autonomia dos trabalhadores (Carreta, 2004). Apesar da potência dessas ações, ainda não temos essa vivência como realidade no Brasil, em decorrências de diversos embargos legislativos.

No ano de 2000, houve a instituição da Portaria sobre a criação dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) que, em suas diretrizes, apresenta a reinserção no trabalho como um dos pontos da reabilitação psicossocial, devendo ser contemplada. Em 2003, criou-se a Lei 10.708, que instituiu o auxílio-reabilitação psicossocial, que incentivava a participação das pessoas em sofrimento psíquico em espaços de integração social. Já em 2005, foi instituída a Portaria 1.169, que dispôs sobre os incentivos financeiros para municípios que desenvolvessem projetos de inclusão social pelo trabalho. Por fim, em 2005, a Portaria n.º 353, instituiu o grupo de

trabalho de saúde mental e economia solidária, a fim de articular ações entre essas duas áreas (Brasil, 2004; Brasil, 2010).

A partir da parceria entre a coordenação de saúde mental e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, no ano de 2005, ocorreu a primeira oficina destinada à temática de inclusão social pelo trabalho e saúde mental, sendo intitulada de “Oficina de Geração de Renda e Trabalho de Usuários de Serviços de Saúde Mental”, que contou com 78 experiências de todas as regiões do Brasil. Esta oficina teve como objetivo unir projetos formais e informais de geração de trabalho e renda de pessoas em sofrimento psíquico. A proposta desta oficina surgiu de uma proposta de fomento aos EES, o que favoreceu o surgimento de novos empreendimentos no país (Brasil, 2005).

A partir do evento, foram propostas ações de articulação entre os ministérios, sendo: criação e fortalecimento da Rede Nacional de Experiências de Geração de Renda e Trabalho na Saúde Mental, estratégias de articulação entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde; e incentivo à criação e manutenção das Incubadoras para apoio e estímulo às iniciativas de geração de trabalho e renda em saúde mental. Essas construções partiram da necessidade de resposta para os mais de 390 empreendimentos econômicos, formados por usuários da saúde mental, cadastrados no país, entre os anos de 2005 e 2007 (Cancela, 2012; Brasil, 2011).

Na regulamentação da Portaria 3.088/2011, que dispõe sobre o funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), são denominados alguns pontos da rede que devem articular-se entre si a fim de disponibilizar o cuidado. Assim, as iniciativas de geração de trabalho e renda e as cooperativas sociais são identificados como empreendimentos econômicos solidários. Em seu artigo primeiro explicita a necessidade de estes articularem-se, sistematicamente, com as redes de saúde e de economia solidária, aproveitando os recursos disponíveis no território, a fim de garantir melhora nas condições de vida, aumento da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários e familiares (Brasil, 2011).

No ano de 2012, instituiu-se a Portaria n.º 132, que dispõe acerca do custeio financeiro para o desenvolvimento do componente da reabilitação psicossocial na RAPS no âmbito do SUS. Nesta Portaria, foi considerado o processo histórico da

aproximação entre saúde mental e economia solidária, por meio do acesso ao trabalho, inclusão social e solidariedade. Nela, são colocados como componentes da reabilitação psicossocial as atividades de geração de trabalho e renda, cooperativas sociais e os empreendimentos solidários, assim como na portaria supracitada. Por fim, a instituição desta Portaria, revogou a portaria 1.169/2005 citada anteriormente (Brasil, 2012).

Considerando os aspectos relacionados a exclusão do trabalho e as reais possibilidades para a geração de renda das pessoas em sofrimento psíquico, a Portaria de consolidação da RAPS (n.3/2017) pontuou a necessidade de dispor de esforços para a inclusão das pessoas em sofrimento psíquico. Essa construção, segundo a portaria, seria possível a partir do acesso à renda, moradia solidária e trabalho (Brasil, 2017).

Até aqui apresentamos marcos legislativos que contribuíram com o percurso da inclusão social pelo trabalho das pessoas em sofrimento psíquico, essas movimentações legislativas serviram e ainda servem de suporte teórico-legislativo para pensarmos ações de inserção no trabalho das pessoas assistidas pelos serviços de saúde mental. Considerando esse contexto, no interior dos serviços existem espaços nos quais essas articulações podem ser presenciadas, como no caso dos CAPS e das oficinas de trabalho, é sobre estes recursos que falaremos a seguir.

Na Portaria 3.088/2011, citada anteriormente, são apresentados os serviços que compõem a RAPS. Nesse âmbito, situam-se os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que se dividem em diversas modalidades, diferenciando-se pelo porte e abrangência territorial, sendo: CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS AD, CAPS AD III e CAPSI, destinado à atenção de pessoas, de diversas faixas etárias, com sofrimento psíquico crônicos ou em decorrência do uso de álcool e outras drogas. Quanto a especificidade, os CAPS na modalidade III ofertam acolhimentos diurnos e noturnos, com funcionamento 24h, dispendo de leitos de observação e monitoramento. Os CAPS nas demais modalidades ofertam somente acolhimento diurno (Brasil, 2011).

No que se refere à sua disposição nos municípios, cada CAPS deve ser instituído nos municípios conforme o número de habitantes. No caso dos CAPS I, por exemplo, situam-se em territórios entre 20 mil/habitantes e 70 mil/habitantes, estando

presentes em cidades pequenas. Já os CAPS III, seja AD ou não, localizam-se em municípios maiores, contando com mais de 200 mil/habitantes (Brasil, 2011). Até o ano de 2022, o Brasil contava com 2.836 CAPS habilitados sendo distribuídos em 1.910 municípios brasileiros (Brasil, 2022).

Em relação à disposição dos CAPS por regiões, o Nordeste e o Sul são as regiões brasileiras com maior número destes serviços, em relação ao número de habitantes. A menor cobertura de serviços situa-se na região Norte. Quando consideramos somente a realidade dos CAPS AD III, temos que a oferta na região Norte é de somente 9 serviços nesta modalidade, sendo apenas um localizado no estado do Pará (Brasil, 2022).

No que diz respeito a composição das equipes de atenção que compõem os CAPS, os serviços contam com equipes multiprofissionais, podendo ser compostas por médicos psiquiatras, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, farmacêuticos, entre outros. Sendo que as ações dos serviços devem dispor de uma oferta de cuidado individual e grupal, priorizando a articulação com outros serviços da rede (Brasil, 2022).

Consoante o Ministério de Saúde (Brasil, 2004), uma das características essenciais dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) é a variedade das atividades terapêuticas ofertadas. Geralmente, estas ações objetivam reintegrar socialmente as pessoas a partir da realização de oficinas terapêuticas e de trabalho, podendo dar acesso ao mundo do trabalho, lazer, participação social e reinserção social; por meio da troca de conhecimentos e do fortalecimento do protagonismo das pessoas.

Nesse sentido, os CAPS devem ofertar ações que envolvam acesso ao trabalho, educação, cultura, aos direitos, assim como o fortalecimento de vínculos, por meio de atividades de cunho terapêutico seguindo os pressupostos da reabilitação psicossocial. Dessa forma, os serviços são organizados em atividades individuais, como acolhimento, e atividades grupais, sendo consideradas as principais formas de tratamento. As ações de caráter grupal caracterizam-se como grupos e oficinas, tendo diversos delineamentos (Brasil, 2004).

Considerando estes aspectos, as oficinas são tecnologias importantes no processo de reabilitação psicossocial, uma vez que podem oportunizar, seja por meio de ações de trabalho ou ações de cunho terapêutico, espaços de socialização e

reinserção social. Dentro delas, as pessoas têm liberdade para expressar seus medos e inseguranças, assim como realizar troca de experiências (Ribeiro; Sala; Oliveira, 2008).

Ribeiro e colaboradores (2008), em um estudo sobre oficinas no âmbito do CAPS, apontam que as oficinas de trabalho, para além de aspectos relacionados a interação social, possuem como prática a confecção de produtos a fim de gerar renda para pessoas envolvidas. Além disso, é comum utilizar parte da renda obtida por meio da comercialização dos produtos, para a manutenção das ações da própria oficina, como a compra de materiais.

Os pressupostos da reabilitação psicossocial em conjunto com as práticas de geração de trabalho e renda dialogam com os princípios da reforma psiquiátrica. Nesse sentido, as oficinas de geração de renda, ofertada pelo CAPS, se mostram como potentes no processo de inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico (Brasil, 2005). O trabalho configura-se como uma importante estratégia de intervenção no processo de reabilitação psicossocial das pessoas assistidas nos serviços do CAPS, uma vez que, estas pessoas passam a receber por ele, recuperar seus conhecimentos e transformar as ações a partir de suas necessidades, voltando a reconhecer-se capaz de produzir relações consigo e na sua vida (Aranha *et. al.*, 2002).

Segundo Lussi e Morato (2012), as oficinas de geração de renda realizadas no CAPS, têm um papel significativo para a inclusão social, haja vista que por meio do trabalho, as pessoas em sofrimento psíquico experienciam possibilidades de transformação do seu papel social. Nesse contexto, ao terem a vivência do trabalho grupal, repleto de trocas afetivas, são viabilizados processos de ressignificação da ideia do trabalho, emoldando o seu valor social.

Contrariando os pressupostos da lógica capitalista, as oficinas de geração de trabalho e renda retiram do trabalho os sentidos relacionados a *“produzir para lucrar e explorar para produzir”*, e retomam a constituição de espaços de pertencimento e autoconhecimento. Nesse ínterim, estabelece-se um trabalho coletivo, permeado pela construção das relações sociais. No ambiente das oficinas, a liberdade que a pessoa possui desperta-a para um sentimento de pertencimento, levando ao entendimento de que seu processo de cuidado está sendo considerado amplamente (Aguiar, 2017).

No estudo de Volz e colaboradores (2015), junto a pessoas que participam de oficinas de geração de renda, os autores apontam que apesar da realidade de estigmas vivenciados pelos participantes, desenvolver o trabalho junto ao grupo promove acolhimento, capacitação para a execução de atividades, e reconhecimento das qualidades e habilidades que eram desconhecidas. Diante disso, o trabalho desenvolvido nas oficinas além de proporcionar troca de conhecimentos, pode propiciar sentimentos de amizade, parceria e afeto entre os membros, uma vez que se torna um espaço onde as habilidades e limites são considerados e respeitados.

No entanto, apesar de alguns dispositivos da RAPS, como o CAPS, desenvolverem ações desse tipo, essas experiências podem ser limitadas em decorrência das próprias especificidades dos serviços. Nesse sentido, não cabe a estes equipamentos a centralização destas ações, mas sim construir novas possibilidades de articulações, de maneira intersetorial, com dispositivos vinculados à educação, trabalho, cultura, entre outras. Um dos papéis mais importantes dos equipamentos da RAPS, no que diz respeito à geração de trabalho e renda, seria de promover debates e propor tensionamentos para a criação de outros dispositivos destinados a este fim (Rodrigues; Yasuí, 2016).

Rodrigues e Yasuí (2016) pontuam que, ao pensar o mundo do trabalho, no campo da saúde mental, existe uma enorme preocupação com a ética que possa constituir trabalhadores críticos, uma vez que é comum ver discursos pautados na dominação e utilitarismo no mundo do trabalho. Diante disso, há um tensionamento para a inserção acontecer não somente para gerar a renda, mas também a inserção em uma atividade em que o sujeito possa criar uma sensação de pertencimento, que consiga deixar sua marca no mundo a partir do fazer. Nesse sentido, muitas experiências se dão por meio da economia solidária, uma vez que esta propõe a valorização das pessoas, o respeito à diversidade e à diferença, um comércio justo, entre outros.

Amarante e Belloni (2014) pontuam que desde a luta travada pela reforma psiquiátrica e a promulgação das legislações em saúde mental houve diversos avanços no campo da saúde mental, sendo a criação da RAPS um deles, visto que os dispositivos vinculados a ela demonstram serem campos de ação no qual a arte, cultura, trabalho e a inserção social podem transpassar o cuidado biomédico. No

entanto, poucos avanços ocorreram no âmbito da garantia de direitos e cidadania fora do âmbito da RAPS, fazendo com que o potencial destas estratégias emancipatórias esteja, por vezes, restrito a técnicas terapêuticas empregadas nos serviços.

A partir disso, considerando o estado democrático de direitos, fundamentado na garantia do direito ao trabalho como meio de assegurar a cidadania, faz-se necessário compreender que as atividades desempenhadas pelas pessoas em sofrimento psíquico que frequentam os serviços de saúde mental devem ser geradoras de garantia econômica para eles; sustentando um espaço de trocas sociais e cidadãos (Amarante; Belloni, 2014).

Cabe ressaltar que, a partir de 2016, o Brasil passou por um período de forte retrocesso, sobretudo das políticas públicas de saúde mental. No período citado foram editados, por volta de 15 documentos entre Resoluções, Nota Técnicas, Decretos e Portarias, que o governo vigente no período nomeou de “Nova Política de Saúde Mental”, esta política se caracterizou fortemente pelo retorno ao incentivo à criação de hospitais psiquiátricos e a criação da chamada “política sobre drogas” (Brasil, 2019).

Delgado (2019) pontua que um dos maiores retrocessos impostos por essas políticas, se deu com a abertura do financiamento para as Comunidades Terapêuticas, sendo estas consideradas modelos de cuidado em saúde mental — álcool e drogas a partir de então. Este fato gerou atrasos significativos na construção de possibilidades de cuidado em liberdade, pautados na redução de danos, respeitando o paradigma dos direitos humanos que vinham sendo construídos desde 2003.

De acordo com Cardoso (2023), por mais que tenhamos presenciado um drástico desfinanciamento da RAPS, sobretudo a partir de 2015, houve um expressivo financiamento para outros dispositivos, como as comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos. Este fato nos mostra que além do contexto neoliberal, há a interferência de mudanças na relação de forças políticas, que fazem com que o financiamento de um setor seja remanejado, de maneira abrupta, para outro a partir dos interesses de quem está operando a política.

Considerando a Portaria n.º 353/2005 (Brasil, 2005), citada anteriormente, que instituiu o grupo de trabalho de saúde mental e economia solidária,

apresentaremos a partir daqui características acerca deste modo de produção e de vida, para que depois possamos aproximar ambos os campos.

A economia solidária é ancorada em princípios e valores de cooperação, autogestão, posse coletiva ou associada dos meios de produção, sustentabilidade, solidariedade e inclusão, promove o desenvolvimento a partir de perspectiva contrária aos modelos econômicos tradicionais, como o capitalismo. Ela, em suma, propõe proporcionar melhores oportunidades de geração de trabalho e renda em contraposição à exploração e exclusão do sistema capitalista (Singer, 2002).

A economia solidária tem seu surgimento logo após o capitalismo industrial, em decorrência da reação causada pelo cenário de empobrecimento dos artesãos, provocado pelo aumento do uso de máquinas e da organização de produção das fábricas. Com a crise social das décadas de 80 e 90, em função das políticas neoliberais, milhões de postos de trabalho foram perdidos, o que aumentou os índices de desemprego e a exclusão social. Nesse sentido, a economia solidária ressurgiu, no Brasil, assumindo a forma de cooperativas, associações ou outras modalidades, sempre em caráter autogestionário (Singer, 2013).

De acordo com Gaiger e Kuyven (2020), a terminologia economia solidária aparece com maior frequência no cenário brasileiro a partir dos anos 90, em decorrência do aumento do número de iniciativas econômicas que se baseavam na livre associação de pessoas difundidas por conta de sua índole e das aproximações com os princípios de cooperação e autogestão. Diante desse cenário, o campo das práticas vinculadas à economia solidária começa a incluir diversas unidades de trabalhadores informais e geração de renda, associações de trabalhadores, bancos comunitários, entre outros.

Segundo a Secretária Nacional de Economia Solidária - SENAES (Brasil, 2006) a economia solidária é, então, uma outra maneira de trabalho, produção e comercialização baseada nos princípios de autogestão, cooperação, democracia, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente; colocando-se como uma proposta na qual os trabalhadores seriam também os proprietários e gerentes do próprio trabalho e dos produtos do mesmo.

Atualmente, este termo compreende um conjunto amplo de organizações econômicas, entidades de representação, organismos da sociedade civil e ações governamentais. Menções a economia solidária tem servido para designar, simultaneamente, um tipo específico de empreendimento econômico, um conjunto de entidades de fomento, além de organismos públicos que realizam ações articuladas (Lima, 2012).

De acordo com Leal e de Sá Rodrigues (2018), os princípios da economia solidária, assim como seus desdobramentos são: solidariedade democrática, considerada uma construção social, referindo-se à economia não como um fim supremo, mas como um instrumento que tem como premissa o sustento da vida; autogestão, a qual se trata de um modelo em que os trabalhadores são coproprietários e decidem coletivamente por todo o processo de trabalho e comercialização do empreendimento, rompendo com a sistemática de alienação onde os trabalhadores são somente sujeitos às ordens superiores; cooperação, nesse modelo econômico, as relações são concebidas pela troca recíproca e não pela competitividade; democracia, considerando esta como um processo de articulação coletiva, onde as demandas são obtidas a partir de reflexões participativas.

Diante disso, a economia solidária, em contraposição ao capitalismo, é conduzida pela emancipação sociopolítica das pessoas, a fim de gerar renda e promover a inclusão social, e isto se deve aos seus pilares. Enquanto o capitalismo é constituído pelo princípio da economia de mercado, a economia solidária posiciona como fundamental o entrelaçamento dos princípios de mercado, reciprocidade e redistribuição (Aleixo, 2014).

De acordo com Mance (2008) a economia solidária em suas várias dimensões, como a política, econômica e de inclusão social, demonstra-se como um campo de significativo potencial emancipatório para as pessoas. Por esta via, oportuniza a criação de subjetividade e singularidade para os trabalhadores que acabam por descobrir maneiras de viver coletivamente; amparadas pela cooperação e solidariedade. Além disso, a economia solidária é um importante instrumento para a garantia de acesso a direitos.

A economia solidária suscita e proporciona aos trabalhadores o fortalecimento da participação nas decisões que podem afetar as suas vidas,

contribuindo para a construção do protagonismo diante da própria trajetória pessoal. Dessa maneira, a economia solidária supera qualquer perspectiva individualista que são marcas da sociedade capitalista, acirradas pelas políticas neoliberais que sustentam o contexto de sua crise, por meio de um caráter democrático e igualitário (Rosa *et. al.*, 2021; Rosa *et. al.*, 2022).

Assim como no campo da saúde mental, a economia solidária também passou por desmontes. A partir de 2015, houve a extinção de oito ministérios, fusão de secretarias e cortes de investimentos. No caso da economia solidária, os cortes foram por volta de 60% do que seria o total de orçamento destinado a SENAES no referido ano. Naquele ano, os desafios da SENAES estavam vinculados as ações de organização da produção, comercialização e consumo, assim como questões referentes ao acesso a crédito e fortalecimento das finanças solidárias (Singer, 2015; Arcanjo; Oliveira, 2017).

No final de 2016, ocorreu a extinção da SENAES, dando lugar a criação de uma subsecretaria de Economia Solidária na Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho (Arcanjo; Oliveira, 2017). No ano de 2016, embora a SENAES tenha permanecido como subsecretaria, houve uma diluição da equipe que fundou a base da secretaria nos anos anteriores, juntamente com o desmonte no Ministério do Trabalho, o que culminou para que o então Secretário Paul Singer e o vice-secretário Roberto Marinho, dentre outros agentes, entregassem seus cargos e se retirassem da gestão. Neste contexto, quem assumiu a gestão da SENAES foi um gestor de carreira militar, sem nenhuma relação com o tema (Rodrigues; Costa, 2023).

No ano de 2019 foi aprovado pelo Congresso Nacional o PL n.º 6.606, que dispôs sobre a Política Nacional de Economia Solidária, no qual se verifica a ocorrência da redução da política pública, tratando os empreendimentos econômicos solidários sob uma perspectiva utilitarista; alterando negativamente a proposta inicial da política. A substituição de termos como princípios e diretrizes, deixa o PL com problemáticas confusões ideológicas referentes aos interesses hegemônicos, de submissão ao capitalismo, e não uma maneira contrária a este modo de produção (Rodrigues; Costa, 2023).

No final do ano de 2024, em dezembro, o presidente Lula sancionou a lei 15.068/24, denominada de lei Paul Singer, dispondo sobre a Política Nacional de

Economia Solidária e a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES). Esta legislação configura-se como um marco histórico para o campo da EcoSol no país, reconhecendo e apoiando os empreendimentos em sua forma jurídica, buscando fortalecer a inclusão econômica e social (Brasil, 2024).

De acordo com Mazaro, Matsukura e Lussi (2020) o entrelaçamento entre a economia solidária e o campo da saúde mental produz um espaço frutífero para desvelar as dinâmicas na tríade trabalho, saúde mental e inclusão social.

Lussi e Pereira (2011) pontuam que a inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico tem ocorrido por meio da economia solidária, no entanto, este processo encontra entraves em decorrência das necessidades de regulamentação. Ainda, outra forma de inclusão no trabalho estão sendo as oficinas de geração de trabalho e renda que ocorrem em associações de usuários e familiares ou nos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no entanto, estas por si só, em geral, não conseguem abarcar as necessidades econômicas das pessoas inseridas.

Segundo Martins (2008), a inclusão social pelo trabalho é reconhecida como uma estratégia no âmbito da atenção psicossocial, buscando alcançar o fortalecimento de uma política pública que interaja a saúde mental com a economia solidária. Na trajetória da reforma psiquiátrica, por meio da efetivação de mapeamentos, encontros, formações, construções de grupos de trabalho e conferências temáticas, buscou-se instigar a construção de políticas que pudessem considerar e fortalecer o surgimento de empreendimentos econômicos solidários autogestionários. Essas atividades atribuíram aos EES um papel importante nas estratégias de geração de trabalho e renda para pessoas em sofrimento psíquico.

No ano de 2004, a área técnica de Saúde Mental e a Secretaria Nacional de Economia Solidária iniciaram uma parceria para impulsionar as iniciativas de geração de trabalho e renda no campo da saúde mental, o que culminou na formação de um grupo de trabalho interministerial para a discussão da temática (Brasil, 2005).

Em 2010, esta discussão estendeu-se para a IV conferência temática de saúde mental, o que pode ter promovido a melhor explanação sobre o assunto. No referido ano, o número de empreendimentos econômicos solidários do campo da saúde mental cadastrados no Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária (SIES) ultrapassou os seiscentos. Essas ações contribuíram para que mais

de 350 representantes, distribuídos entre usuários e familiares, passassem por capacitações tendo como base os fundamentos da economia solidária (Brasil, 2010).

Diante disso, as iniciativas de inclusão social pelo trabalho vêm aumentando expressivamente no campo da saúde mental, se configurando como uma linha de fuga para o enfrentamento das dificuldades advindas pelo processo excludente de pessoas em sofrimento psíquico no mundo do trabalho formal (Brasil, 2010). Embora as cooperativas sociais contem com uma legislação, como já apresentado anteriormente, as dificuldades impostas pela própria legislação impedem a formalização da grande maioria e fazem com que estas não sejam uma realidade.

O estudo de Mazaro, Matsukura e Lussi (2020) apresenta um levantamento realizado no SIES. Nele, a partir dos dados produzidos pelo último levantamento no Brasil (2010–2013), encontram-se 19.708 empreendimentos econômicos solidários cadastrados. Destes, 419 contam com pessoas em situação de desvantagem social entre os componentes dos empreendimentos, estando divididos em: 140 com participação de pessoas em sofrimento psíquico, incluindo pessoas em sofrimento decorrente do uso de álcool e drogas; 236 com participação de pessoas com deficiência física ou intelectual; e 43 com participação de egressos do sistema penitenciário ou pessoas em situação de privação de liberdade. Desvelando que, pelo menos, 2% dos empreendimentos cadastrados contam com pessoas em situação de desvantagem social entre os participantes.

De acordo com Singer e Schiochet (2014), grande parte dos empreendimentos econômicos solidários surgiu por volta dos anos 2000–2009 devido à criação da SENAES, no ano de 2003, a partir das ações de coordenação e articulação de atividades de apoio à economia solidária. No que diz respeito aos empreendimentos vinculados ao campo da saúde mental, este aumento pode ter ocorrido por conta da aproximação entre a SENAES e a Coordenação Nacional de Saúde Mental (Gigante, 2011).

Apesar dos retrocessos vivenciados nos dois campos, Santiago e Yasuí (2020) pontuam que o trabalho como estratégia de atenção em saúde mental é potente, por meio do desenvolvimento de práticas inovadoras e exitosas no desenvolvimento do protagonismo e autonomia das pessoas em sofrimento psíquico pela via do trabalho. Citando, como exemplos, o projeto trabalho, criado em 1989,

vinculado ao Núcleo de Projetos Especiais do CAPS “Prof. Luís da Rocha Cerqueira” (ITAPEVA — SP), e o Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT), formado em 1993, como parte do serviço de saúde “Dr. Cândido Ferreira” (CAMPINAS—SP). No caso deste último, é uma experiência ainda em vigor.

Carvalho e Silva, Magalhães e Bucher-Malusckhe (2022), ao avaliarem a implementação de um projeto de economia solidária junto a pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, pontuam que a tríade entre a política sobre drogas, agricultura familiar e a EcoSol favorecem a organização das pessoas e seus vínculos afetivos no território. Além disso, o estabelecimento de metas para a geração de trabalho e renda contribuiu para a satisfação pessoal, a partir do aprimoramento das ações interinstitucionais, maior participação das pessoas e ressignificação dos sentidos produzidos entre atividade laboral e produtiva; permitindo melhores condições de vida para a comunidade, por meio do trabalho solidário e desenvolvimento de práticas sustentáveis.

No estudo de Pedroza e colaboradores (2012), é apresentado uma experiência de formação realizada junto aos usuários de um CAPS, contando com aprendizado de habilidades para a comercialização e confecção de produtos, assim como a instrumentalização sobre os princípios e valores da economia solidária. As autoras consideram que o diálogo entre saúde mental e economia solidária, no caso do estudo no âmbito do CAPS, pode ampliar as potencialidades deste serviço nos aspectos referentes a efetiva inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico.

No contexto pandêmico, houve a necessidade de alteração de algumas práticas tanto no campo da saúde quanto no âmbito da economia solidária, o *projeto Gerar*, foi uma destas práticas. O estudo apresentado por Santos, Portugal e Nunes (2022), nos conta sobre o desenvolvimento deste projeto no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. A iniciativa contava com usuários, profissionais, estudantes e pesquisadores de uma RAPS no estado da Bahia, as ações tiveram como objetivo o fortalecimento das redes, assim como a continuidade do processo de tomada de decisões, organização coletiva, comercialização e confecção de produtos. As autoras contam que esta experiência contribuiu para a criação de estratégias de comercialização virtualmente e oportunizou que vários agentes acessassem aspectos

relacionados aos fundamentos teórico-práticos do campo da saúde mental e da economia solidária, em prol da emancipação social.

Campos e colaboradores (2015) contam sobre um projeto relacionado a formação de usuários e trabalhadores acerca dos fundamentos da economia solidária e do cooperativismo. Nele, os autores afirmam que no grupo de geração de renda do CAPS estudado foi incentivado a se organizar por meio da autogestão; o que colaborou para que o grupo poder viabilizar espaços de autonomia e legitimação da retomada da garantia de direitos. Por meio desse acompanhamento, foi possível que as pessoas que participavam da formação se organizassem coletivamente e fortalecessem os espaços de comercialização e produção.

No relato de experiência apresentado por Sampaio e Ferro (2021), os autores apresentam um projeto de extensão relacionado ao fortalecimento de um empreendimento econômico solidário vinculado a um CAPS. Por meio de dinâmicas, rodas de conversa e formações, foram abordados assuntos referentes aos fundamentos de autogestão, cooperação e solidariedade. Os autores pontuam as dificuldades relacionadas a estabelecimento de uma rotina de trabalho junto as pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, em decorrência de especificidades, como a recaída. No entanto, também posicionam a importância do diálogo junto aos agentes (trabalhadores, usuários, equipe de formadores, comunidade) para ocorrer a garantia da sustentabilidade do empreendimento, desaguando em processos de geração de renda e garantia de direitos.

Rotelli (1990) *apud* Lussi e Pereira (2011) defende a ideia de que o trabalho apresenta um papel importante no processo de reabilitação, uma vez que a emancipação das pessoas em sofrimento psíquico pode ser impulsionada pelo processo de participação formativa que advém do trabalho. Dessa forma, cabe pensar no trabalho como produtor de vida e abandonar seu viés terapêutico, a fim de propor garantias de processos de inclusão pelo trabalho para pessoas em sofrimento psíquico (Lussi; Pereira, 2011).

De acordo com Volz *et. al.* (2015) a participação de pessoas em sofrimento psíquico em cooperativas ou atividades de geração de renda, tem se mostrado importante por proporcionar vivências e troca de experiências, além de contribuir para construção de redes sociais, autoafirmação e dar um novo significado a identidade.

Nesse sentido, a inclusão social pelo trabalho, pela via da economia solidária, tem se mostrado uma importante possibilidade; ao passo que nos empreendimentos econômicos solidários valores como solidariedade e valorização das pessoas são retomados (Rodrigues; Marinho; Amorim, 2010).

1.3 REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

A palavra Rede, no substantivo, significa entrelaçado de fios, de espessura e materiais diversos, formando um tecido de malhas com espaçamentos regulares. Na cartografia, **rizoma é rede**. Bruno Latour (2012), conta que para formular a Teoria do Ator-Rede, retorna ao conceito de rizoma e deduz “na rede todos são atores, não só os humanos, mas também os não-humanos, já que não existe uma hierarquização entre os entes, sendo produzidos e se produzem a cada momento”.

Dessa maneira, a rede como defendemos tem a ver com algo sem centro e sem forma pré-definida, como uma estrutura que se constrói e desconstrói por meio de movimentos, fluxos, conexões e vínculos entre diversos atores (Ferreira, 2008). Nesse sentido, como o rizoma deve expressar os agenciamentos que se desdobram diante dos acontecimentos, não se pode ter uma estrutura definida. Se isso acontece, geramos um aprisionamento. Ele se constrói de novas formas, a todo momento, fugindo de pré-configurações (Ferreira, 2008).

Nesta parte do trabalho, nos propusemos em abordar sobre as especificidades dos empreendimentos econômicos solidários e das redes de economia solidária (RES). Por isso, consideramos importante posicionar as pessoas que acessam o nosso texto, acerca do que entendemos como rede e como conectamos esta compreensão aos dados produzidos e ao percurso metodológico que serão apresentados posteriormente. Ao considerar rede como rizoma, vamos compreendendo que existem diversas possibilidades de conexões e desconexões que acontecem para a firmação desta realidade no cenário nacional, e a partir disso podemos pensar em reflexões.

De acordo com Oliveira e Santos (2021), no Brasil, os empreendimentos econômicos solidários surgem a partir dos anos 80, no entanto, é somente nos anos 90 que ganham maior visibilidade. Nessa época, as diversas formas de construção dos empreendimentos se espalharam por todo o país, na medida que puderam incluir

no mundo do trabalho pessoas que estavam em situação de desemprego, assim como os trabalhadores autônomos. Assim, os empreendimentos econômicos solidários que compõem a rede de economia solidária são organizações coletivas que se constroem baseadas na autogestão, que realizam atividades produtivas de bens e serviços, créditos e finanças solidárias, comércio e consumo solidários.

Segundo Culti (2014) os empreendimentos econômicos solidários são formas de organização de grupos de trabalho, sendo estes caracterizados como: organizações rurais e urbanas, de produtores, consumidores e de crédito, que se baseiam na autogestão, livre associação, trabalho cooperativo e processo democrático de decisão, sendo o modelo da cooperativa, o mais clássico de organização dos empreendimentos. Considera-se que, grande parte dos trabalhadores têm buscado vincular-se às iniciativas de associação, cooperativas e empreendimentos autogeridos.

O Sistema de Informações sobre Economia Solidária–SIES (Brasil, 2013) explicita que para ser considerado um empreendimento econômico solidário existem algumas características específicas. Por exemplo, as organizações devem ser de caráter coletivo, como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, entre outros; quanto aos participantes ou sócios trabalhadores, podem ser do meio rural ou urbano, que exercem coletivamente a organização, em termos de logística e finanças; devem ser permanentes, incluindo os que estão em funcionamento e aqueles em processo de implementação, tendo um grupo constituído e as atividades bem delimitadas; quanto ao registro, que possuam ou não registro legal, que realizem atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, fundo de crédito, comercialização e consumo solidário.

Quanto às formas de organização, as mais conhecidas são associações, grupos informais, cooperativas e sociedades mercantis. No que se refere aos grupos informais, são coletivos que não detêm regulamentação jurídica, como grupos da cadeia de alimentação e do artesanato, que seguem os princípios da autogestão, cooperação, divisão dos resultados, entre outros. No que se refere às associações, são previstas pelo código civil brasileiro, pela lei n.º 10.406/2002, sendo caracterizadas por um grupo de indivíduos que se organizam para fins não

econômicos, tendo base em um estatuto que possa dispor de sua organização após a aprovação coletiva em assembleia (Garcia, 2015; Brasil, 2017).

Em relação às cooperativas, podem ser compreendidas como uma sociedade de indivíduos, que se baseiam na democracia, tendo características empresariais, possuindo legislação, tendo por finalidade buscar soluções para dificuldades econômicas apresentadas pelos sócios e membros associados, podendo ter extensão comunitária. Ou seja, os cooperados possuem direitos e deveres igualitários, sem quaisquer privilégios, praticando atividades econômicas de produção e prestação de serviços (Pereira, 1993).

No Brasil, as cooperativas de trabalho são formalizadas por meio da lei n.º 12.690/2012, sendo compostas por trabalhadores disponíveis para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais por meio de algo em comum, autonomia e autogestão, a fim de obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho. Tendo as seguintes características: devem ser compostas por, no mínimo 07 pessoas físicas, todos os associados devem ter direito ao voto, exercem as atividades sem propósito de obter lucro, tendo por objetivo a inserção de produtos e serviços de seus cooperados, sem quaisquer intermediários para comercialização (Brasil, 2017; Cardoso; Carneiro; Rodrigues, 2014).

Consoante a referida legislação, a cooperativa de trabalho deve garantir aos seus sócios os seguintes direitos, além de outros direitos que as assembleias possam vir instituir (Brasil, 2012):

- Retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário-mínimo, calculadas proporcionalmente às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;
- Duração do trabalho normalmente não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;
- Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

- Repouso anual remunerado;
- Retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;
- Adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;
- Seguro de acidente de trabalho.

Outras experiências de cooperativismo, surgem a partir da luta pelo direito ao trabalho de pessoas em sofrimento psíquico, por meio do cooperativismo social, o qual emerge como um modelo emancipatório a partir da experiência de desinstitucionalização da reforma psiquiátrica italiana. Em Trieste, as cooperativas sociais e a estruturação de toda a rede de saúde mental comunitária, foram essenciais para o fechamento do manicômio local e para desconstrução da lógica manicomial (Martins, 2009).

Segundo Martins (2009), o cooperativismo social no Brasil, como pauta da saúde mental, surgiu na década de 90, junto aos debates sobre as políticas de saúde mental. Na época, existiam algumas experiências que se inspiravam na experiência vivida em Trieste, porém, existiam poucas produções que relatavam sobre elas no país. A Lei n.º 9.867/1999, que institui o cooperativismo social no Brasil, foi um passo importante, definindo a cooperativismo social por meio das especificidades dos seus trabalhadores (pessoas em sofrimento psíquico, em decorrência do uso de álcool e outras drogas ou não, pessoas com deficiência e egressos do sistema prisional).

O projeto original da Lei n.º 9.867/1999 é uma tradução literal da legislação italiana, em decorrência disso seu texto final está distante do original, por conta dos incontáveis vetos que tornaram a legislação de difícil aplicação. Apesar disso, a lei de cooperativas sociais, tem sido utilizada como inspiração para muitas iniciativas de geração de trabalho e renda no campo da saúde mental, além de ressaltar o direito ao trabalho de pessoas em sofrimento psíquico (Martins, 2009).

Ressalta-se que, uma das maiores articulações que os empreendimentos econômicos solidários tiveram com a RAPS, veio por meio do decreto n.º 8.163/2013, o qual instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social, conhecido como Pronacoop Social, definindo que um dos principais objetivos das cooperativas seria promover a inclusão social, econômica e laboral de pessoas em situação de desvantagem social, seguindo os termos da lei n.º 9.867/99 que

discorre sobre a participação de pessoas em situação de desvantagem social nos empreendimentos econômicos solidários sociais (Brasil, 2013; Brasil, 1999). No entanto, tal decreto foi revogado no ano de 2019.

No caso das sociedades mercantis, se conceituam como sociedades de capital, que possuem número ilimitado de acionistas, nas quais todos têm direito a voto, tendo algumas obrigações solidárias, como a solidariedade passiva, descritas pela lei n.º 6.404/1976 e pelo capítulo IV do Código Civil. Contudo, não existe um consenso quanto a inclusão desse tipo de sociedade como uma forma de organização jurídica dos EES, em decorrência da discrepância entre os seus objetivos, uma vez que uma objetiva o lucro e a outra direciona-se a partir da união de seus trabalhadores para a inserção no mundo de trabalho (Garcia, 2009; Santos, 2011).

Na tentativa de mapear os Empreendimentos Econômicos Solidários, a Secretária Nacional de Economia Solidária propôs dois levantamentos, sendo o primeiro concluído em 2007 e o segundo concluído em 2013. Neste último, foram encontrados 11.636 EES novos cadastrados em todo o território nacional, totalizando um universo de 33.522 (Brasil, 2013).

O Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES) possuía, no levantamento de 2010—2013 cerca de 19.708 empreendimentos cadastrados nacionalmente. Destes, 419 podem ser considerados empreendimentos compostos em sua maioria por pessoas em desvantagem social, distribuídos em: 140 compostos por pessoas em sofrimento psíquico, incluindo em decorrência do uso de álcool e outras drogas; 236 constituídos por pessoas com deficiência, de qualquer natureza; e 43 formados por pessoas privadas de liberdade e/ou egressos do sistema penal (Mazaro; Matsukura; Lussi, 2020).

Em relação à distribuição por regiões do Brasil, as maiores concentrações de empreendimentos estão na região Nordeste e sudeste. Na região Norte, na interface com a saúde mental, estão cadastrados apenas 24 empreendimentos, destes, somente 5 estavam ativos até o ano de 2017 (Mazaro, 2017).

O trabalho nos empreendimentos econômicos solidários é marcado por uma vivência singular, com notórios impactos na saúde mental dos usuários que deslocam-se desta condição para a de trabalhadores (Rosa *et. al.*, 2022). Muñoz, Neto e Gutierrez (2014), reiteram a noção de alteração do lugar social dos trabalhadores,

uma vez que há uma mudança na visão dos familiares e da sociedade sobre eles, desvelando a potencialidade da criação do protagonismo produzido pelas oficinas de trabalho, reuniões, assembleias, fóruns e demais ações vinculadas a economia solidária.

Todavia, o cotidiano do trabalho requer demandas de aprimoramento dos processos de trabalho, relacionados à qualidade técnica e de produção, possibilidades de comercialização, e outras questões vinculadas ao exercício de seguir os princípios da economia solidária, como o da autogestão; que demandam constante formação. A necessidade de qualificação evoca a importância da formação no campo, a fim de garantir a aquisição de conhecimento acerca dos princípios e diretrizes, os quais proporcionam contribuições para a continuidade da economia solidária (Rosa *et. al.*, 2022).

Segundo Singer (2002) nos empreendimentos da economia solidária é exigido um esforço duplo. Primeiro, é importante atender as demandas próprias da função que se ocupa, como em qualquer outra organização. No entanto, na EcoSol as exigências envolvem uma responsabilidade com a gestão geral do empreendimento, indo além das questões individuais de cada cargo. Diante disso, é solicitado do trabalhador um nível maior de comprometimento, participação e responsabilidade, assim como pode ser uma questão geradora de conflitos entre os membros.

Em relação às dificuldades apresentadas para o avanço da EcoSol, Singer (2015) aponta três aspectos principais, sendo: acesso a crédito, mercado consumidor e conhecimento. Primeiro, a dificuldade vivenciada para o acesso à capital por parte dos empreendimentos, em decorrência da inviabilização de obtenção de crédito para pessoas em situação de vulnerabilidade. Segundo, há falta de acesso ao mercado consumidor, uma vez que este está sob domínio de empresas estruturadas, por vezes de grande porte, gerando um enorme empecilho para empreendimentos iniciantes, sobretudo se partirem de grupos vulneráveis. Terceiro, geralmente, as pessoas que compõem os empreendimentos geralmente apresentam baixa escolaridade, dificultando o acesso ao mercado, haja vista as exigências acerca de conhecimento técnico e administrativo para o desenvolvimento das atividades (Luzio-dos-Santos *et. al.*, 2023).

Para organização destes empreendimentos, autores apontam a importância da mobilização de redes locais e da articulação destas para o fortalecimento da economia solidária (Alves; Meireles, 2013; França Filho; Cunha, 2014; Rufino, 2003; Ferro, Franzolo, Burnagui, 2020). Nesse sentido, uma rede de economia solidária é um conjunto de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária a fim de constituir um circuito de relações econômicas, troca de saberes e percursos formativos. Tendo, assim, como objetivos, possibilitar a sustentabilidade dos empreendimentos e/ou iniciativas de Ecosol a partir de cada especificidade; e fomentar o potencial interno de um território por meio de sua capacidade de promoção do seu desenvolvimento (França Filho; Cunha, 2014).

Segundo Moura e colaboradores (2023) o conceito de Redes de Economia Solidária (RES) passou a ser utilizado, na Europa, no campo das ciências sociais em meados dos anos 40. No Brasil, esta terminologia passou a ser adotada a partir dos anos 90, pelos atores sociais para designar uma construção coletiva relacionada à articulação política, a fim de favorecer um sistema relacional organizado, por meio de processos coletivos de captação, objetivos em comum e otimização de competências.

As RES, se considerarmos os aspectos econômicos, constroem-se a partir de estratégias de organização dos empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e produtores; a fim de dispor um movimento de retroalimentação e crescimento econômico, de maneira autossustentável e antagônica ao capitalismo (Mance, 2003).

As Redes de Economia Solidária recebem destaque por sua atuação em favor de uma transformação social, favorecendo trocas entre grupos próximos, proporcionando parcerias que antes tornavam-se possíveis apenas por meio de contratos e garantia de lucro (Figueiredo; Montebello; Norder, 2020). Assim, é por meio das RES, que as cooperativas conseguem emergir das periferias do capitalismo para posições centrais do mundo do trabalho. Somado a isto, suas decisões podem interferir no desenvolvimento social, criação de novos produtos, modificações nas relações de trabalho e consumo ético e ambientalmente responsável (Belo; Oliveira, 2019).

No Brasil, as RES exercem influência, principalmente, em relação à inovação e cidadania, estabelecendo articulação junto ao Estado na organização de

empreendimentos autogestionários (Paiva, 2019). De acordo com Soares (2019), a iniciativa de formação de RES surge a partir da necessidade de garantia da sustentabilidade dos empreendimentos e, por isso, muitas redes são criadas por incentivo público ou pelos próprios atores. Nelas, é evidenciado a atividade produtiva em cadeia, de natureza horizontal, na qual são realizadas funções de produção, comercialização e/ou consumo agregadamente, ou complementar.

As RES expressam uma dinâmica de desenvolvimento que facilita ações e ajustes conjuntos de recursos, a fim de atingir objetivos organizacionais, capazes de sustentar o trabalho e a produção. No interior de uma RES é crucial compreender os integrantes, por meio de suas habilidades e conexões. Uma vez que, estas redes têm na sua composição diferentes pessoas que interagem entre si e desenvolvem diversos laços. Nesse sentido, essas redes deixam de estar nas periferias do sistema capitalista e ocupam uma posição de centralidade no mundo do trabalho (Kremer; Akahoshi; Talamini, 2017).

Segundo Belo e Oliveira (2019) as RES, de modo geral, têm a atuação voltada para o desenvolvimento social, ancoradas nos princípios da economia solidária, por meio da criação de novos produtos, transformação das relações de trabalho, e construção de perspectivas de consumo ético e ambientalmente responsáveis. As RES são formadas por empreendimentos que têm características comuns, ou que desenvolvem atividades parecidas e possam fortalecer-se mutuamente, uma vez que são empreendimentos coletivos formados por outros coletivos (Cruz, 2009).

Mance (2005) pontua que alguns critérios básicos que devem ser seguidos pelos participantes das RES são: evitar a exploração do trabalho e a soberania nos empreendimentos; preservar e equilibrar os ecossistemas, considerando os empreendimentos que não estão inteiramente sustentáveis; operar sob a autogestão, considerando a cooperação e solidariedade; e partilhar as parcelas dos excedentes, em favor da expansão da própria rede.

As RES costumam aproximar os empreendimentos que a compõem, a fim de criar arranjos produtivos, destinados a fomentar as cadeias de produção e consumo para garantir a ajuda mútua entre os empreendimentos. Diante disso, os empreendimentos de horta, por exemplo, podem ser ligados a outros

empreendimentos que necessitem dos materiais produzidos por eles, por meio de relações de venda ou trocas solidárias. Além disso, as lojas ou comércios que são vinculados as RES podem articular-se para receber os produtos dos empreendimentos, para sustentar o apoio mútuo, para que suas ações não sejam desmontadas por outros agentes (Burnagui; Ferro, 2024).

1.4 NOTAS SOBRE SAÚDE MENTAL, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Região Norte
Ferida aberta pelo progresso
Sugada pelos sulistas
E amputada pela consciência nacional
(Belém-Pará-Brasil, Mosaico de Ravena)

Quando pensei em introduzir uma parte do texto falando sobre a Amazônia Paraense, imaginei que ela pudesse ajudar a situar as pessoas que não fazem parte do território, por isso escolho começar com a música “Belém-Pará-Brasil”, do grupo Mosaico de Ravena. Mas, o que faz com que ela seja posicionada aqui? O grupo supracitado escreve a música para falar sobre dilemas que os povos amazônidas, neste caso o Paraense, enfrentam. Questões relacionadas ao olhar estigmatizante que o resto das regiões do país tem sobre nós.

Acho importante situar, pois, ainda hoje, a região norte tem servido e sendo enxergada com uma visão desenvolvimentista, na qual a nossa cultura não é reconhecida e as nossas riquezas são exploradas. Ainda que a capital paraense esteja presente, atualmente, nas agendas climáticas, nas novelas e nos programas da televisão nacional; a visão de que não temos estradas, que os animais andam pelas ruas e a nossa cidade só tem “mato”, ainda são difundidas.

E por que é importante falar disso quando pensamos em saúde mental e inclusão social pelo trabalho?

Essa visão estigmatizante em conjunto com a visão exploradora fizeram, e fazem, com que as políticas públicas cheguem tardiamente na região. Isso faz com que muitas pessoas/empresas utilizem a mão-de-obra paraense somente como “chão de fábrica”, e pouco considere suas formações empíricas e acadêmicas, o que faz

com que as pessoas se desloquem para outras regiões do Brasil em busca de condições melhores de trabalho, inclusive.

Ao passo que debates são difundidos em cidades do eixo sul-sudeste, o Norte é esquecido e tem sua realidade distante das outras regiões. Desta feita, essa parte do trabalho e, talvez, o trabalho inteiro é uma convocação para pensar o Norte. A partir das suas especificidades.

Sim. Nossos rios também são ruas. Nossa relação com o tempo é diferente. Nossa relação com o trabalho também. Durante um passeio, uma amiga, que estava em Belém, me questionou o porquê de os comércios fecharem na hora do almoço. Respondi que em Belém o descanso após o almoço era sagrado, por isso às 12h os comércios fechavam e voltavam a abrir às 15h/16h, e a dinâmica do local já é organizada nesse funcionamento. Assim como o famoso termo “te encontro depois da chuva”, que referir-se a nossa organização temporal, guiada pelo horário que, costumeiramente, chove na região.

Pensar trabalho em Belém e na região metropolitana tem esse deslocamento. Exige pausa, recálculo de rotas e continuidade.

De acordo com Torres, Nascimento e Ramírez (2024) a região amazônica apresenta especificidades socioeconômicas, ambientais e culturais, o que faz com que uma lente específica seja colocada sobre as práticas de economia solidária que acontecem na região. Outrossim, os períodos de cheias na região, sendo um fenômeno natural, pode gerar impactos nas atividades econômicas, exigindo o desenvolvimento de estratégias adaptativas e políticas eficazes.

De acordo com Rodrigues (2008), no processo de ocupação da Amazônia, Belém tornou-se uma grande colônia de Portugal, tendo o seu perfil econômico baseado em atividades comerciais e financeiras. Atualmente, Belém é uma cidade de serviços, tendo sua composição econômica dividida da seguinte forma: 85% no setor terciário, em atividades de venda de produtos e prestação de serviços; 14% no setor secundário, onde se situam as indústrias, sobretudo de construção civil, alimentos e bebidas. E, por último, com 1% está o primeiro setor, relacionados a agricultura e pecuária (Pereira; Oliveira, 2023).

Em 2020, o governo municipal realizou um levantamento sobre as condições de vida/trabalho dos moradores da região, foi constatado que 115 mil

peessoas estavam vivendo em condições de sub ocupação, apesar de terem algum tipo de trabalho, não conseguem manter a sua subsistência. Além disso, considera-se que o município de Belém possui uma das mais baixas renda per capita do Brasil (Pereira; Oliveira, 2023).

A partir do estudo de Miranda (2009), é possível identificar que o surgimento da EcoSol no Pará se deu a partir da Economia Popular, por meio da criação de um grupo de empreendedores populares e trabalhadores solidários, no ano de 2000. Além deste marco, a autora identifica outras narrativas sobre o surgimento, sendo: a política de microcrédito do Banco do Povo da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), a atuação da Cáritas brasileira em diversos municípios do interior do estado; e a existência das práticas de economia solidária no cotidiano dos trabalhadores em empreendimentos criados anteriormente. No entanto, não eram nomeados como economia solidária, por desconhecimento.

De acordo com Bertucci (2003), durante o final do século XX, no município de Belém, várias entidades começaram a mobilizar-se em prol da luta contra a exclusão social. Dentre elas, destaca-se a Cáritas Brasileira, por meio do seu apoio aos projetos de associativismo e cooperativismo, vinculados aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Além disso, notou-se o engajamento da Universidade Federal do Pará (UFPA), em decorrência de sua parceria com a Rede Intrauniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho—UNITRABALHO (Santos; Souza, 2006).

No entanto, segundo Fernandes (2002) dentre estas experiências, a mais significativa ocorreu no final dos anos 1990, sendo a criação do Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda “Ver-o-Sol”, tendo iniciado suas atividades em 1998, por meio do Banco do Povo, que recebeu suporte da Prefeitura Municipal de Belém em conjunto com a Agência de Desenvolvimento Solidário da Amazônia (ADS—Amazônia).

Faz-se importante ressaltar que o Banco do Povo de Belém, no ano de 1998, estimulava a ideia de economia solidária, por meio da geração de trabalho e renda, democratização do acesso ao crédito e incentivo à criação de cooperativas associativas solidárias. Considera-se, então, que essa concessão de crédito para trabalhadores, de micro e pequeno porte, que operavam na informalidade, foi o

primeiro ensaio para a experiência de política de fomento à economia solidária (Miranda, 2009).

De acordo com Pereira e Oliveira (2023) o Banco do Povo tinha como objetivo trabalhar o acesso a crédito não como um fim, mas como parte de um processo, sendo: acesso a crédito, formação e organização, tendo o foco de incentivar os chamados projetos especiais. Estes, por sua vez, dividiam-se em incentivo a formação e organização e relacionados a crédito. Tendo vinculação com o primeiro, situam-se os Fóruns de Economia Solidária.

Ainda que haja diversas histórias sobre o surgimento da economia solidária no estado, todos confluem ao pontuar que a temática foi incluída nos debates devido à crise no trabalho local, o que emanou a necessidade de sobrevivência. Diante disso, em 2000, os trabalhadores das ruas começaram a se organizar como economia informal, tendo somente após as recomendações do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, iniciado o movimento de concretização da EcoSol no estado (Miranda, 2009).

Durante a fase inicial da EcoSol no estado do Pará ocorreu o 1º Encontro de Economia Solidária do Estado do Pará com a I Plenária Estadual de Economia Solidária do Estado do Pará, em junho de 2003. Esses encontros foram momentos nos quais se objetivou debater e deliberar acerca das propostas a serem apresentadas para o III Encontro Brasileiro de Economia Solidária (Belém, 2002).

De acordo com dados do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária (FPEPS, 2005), esta edição do encontro brasileiro reuniu 400 pessoas, em sua maioria empreendedores populares e solidários. Na ocasião, foi pontuado que o Pará foi o estado com maior representatividade, em termos quantitativos, apresentando uma das maiores delegações do país; o que reverberou na construção ativa diante das tomadas de decisões aprovadas na ocasião.

Foi durante a V Plenária Metropolitana de Economia Solidária, no ano de 2007, que se instituiu a definição de economia solidária no Pará, sendo:

Construção coletiva de um movimento que fortalece a luta, a união, a igualdade social. É a materialização de um sonho, por meio de novas estratégias que primam pelo desenvolvimento social, econômico e cultural na busca de geração de trabalho e renda, para um comércio justo e solidário. Trata-se de um novo modelo de desenvolvimento. Assim, fazer economia solidária é

restaurar as relações de dignidade, percebendo as pessoas, não como indivíduos isolados, mas como um coletivo (PMES, 2007).

No estado do Pará, somente em 2009 foi instituída uma política pública de fomento à economia solidária. Esta política passou por uma alteração no ano de 2023, a partir dela foi criado o Conselho Estadual de Economia Solidária, devendo ser composto por diversos agentes, sendo: representantes das secretarias de emprego e renda, saúde, desenvolvimento agropecuário e pesca, ciência e tecnologia, cultura, extensão rural, banco regional, e de desenvolvimento econômico, mineração e energia. Além dos representantes da sociedade civil, vinculados ao movimento da economia solidária do estado (ALEPA, 2023). Vale ressaltar que nesta legislação não é realizada referência a pessoas em situação de desvantagem social.

O estudo de Arcanjo e Oliveira (2018) se dedicou a compreender as reverberações produzidas pela criação da SENAES, no âmbito nacional, na esfera local, em Belém, a partir da visão dos integrantes dos EES. A pesquisa aponta que, embora com a criação da SENAES tenham ocorrido significativos avanços relacionados à formação em EcoSol, incentivo ao financiamento dos EES, fomento para o desenvolvimento de políticas públicas e auxílio com a articulação local junto ao movimento nacional da EcoSol; aspectos referentes a disputas políticas, pouco fomento para o segmento dos artesãos, falta de articulação e planejamento entre a rede na própria região metropolitana de Belém, foram questões de tensionamento na fala dos entrevistados. Essa realidade desvela o desinteresse do poder público em dispor de ações para o fortalecimento da EcoSol na região.

Apesar das dificuldades apontadas na literatura encontrada, como pontuado anteriormente, alguns empreendimentos econômicos solidários da região organizam-se em redes de cooperação. Segundo o Mapa Cultural do Pará (s/d), a Rede de Cooperação—Mãos Solidárias (RECOMSOL), por exemplo, organiza-se para integrar as iniciativas de economia solidária, no âmbito urbano e rural, por meio de práticas inclusivas, socialmente justas e sustentáveis, preocupando-se em agregar os valores culturais e socioambientais.

Se considerarmos a interface entre saúde mental e inclusão social pelo trabalho, Cancela (2012) pontua que no estado do Pará os projetos vinculados a essa perspectiva demonstram-se incipientes, requerendo maior necessidade de infraestrutura e recursos financeiros, estando distante da possibilidade de desvínculo

de seus parceiros, sobretudo governamentais; em decorrência da dificuldade de postura independente e autônoma. Apesar disso, é possível notar melhora nos aspectos individuais das pessoas que buscam a retomada de sua cidadania pela via do trabalho.

No Pará, a primeira associação de usuários e familiares do campo da saúde mental, foi fundada no ano de 2004, impulsionada por trabalhadores da Unidade de Saúde da Pedreira, um bairro do município de Belém. O diálogo entre os trabalhadores, os usuários e seus familiares basearam-se na organização de um grupo de produção de peças artesanais e construção de espaços para atividades sociais e culturais, a fim de garantir a inserção social de pessoas em sofrimento psíquico (Cancela, 2012).

Na época, a associação tinha o apoio do programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PITCPES/UFPA) que, a partir de 2006, passou a realizar consultorias técnicas, por meio de orientações nas áreas de contabilidade, econômica, social e jurídica. Em 2012, a associação também fazia parte do Projeto “Arte, Cultura e Dignidade”, vinculado ao Ministério da Cultura. Apesar disso, a associação não possuía vinculação com a rede de economia solidária do estado (Cancela, 2012).

Silva (2014) apresenta em seu estudo uma experiência de geração de renda no campo da saúde mental, a partir de uma oficina de panificação existente no interior de um CAPS III do município de Belém. A autora refere que a oficina surgiu a partir da inserção de alguns profissionais em uma capacitação promovida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. A autora identifica que as razões para a participação da maioria dos usuários na atividade estão relacionadas somente ao fato de ser uma atividade que tem que ser seguida no serviço, sendo que alguns referem que só estão participando porque um profissional a inseriu em seu projeto de cuidado. No entanto, alguns usuários conseguiram atribuir sentidos de geração de renda à atividade, a partir da sua dificuldade de inserção no mundo do trabalho e necessidade de subsistência.

Na III chamada para a seleção de projetos de reabilitação psicossocial: trabalho, cultura e inserção social na RAPS, realizada pelo Ministério da Saúde, em 2012, o referido serviço foi contemplado, por meio do projeto “Grãos do Pará”. A

chamada possuía como objetivo o financiamento de projetos na RAPS realizados a partir de trabalho associado, sendo as cooperativas e os empreendimentos econômicos solidários protagonistas desta seleção (Brasil, 2012).

O referido projeto foi convocado por esta seleção, no entanto, o serviço precisou reformular o projeto, devido à necessidade de levar a oficina e os equipamentos de panificação para um projeto de cooperativa que pudesse ocorrer na comunidade, retirando-a do âmbito do CAPS. Embora, o projeto tenha sido aprovado após a reformulação, e o financiamento tenha sido enviado do governo federal para o governo do estado, até o ano de 2014 o repasse não havia sido feito; o que pode ter contribuído com as limitações da execução da oficina apenas no interior do serviço (Silva, 2014). Não foram encontrados quaisquer documentos que apresentassem a permanência da iniciativa na região.

O estudo de Sousa *et. al.* (2019) apresenta a experiência das oficinas terapêuticas em um CAPS no município de Belém, a partir da perspectiva do empreendedorismo. Os autores remontam a vinculação do empreendedorismo social como produção de cuidado no âmbito dos CAPS, a partir da realização de uma oficina para produção de cestas. Na pesquisa são pontuadas as dificuldades relacionadas à falta de recursos financeiros, muito embora as oficinas demonstrem importante papel na reinserção social e interação entre os usuários. Dessa maneira, os autores referem que as mídias digitais podem ser aliadas, em relação à comercialização dos produtos, garantindo recursos financeiros que auxiliem na permanência da atividade.

A produção de Ponte e colaboradores (2023) apresenta a experiência da criação de um grupo de trabalho de geração de renda e saúde mental no município de Belém, no estado do Pará. O grupo é composto por usuários, familiares, trabalhadores da saúde mental, representantes de associações, poder legislativo, pesquisadores, docentes e discentes vinculados às universidades públicas federal e estadual da região. Os autores pontuam que o grupo iniciou seus encontros a fim de propor articulações entre as redes para a favorecer a busca pela emancipação das pessoas, por meio da geração de renda.

A realidade da saúde mental no município de Belém estava permeada pela precarização dos serviços de saúde mental, pouca articulação entre os agentes da RAPS e falta de projetos que visassem o desenvolvimento de uma postura

emancipatória dos usuários. Diante disso, observou-se a importância de fortalecer os coletivos e incentivar novas produções de cuidados, ancorados na reabilitação psicossocial dessas pessoas, a fim de proporcionar a garantia do exercício da cidadania. Os autores defendem a perspectiva do empreendedorismo solidário, como pilar nos processos de valorização do saber local, de identidade cultural e tecnologias populares, que visem a produção, comercialização e disponibilidade de serviços em espaços na comunidade (Ponte *et. al.*, 2023).

Como já pontuado anteriormente, os CAPS são cenários em que podem ocorrer oficinas de trabalho, a fim de proporcionar o aprendizado de uma habilidade específica as pessoas em sofrimento psíquico que frequentam o serviço. Nesse contexto, no âmbito do CAPS AD III vem ocorrendo a oficina produtiva para a geração de renda. Apesar da existência destas ações, não possuem registros publicados sobre estas práticas.

Considerando este cenário, nos propomos a estudar o contexto atual da interface entre saúde mental e economia solidária na região norte do país, especificamente, na região metropolitana de Belém, no estado do Pará. Assim, surgiram as seguintes questões de estudo: qual a realidade atual dos empreendimentos econômicos solidários da região metropolitana de Belém? Quais as características das experiências de trabalho que ocorrem nos serviços de saúde mental da cidade de Belém? Como tais experiências podem se articular como movimento da economia solidária?

Essas inquietações partem da realidade de existência de poucos estudos publicados que discorram sobre a inclusão social pelo trabalho na região. Além disso, considera-se que os dados presentes nos levantamentos apresentados estão defasados, em decorrência da lacuna no tempo, o que nos direciona para a necessidade de nos debruçarmos a compreender a dinâmica local, a partir de suas construções atuais, possibilidades de articulação e desafios.

A partir dessas convocações, pontuamos que este estudo tem como objeto de pesquisa a inclusão social pelo trabalho de pessoas que fazem uso de álcool e drogas na perspectiva da economia solidária, no contexto da Amazônia Paraense. Buscamos desenvolver implicações, por meio dos encontros e desencontros com a

produção da realidade no campo da economia solidária e da saúde mental da Região Metropolitana de Belém, tendo sua condução mediada pelo método cartográfico.

Os caminhos que me levaram a construir esse estudo, já foram contados até aqui, por meio das mobilizações causadas em mim a partir do encontro com o trabalho, a inclusão social e a saúde mental. Mas, como dar conta de todas essas reverberações? Como transformar as questões em algo, mais ou menos, estruturado para propor um delineamento metodológico? A partir daqui, pretendo contar para vocês os caminhos que construíram este estudo, por meio da perspectiva dos objetivos e do percurso metodológico.

2 QUANDO RETORNO PARA CASA, O QUE PENSO ENCONTRAR?

Daqui a pouco, vocês entrarão em contato com o percurso metodológico que escolhi para me acompanhar nessa andança. Mas, antes dele, preciso lhes contar sobre as escolhas do que seriam os nossos objetivos. De onde partimos a primeira vez? Partimos de uma compreensão de que nada sabíamos sobre a realidade atual dos empreendimentos econômicos solidários e das ações de geração de renda no campo da saúde mental, que ocorriam — ou não — na Região Metropolitana de Belém.

Como foi possível observar anteriormente, apesar de alguns estudos falarem sobre o campo da economia solidária e o campo da saúde mental, assim como a professora Isabela possuir experiência nos dois campos, não tínhamos de fato um conhecimento sobre como estavam as organizações e articulações no presente na região. Haja vista que os levantamentos já estavam defasados, e que possuíamos na época poucas informações sobre a realidade local.

Apesar disso, apostamos que esta via seria preciosa para nós e para os campos, reconhecer o meu território, na perspectiva da inclusão social pelo trabalho me pareceu importante, haja vista a convocação que vira das pessoas assistidas pelo serviço. Após conhecer a economia solidária, pensei que essa outra economia poderia auxiliar em muitos caminhos, da assistência em saúde mental, das políticas públicas, das articulações intersetoriais. Foram tantas possibilidades imaginadas e esperanças. Seguimos.

Pensando nisso, estruturamos objetivos que pudessem nos ajudar como um ponto de partida, para conhecer, reconhecer e compreender. Embora a região Metropolitana de Belém fosse um território conhecido e habitado por mim, eu já estava fora há dois anos. Como seria retornar? O que poderia encontrar?

Essas convocações nos direcionaram para organizar os objetivos. Apesar da cartografia não partir de realidades pré-estabelecidas, apresento aqui objetivos construídos a fim de servirem como um ponto de partida para a condução, do que depois irei nomear de passos da atenção da cartógrafa-pesquisadora. Sendo:

2.1 OBJETIVO GERAL

- Cartografar a realidade atual dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e das experiências de geração de renda no campo da saúde mental álcool e outras drogas, da Região Metropolitana de Belém (RMB).

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a dinâmica organizacional dos EES que compõem a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias;
- Investigar possibilidades de articulação entre os EES que compõem a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias com a Saúde Mental;
- Identificar se, na oficina produtiva do CAPS AD III, há possibilidade de desenvolvimento de ações seguindo os princípios da Economia Solidária.

3 IMAGINANDO A CARTOGRAFIA COMO POTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE ITINERÁRIOS, MAPAS E EXISTÊNCIAS

A partir daqui, pretendo apresentar os caminhos que tracei para construir um percurso cartográfico de acompanhamento dos processos, situando a cartografia como escolha e amparo nesta organização metodológica, assim como a descrição dos dispositivos que auxiliaram na produção dos dados, a partir do rigor da pesquisa cartográfica. Por fim, apresentarei o itinerário traçado à luz das quatro pistas que guiam o funcionamento da atenção do cartógrafo-pesquisador e a forma de análise de implicação dos dados produzidos.

A realização deste estudo foi possível, a partir da apresentação e posterior aprovação do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa (ANEXO 2) da Universidade

Federal de São Carlos (CEP/UFSCar), sob o parecer n.º 6.685.742. Após isso, as pessoas que participaram deste estudo, que teve a construção dos dados realizada entre março e junho de 2024, preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICES 1 e 3).

3.1 ENTRE TANTAS POSSIBILIDADES DE DELINEAMENTO METODOLÓGICO, POR QUE ESCOLHO A CARTOGRAFIA?

Minha caminhada na pesquisa sempre partiu da convocação de algo que fizesse sentido para a minha existência, por isso ao conhecer a cartografia encontrei a possibilidade de fazer uma pesquisa onde o eu-pesquisadora, eu-pessoa, eu-profissional poderiam caminhar juntos. Dessa forma, a implicação permitida e posta na cartografia me ajuda a conhecer, a partir de diferentes afetos e perspectivas, as formas de composição de uma realidade. Nada está dado, tudo é construção.

Quando penso no objeto da inclusão social pelo trabalho e na possibilidade de retornar para casa, imagino que a cartografia possa me ajudar a desvelar o que, muitas vezes, não está circunscrito nas linhas, mas o que habita nas entrelinhas. Penso que outro delineamento metodológico não poderia me dar essa sensação de mergulho. Com essa abordagem pude mergulhar, criar, decompor e me afogar. A estrutura inventiva da cartografia me ajudou a compreender que, na construção do tecer-pesquisa, muitos debates podem caber, muitas portas podem se abrir.

Dessa forma, convido você a continuar caminhando comigo, nos trajetos que fui traçando, entendendo que a construção da pesquisa cartográfica não coloca o objeto distante do pesquisador, muito menos o pesquisador como mero observador dos fazeres. Enquanto cartógrafa-pesquisadora acompanhei, me coloquei, criei e inventei junto das pessoas e dos campos que habitei. Pude lançar as redes, e nelas me vi sendo entrelaçada pelos nós, que compuseram as conexões, tendo sido desembaraçados por muitas mãos.

Falar de redes em um trabalho escrito por uma paraense é simbólico, está para além do sentido literal da palavra, mas tem sinônimo de descanso, afeto e cuidado. A rede é espaço de encontro e cuidado, nos quais as pessoas se conectam, todo mundo tem um armador de rede em casa, as pessoas aprendem a desembaraçar

o punho, e a fazer uma “boca de lobo”². Fazeres ensinados e passados de geração em geração. Ou seja, lançar redes significa encontro, cuidado, movimento, embaraço e desembaraço. O que outras pessoas que não são da região poderiam nomear de articulação e desarticulação.

Essa cartografia está dizendo e ainda vai dizer da realidade, dada e construída, por muitos agentes. Inclusive, por mim, que também sou parte do território e que habito lugares possíveis junto das pessoas. Um movimento que, Segundo Costa (2020), faz parte da aposta ética na cartografia, que nos coloca frente-a-frente com a experimentação de uma imprevisibilidade, respeitando os devires nos quais as linhas de fuga aparecem de forma mais nítida.

Dito isso.

Essa pesquisa caracteriza-se como abordagem qualitativa e natureza cartográfica. No que se refere a abordagem, segundo Minayo (2008) a abordagem qualitativa pode ser compreendida como aquela que produz dados que não provém de quaisquer formas de quantificação. Dessa forma, é possível conhecer a simbologia e as particularidades da experiência, dos comportamentos e emoções vivenciados. Além de compreender o funcionamento organizacional, movimentos sociais ou culturais e relações entre grupos sociais e instituições.

Quanto à natureza, a cartografia é uma teoria fundamentada na esquizoanálise, proposta por Deleuze e Guatarri (1995), podendo ser entendida como construtora de conexões, em relação aos processos complexos que acontecem em situações cotidianas. Ou seja, a cartografia propõe o acompanhamento dos processos e percursos em direção à compreensão e o desenvolvimento de conexões rizomáticas, voltados para uma experiência real.

Segundo Rolnik (2014) a perspectiva da cartografia, como estudo, baseia-se em reflexões geradas em acontecimentos, tendo a construção do conhecimento moldada a partir do desenvolvimento do processo de pesquisar. Ou seja, junto ao campo, as pessoas e ao pesquisador, não do pesquisador para o campo e as pessoas. Nesse sentido, não é possível ter um caminho traçado previamente. O que ocorre, é

² Nó feito nos punhos de uma rede para diminuir o tamanho e aumentar o conforto.

um contorno por meio de uma ética que limita as ações do pesquisador, tendo a possibilidade de expansão da realidade como parâmetro básico.

Como abordado anteriormente, utilizaremos neste estudo, o conceito de rizoma, para compor as redes que pretendemos apresentar. Nesse sentido, rizoma é entendido como um mapa, um conjunto de linhas visíveis ou invisíveis que ocorrem em um emaranhado, não podendo distinguir o início do fim. Seguir um rizoma é cartografar, ao passo que não se parte de realidades pré-estabelecidas, uma vez que se investiga o processo e, nele, a construção da subjetividade (Souza; Francisco, 2016).

Um rizoma é formado por redes que compõem os mapas vivos, com estruturas periféricas, tendo inúmeras entradas e saídas. O que fundamenta um rizoma, é a sua capacidade de multiplicidade. Nesse sentido, um rizoma pode ser interrompido e retomado, por meio de suas linhas de força e de segmentaridade (Deleuze; Guattari, 1995). Diante disso, a cartografia torna capaz a captação da existência de um trabalho vivo e dinâmico (Miranda *et. al.*, 2021).

No rizoma não há ideia de começo, meio e fim, embora haja um eixo, possibilitando o crescimento em qualquer direção, e para todos os lados. Nesse sentido, a pesquisa cartográfica se produz por meio de linhas rizomáticas que se organizam conforme o percurso do pesquisador, do teórico ao empírico e de volta ao teórico, e a outros percursos. Assim, os resultados produzidos nesse emaranhado de linhas se fundem na trajetória investigativa, oferecendo um mapa para a leitura dos vieses encontrados para a problemática (Rosário; Coca, 2018).

Embora a cartografia seja um método, ela não se propõe a construir somente uma reprodução da realidade. A cartografia parte da construção de um mapa formado por diversas entradas e saídas, que se conectam com o real. Um mapa disposto a construir os processos, um sistema sem centro, sem hierarquia, e sem significado pré-concebido. Nesse sentido, é um mapeamento que produz a realidade e não apenas a representa (Deleuze; Guattari, 1980).

Para tornar a investigação cartográfica possível, faz-se necessário acompanhar os processos. A cartografia realiza um deslocamento construtivista, em prol de traçar caminhos junto ao movimento dos fenômenos investigados, a partir do caminhar do investigador, abandonando a interpretação em favor da experimentação.

Diante disso, a preocupação da cartografia não está vinculada a desvendar as questões do passado, mas os sentidos produzidos no presente e no futuro. Apesar de considerar a história, preocupa-se com os deslocamentos e movimentos produzidos pelos/nos corpos (Deleuze; Guattari, 1980; Deleuze; Guattari, 1995).

Por isso, a cartografia na pesquisa é compreendida como um caminho, uma trajetória, um mapeamento, o fenômeno investigado; o que permite a cartografia do campo, do território e de seus elementos, o que pode produzir diversos sentidos. O pesquisador está implicado no campo, e suas ações reverberam nos coletivos investigados, produzindo a pesquisa-intervenção (Passos; Barros, 2009).

No mapeamento do território, traçam-se linhas em dinamismo, que seguem os movimentos captados pelas cenas que acontecem no território, na cidade e no fenômeno. O plano de investigação é um campo aberto, continuamente variado, construído a partir do traçar (Hur, 2021).

Em suma, a cartografia é um estudo das relações de forças que constroem o campo específico da experiência. Nesse sentido, território é aqui entendido como algo coletivo, uma vez que é fruto de relações, partindo da ideia de que há um conjunto de regras para existir no mundo. Sendo assim, na cartografia se produz dados enquanto se acompanha as experiências (Lemos; Oliveira, 2017).

O que colabora com a perspectiva de território proposta por Milton Santos (2002), que considera o território um espaço para reconstrução e construção da existência de sujeitos sociais, históricos e desejantes, sendo este um espaço no qual as pessoas vivem, trabalham, sofrem e sonham. Tendo essa base territorial como produção coletiva, histórica, social e política, temos a sua essência enquanto elemento organizativo e assistencial de saúde.

Embora o território inclua os seres vivos e suas apresentações, ainda é algo externo e pré-existente, podendo ser representado por um olhar objetivo; fazendo com que os sentidos produzidos a partir da relação das pessoas com o território sejam reduzidos a espaços físicos. No entanto, faz parte do processo de atenção do cartógrafo, se dispor a estar junto do território acompanhado, sem quaisquer distanciamentos, buscando construir sentidos com algo ou alguém (Alvarez; Passos, 2009).

3.2 QUE RECURSOS UTILIZAMOS PARA APRENDER A OLHAR?

Depois da escolha de pesquisar sob a luz do delineamento cartográfico, começamos a pensar em qual/quais dispositivos poderiam nos ajudar a alcançar, de forma mais fidedigna, a produção dos dados que imaginávamos seguir.

Surgiram, então, os formulários. No meio do percurso, fomos entendendo que somente os formulários, talvez, não conseguiriam dar conta da necessidade de construção que estávamos nos propondo a fazer. Surgiram, então, o diário de campo e as cenas. Ainda, no meio do caminho, o campo nos convocou a repensar sobre os dispositivos, e decidimos lançar mão da gravação de áudio e posterior transcrição, pensando que todos os dispositivos juntos poderiam nos ajudar a compreender melhor os processos que estávamos acompanhando. Dessa maneira, os formulários tornaram-se roteiros de entrevistas.

Não enxergamos só com os olhos. Como dito por uma das célebres frases do Pequeno Príncipe *“o essencial é invisível aos olhos”*, precisamos de sensibilidade para perceber com os outros sentidos, que vão ajudando a compor a realidade. O que estamos vendo é isso mesmo? O que está por trás? O que vem depois? Tem gosto e som de quê? Os dispositivos, neste estudo, ajudaram a perceber as nuances, os não-ditos, a inteireza do que estava se construindo ali na minha frente. A vida que acontecia diante e com a minha presença.

Dessa forma, diante do acompanhamento dos processos, compreendemos a necessidade de construir dispositivos capazes de captar as produções sobre o dito e o não dito. Os dispositivos, na cartografia, são práticas e modos de funcionar, que produzem efeitos. Nesse sentido, eles podem indicar outros modos de enxergar e falar, o que pode produzir novas formas de expressão (Katrusp; Barros, 2009).

Segundo Sade, Ferraz e Rocha (2014) os dispositivos podem produzir a alternância de funções, dando espaço para haver dúvidas, questionamentos e questões relacionadas à pesquisa; permitindo que os interesses expostos na pesquisa envolvam tanto as questões do pesquisador, como das pessoas que participam. Para isso, utilizou-se nas etapas da construção deste estudo alguns dispositivos, sendo:

- Formulário de caracterização dos empreendimentos (APÊNDICE 2), a fim de conhecer sobre as histórias e processos de formação, organização,

comercialização e as possíveis relações dos empreendimentos econômicos solidários que compõem a rede com o campo da saúde mental.

- Formulário de caracterização da oficina produtiva (APÊNDICE 4), a fim de acessar as vivências relacionadas ao cotidiano, produção de sentidos, potencialidades e dificuldades de fazer-organizar a oficina produtiva.
- Gravação em áudio e transcrição, para acessar conteúdos que transcendem as linhas dos formulários, que emergem a partir da relação da pesquisadora, da pesquisa e dos territórios acompanhados. As entrevistas não estavam programadas, inicialmente, porém a partir do contato com o campo fomos compreendendo a necessidade de tornar a condução do preenchimento do formulário como uma entrevista. Esse movimento buscou favorecer o acesso aos discursos dos participantes, considerando que na oralidade podem ser observados outros aspectos, que diferem da escrita.
- Diário de campo, considerando as percepções construídas a partir do acompanhamento das realidades diárias, circunscritas nas pessoas, nos serviços e nos territórios. De acordo com Barros e Kastrup (2012) o pesquisador cartográfico lança mão de uma proposta de atenção que ajuda na compreensão de aspectos diferentes no decorrer da produção dos dados. Nesse sentido, a escrita no diário de campo pode contribuir com uma atitude intencional aberta, permitindo que a pesquisa seja tecida no cotidiano da pesquisadora. Assim, a escrita e a leitura do diário de campo trazem uma nova configuração ao tema de pesquisa, conseguindo mobilizar memórias relacionadas a este.
- As cenas, se configuram como registros fotográficos e escritos que nos permitem acessar as produções técnicas e coletivas dos empreendimentos e da oficina produtiva.

3.3 COMO FIZEMOS A ANÁLISE DOS DADOS?

A análise dos dados produzidos seguiu o rigor da análise cartográfica. Segundo Barros e Barros (2013), o que impulsiona a análise na cartografia são os problemas. Dessa forma, ela se constitui a partir de uma atenção para as problemáticas, mas também resulta em novos olhares para novas problemáticas.

Diante disso, a análise propõe multiplicar os sentidos construídos por meio da produção dos dados e, assim, formular novos problemas a serem pensados.

Na pesquisa cartográfica a análise é de implicação, consistindo em evidenciar relações que constroem uma realidade, na qual o pesquisador encontra-se submerso (Barros; Barros, 2013; Rodrigues, 2012).

De acordo com Souza (2015) a análise de implicação favorece a direção metodológica, a fim de alcançar os processos de singularização, uma vez que inicia quando o pesquisador se transforma em parte do processo, em total mudança. Assim, as inquietações e desestabilizações produzidas pelo campo na pessoa do pesquisador precisam ser analisadas, por ajudarem a compreender o que se coloca como singularização na pesquisa. No entanto, a análise de implicação não se configura como uma análise da intimidade do pesquisador, mas uma análise das forças que afetam o mesmo. A cartografia começa no meio, na relação entre pesquisador e campo. A indissociação entre sujeito que conhece e mundo conhecido faz com que seja indispensável a construção de que pesquisar é apreender como parte do processo dois polos, sendo: sujeito e objeto, em que, em suma, o objeto propriamente dito será a relação entre os dois.

Nesse sentido, na pesquisa cartográfica, não se espera formular uma resposta para explicar a origem dos acontecimentos, atribuindo causas históricas. Ao contrário, pretende-se ir ao encontro de uma multiplicidade de sentidos e significados. O que faz emergir um paradoxo, na análise cartográfica, na qual busca-se acessar a objetividade que tende a dar espaço para a proliferação de sentidos, ao invés de ir em busca de um único sentido. Sendo assim, a experiência como base da pesquisa e da análise é criadora (Barros; Barros, 2013).

Dessa forma, segundo Barros e Barros (2013):

Não há objeto que anteceda as objeções, nem um fato histórico descolado de um problema. Busca-se “estar presente” em seu campo, desde que consideremos como presença esse estado de atenção em que se torna possível restituir ao dado seu caráter de acontecimentos. Se para a análise é preciso considerar o acontecimento, a constituição de um objeto como tal, na cartografia não pode ser senão como processo. A análise de processos depende de um recuo em relação ao caráter “dado” do sentido em uma pesquisa, como se ele fosse evidente ou necessário.

Diante do exposto, buscou-se traçar itinerários que pudessem colaborar com a construção dos dados e, a partir disso, incitar reflexões sobre as realidades e

afetações. Para isso, dividimos este processo em quatro partes, considerando os aspectos de atenção do cartógrafo-pesquisador, as quais serão descritas a seguir.

4 HORA DE ALÇAR VOOS

De acordo com Passos (2009), a construção dos dados baseia-se no processo de atenção do cartógrafo-pesquisador, sendo assim dividida em quatro passos: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. Serão abordadas a seguir.

4.1 CHEGANDO NA CIDADE DAS MANGUEIRAS

O rastreio é um movimento de aproximação quando, ao ir ao encontro do objeto de estudo, o cartógrafo-pesquisador mostra-se atento às pistas e aos significados do processo. Belém é reconhecida como cidade das mangueiras, em decorrência do alto número de árvores desse tipo distribuídas nas principais avenidas da cidade. Quando chegamos no Pará, geralmente, chegamos no Aeroporto de Belém e de lá já é possível observar os rios e nossas características urbanas se fundindo com as características da natureza. Depois de dois anos fora de casa, retornei para me aproximar não somente do meu campo, mas também das minhas raízes.

Fiquei pensando por muito tempo como iria apresentar tudo o que vivi, de modo que as pessoas pudessem ser levadas a acompanhar meus passos. Quando começamos a pensar essa pesquisa, começamos a tentar procurar documentos, redes sociais, informações no Google Maps, que pudessem nos ajudar a encontrar alguém que participasse de coletivos de geração de renda/economia solidária, tanto no campo da saúde mental quanto no campo da economia solidária.

No que diz respeito ao campo da EcoSol, encontramos poucas informações sobre os coletivos vinculados a EcoSol, e estes situavam-se massivamente nas cidades do interior do Pará, tendo como sua atividade principal a agricultura familiar. No entanto, a proposta dessa pesquisa esteve localizada na Região Metropolitana de Belém, por questões de deslocamento da cartógrafa-pesquisadora. Continuamos a buscar. Achamos, então, um site do governo do estado com a matéria de um evento promovido pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER). Nela, encontrei uma fala de uma representante da Rede de Cooperação — Mãos Solidárias.

Foi a partir dessa pista que comecei a procurar representantes da rede, com as quais pudesse dialogar e apresentar o estudo, entrei em contato pelas redes sociais, e-mails, até que obtive uma resposta de uma assistente social, vinculada a Cáritas Regional-Norte, que apoiava as ações da rede. Combinamos um encontro remoto, via Google Meet, para que eu pudesse apresentar o estudo. No encontro, a profissional recebeu com alegria a proposta e combinamos uma reunião junto a representação da Rede de Cooperação — Mãos Solidárias (RECOMSOL).

No que se refere aos representantes dos EES, o encontro ocorreu por meio de uma reunião junto à coordenação da RECOMSOL. Na ocasião, por parte da pesquisadora, foram apresentadas as questões disparadoras do estudo, assim como suas motivações para a sua realização. Por parte da coordenação, foram apresentadas questões relacionadas ao anseio em abrir espaço para a entrada da pesquisadora e preocupações referentes a um período de desmobilização pela qual a rede estava passando, em decorrência das dificuldades instauradas pela pandemia e que estavam presentes no cotidiano da rede.

Sobre o receio de permitir o ingresso da pesquisadora nas atividades da rede e dos EES, considera-se um contexto em que a rede abria o espaço e sentia que os pesquisadores que iam nos encontros, conseguiam os seus dados e não se comprometiam com a realidade da rede. Nesse sentido, reforçarmos a especificidade da pesquisa cartográfica que segundo Ferigato e Carvalho (2021) se desloca para um método mais próximo do objeto de estudo, considerando aproximações mais coerentes junto aos movimentos de vida.

No que se refere ao contexto pandêmico, segundo Schiochet (2020), as reverberações da pandemia para as experiências de economia solidária advêm da questão que, muitas delas, se baseiam em relações “cara a cara”, sendo uma economia feita de pessoas e para pessoas. Por isso, a ocorrência desta depende do encontro entre as pessoas, para produção, consumo e trocas. Nesse sentido, a necessidade de isolamento social imposta pela pandemia tornaram as possibilidades de encontro escassas, o que comprometeu a continuidade destes processos socioeconômicos.

Durante a pandemia, no estudo de Santana, Rolim e Carneiro (2022), alguns grupos continuaram desenvolvendo suas atividades sem haver a necessidade

de mudança na oferta dos seus produtos e serviços. Porém, os que continuaram funcionando enfrentavam dificuldades relacionadas a falta de recursos para a produção, ausência de matérias-primas, redução na participação em chamadas públicas e editais específicos, falta de equipamentos e desinteresse dos associados; considerando que o contexto pandêmico reverberou, para muitas pessoas, em desgaste emocional, assim como em questões referentes a falta de espaços de comercialização.

Além das reverberações advindas com a situação da pandemia, considerando que este estudo ocorreu de março a junho de 2024, há uma falta de apoio para que as redes de economia solidária possam se fortalecer, sobretudo na região metropolitana de Belém. Uma vez que, notoriamente, percebe-se um incentivo às iniciativas vinculadas à agricultura familiar, que geralmente situam-se no interior do estado, em detrimento de demais iniciativas. Ainda assim, os incentivos tornam-se incipientes.

Esse cenário colabora com o vivenciado nacionalmente, após o ano de 2016, no qual tivemos desmontes nas políticas públicas de Economia Solidária e, consequentemente, perda de apoio. A realocação da EcoSol na Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva, no Departamento de Inclusão Produtiva Urbana, fez com que o campo político-institucional se afastasse dos ideais do campo da EcoSol, os quais contemplam o urbano e o rural, o que expôs a falta de cuidado com as redes e o movimento da EcoSol (Oliveira, 2023).

No campo da saúde mental, fizemos uma busca junto a profissionais da RAPS sobre experiências de geração de renda que estavam acontecendo no âmbito dos CAPS, especificamente nos CAPS AD, da Região Metropolitana de Belém. Considerando que a implicação para o surgimento deste estudo se deu a partir da minha experiência junto aos serviços de saúde mental — álcool e outras drogas, no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

No decorrer do estudo que, na época, falava sobre formas de cuidado no campo da saúde mental — álcool e outras drogas, houve uma convocação, por parte dos usuários, relacionada a falta de espaços para a inclusão no trabalho. A insistência do discurso nesta temática me direcionou a propor o trabalho que originou esta dissertação. Diante disso, passei a buscar por experiências de geração de renda neste

campo, como não encontrei ações que acontecessem fora dos serviços, contatei profissionais que trabalhavam na rede de saúde mental.

Segundo Lussi, Matsukura e Hann (2010) um dos maiores desafios na assistência em saúde mental, situa-se na falta de acesso dos usuários a vida produtiva. É inegável os inúmeros avanços acerca da inserção das pessoas com transtornos mentais, que ocorreram amparados pela reabilitação psicossocial. No entanto, considera-se que a inclusão no mundo do trabalho configura-se como uma barreira e que, por isso, deve ser deslocada; a fim de garantir melhores condições de vida e subsistência das pessoas, buscando mais efetivamente a inclusão social.

O ingresso das pessoas em sofrimento psíquico no mundo do trabalho torna-se limitado por conta de aspectos referentes a condição social de vulnerabilidade, falta de acesso à escolarização/profissionalização, efeitos colaterais das medicações, tipo de suporte familiar e comunitário, e natureza do trabalho a ser executado. Somado a estes fatores, ainda se tem a ideia de que as pessoas em sofrimento psíquico são inaptas para o trabalho, o que acaba nutrindo visões estigmatizantes referentes a capacidade produtiva das pessoas (Ribeiro, 2009).

Dessa forma, encontrei algumas experiências, no entanto, somente uma situava-se no campo da saúde mental — álcool e outras drogas, a partir disso fui tentando entrar em contato com a profissional que conduzia as ações para marcar um encontro e apresentar o estudo. Foram meses de diálogo virtual, via aplicativo de mensagens instantâneas, até que a mesma aceitasse meu ingresso no serviço. A resistência inicial foi decorrente da sobrecarga de trabalho, e o receio que a presença da pesquisadora significasse “mais alguma coisa para dar conta”.

No estudo de Fidelis e colaboradores (2021), ao avaliar o nível de sobrecarga de profissionais da saúde mental que trabalham no CAPS, os autores pontuam que os participantes da pesquisa referem se sentir sobrecarregados por conta do cansaço após o trabalho. Essa realidade é atribuída, na maioria das vezes, à necessidade de contato constante com os usuários do serviço, e por desenvolvimento de sintomas depressivos e estresse em decorrência do trabalho junto a pessoas em sofrimento psíquico.

Além desses fatores, os estudos de Oliveira *et. al.* (2020) e Vieira (2017) pontuam que a sobrecarga de trabalho dos profissionais da saúde mental pode ser

desencadeada pela necessidade de mais de um vínculo empregatício, baixa remuneração, insegurança no ambiente de trabalho, fadiga física e mental após os turnos de trabalho; assim como problemas de saúde adquiridos em decorrência do trabalho. Nesse sentido, os autores evidenciam que a sobrecarga está intimamente ligada à exaustão emocional, o que, consequentemente, afeta na oferta de cuidado.

Após a abertura para a pesquisa, foi necessário encaminhar um documento para a Secretaria do Estado de Saúde Pública (SESPA), contendo o projeto deste estudo, considerando as questões éticas, depois entramos em contato com a coordenação do Centro de Atenção Psicossocial — CAPS AD III para propor um diálogo, a fim de realizar a apresentação da pesquisa.

No momento do diálogo, foram apresentadas as questões disparadoras da pesquisa, assim como sua relevância para o campo da saúde mental, dada a incipiência de experiências na região. A coordenação do serviço, juntamente com a coordenadora da oficina produtiva, pontuou sobre as dificuldades para a existência do projeto desta oficina no serviço, relacionadas a financiamento, processo de trabalho da instituição e adesão dos usuários. Após isso, recebi o aceite para a realização da construção dos dados no ambiente do serviço.

Em um estudo com trabalhadores de CAPS, em relação à sobrecarga e insatisfação no trabalho, os autores pontuam que alguns dos problemas que podem corroborar com a insatisfação dos profissionais estão relacionados a estrutura física do espaço, falta de comprometimento da equipe, interferência de forças políticas, falta de articulação em rede, perda de autonomia nos atendimentos, pressão no trabalho e usuários ociosos no serviço (Fidelis *et. al.*, 2021).

Ao solicitar sugestões referentes à melhoria no serviço, os participantes destacam a importância de adequações como: melhora estrutura física, aumento do número de salas para atendimento, maior número de profissionais e melhor localização do serviço. Além desses fatores, pontuam a necessidade do investimento em educação permanente, formação de grupos de abordagem, menor interferência durante os atendimentos e renovação dos materiais para oficinas terapêuticas (Fidelis *et. al.*, 2021).

4.2 MAL CHEGUEI E A CHUVA JÁ COMEÇOU A CAIR!

A chuva no Pará é algo comum, mesmo em meio as constantes mudanças climáticas que estamos passando, a mistura da alta umidade com o calor sempre provocam chuvas isoladas ou totais, após o almoço ou em qualquer hora do dia. Não há como prever. Às vezes ela atrapalha, às vezes ela refresca, às vezes ela esquenta. Escrever essa parte do estudo fazendo essa comparação diz muito de como foi, para mim, esses contatos. Algumas vezes tranquilo, às vezes tempestuoso, às vezes refrescante. Mas, assim como respeito a chuva que vem, busquei respeitar os devires apresentados.

O toque é o momento em que o cartógrafo-pesquisador inicia o percurso em direção ao caminho a ser seguido. Segundo Kastrup (2020), a subjetividade do cartógrafo entra em contato com o universo de estudo, considerando todas as dimensões que o compõem. Nesse momento, a pesquisadora debruçou-se nas construções dos escritos sobre a dinâmica dos EES e da oficina produtiva, garantindo um olhar para as suas especificidades. Para a melhor compreensão acerca das realidades encontradas, inicialmente lhes apresentarei informações sobre os locais que transitei.

No que se refere a RECOMSOL, após aquela reunião junto a representante da rede, combinamos de que eu iria acompanhar os encontros coletivos e que, neles, poderia contatar os participantes dos empreendimentos para realizar os diálogos. Nesse sentido, durante a minha andança encontrei as pessoas nos espaços coletivos, nos quais combinávamos de realizar outros encontros nos lugares que as pessoas destinavam para realizar as produções dos empreendimentos.

Para as reuniões coletivas, a rede não possuía um local específico quando este estudo iniciou, em decorrência da mudança de coordenação de um Centro Social, vinculado as ações de um grupo de freiras da Cáritas Regional Norte, que os empreendimentos da rede costumavam a frequentar. As participantes nos contam que este centro era coordenado por uma freira e que partiu do desejo de ofertar atividades, como oficinas e formações, em bordado, costura, pintura, entre outros. No entanto, quando esta freira teve que ser realocada, o espaço ficou sem coordenação e as ações da rede não puderam permanecer lá.

Diante disso, os primeiros encontros coletivos se deram em um espaço vinculado à entidade Cáritas — Regional Norte, vinculado à igreja católica, colocada como uma grande apoiadora da rede.

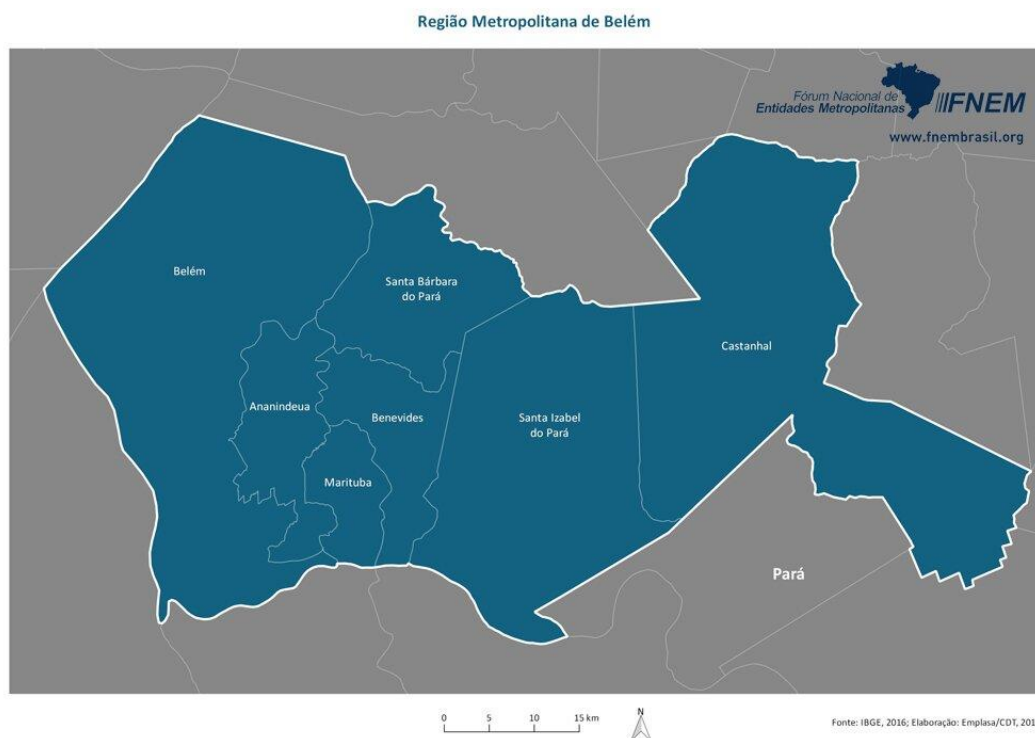


Imagem 1: Disposição Geográfica da Região Metropolitana de Belém, segundo o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas.
Fonte: FNEM, 2018.

Durante os encontros, era possível perceber relatos de pessoas sobre a dificuldade de acesso, devido às dimensões geográficas e condições de transportes públicos intermunicipais. Apesar dos municípios que compõem a região metropolitana de Belém não serem tão distantes geograficamente — para quem nunca foi ao Pará, gosto de exemplificar assim: dá para percorrer os municípios que compõem a RMB em um raio de 146 km — as condições de vulnerabilidade e de precarização dos transportes terrestres prejudicam a mobilidade urbana entre os municípios.

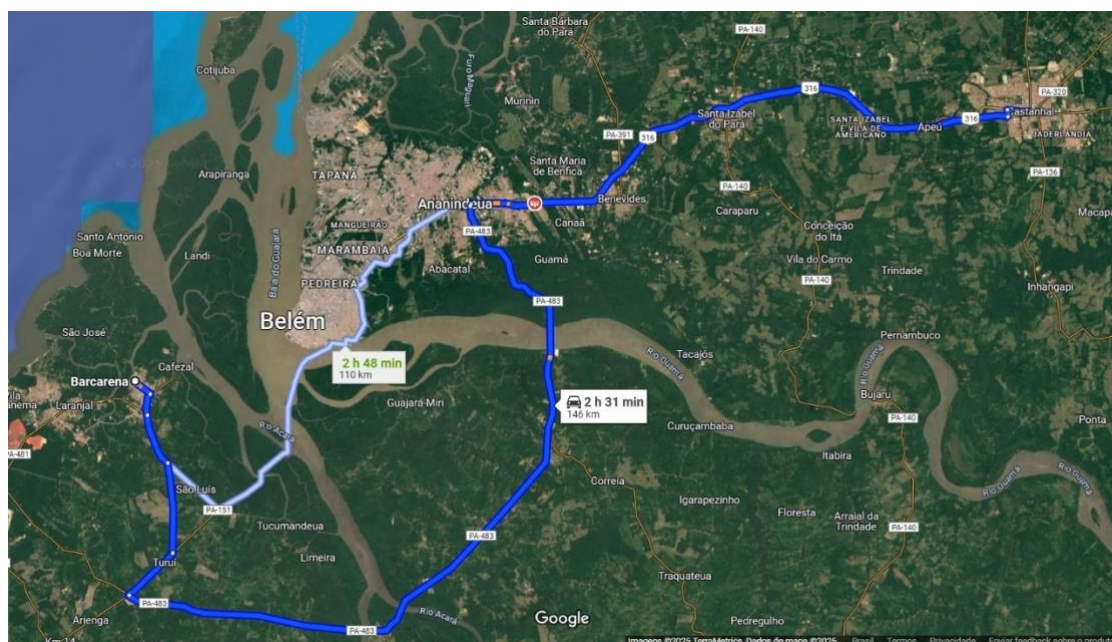


Imagem 2: Apresentação da distância geográfica entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém.

Fonte: Google Maps (2024).

A Região Metropolitana de Belém (RMB), no Pará, a partir de 2023 é composta por oito municípios, sendo: Belém, a capital; Ananindeua; Marituba; Benevides; Santa Bárbara do Pará; Santa Izabel do Pará; Castanhal e Barcarena. Em 2022, somente a população do município de Belém ultrapassava a marca de 1.303.403 habitantes (IBGE, 2023).

Somado aos municípios supracitados, a Região Metropolitana de Belém conta com dois distritos, de Mosqueiro e Icoaraci. Os empreendimentos da rede RECOMSOL estão distribuídos na RMB e em alguns municípios do interior do estado. Para este estudo, dada as limitações geográficas, consideramos somente os empreendimentos ativos presentes na região apresentada. Inicialmente, a coordenação pontuou que a rede possuía, por volta de 40 empreendimentos, mas que poucos estavam em atividade no período do estudo. Sendo assim, foi possível acessar, durante os encontros, representantes de sete empreendimentos, distribuídos em: Belém, Ananindeua, Benevides, Icoaraci e Mosqueiro.

Belém retira das ruas 41% dos ônibus em quase 20 anos; nesse período, a população cresceu 8,6%

Pesquisadora ouvida pelo g1 Pará esses problemas se formaram e quais soluções

Por Marcus Passos e Arthur Sobral, g1
25/03/2022 18h53 · Atualizado há 1 ano

Transporte coletivo de Belém: 6 meses após ser lançada, licitação está parada

Empresariado pede subsídios e Prefeitura diz que não possui recursos. Outros pontos são discutidos e poder público busca alternativas.

Por g1 Pará e TV Liberal — Belém
27/06/2023 14h34 · Atualizado há um ano

População de Belém espera novos ônibus em meio a reclamações sobre as condições do transporte

A péssima condição do transporte público coletivo é um dos problemas centrais da capital que receberá a COP-30, em novembro de 2025.

MPPA recomenda melhorias urgentes no transporte público de Belém

BELÉM 06/02/24 08:00

Imagem 3:
Notícias sobre as Dificuldades na mobilidade urbana da RMB.
Fonte: Arquivo Pessoal (2024).

Ritualisticamente, os encontros sempre iniciavam com uma “mística”, cujo objetivo era fortalecer a união entre os pares, a partir da evocação de valores vinculados à espiritualidade. Ressalto que não realizei interferência no *modus operandi*, em nenhum momento, na forma de início dos encontros, as ativações foram realizadas pelas próprias participantes. A minha participação se deu de forma ativa, envolvida na proposta de cada encontro.

Silva, Sampaio Neto e Santos (2022) referem que as místicas, nos empreendimentos solidários, pretendem reforçar a união do grupo, envolvendo sentimentos e reflexões, por isso o ambiente também passa por uma preparação antes do seu início. Nele, são colocados os símbolos que expressam algum significado para o coletivo, como livros, bandeiras, panfletos, entre outros.

Ao pensar nas formas de organização e condução dos momentos coletivos nos empreendimentos econômicos solidários, Mascarello (2016) pontua que é comum que os atores descrevam o momento de mística e simbologias. No contexto da rede, esses recursos são utilizados como mobilizadores do ato de falar e de expressar-se, direcionando as pessoas para o lugar de exposição de si, assim como de suas convocações. Além disso, esse momento auxilia na retomada dos fundamentos da economia solidária, reforçando seus valores, assim como as condições de militante dos participantes. A fala leva ao reconhecimento que, por sua vez, torna a pessoa parte de um coletivo.



Imagem 4: Organização da Mística da RECOMSOL no primeiro encontro coletivo que a pesquisadora participou.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

De acordo com Mascarello (2016), um dos símbolos mais recorrentes nas atividades promovidas pela rede acompanhada no estudo do autor, é o círculo formado por pessoas de mãos dadas. Essa prática é comum nos processos coletivos, quando as pessoas envolvidas se unem e dão as mãos, formando uma ciranda. No caso da RECOMSOL, os momentos eram conduzidos circularmente, buscando

sempre a interlocução dos agentes-individuais junto aos agentes-coletivos, a fim de reforçar os valores da solidariedade, ajuda mútua e cooperação.

“Sejam bem-vindos olêê, seja bem-vindo olálá!

Paz e bem para você que veio participar!

Paz e bem para você que veio participar!”

(Canção entoada no primeiro encontro — março/2024).

Nos encontros sempre era reforçado a perspectiva da vida coletiva, e da importância de que cada um pode auxiliar o outro, dentro e fora dos processos de produção/comercialização. Os momentos eram sempre envolvidos com cânticos de boas-vindas, orações e dinâmicas, buscando reforçar a ideia de construção coletiva, elo e parceria. Após isso, era sempre aberto espaço para uma refeição coletiva, onde cada pessoa levava algum alimento/bebida para contribuir.

Nesse espaço pude acompanhar dois encontros coletivos em um intervalo de um mês, os demais ocorreram em outro espaço, que até o momento da minha saída do território eram onde estavam ocorrendo os momentos coletivos de todos os empreendimentos, assim como as ações individuais de cada empreendimento.

Dessa forma, os encontros passaram a ocorrer em um Centro Social, sob a coordenação da Igreja Anglicana. O espaço contava com salas equipadas com recursos para a oferta de oficinas de costura e artesanato, além de aulas de dança do ventre, balé, capoeira, entre outros. Notou-se que, a existência de um espaço físico fixo, contribuiu para a formulação de uma agenda de encontros e ações da rede, de forma mais organizada, o que pode ter auxiliado no retorno das mobilizações.

Em termos organizativos, a rede possuía uma coordenação geral, secretaria, coordenação de articulação e coordenação de finanças. Estes cargos têm como finalidade auxiliar nas ações e momentos em que a rede participa junto a órgãos governamentais ou universidade, por exemplo, assim como nos momentos em que ela realiza ações próprias. Durante o acompanhamento dos encontros, foi possível observar que a atribuição destas funções auxilia o andamento da rede, mas também gera dificuldades, uma vez que os demais participantes, muitas vezes, não se posicionam no processo de tomada de decisão.

Nas organizações vinculadas a EcoSol, geralmente a gestão é realizada por todos os seus membros, por meio da autogestão, tornando o processo de comunicação fluido entre os participantes. Nesse sentido, as práticas democráticas e autogestionárias devem ser comuns ao cotidiano dos empreendimentos, sobretudo por conta das dificuldades que os grupos que os formam vivenciam. Muitas vezes, a falta de recursos financeiros, experiência e formação para a realização dos trabalhos, só conseguem ser superadas a partir da força coletiva (Rufino, 2005; Medeiros *et. al.*, 2022).

Nos encontros junto a RECOMSOL, foi possível observar que, muitas decisões não conseguem ser tomadas coletivamente, apesar do esforço de algumas pessoas, uma vez que os representantes dos empreendimentos acabam não comparecendo nas assembleias ou nos encontros para a construção do cronograma, fazendo com que as decisões sejam tomadas pelas perspectivas da coordenação geral, ou das representações que comparecem no dia. Além disso, algumas discordâncias nos encontros partem da disputa entre as pessoas, para serem mais ou menos reconhecidas pelo seu trabalho individualmente.

Quanto ao cronograma de ações, era realizado nos encontros coletivos, onde eram estabelecidas agendas com atividades mensais e semestrais. As atividades, basicamente, envolviam ida a espaços de comercialização, que em sua maioria se davam em feiras fixas e eventos da região. Outras atividades que compunham o cronograma, eram eventos relacionados a datas comemorativas, como dia das mães e festa junina; e oficinas de formação em economia solidária ou destinadas a aprimoramento de técnicas dos segmentos dos empreendimentos.

No que se refere a oficina produtiva, após os encontros e reuniões junto a coordenação do serviço e da profissional que conduzia a oficina, começo a chegada no CAPS AD III. Para apresentar a dinâmica, vou começar pela apresentação do local no qual situa-se o serviço e por algumas especificidades.

O CAPS AD III possui a abrangência em todo o território do estado do Pará, uma vez que é único no estado nesta modalidade. Ressalto esse dado para podermos compreender que, por vezes, as suas ações estão permeadas por processos de sobrecarga de trabalho e muita rotatividade entre os usuários, seja aqueles que estão em acolhimento diurno ou que estão em acolhimento noturno. Acho importante colocar

porque compreendo que essa realidade interfere na continuidade do cuidado, já que muitas vezes, uma pessoa que é do interior do Pará, pode não conseguir frequentar as ações ofertadas pelo serviço.

Conforme a Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas — CGMAD/DAPES/SAPS/MS (Brasil, 2021), este é o único CAPS do estado, nesta modalidade, o que faz com que as pessoas que o frequentam sejam das mais diversas cidades, dentro da RMB ou no interior do estado. Esta realidade pode reverberar na participação dos usuários nas atividades que constam em seu Projeto Terapêutico Singular (PTS), por exemplo.

Outrossim, esse serviço não estava habilitado para ser um CAPS AD III em seu início, no ano de 2006, seria um Centro de Cuidados para Dependentes Químicos (CCDQ), que serviria de modelo asilar para as pessoas em sofrimento psíquico em decorrência de álcool e outras drogas. Então, os profissionais inseridos no serviço tinham a perspectiva de que as ações eram ambulatoriais e individuais. Com o advento dos acontecimentos e mobilizações a partir da reforma psiquiátrica, a proposta de cuidado foi migrando para a atenção de base territorial.

Outro marco foi a ida do Professor Paulo Amarante para a cidade de Belém, em 1999, a fim de ofertar uma consultoria em formulação de política de saúde mental para o município de Belém. Este movimento contribuiu para que, na região, os profissionais da saúde mental fossem incitados a pensar na mudança de paradigma.

Além dessas informações, sinto a necessidade de contar-lhes uma cena.

Quando pensamos em cuidado de pessoas em sofrimento psíquico, seja em relação ao uso de álcool e outras drogas ou não, acredito que não podemos dissociar as ações promovidas de espaços nos quais as linhas de força que operacionalizam o poder se materializam. Existem formas de fazer que, ainda hoje, contam para as pessoas— mesmo sem palavras — que elas são perigosas, que devem ser vigiadas e que são seres sem confiança. Durante meu percurso de perceber os territórios, imaginei que a disposição do serviço no espaço geográfico também diz desse lugar.

O CAPS situa-se em um dos bairros periféricos da cidade de Belém, que fica na fronteira entre as cidades de Belém e Ananindeua. A rua em que ele está localizado não possui pavimentação, mas as ruas no entorno sim. É possível chegar

no local por diversos meios, sendo de fácil acesso via transporte público - para quem tem condição de pagar, é claro. Somado a isso, o território tem uma delegacia bem próxima do serviço, assim como um bar e uma “boca”³.

Mas, por que isso é relevante? Durante o meu percorrer, fui entendendo que essas estruturas são linhas de força que interferem no andamento do cuidado e na forma com que os corpos das pessoas vão se posicionando no ambiente. O acesso ao espaço, muitas vezes, foi posto — por frequentadores da oficina — como difícil, em decorrência da falta de dinheiro que permitisse o pagamento da passagem para a chegada — muitos usuários vinham de outros municípios ou de bairros afastados.

Quando não ocorria por transporte público, acontecia por meio de bicicletas, mototáxis, ou a pé. Mas, no meio do caminho, havia linhas de força que impediam a chegada no serviço, na oficina. Sabe aquele bar e aquela boca que eu falei? Então. Quando eles conseguiam entrelaçar-se nas linhas e depois desatar os nós, chegavam na oficina sob efeito de algo. Como lidar com isso? Falta de responsabilidade, diziam.

O território onde habitam as pessoas, os serviços e as linhas de força, tem espaço para habitar resistência. É assim que chego para acompanhar esta oficina, convocada para compreender como e de que forma ainda resiste/existe e o que mobiliza a sua permanência. Escrevo sobre essas linhas de forças não só para situar quem lê, mas para dizer do que foi mobilizando o meu eu-pesquisadora desde a chegada no espaço. Como construir rede? Pensei. O que será que vou encontrar? Parei. Continuei.

A oficina produtiva ocorria no interior do Centro de Atenção Psicossocial — Álcool e Drogas (CAPS AD III). O serviço é parte da RAPS do estado do Pará, e por ser do tipo III, oferta modalidades de acolhimento diurno e noturno, contando com uma equipe multiprofissional, composta por: psiquiatras, técnico de enfermagem, assistentes sociais, enfermeiros, farmacêuticos, terapeutas ocupacionais, profissionais de educação física, psicólogos, pessoal administrativo e profissionais de serviços gerais. Estes profissionais são divididos em equipes, entre os turnos da manhã, tarde e noite, assim como em escalas nos finais de semana.

³ Nome dado a espaços de comercialização de drogas ilícitas.

Em termos de atividades oferecidas, o serviço oferta oficinas terapêuticas, oficinas de geração de renda, grupos de família, grupo de novos olhares sobre o álcool, grupos de consciência corporal, práticas integrativas e complementares, além dos atendimentos individuais, com psicólogos e terapeutas ocupacionais, por exemplo; e atendimentos com técnicos de referência.

No caso da oficina produtiva para a geração de renda, ocorria nas terças-feiras, no período da manhã, sendo coordenada por uma profissional do serviço social. No momento do acompanhamento, a oficina destinava-se a desenvolver trabalhos tendo as garrafas de vidro como matéria-prima, a partir do trabalho com este produto eram desenvolvidos diversos produtos, como: garrafas decorativas, porta-condimentos, entre outros.

Após a entrada no serviço, no diálogo com as profissionais, descobri que existia outra iniciativa parecida com a proposta da oficina, no turno da tarde. No entanto, a profissional responsável referiu que o foco não era a geração de renda, somente de cunho terapêutico-artístico, e como o foco deste estudo são as ações de geração de trabalho e renda, optamos por acompanhar apenas a atividade que acontecia pela manhã.

Quando iniciei o acompanhamento, a oficina estava com poucos usuários frequentando e uma grande rotatividade, quase não conseguíamos estabelecer um contato duradouro em decorrência desse fato. Essa realidade fez com que encontrássemos dificuldades com a proposição inicial deste estudo, uma vez que gostaríamos de conversar com pessoas-chave, de preferência usuários, que participassem da atividade. Nesse contexto, a profissional achou interessante aproveitar uma reunião de equipe junto aos demais trabalhadores e expor a situação, contar sobre o perfil de usuários a quem a oficina se destinava, a fim de mobilizar o encaminhamento de pessoas para a atividade.

Em relação ao perfil de usuários, colocou: pessoas que fossem maiores de 18 anos, de qualquer gênero, que estejam em acolhimento diurno, que manifestassem interesse em desenvolver habilidades relacionadas a técnica trabalhada na oficina e que não possuísem histórico de autolesão e/ou tentativa de suicídio. A partir deste diálogo, a profissional imaginou superar a questão de que, muitas pessoas que chegavam para realizar a atividade, não tinham conhecimento dos motivos que os

levavam a estar ali, por exemplo, e conseqüentemente se desvinculavam logo da atividade por conta da falta de proximidade com a prática. Essas inquietações foram percebidas por mim e uma das primeiras coisas que conseguir passar para o diário de campo naquele momento. Como exposto a seguir.

Ao acompanhar o processo de preparação para oficina notam-se algumas inquietações da profissional e das demais colegas da equipe, perguntas como: vamos colocar esse? Mas, ele não é perigoso? Ele não é agressivo? Aparecem no discurso com certa frequência. Nesse momento, fico com a impressão de que o julgamento ocorre baseado em fatos isolados que compuseram a trajetória do indivíduo até ali, sem considerar a possibilidade de a ocorrência ter sido desencadeada pelo uso intenso da substância psicoativa. No entanto, nota-se que a profissional responsável pela oficina busca um movimento de acreditar nos usuários ali inseridos, sobretudo diante daqueles que abandonaram suas realidades laborais em decorrência do uso, mas que desejam inserir-se novamente no mundo do trabalho (Registros no Diário de Campo, 2024).

Lussi (2009) pontua que os projetos de geração de renda que surgem no interior dos serviços de saúde, podem contribuir para a manutenção da condição de assistidos, por parte dos usuários, ao invés de favorecerem o desenvolvimento da emancipação e do protagonismo no âmbito do trabalho. Nesse sentido, é importante que estes projetos já surjam de forma emancipatória aos serviços de saúde mental, considerando os aspectos terapêuticos de cada usuário acompanhado.

Neste mesmo período, a oficina estava em processo de aproximação a um coletivo de geração de renda composto por profissionais da RAPS e do sistema legislativo, usuários, docentes, pesquisadores e discentes vinculados às universidades públicas federal e estadual. O coletivo realizava reuniões mensais, com os representantes descritos acima, nela eram organizados os espaços de comercialização, geralmente em eventos acadêmicos. Embora a aproximação do coletivo parecesse positiva, notava-se um sentimento de ambivalência da profissional, em decorrência da falta de apoio institucional e falta de participação dos usuários.

A aproximação da oficina junto ao coletivo se configura como um importante passo para o fortalecimento das ações de geração de renda, já que até então as atividades aconteciam isoladamente. No estudo de Kauer e Ferro (2024) os autores destacam a importância das ações de geração de renda no âmbito do CAPS serem institucionalizadas, vinculadas a universidade ou a redes, uma vez que esta vinculação pode gerar visibilidade para as ações. Outrossim, é necessário ocorrer a

aproximação com as gestões, para que elas possam acessar os desafios e necessidades para a composição das ações de trabalho e renda.

Ainda assim, nós fomos a reuniões junto ao coletivo, nela tinha a presença de vários atores da RAPS, incluindo os usuários de saúde mental, como a proposta era inicial, o coletivo estava em busca de apoio dos serviços e de outros órgãos públicos que auxiliassem nas ações. A preocupação das pessoas que conduziam com o protagonismo dos participantes e com o desenvolvimento das ações era nítido, o que desaguava na preocupação com a elaboração de projetos de incentivo a formação e incentivo ao trabalho.

No coletivo, ensaiava-se o aprendizado sobre as formas de produzir e comercializar, os profissionais buscavam conhecimentos que pudessem auxiliar, em algum momento uma tímida aproximação com a economia solidária acontecia, mas com pouca propriedade e conhecimento acerca da temática. Era possível notar que havia desejo das pessoas que construíam o coletivo no “como fazer” que a economia solidária convoca.

De acordo com Sampaio e Ferro (2021), para ocorrer o desenvolvimento de práticas voltadas a Economia Solidária é importante serem construídas parcerias de rede entre equipes de saúde mental, gestão dos serviços, além de estímulo a ações para a sensibilização da temática, assim como educação em saúde. No entanto, Santiago e Yasui (2015) pontuam que uma das dificuldades para a ocorrência de ações de inclusão pelo trabalho, dentro do campo da saúde mental, é a ausência de sustentação teórico-metodológica dos profissionais que atuam nos serviços.

Por mais que estivesse ocorrendo a aproximação da profissional que conduzia a oficina junto ao coletivo, o desejo da mesma era que as pessoas que frequentavam as ações da oficina pudesse participar das reuniões, das organizações e das feiras. No entanto, por mais que houvessem seguidos convites, os usuários não iam, e a única representante sempre era a profissional.

Ainda assim, comparecemos em reuniões, eventos, e momentos promovidos pelo coletivo durante três meses, por mais que essa aproximação parecesse estar estabelecida no início do quarto mês de acompanhamento, a profissional decidiu desvincular-se do coletivo. Recebi a notícia desapontadamente, mas compreendi os motivos que a levaram a tomar essa decisão. Novamente, a falta

de apoio institucional apareceu. Aquele pensamento que pairava sobre o desejo da realização de atividades para fora do serviço vai se esvaindo.

4.3 DURANTE OU DEPOIS DA CHUVA/DO ALMOÇO VEM A SONECA DA TARDE, TEMPO PARA POUSO, PARA DESCANSO, PARA CONTEMPLAR.

Diego não conhecia o mar.

O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para descobrir o mar. Viajaram para o Sul.

Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos.

E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.

E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:

— Pai, me ensina a olhar!

(Eduardo Galeano)

No Pará, também é muito comum que após o almoço que, geralmente, é no horário da chuva, as pessoas parem para descansar. Dentro da nossa cultura, o pouso é importante porque garante a continuidade. Descansar para voltar ao trabalho ou para as atividades do dia. Quando descansamos, ou somente paramos, conseguimos reenergizar, e assim, quem sabe, olhar de outra forma para uma determinada situação.

Como olhamos aquilo que nos convoca? Como compreendemos aquilo que nos mobiliza? Neste texto, já comentei sobre a implicação que me direcionou a temática, o objeto. Olhar com encantamento para algo que está sendo descoberto, me parece comum. Mas, e quando o que descobrimos é doloroso para olhar? O pouso, nesse trabalho, me posicionou em um lugar de desconforto, por ver uma realidade difícil, em um lugar que tanto habitou na minha mente, sem saber de fato como seria.

O pouso é o momento em que o cartógrafo direciona seu olhar para acompanhamento de processos específicos, fazendo pequenas paradas para enxergá-los com maior acurácia. Nesse momento, a pesquisadora buscou desenvolver as construções possíveis entre o estabelecimento das relações dadas no decorrer do processo e as percepções epistemológicas que guiam este estudo.

Ao pousar nos cenários apresentados, para além das questões colocadas nas entrevistas e nos formulários, me deparo com cenas que direcionam olhares com cuidado, elas serão descritas a seguir, assim como as questões que mobilizaram para pensar-fazer pesquisa neste campo e com essas pessoas. A cartografia tem me ajudado a olhar, com o corpo e a história, pensando no que acontece e me questionando sobre o porquê.

4.3.1 Nos Empreendimentos, Cenários Desmobilizados

R O
E C O M S O L

Encontrar e organizar pessoas diversas e com diferentes propósitos parece ser uma tarefa árdua no mundo contemporâneo, isto não seria diferente nos empreendimentos vinculados à economia solidária. Diante disso, ao acompanhar os encontros coletivos dos grupos vinculados à rede, foi possível acessar cenas que escancaram a dificuldade para mobilizar e construir formas solidárias de existência.

No que se refere a mobilização, no encontro inicial com a rede, notei dificuldades na articulação entre os grupos, para se fazer presentes nos espaços coletivos; parte desta realidade pode ser atribuída a pandemia e outra parte a falta de espaços de construção coletiva, na rede e dentro da RMB. Os participantes nos contam que os espaços, como os fóruns de economia solidária, estavam permeados por aspirações exclusivamente político-partidárias em suas representações, fazendo com que houvesse a desvinculação de muitos parceiros.

Segundo Salgado e colaboradores (2021), em seu estudo analisando as políticas públicas de economia solidária, os espaços de formulação de políticas públicas dependem de interesses de coalizações políticas que favoreçam o movimento de economia solidária, e que a ausência deles pode significar perdas de

cenários e, conseqüentemente, alcance de políticas. Nesse sentido, pontuamos que o afastamento destes agentes de espaços, como os fóruns e conselhos, pode favorecer a dificuldade de desenvolvimento das ações de economia solidária no território, sobretudo no que se refere ao fomento para a manutenção dos empreendimentos.

Argumentamos que este cenário pode ter sofrido influência do momento de grande instabilidade política, econômica e sanitária que o Brasil enfrentou, o que colaborou com uma série de retirada de direitos e perda de espaços mobilizadores. As ações de discussão e organização política dos agentes da economia solidária, tiveram que acontecer diante das telas, ao mesmo tempo, em que as pessoas vinculadas aos empreendimentos buscavam meios para a sua subsistência.

Escrever-viver essa realidade e pensar sobre ela me convocou a procurar informações sobre a formação dos fóruns ou conselhos que pudessem ajudar a verificar esse cenário desmobilizador. Nada encontrei escrito ou publicado, seja em formato de artigos científicos ou em matérias de jornais e mídias digitais.

Encontrei, então, uma matéria que contava sobre a 1ª Plenária Municipal de Economia Popular e Solidária, que ocorreu em 2023, tendo como indicativo reunir artesãos, empreendedores e produtores para pensar políticas públicas de economia solidária para o município. Nos registros do encontro, apareciam poucas pessoas, desvelando essa dificuldade de mobilização destes agentes (Agência Belém, 2023). Acho interessante pontuar esse marcador, uma vez que estava presente uma representante da RECOMSOL, o que nos revela o interessante das participantes da rede de estarem nos movimentos da economia solidária do território.

Além disso, encontrei uma informação convidando para a 1º Conferência Municipal de Economia Popular e Solidária — COMEPS, que estava prevista para ocorrer em setembro/2024, mas sem nenhuma notícia sobre a sua ocorrência ou não. Na referida matéria, é descrito que a conferência estava sendo organizada pela Secretaria de Economia, e possuía como objetivo reunir representantes do governo e da sociedade civil para discutir políticas públicas voltadas para a economia popular e solidária em Belém. Parece que esta agenda foi mobilizada devido a posterior ocorrência da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária — CONAES,

prevista para agosto/2025, e a necessidade de colocar o Pará na agenda da economia solidária brasileira (Rede Pará, 2024).

Voltando ao interior da rede, notava-se que poucos grupos, de fato, debruçavam-se para a participação nos encontros, sejam eles organizativos ou formativos. Aos que iam, não pareciam estar alinhados com a prática da coletividade, as mesmas pessoas falavam e as mesmas pessoas calavam. No início dos encontros, apesar de ocorrer evocações constantes relacionadas à união, havia um desmembramento, sobretudo relacionado aos segmentos que diferiam nas ofertas de produtos.

De acordo com Gaiger (2014), nos empreendimentos econômicos solidários informais, que representam cerca de 30,5% dos EES, as dificuldades relacionadas a gestão podem ser grandes. Uma vez que, muitas vezes, a gestão é atribuída para pessoas que possuem habilidades que os levam a se destacar como liderança no grupo. Além disso, pode não haver interesse de membros do coletivo de assumirem esse papel de liderança, seja por acharem que não são capazes ou por estarem acostumados a ser liderados, como uma herança da divisão técnica do trabalho advinda do sistema capitalista.

Era comum que, em alguns eventos, não fosse permitido segmentos vinculados aos artesanatos ou gêneros alimentícios, no entanto, ao realizar a comunicação acerca das especificidades do evento/feira, a mesma era interpretada como postura egoísta de uns em detrimento de outros. Algo parecido ocorria quando alguém não poderia estar presente na feira/evento, mas que gostaria que seu produto fosse levado, muitas vezes sentia como se fosse deixado em segundo plano, o que poderia colaborar com a sensação de falta de pertencimento.

As realidades apresentadas abriam espaço para diversas discussões, dentre as quais sempre era colocado em xeque a prática da autogestão e da solidariedade, desnudando assim dificuldades e, por vezes, empecilhos reais para o andamento da rede.

Outro aspecto de importante colocação, é a falta de espaços físicos para os encontros coletivos, uma vez que esta realidade ficava a depender das entidades de apoio, como a Cáritas, levando-nos a compreensão de que a rede era vinculada a ela, não apoiada. Esta percepção estava presente em alguns integrantes da rede, o

que muitas vezes levava a discordância e falta de compreensão em momentos em que a entidade não poderia fornecer apoio.

Nesse sentido, as articulações eram realizadas pelas próprias pessoas da rede, no entanto, essa função era cumprida por alguém específico, o que fazia as pessoas questionarem a veracidade das informações trazidas, o que desvelou a falta de confiança entre os membros. Notou-se, então, que surgiam muito conflitos da falta de confiança, dificuldades em compreender a prática da autogestão e exercer o princípio da solidariedade.

De acordo com Singer (2002), a omissão ou a não participação das pessoas associadas aos empreendimentos se configura como um dos principais empecilhos para prática da autogestão, uma vez que este desinteresse em participar significa que a pessoa “abre mão” do seu poder de voto, direcionando sua confiança aos diretores e/ou em outros participantes, para tomarem as decisões por eles.

Entende-se que o mundo contemporâneo, embebido cada vez mais na lógica neoliberal que propõe o individualismo, prejudica a construção das relações solidárias. Considera-se, também, que o aprendizado autogestionário pode configurar-se como algo novo na sociedade, uma vez que não é comum a promoção da horizontalidade nas relações, considerando que o sistema segue a lógica de que sempre haverá alguém para mandar, tornando as pessoas assujeitadas.

Embora ocorra esse tipo de dificuldade nos encontros promovidos pela rede, consideramos importante a organização para os encontros e disponibilidade para o diálogo, que desvela uma relação paradoxal, mas muito presente no cotidiano. Nascimento *et. al.* (2021) colocam que, apesar das dificuldades para o planejamento, os espaços coletivos como reuniões e assembleias são de extrema relevância para o processo de planejamento efetivo. Sendo estes momentos, muitas vezes, os únicos lugares nos quais ideias e opiniões são compartilhadas e, a partir disso, é possível refletir sobre as atividades e seus objetivos (Rosa, 2009).

Outra questão importante observada nos encontros junto a Rede Recomsol é a organização em termos de calendário de estratégias e ações, era possível perceber uma preocupação das pessoas com a sistematização das atividades por mês e semestre, a fim de garantir a participação de todos os grupos, para auxiliá-los nos seus processos de produção e comercialização. De acordo com Nascimento *et.*

al. (2021), é mais comum que os EES tenham a prática de planejamento a curto prazo, ao passo que a participação deles vai sendo é em eventos/feiras.

Diante disso, questionamos como se dá o desenvolvimento de práticas emancipatórias, sendo a autogestão uma delas, em sociedades nas quais são normalizadas as relações de poder e as desigualdades. Se as nações têm como imperativo a conquista de poder, permeada pela opressão das pessoas em situações de vulnerabilidade, como pensar autogestão? Como desenvolver processos de emancipação? Nesse sentido, imagina-se que em organizações coletivas, o ganho de posição, ao invés de significar um aspecto para auxiliar na organização das ações, ganha o sentido de status individual.

O encontro com estes desencontros provoca-nos pensar sobre a necessidade de relações sólidas que almejem fortalecer as redes de economia solidária, seja no campo das políticas públicas ou no campo de funcionamento interno das próprias redes, considerando os diversos desafios postos, como: o campo de disputa político-partidária que tomou conta dos fóruns de economia solidária da região, e a formação contínua para a prática da autogestão.

De acordo com Farias e Gil (2013), a autonomia na administração dos empreendimentos convoca um processo de conscientização dos associados, assim como ações de planejamento, controle, responsabilidade e transparência. Nesse sentido, Busnardo (2006) argumenta que a construção e consolidação de um empreendimento que adote a autogestão é um processo lento e demorado, que exige paciência e esforço de todas as pessoas.

Apesar de considerarmos que o estudo não pretende dar conta de responder a esses dilemas, acreditamos ser uma realidade posta e que causa reverberações diretas nos processos constitutivos e de permanência das redes, o que pode gerar fragmentos no cenário apresentado. Além disso, questionamos o lugar dos estudos destinados à temática, em relação ao fortalecimento destas práticas de autogestão. Será que a academia se situa somente no âmbito da formação graduada?

Essa questão foi me mobilizando a tentar entender o papel das universidades e das pesquisas diante dessas realidades, encontrei muitas experiências sobre a atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas

Populares (ITCP), apesar de ter lido alguma coisa durante o meu percurso a aplicabilidade dessas experiências ainda parecia nublado.

De acordo com Fraga (2012) e (2018), as ITCPs surgiram a partir de 1995, nas universidades públicas e privadas do país. A autora conta que naquele momento as instituições de ensino por meio da extensão universitária, estavam se debruçando em questões referentes ao mundo do trabalho, devido aos altos índices de desemprego. Além disso, o cenário de redemocratização do país, assim como o investimento do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em ações de extensão colaboraram para a expansão dessas ações. De modo geral, as ITCPs são equipes de extensão universitária que realizam seu trabalho junto aos grupos populares, como cooperativas, associações e grupos informais, geralmente vinculados a Economia Solidária; atuando na área de assessoria para as atividades de produção, comercialização e organização política.

Dessa forma, o entrelaçamento das ações da universidade contribui para as iniciativas de economia solidária, por meio de seu envolvimento com a pesquisa, extensão e a transferência de tecnologia, otimizadas pelas ações das Incubadoras Universitárias. Nesse caminho, quando os trabalhadores adquirem a situação de cooperados e associados, com ênfase na autogestão, eles ganham visibilidade. Essa relação faz com que as pessoas desenvolvam cidadania, aumentem sua autoestima e esperança, assim como tenham acesso aos conhecimentos e tecnologias produzidas pelas universidades (Culti, 2007).

Segundo Cortegoso e Shimbo (2005), e Singer (2005), a atuação das ITCPs chegam em diversos atores e alcançam muitas dimensões, tendo nas ações de incubação de empreendimentos, no fortalecimento da economia solidária, desenvolvimento sustentável e na maior representatividade política seus maiores destaques de atuação. Além das ações de extensão, as ITCPs se comprometem com atividades de ensino e pesquisa, cruciais para formar profissionais para atuarem nos empreendimentos ou em entidades de apoio à economia solidária.

Apesar de encontrar estudos que apresentassem a temática, senti falta de algo situado na região norte, por isso fui em busca de informações que pudessem colocar luz a essa questão. Encontrei, então, a forte atuação do programa da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da

Universidade Federal do Pará (ITCPES/ UFPA), possuindo uma forte atuação desde sua criação no ano 2000. A incubadora pretende somar com o desenvolvimento regional e local, ancorando-se nos fundamentos da economia solidária, por meio do apoio e fortalecimento para a criação de cooperativas populares e empreendimentos econômicos solidários (Farid; Souza Barbosa; Souza, 2012).

A ITCPEs/UFPA desenvolve ações de organização que almejam a sustentabilidade econômica, social e ambiental, a partir da autogestão, vinculadas as políticas públicas de geração de trabalho e renda (Farid; Souza Barbosa; Souza, 2012).

Segundo Silva, Barbosa e Albuquerque (2013) a metodologia de incubação desenvolvida pela ITCEPS/UFPA considera a realidade dos grupos e do contexto amazônico, haja vista que se configura como uma realidade complexa, que exige esforço para a compreensão acerca das dinâmicas dos empreendimentos econômicos solidários. Uma questão importante, colocada por Eid (2004) e Nunes (2009) acerca do processo de incubação, onde é realizado o mapeamento da trajetória de vida das pessoas que participam dos grupos, por meio de uma linha do tempo. Essa estrutura possibilita a compreensão das pessoas acerca do compromisso de projeto junto ao coletivo.

Embora pareça que a atuação deste projeto se estendeu fortemente com o passar dos anos, o último registro encontrado sobre advém da realização de um seminário alusivo aos 20 anos de atuação da incubadora, realizado no ano de 2021. Nesse sentido, consideramos que a atuação e apoio das ITCPs são cruciais para a sustentação dos empreendimentos econômicos solidários e que, por isso, suas ações transcendem o campo da formação e se deságuam em muitas ações práticas. Mas, em muitos momentos me questiono se os caminhos entre a rede e a ITCP se cruzaram e, se não, o que está faltando para esse encontro ocorrer.

Nesse sentido, pontuamos a importância de desvelar, cada vez mais, possíveis relações e estranhamentos que abarquem essas questões. Apesar de compreender que este estudo não dará conta desse aspecto, achamos importante situar as pessoas que o acessam sobre a realidade existente. Por mais que não tenha sido acompanhada/encontrada no momento da produção de dados, faz parte da implicação que reverbera na construção dos empreendimentos econômicos solidários

na região amazônica. Se encontramos processos desmobilizados, esta vinculação não poderia ser uma oportunidade para a mobilização das pessoas e grupos?

4.3.2 Na Oficina, Aproximações Coletivas, Mas Estranhamentos Que Distanciam...

No encontro com o percurso de acessar a oficina produtiva, tensionamentos emergiram relacionados à organização da estrutura de um serviço público e falta de apoio institucional na esfera macro e micro, assim como o vislumbre de acesso aos espaços coletivos como possibilidades de mobilização e permanência.

No que diz respeito à estrutura de organização do serviço público, pontua-se que no contexto deste serviço, situa-se uma instituição que evidencia a perda de espaços coletivos, que favoreçam a existência de iniciativas vinculadas à garantia de direitos e cidadania, como a oficina produtiva. Durante o percurso, não há a presença de um apoio da equipe multiprofissional e da gestão, apesar dos discursos de incentivo, eles situam-se na esfera verbal, somente, o que pode contribuir com a sensação de solidão da coordenação da oficina.

Esse achado corrobora o estudo desenvolvido por Bellenzani, Paro e Oliveira (2016) acerca do trabalho em saúde mental, no qual os autores apontam que os participantes da pesquisa referem que, muitas vezes, o trabalho no serviço não se desenvolve da maneira esperada em decorrência de desorganização geral, falta de compromisso da equipe e dificuldades na infraestrutura da instituição. Sendo esta “desorganização geral” corriqueiramente atribuída ao outro, nunca a si. Geralmente, os participantes que tinham esse argumento, colocavam-se sempre como sobrecarregados, enfatizando a questão de o trabalho em saúde mental ser árduo.

Essa realidade pôde ser evidenciada em momentos em que o espaço físico foi retirado sem qualquer consulta prévia, e quando ao buscar diálogo para ganhos necessários para a permanência da atividade, encontrou-se falta de uma postura acessível que possibilitasse tal conversa. Nesse sentido, observou-se que, muitas vezes, não havia oferta de materiais para a ocorrência da oficina, parte por falta de incentivo do Estado, parte por falta de incentivo da gestão.

Os aspectos relacionados a dificuldades na formação dos trabalhadores, modos enrijecidos de conduzir as práticas de trabalho e as especificidades do trabalho em saúde, são apontados por Bellenzani, Paro e Oliveira (2016) como aspectos que pouco contribuem para uma boa comunicação em equipe. Dessa forma, os autores

sugerem que alterações nos modos de condução são importantes para os serviços de saúde mental que experimentam problemas comuns ao serviço que os autores estudaram, como a instituição que participou deste estudo.

Parte destas recomendações também são indicadas na Política Nacional de Humanização (PNH), questões referentes à disponibilização de recursos humanos equiparados com as demandas de trabalho; desenvolvimento de postura autônoma e protagonista, tanto de usuários quanto de profissionais; fortalecimento de processos de gestão com participação coletiva; responsabilidade como uma ambiência adequada, assim como uma estrutura a contento e melhoria nas condições de trabalho; além de valorização dos trabalhadores, por meio do estímulo de ações de educação permanente (Brasil, 2006).

Quanto à falta de amparo da equipe multiprofissional, notou-se que esta realidade contribuiu para que as pessoas encaminhadas para a participação na oficina não estivessem de fato implicadas com a proposta da atividade. Muitas vezes, os usuários que ali chegavam não sabiam por quais motivos haviam sido encaminhados para esta atividade, muitos ainda atribuíam o sentido de ocupação do tempo ocioso; desencadeando uma dificuldade de mobilização na oficina.

Essa relação dos usuários com a participação nas oficinas para somente ocupar o tempo, colabora com os sentidos atribuídos pelos participantes do estudo de Pereira e Palma (2018). Nele, os usuários que participam das oficinas referem que seu ingresso advém da necessidade de não pensar em nada ou afastar os pensamentos ruins; por meio do envolvimento em atividades de artesanato e das conversas em grupo. Nesse sentido, as pessoas almejam um distanciamento de pensamentos dolorosos, que geram tristeza e dor.

Durante o acompanhamento das atividades foi possível observar que, grande parte dos usuários, participa no intuito de buscar algo para fazer, aliviar pensamentos e tensionamentos familiares e se distanciar de espaços que pudessem significar uma possibilidade de contato com as drogas. Como pontuado por Pereira e Palma (2018), as oficinas acabam se tornando um lugar de afastamento da rotina, na qual os participantes consideram como um refúgio, desenvolvendo esse espaço de acolhimento e escuta. Apesar de a oficina produtiva não possuir um viés terapêutico,

a atribuição desse sentido pelos usuários era recorrente durante o acompanhamento das ações.

Todavia, as pessoas que eram encaminhadas para a atividade da oficina variavam com frequência, algumas iam somente uma vez. Muitas delas, chegavam buscando espaço de expressão artística, com um fazer mais livre e subjetivo, e isso desencadeava uma dificuldade no desenvolvimento da proposta. Ao passo que os esforços para pontuar o perfil dos usuários que deviam ser encaminhados para a oficina iam se esgotando, as pessoas passaram a ser encaminhadas de forma desregular. O que ocasionou a mesclagem entre os que pareciam estar dispostos para aquisição de habilidades e os que estavam passando o tempo ocioso e cumprindo as atividades previstas nas suas “carteirinhas”.

As carteirinhas são um pedaço de papel onde constam as atividades previstas para serem realizadas pelos usuários no serviço, como consultas, participação em grupos e oficinas. São utilizadas para auxiliar as pessoas no controle de suas próprias atividades. Geralmente, a carteirinha é dada ao usuário após o mesmo passar pelo acolhimento no serviço e iniciar a construção do seu Projeto Terapêutico Singular (PTS).

Foi possível perceber uma dificuldade relacionada a permanência dos usuários nas atividades, uma vez que a cada oficina o grupo muda, as pessoas se tornam diferentes, fazendo com que não haja a continuidade de trabalho. Por esse motivo, não é possível estabelecer um quantitativo de pessoas que, regularmente, participam das oficinas, visto que este número muda a cada semana, variando entre semanas que não há nenhum participante há semanas que participam, por volta, de 6 participantes. Muitas vezes, os usuários, sendo a maioria do gênero masculino, pontuam a falta de habilidade com atividades manuais vinculadas à proposta da oficina, e por isso atribuem o estranhamento e distanciamento.

A questão de gênero nos CAPS AD é apresentada nos estudos de Machado *et. al.* (2021), Matos *et. al.* (2015) e Batista, Batista e Constantino (2012), os autores referem a predominância de pessoas do gênero masculino nestes serviços. Machado *et. al.* (2021) reforçam a necessidade de que as atividades desenvolvidas nesses serviços possam ser pensadas a partir do perfil dos participantes, a fim de possibilitar uma melhora na vinculação dessas pessoas frente as propostas de ações.

Acredita-se que diante dessa vivência seja importante pontuar o lugar da perspectiva de gênero nos processos de criação de propostas no âmbito dos serviços de saúde. Essa movimentação pode ocorrer sem pretensão da criação de espaços de segmentação dos gêneros, mas a partir da construção de lugares que reconheçam as individualidades, por meio da compreensão das interseccionalidades presentes nos territórios no qual os serviços estão situados. Nesse caminho, questiono sobre aspectos referentes à “adesão” ao tratamento, tanto comentada por profissionais.

Somado a isto, também compreendemos a importância de a escolha pela atividade de produção partir das pessoas que irão fazê-la, considerando sua trajetória profissional. No estudo de Lussi e colaboradores (2021), as autoras apresentam as etapas do método de incubação de uma barbearia autogestionária e esclarecem que uma etapa importante desta metodologia é que a atividade profissional das pessoas envolvidas sempre deve partir do arcabouço profissional que os participantes apresentam, considerando seu histórico no mundo do trabalho.

Segundo Freire (2005), os processos de inclusão social e a maneira que absorvemos o conhecimento tornam-se mais eficazes quando entramos em contato com experiências que estejam próximas dos nossos desejos. Nesse contexto, é de suma importância que possamos nos reconhecer nas atividades que exercemos na vida. Quando isso ocorre no mundo do trabalho, pode dar espaço para a criação de processos de produção de sentido, identificação com o fazer, o que cria potentes raízes que podem promover mudanças sociais.

Além dos aspectos relacionados aos papéis de gênero, pontua-se a condição de vulnerabilidade vivenciada por essas pessoas, considerando o perfil: homem, negro, histórico de uso de drogas, baixa escolaridade, desenvolvimento de sofrimento psíquico em decorrência do uso de álcool e outras drogas. Muitas vezes, acredita-se que, para essas pessoas, o recurso mais viável seja o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que faz com que qualquer outra possibilidade de ingresso no mundo do trabalho seja vista como impeditivo, devido à ameaça de perda do benefício.

Este dado colabora com os achados do estudo de Santos e Carnut (2018), que analisam os sentidos do trabalho para pessoas que participam de um projeto de geração de renda. Nele, ao traçar o perfil em relação à escolaridade dos participantes,

os quais são vinculados aos serviços da RAPS, se tem que algumas não são alfabetizadas, e das que chegaram a frequentar a escola, poucas concluíram o ensino médio e o ensino fundamental. Em relação à renda, os participantes contam com o valor de um salário-mínimo que advém de aposentadoria, venda de produtos de forma autônoma ou de benefício socioassistencial que recebem.

Mesmo as pessoas que participam de ações de geração de renda no campo da saúde mental têm dificuldades de obter uma renda, a partir da comercialização dos produtos, que os ajudem em uma independência financeira total. Como apontado no estudo de Lussi e Pereira (2014), ao referiram que muitos usuários possuem a necessidade de complementação de renda, sendo esta, muitas vezes, o Benefício de Prestação Continuada ofertado pelo Governo Federal. Essa realidade faz com que, por vezes, a independência financeira não seja uma realidade.

Em relação às questões étnico-raciais, entendemos neste estudo como aspectos que devem ser considerados, uma vez que ao pensar acesso ao trabalho precisamos compreender as diversas intersecções que atravessam a vida das pessoas assistidas nos serviços de saúde mental. Consideramos, em concordância com Passos (2018), que o capitalismo e sua operacionalização estão vinculados às opressões de gênero e raça.

Ao pensarmos no poder da colonialidade, sobretudo na América Latina, temos a construção das formas de poder capitalista, eurocêntrico e colonial, reforçada pela criação da ideia de raça. Essa ideia foi pensada e fortalecida por meio de um discurso científico racista, que difundiu o imaginário de relações de superioridade e inferioridade, de dominados e dominadores (Quijano, 2005; Cruz; Ilenk, 2024).

Nesse sentido, Cruz e Ilenk (2024) entendem que o louco é o colonizado da psiquiatria, a partir da atribuição de não-lugar, criado por seu colonizador. Essa atribuição desencadeia diversas questões como: punição, coerção social, encarceramento e silenciamento. Dessa forma, é importante resgatar essa construção social e analisá-la criticamente, a fim de compreender os processos de estigmatização da loucura constituído antes de serem estabelecidos critérios de saúde ou cuidado, mas também fundamentado em uma lógica colonial, moral e higienista.

Diante destas impressões-experiências fiquei pensando sobre o lugar da economia solidária, tentando buscar interlocuções com o que já havia lido, mas

também com o que estava conhecendo junto a rede Recomsol. Foi por essas linhas de conexões que questionei: seria, então, a perspectiva da economia solidária uma alternativa possível para a saída desta realidade? Me faço esse questionamento durante todo o processo de construção de dados, como uma forma de mobilizar o olhar para as especificidades e verificar de que forma cabe pensar na inserção da economia solidária. Me preocupei e ainda me preocupo, no como aproximar, como articular.

Singer (2002) refere que o fato de a economia solidária estar fundamentada em valores relacionados ao direito à liberdade das pessoas, e na proposição de outras maneiras de organização do trabalho, que diferem do sistema capitalista como, por exemplo, a autogestão, desencadeando uma relação de solidariedade entre as pessoas. Outrossim, Singer (2008) pontua que o trabalho, na perspectiva da economia solidária, é entendido como uma forma de aprender, crescer e amadurecer para todas as pessoas que dele participam, sem distinção.

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância das estratégias de intervenção no campo da saúde mental que se baseiam nos princípios da economia solidária, como significativa ferramenta quando consideramos o escopo dos movimentos da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária. Dessa forma, esses dois movimentos congregam de fundamentos semelhantes quando direcionam sua ética, política e ideologia sob o prisma da solidariedade (Brasil, 2005).

Se considerarmos os aspectos supracitados e articularmos com os recursos disponíveis de incentivo a iniciativas de geração de trabalho e renda na RMB, como a oficina produtiva, encontramos propostas de trabalho embrionárias e que não possuem a participação das pessoas em sofrimento psíquico, em decorrência do uso de álcool e outras drogas ou não, nos processos de tomada de decisão. Essa realidade faz com que essas pessoas não participem dos espaços de decisão e comercialização, estando somente por trás dos processos de produção.

Argumentamos que esta realidade de “participação não participante” pode reverberar na forma com que as pessoas se sentem, ou não, parte da oficina. No estudo de Lussi e Shiramizo (2013), as autoras enfatizam que os motivos que fazem com que os participantes estejam engajados nos processos, seja na oficina de geração de trabalho e renda ou formulação de empreendimentos econômicos

solidários, estão relacionados com a vinculação entre possibilidade de trabalho, renda e autogestão.

Dessa forma, a autogestão é considerada uma prática participativa no processo de trabalho, auxiliando na tomada de decisão e definição de estratégias nos empreendimentos. Por permitir que todas as pessoas envolvidas no processo de trabalho participem ativamente das tomadas de decisão, a autogestão é considerada um exercício de poder compartilhado, reforçando uma postura ativa dentre os trabalhadores (Beatriz, 2007; Brasil, 2006). A ausência de decisões autogeridas, me convoca repetidas vezes a pensar como seria caso a proposta da oficina fosse dialogada e decidida junto aos participantes, conforme expresso no relato a seguir.

Aparentemente, há um descontentamento com a atividade desenvolvimento, a experiência não é comum entre eles, há um estranhamento. A maioria possui experiência com atividades laborais que exigiam esforço braçal, como operação de máquinas pesadas, e a atual tarefa proposta exige que os mesmos desenvolvam habilidades manuais finas que parecem que não tiveram contato na vida. *Será que se a construção da ideia de trabalho a ser desenvolvido fosse decidido coletivamente haveria um maior engajamento?* Ainda que pense sobre essa possibilidade, acredito que há um comportamento de submissão diante das investidas da profissional, o descontentamento é percebido nos gestos, em algumas falas e nas trocas de olhares, mas a submissão a ideia de que “se a técnica está falando pode ser uma coisa boa a se fazer” é notório (Registros no Diário de Campo, 2024).

Ressalta-se que, ainda que no campo da saúde mental, a partir da reforma psiquiátrica, tenhamos desenvolvido propostas de mudança de pensamentos e práticas de cuidado, atualmente ainda é comum processo de estigma das pessoas em sofrimento psíquico. Esse fator se potencializa quando as pessoas possuem o sofrimento psíquico em decorrência do uso de álcool e outras drogas. Essa construção pode reverberar em processos de invisibilização e retirada de papéis de tomada de decisão e participação destas pessoas.

Se pensarmos nas práticas de geração de renda, isso pode acabar afastando as pessoas da participação. Os participantes não se viam como pertencentes dos espaços, uma vez que a prática parecia descolada das vivências pessoais. Apesar da profissional que conduz demonstrar vontade de ensinar e acompanhar, essa não participação afastava as pessoas da operacionalização da proposta. Além disso, colaborava com os processos de assujeitamento, que tanto tentamos combater no campo da saúde mental, sobretudo após a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB).

4.4 A VIDA NÃO É SÓ FESTA, MAS O POVO PARAENSE GOSTA DE FESTEJAR

Talvez, essa seja a parte do trabalho que eu mais me demoro. Geralmente, quando as pessoas vão ao Pará, dizem que somos um povo hospitaleiro que gosta de festejar. É verdade. Isso não significa que não temos as nossas dores e resistências, mas que mesmo diante disso, nos convocamos a celebrar. Nessa parte do trabalho, vamos falar de diversas especificidades, dos EES e da oficina, e apesar das dificuldades tentaremos apontar caminhos. Lembrar sempre: somos resistências, mas também somos festa!

O reconhecimento atento é o período em que o pesquisador acompanha o processo de transformação da realidade, preocupando-se em enxergá-la para além de somente uma figura representativa. Aqui, então, a pesquisadora pretende envolver-se na compreensão das linhas rizomáticas presentes no território, a fim de refletir sobre a realidade e sobre os devires.

Eu olho o futuro e pergunto para a
insônia: será que o Brasil nunca
viu Amazônia? E vou dormir com
isso. Será que é tão difícil?
(Olhando Belém — Lucinha
Bastos)

Quando escrevo a primeira vez sobre estar atento diante do ignorado, penso em algo mais conduzida pela cartografia e menos por algo conduzido pelo meu fazer pesquisa na cartografia. Após pensar, me questionei sobre o que é esse ignorado que vou tentando nomear aqui. O primeiro ignorado é a Região Norte, como já mencionei, penso não ser possível pensar na condução dos escritos deste estudo sem posicionar essa realidade, que diz tanto sobre o que sinto e o que experimento.

Nesse sentido, a fotografia que apresento é também da minha implicação de nunca ter visto algo que falasse sobre nós, apresentasse a nossa realidade e como fazemos e nos organizamos na inclusão pelo trabalho e da economia solidária.

A partir daqui, apresentaremos uma fotografia da realidade encontrada pela rede de economia solidária, apresentando os empreendimentos vinculados a ela, perfil das pessoas envolvidas, as atividades que são desenvolvidas e seus objetivos, espaços de comercialização, distribuição de renda, e reflexões. Após isso,

apresentaremos a oficina produtiva a partir dos seus objetivos, das atividades ofertadas e possíveis vinculações com a economia solidária. No final, buscaremos apresentar algumas reflexões sobre a aproximação do campo da saúde mental e da rede de economia solidária.

4.4.1 A Rede de Economia Solidária — Mãos Solidárias: Sobre Os Empreendimentos

A Rede RECOMSOL já foi apresentada neste estudo, em relação às suas atividades coletivas acompanhadas e diante de algumas reflexões incitadas por esse movimento. A seguir, pretende-se apresentar a composição dos empreendimentos atualmente ativos, sendo 7, são eles: Mãos de Fada, Sabor Marajoara, Meninas da Juta, Brotar da Arte, Arte pá Jureba, Grupo Girassol e Delícia das Meninas.

Nome dos EES	Ano de Origem	Localização
Arte pá Jureba	2017	Belém
Meninas da Juta	2021	Ananindeua
Sabor Marajoara	2017	Ilha de Mosqueiro
Delícia das Meninas	2020	Belém
Toque de Arte	2016	Belém
Grupo Girassol	2009	Belém
Mãos de Fada	2017	Benevides

Quadro 1: Empreendimentos econômicos solidários vinculados a rede RECOMSOL e sua classificação quanto ao ano de origem e localização.

Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Em relação ao ano de início dos empreendimentos contatados, podemos observar (Quadro 1) que a maioria deles surgiu a partir de 2016, ano que já não havia levantamentos na base de dados do sistema de economia solidária. Esse dado pode ter contribuído para a dificuldade de encontrar dados sobre a quantidade e o perfil dos empreendimentos na região.

Quanto à localização, a maioria concentra-se no município de Belém, o que colabora com questões relacionadas à dificuldade na mobilidade urbana e custos

relacionados ao deslocamento, assim como a presença nas feiras e eventos que ocorrem, em sua maioria, no município.

Neste estudo, compreendemos como importante aglutinar as percepções de dimensões socioeconômicas, raça, gênero e saúde mental a fim de acessar o perfil dos participantes dos empreendimentos. Essa proposta colabora com o defendido por Singer (2002), quando compreendeu que a economia solidária transpassa as questões socioeconômicas. Em suma, ela almeja absorver pessoas marginalizadas no mundo do trabalho capitalista, seja por questões de gênero, raça, idade ou qualificação profissional; configurando-se como uma nova perspectiva política e econômica de construção de riqueza.

Em relação às participantes⁴, buscou-se saber dados relacionados a gênero, raça, composição familiar e se possuíam vinculação com algum serviço de saúde mental. Dessa maneira, como apresentado no quadro 2, os empreendimentos contam com um total de 82 participantes, participando ativamente de sua composição, sendo a maioria envolvida no grupo relacionado a ofertas de serviços para qualidade de vida.

Quanto aos aspectos relacionados a gênero, pontua-se que a maioria das participantes dos EES que participaram deste estudo, se reconhecem sendo do gênero feminino. A presença das mulheres nestes empreendimentos é desencadeada por diversos fatores, como a divisão social do trabalho, a questão de necessidade de dupla e, às vezes, tripla jornada de trabalho, assim como aspectos relacionados a aproximação com os princípios da economia solidária, como a solidariedade, por exemplo. Estes aspectos colaboram com achados em outros estudos do campo da economia solidária (Costa, 2011; Oliveira, 2008; Oliveira, 2023).

Embora as mulheres tenham alcançados diversos direitos, inclusive no que diz respeito a inserção no mundo do trabalho, a permanência dos processos de precarização do mundo do trabalho, a desigualdade na remuneração e falta de acesso a posições de gestão, desloca esse público para outras iniciativas de trabalho. Essa

⁴ Considerando que os empreendimentos econômicos solidários são compostos, majoritariamente, por pessoas do gênero feminino, optamos por nos referir aos participantes deste estudo utilizando sempre pronomes femininos.

realidade faz com que muitas mulheres estejam presentes nos grupos de economia solidária (Silva, Oliveira e Correia, 2018).

De acordo com Culti (2004), para as mulheres, os empreendimentos vinculados a economia solidária exercem um papel importante, uma vez que estes possibilitam a transformação da participação delas na sociedade, reverberando na construção de identidade. Reforçando a ideia supracitada de Singer (2002), Dias e Souza (2014) pontuam que os empreendimentos econômicos solidários surgem para promover a inserção dos segmentos populacionais mais abastados no mundo do trabalho, dentre os quais estão as mulheres, por meio de valores relacionados a cooperação, solidariedade e democracia.

A presença das mulheres nos EES se dá como empreendedoras, membros nas cooperativas, trabalhadoras autônomas e líderes dos empreendimentos coletivos. As participantes costumam a colaborar com os processos de criação e gestão dos empreendimentos em diversos segmentos, desde agricultura familiar até oferta de serviços, fortalecendo a economia solidária. Mas, também, promovendo a igualdade de gênero a partir do retorno econômico (Pitaluga; Barros; Le Bourlegat, 2022).

De acordo com Santos, Diogo e Schucman (2014), as categorias de raça e gênero interagem entre si, reverberando na criação de lugares para diferentes pessoas. Essas construções foram sendo produzidas por meio de práticas escravocratas, que ainda tem a imagem do homem branco como senhor, intocável, e a imagem da mulher negra como uma propriedade, que deve ser usada para o trabalho. Dessa maneira, as categorias de raça e gênero reverberam ações em diversos âmbitos da vida social: na distribuição de renda e de poder, na subjetividade, nas identidades construídas coletivamente, na cultura e na produção de significados. No Brasil, estas categorias estruturam e organizam as desigualdades socioeconômicas, assim como os culturais e simbólicos, construindo ideias de pessoas negras, sobretudo das mulheres.

Considerando o marcador de raça, a maioria das pessoas vinculadas aos EES que participaram deste estudo se autodeclaram como negras (pretas/pardas). Tal fato reflete na realidade apontada por Anjos (2016), que refere que a participação de pessoas negras nos empreendimentos da economia solidária se dá como uma alternativa de trabalho, considerando que essas pessoas foram incluídas parcialmente

nos processos formal de trabalho assalariado e que são, historicamente, excluídas socialmente.

Dada esta realidade, faz-se necessário trazer a temática da mulher negra no campo da economia solidária, a partir da perspectiva da interseccionalidade⁵. Por esta via, podemos compreender os obstáculos que as pessoas negras, sobretudo as mulheres, vivenciam nas suas relações de trabalho e de vida, que reverberam em sua dignidade e na construção da sua subjetividade. Essa perspectiva exerce uma importância política, essencial para a compreensão e combate das formas de racismo e sexismo presentes no mundo do trabalho, servindo como subsídio na percepção acerca da hierarquização social existente nas diversas formas de trabalho (Pereira, 2015).

No estudo de Neves (2021) a autora encara a temática da invisibilidade das mulheres na economia solidária, discutindo a partir do conceito da interseccionalidade, compreendendo que esse processo de invisibilização precisa ser analisado sob diversos aspectos. A autora entende que, por mais que muito se tenha um discurso que reconheça as especificidades, no campo prático há uma dificuldade dos atores que compõe a economia solidária de compreender as intersecções de gênero, raça e classe.

Anjos *et. al.* (2016) realizou uma pesquisa, sobre o perfil dos trabalhadores associados, na base de dados do SIES. Nela, as autoras evidenciam que a maioria da população negra que está vinculada aos empreendimentos econômicos solidários (60,4%), tem nesta vinculação a sua principal fonte de renda, diferente da maioria das pessoas brancas (34,9%) que utilizam a renda obtida como algo complementar.

⁵ A interseccionalidade é uma forma de perceber o problema, por meio das reverberações estruturais e dinâmicas da interação entre os eixos de subordinação. Dessa maneira, ela se preocupa com as formas de operacionalização das opressões de raça, gênero e classe, assim como outros sistemas de discriminação, com as formas de desigualdade produzida por elas, que reverberam nas posições socialmente atribuídas as mulheres, pessoas negras e pobres, por exemplo (Crenshaw, 2002).

EES	Nº de participantes	Usuários de Saúde Mental	Perfil 108
Arte pá jureba	3	Não.	Mulheres
			1 funcionária pública 1 artesã 1 desempregada
			2 pessoas negras 1 pessoa branca
Meninas da Juta	2	Sim.	Mulheres
			2 Artesãs
			1 pessoa negra 1 pessoa branca
Sabor Marajoara	4	Sim.	Mulheres
			Desempregadas
			3 pessoas negras 1 pessoa branca
Delícias das Meninas	4	Não.	Mulheres
			Desempregadas
			3 pessoas negras 1 pessoa branca
Toque de Arte	4	Sim.	3 Mulheres 1 Homem
			Artesãos
			3 pessoas negras 1 pessoa branca
Grupo Girassol	60	Sim.	13 Homens 47 Mulheres
			Aposentados
			33 pessoas negras 27 pessoas brancas
Mãos de Fada	5	Sim.	Mulheres
			1 funcionária pública 3 desempregadas 1 aposentada
			4 pessoas negras

Quadro 2: Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede RECOMSOL quanto ao número de participantes, presença de pessoas em sofrimento psíquico e perfil (gênero, ocupação e raça/etnia).

Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Quando consideramos a categoria de gênero as mulheres (54,5%) dependem mais da renda advinda da comercialização dos EES, em detrimento dos homens (45,5%). Ainda nessa categoria, considerando a raça, 64,1% das mulheres negras tem a remuneração advinda do EES como principal, em contrapartida, somente 37,7% das mulheres brancas atribuem essa função (Anjos *et. al.*, 2016).

Considerando este aspecto, Anjos *et. al.* (2016) informam que esses dados nos revelam que existe uma maior vulnerabilidade nas trabalhadoras negras associadas aos EES, seguido dos homens negros. Argumentamos que estes dados colaboram com o perfil obtido nesta pesquisa, evidenciando a necessidade de serem considerados e problematizados, cada vez mais, as intersecções entre gênero, raça e classe dentro do campo da economia solidária.

No que diz respeito à condição socioeconômica, podemos perceber que as participantes dividem-se entre as que trabalham em um emprego formal, as que estão desempregadas, as aposentadas e as artesãs. Embora algumas estejam vinculadas a empregos formais, elas referem que utilizam a participação nos empreendimentos da rede para complementar a renda, em decorrência da baixa remuneração que recebem no mundo do trabalho capitalista.

No estudo de Anjos e Ramos (2023), sobre o perfil dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, as autoras dividem os principais segmentos em Grupo 1 – Agricultores Familiares, Grupo 2 – povos e comunidades tradicionais e Grupo 3 – trabalhadores associados urbanos. Dentro dessa classificação, as pessoas pertencentes ao grupo 3 possuem o segundo maior percentual em relação à participação das atividades dos EES como única fonte de renda. Esse dado colabora com a realidade dos trabalhadores que compuseram o estudo, os quais referiram ter passados por longos períodos sem renda e trabalho.

Em nossa pesquisa, se considerarmos esta classificação, todas as trabalhadoras vinculadas aos EES estão no grupo 3, também possuindo questões comuns como: a dificuldade de ingressar no mundo do trabalho capitalista e ser a única provedora financeira do lar. Não podemos negar que a realidade socioeconômica sofre influências diretas das questões de raça e gênero, nesse sentido fatores como racismo estrutural e a divisão sexual do trabalho também podem colaborar com essa realidade.

De acordo com Silva (2020), antes do golpe que ocasionou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a SENAES já estava passando por uma redução orçamentária como parte de uma ação direcionada a dificultar o fortalecimento do trabalho associado, favorecendo as ações vinculadas a agropecuária. Consideramos que este fato deve ser considerado neste estudo, uma vez que as pessoas que compõem os EES pertencem aos espaços urbanos, local onde as ações de proteção social para o ingresso no mundo do trabalho ficaram enfraquecidas.

Somado a isto, compreendemos que as mulheres são o público que sofrem com mais desvantagens no mundo do trabalho, sobretudo as mulheres negras. No terceiro trimestre de 2021, por exemplo, a taxa de subutilização de mulheres era de 33,3% em detrimento de 20,9% dos homens. No que diz respeito as taxas de desocupação, entre as mulheres negras era 20,9%, em contrapartida, em outras mulheres não negras era de 12,5% (DIEESE, 2022). Esse panorama nos mostra que está posta uma luta de trabalhadoras associadas imersas em uma realidade de cerceamento de direitos trabalhistas e de instabilidades, em termos de políticas públicas, do mundo do trabalho no Brasil; sobretudo quando consideramos gênero e raça (Anjos; Ramos, 2023).

Quanto à participação de pessoas vinculadas a serviços de saúde mental, notou-se que ao serem questionadas sobre muitas não atribuíam uma participação, porque apesar de possuírem algum histórico de sofrimento psíquico, não acessaram os serviços da RAPS. Diante disso, houve a necessidade de mudar a pergunta para pessoas com questões de saúde mental e, a partir disso, obtivemos que a maioria dos empreendimentos possui pessoas com sofrimento psíquico, que realizam acompanhamento em serviços vinculados a ambulatorios pertencentes a universidades particulares da região.

Segundo Tagliaferro (2011), os EES são potentes auxiliares de processos de reabilitação psicossocial, uma vez que a inclusão de pessoas em sofrimento psíquico neles faz com que estas pessoas sejam vistas e se percebam como agentes de direitos e trabalhadores, por meio do desenvolvimento de responsabilidades e criação de vínculos. Essas potências se devem as reverberações relacionadas a participação em um grupo de geração de renda, como: cuidado com o dinheiro e

organização da comercialização, participação em assembleias e tomada de decisão, por exemplo.

Foi possível notar que, mesmo as pessoas que apresentam algum tipo de sofrimento psíquico, não se consideram como público da saúde mental. Acredita-se que essa percepção deriva do conhecimento popular sobre o que seria um usuário da saúde mental, que geralmente é uma visão permeada pelos estigmas, mesmo entre as próprias pessoas. Além disso, argumentamos que muitas dessas pessoas nunca alcançaram os serviços de saúde mental, vinculados a RAPS, da região. Nesse sentido, pensamos nas dificuldades de acesso e/ou permanência das pessoas nos serviços.

Ao passo que o sofrimento psíquico assume maior relevância no campo da saúde, são identificadas algumas barreiras para o desenvolvimento de ações de suporte, sendo: a presença de desigualdades sociais e regionais, no que diz respeito ao acesso ao tratamento; a ausência ou pouca adequação das políticas de atenção à saúde mental; e pouco debate acerca das realidades que produzem o sofrimento psíquico. Somado a isto, também ressaltam-se os retrocessos no campo da saúde mental, que significaram atrasos importantes no percurso de consolidação de modelos da atenção psicossocial (Araújo; Torrenté, 2023).

No que se refere as desigualdades, pontuamos a baixa disponibilidade de serviços de saúde mental, além das barreiras de acesso a eles; essa realidade é intensificada pelas diferenças na cobertura dentre as regiões brasileiras. Somente em relação a pessoas com sintomas depressivos, por exemplo, cerca de 78,8% não recebiam nenhum tipo de cuidado. Quando consideramos os recortes regionais essas diferenças são bem devastadoras, na região Norte cerca de 90,2% de pessoas em sofrimento psíquico estava sem receber acompanhamento até 2013, em detrimento de 67,5% da região Sul do país (Lopes *et. al.*, 2016).

4.4.1.1 Sobre As Atividades Desenvolvidas, Seus Objetivos, Produtos Ofertados E Espaços De Comercialização

No que se refere às atividades desenvolvidas pelos empreendimentos (Quadro 3), o processo de produção varia de empreendimento para empreendimento. Algumas participantes referem encontros semanais ou quinzenais para a produção e

tomada de decisões coletivas, já outras participantes referem que preferem produzir separadamente, porque acabam perdendo o foco na presença de outras pessoas. Nesse contexto, a maioria pontua as atividades relacionadas ao processo de produção como única atividade realizada, muitas vezes, sem necessidade de um encontro coletivo para alinhar as questões referentes à comercialização e a divisão do valor arrecadado.

No decorrer dos diálogos, as participantes referem que o momento da realização dos acordos ocorre nos espaços coletivos junto da rede, em decorrência da dificuldade de deslocamento, ou até mesmo por aplicativo de mensagens, como o WhatsApp, ou reuniões no Google Meet. Considera-se que o estado da pandemia inaugurou necessidade de adaptação para que os encontros entre coletivos pudessem ocorrer, com isso as pessoas começaram a utilizar os recursos de videochamada para a comunicação. Embora a pandemia tenha terminado, nota-se que estes costumes tornaram-se parte do cotidiano das pessoas.

De acordo com Jaques e colaboradores (2023), a fim de seguir a proposta da economia solidária que pressupõe a relação social entre os agentes que a compõe, os trabalhadores tiveram que desenvolver estratégias para a manutenção da renda e das relações. Nesse sentido, com o acesso às tecnologias é possível maior alcance e agilidade na troca de informações, tornando essa forma de fazer eficiente e uma alternativa em realidades de distanciamento social. Por esta via, considera-se que a internet e os meios de comunicação digital estão, cada vez mais, presentes no desenvolvimento das atividades, contribuindo com a circulação livre e rápida de informações (Rosseti; Morales, 2007).

Por outro lado, no estudo de Scoz, Raasch e Grimaldi (2022), as autoras pontuam sobre que o desenvolvimento das ações de modo on-line é possível, porém desafiadora, visto que existem atividades que são possíveis somente no modo presencial. Dentre as dificuldades apresentadas pelos autores, estão o próprio formato online, a precariedade nas condições socioeconômicas — considerando que muitas pessoas podem não ter acesso aos equipamentos necessários para tal, pouca habilidade das pessoas em lidar com os recursos tecnológicos, e a logística de compra e distribuição dos materiais.

Dessa forma, considerando que as atividades no modo remoto requerem utilizar recursos digitais, como celular, internet e computador, as pessoas que não possuem esses aparatos tecnológicos não podem participar das atividades, configurando-se como uma atividade limitadora. Essa condição de desigualdade foi evidenciada com a pandemia da COVID-19, em decorrência da necessidade de distanciamento social (Scoz; Raasch; Grimaldi, 2022).

Dessa maneira, apontamos que as atividades desenvolvidas remotamente têm seus pontos positivos, relacionadas a rapidez na qual as questões podem ser respondidas e as decisões são tomadas. No entanto, cabe ressaltar que possuem pontos que merecem atenção, haja vista que nem todas as pessoas possuem condições socioeconômicas para acessarem redes móveis de qualidade, por exemplo. Se formos pensar em lugares mais afastados da capital metropolitana, como a ilha de Mosqueiro, por exemplo, existem barreiras relacionadas ao alcance do sinal da internet, que podem significar fatores limites para a participação das pessoas.

No que diz respeito aos objetivos que envolvem as atividades desenvolvidas, a maioria dos empreendimentos pontua como objetivo principal a geração de renda para a subsistência familiar, considerando este espaço como auxiliar da emancipação financeira destas pessoas. De acordo com Cerruci e Anjos (2021), diversos são os estímulos que fazem com que as pessoas se vinculem aos empreendimentos da economia solidária, no entanto, a finalidade que aparece com maior frequência tem a ver com a inserção de trabalhadores em atividades de geração de renda, a fim de combater o subemprego e promover a diminuição da pobreza.

Dessa forma, o movimento da economia solidária aglutina diversos agentes que possuem especificidades e objetivos que se diferenciam conforme a atividade que exercem, em contrapartida, é inegável que grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras vinculados aos empreendimentos, tem a motivação de se organizarem a fim de desenvolver um trabalho remunerado. Neste viés, ressaltamos a situação das mulheres, sobretudo as negras, que vem no trabalho na economia solidária a principal forma de atividade remunerada (Cerruci; Anjos, 2021; Anjos, 2020).

EES	Atividades Desenvolvidas	Objetivo (s)
Arte pá jureba	- Reaproveitamento do jeans, algodão cru; - Produção de blusas em malha de algodão; - Trabalhos em crochê; - Pinturas em tecido; - Customização de roupas e acessórios.	Geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade.
Meninas da Juta	- Artesanato em geral, com vidros, garrafas pet, latas; - Acessórios e Itens de decoração com Juta.	Geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade. Uso terapêutico.
Sabor Marajoara	- Produção de Bombons, com doces de frutas regionais; - Reuniões e diálogos.	Contribuir com a renda familiar.
Delícias das Meninas	- Produção de bombons, com doces de frutas regionais. - Plantio e colheita do cacau.	Geração de renda familiar.
Toque de Arte	- Produção de biojóias; - Reuniões.	Geração de renda familiar.
Grupo Girassol	- Grupo de prática de atividade física. - Ações de lazer, alusivas a datas comemorativas, e passeios.	Promoção de saúde e qualidade de vida.
Mãos de Fada	- Atividades de crochê; - Atividades de Costura Criativa; - Produção de Biojóias.	Aglutinar mulheres em situação de vulnerabilidade para promoção de geração de renda.

Quadro 3: Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede RECOMSOL quanto as atividades desenvolvidas e seus objetivos.

Fonte: Elaboração Própria (2024).

Os aspectos supracitados colaboram com os achados deste estudo, uma vez que a maioria dos empreendimentos refere que o seu objetivo principal é a geração de renda, sendo que alguns ainda reforçam a questão de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade. Essa conjuntura reforça o lugar da economia solidária, junto a segmentos populacionais abastados que necessitam de

oportunidades para obtenção de renda, mas que também possam ter condições dignas de trabalho.

Algumas pessoas, durante os diálogos, referiram que a produção também auxilia como “terapia”, considerando que as atividades conseguem resgatar os valores relacionados à autoestima e ao bem-estar. Segundo Costa e Paulon (2012), a coletividade auxilia no processo de transformação das pessoas, por meio do convívio e do compartilhar experiências. Nesse sentido, os encontros nos locais que são permitidas posturas participativas, podem contribuir com a saúde mental e a socialização, esses elementos são cruciais nos processos de inclusão e participação social.

Outrossim, compreende-se que o trabalho no campo da economia solidária não se restringe a geração de renda, mas também implica no desenvolvimento de uma atividade que constrói um território assistencial para si e para o seu trabalho. Dessa maneira, as mulheres tornam-se as protagonistas do seu fazer, e o trabalho adquire o sentido de liberdade. Na economia solidária, esse trabalho prioriza a valorização das pessoas e da forma com que elas fazem (Rodrigues; Yasui, 2016).

Uma questão que chamou a atenção neste estudo foi que, as mulheres que atribuíram o sentido terapêutico as atividades desenvolvidas, são pessoas em sofrimento psíquico. Para Noronha e colaboradores (2016), os recursos artísticos são comumente utilizados no campo da saúde, com enfoque no desenvolvimento de habilidades motoras, visuoespaciais, criatividade e comunicação, relaxamento, entre outros. Dentro disso, as atividades de artesanato, música e dança, por exemplo, permitem a produção da subjetividade, auxiliam nos projetos de vida e na reconstituição da cidadania das pessoas em sofrimento psíquico.

Da mesma maneira, os trabalhos manuais são utilizados de maneira terapêutica, em decorrência dos seus benefícios relacionados a persistência, dedicação e observação, por exemplo. Nesse sentido, o produto configura-se como a implicação ativa da pessoa em todo do processo, dando um novo lugar a pessoa que desenvolve a atividade (Fonseca, 2015; Silva *et. al.*, 2016). Dessa forma, consideramos que além dos benefícios relacionados a geração de renda, as pessoas em sofrimento psíquico também atribuem sentido terapêutico a participação nas atividades vinculadas aos empreendimentos econômicos solidários.

No grupo responsável pela oferta de serviços, o objetivo principal é a promoção da qualidade de vida das pessoas, considerada parte importante para o segmento da vida, para além dos aspectos financeiros. Nesse contexto, o grupo não se destina a comercializar produtos ou gerar renda, mas em organizar as pessoas — que geralmente são pessoas idosas em situação de vulnerabilidade — para ofertar ações de qualidade de vida, como atividades físicas, campanhas de saúde (novembro azul, outubro rosa), assim como eventos em datas comemorativas (dia das mães, festa junina).

De acordo com Carvalho e Pinheiro (2019) nos empreendimentos econômicos solidários é comum existir ações permeadas pela solidariedade, que podem ser observadas na preocupação com distribuição das sobras adquiridas a partir da comercialização. Além disso, são expressas no cuidado com a natureza, na atenção para melhores condições de vida para os seus participantes e para a comunidade. Nota-se que proporcionar atividades que envolvam este objetivo, para pessoas em situação de vulnerabilidade, a partir do acolhimento de todas as especificidades, é um importante traço dos empreendimentos vinculados à economia solidária.

Diante desse contexto, foi possível acompanhar algumas ações do grupo, para haver melhor compreensão acerca da sua dinâmica, e de como se inseria na economia solidária. Acompanhamos, assim, algumas aulas de dança e atividade física, que eram ministradas por profissionais colaboradores do empreendimento, assim como alguns eventos alusivos ao Dia das Mães e a festa junina. Neles, os participantes engajavam-se nas atividades, convidavam seus familiares, dançavam, e ajudavam mutuamente. Era possível ver a participação de muitas pessoas, das mais diversas formas, jeitos e modos de fazer.

No diálogo junto a uma pessoa-chave do grupo, ela conta que o Grupo Girassol oferta qualidade de vida, que também é uma ramificação da economia solidária. Esta forma de se organizar, colabora com os apontamentos de Singer (2003) e Pauli, Becker e Rosa (2017), ao argumentarem que a força da economia solidária está para além da sua capacidade de gerar renda. Os autores apostam em sua ação voltada para a inclusão social, com ênfase em uma vida digna, respeito mútuo e garantia da cidadania.

No que se refere à atividade produtiva dos EES, a maioria dos empreendimentos destina-se a oferta de produtos, sendo os segmentos de artesanato e alimentação os mais presentes. Apesar de alguns estudos (Silva; Meireles, 2010; Silva, 2024) apontarem a existência de muitos espaços da agricultura familiar nas regiões norte e nordeste, em decorrência das especificidades do clima e do sono na região, considera-se que neste estudo esses dados não puderam ser visualizados. Argumentamos que este fato se dá em decorrência de estarem situados na RMB, e os empreendimentos da agricultura familiar estarem localizados no interior do estado, em maior número.

Pontua-se que as representantes dos grupos referem que os aprendizados de manuseio do artesanato e alimentício foram adquiridos por meio do ensinamento passados de geração em geração, haja vista que muitas vieram de cidades do interior para a RMB, a fim de garantir melhores condições de vida e acesso para si. Além do conhecimento produzido a partir do aprendizado geracional, algumas representantes colocam o papel de alguns espaços formativos para a aquisição de habilidades, como: a Usina da Paz⁶, Associações, Polo Joalheiro⁷ e Órgãos Governamentais.

Segundo o estudo de Maciel, Arroyo e Azevedo (2023), geralmente, as mulheres exercem um papel fundamental na manutenção dos saberes populares, sendo estes fundamentais para a preservação dos modos de sobrevivência de diversas comunidades. No entanto, esses saberes estão em constante processo de marginalização, devido à forte influência do capitalismo, que propõe o desprezo pelas culturais tradicionais. Embora essa realidade esteja presente, as artesãs seguem contribuindo com aspectos da preservação cultural e desenvolvimento econômico de suas comunidades.

No tocante aos espaços e as formas de comercialização (Quadro 4), as participantes colocam as feiras de artesanato e produtos regionais, e os eventos

⁶ As Usinas da Paz são espaços que ofertam uma variedade de serviços que buscam fortalecer as áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer. Estes espaços, geralmente, estão situados em bairros vulneráveis, o que possibilita o acesso de diversas pessoas. Elas ofertam oficinas e atividades de formação em artesanato, por exemplo. Algumas das mulheres dos EES da RECOMSOL realizam as suas capacitações lá.

⁷ Popularmente conhecido como Polo Joalheiro, o espaço São José Liberto reúne diversas lojas e prédios. Dentre os quais, cabe citar a casa do artesão onde são desenvolvidos oficinas e espaços de comercialização de produtos sobre a cultura local.

promovidos pelas universidades e pelos órgãos governamentais, como responsáveis pela maior oferta dos espaços de comercialização. No geral, a rede RECOMSOL consegue o espaço para a participação, e organiza a partir dos segmentos solicitados, diante disso as pessoas realizam o deslocamento para a comercialização.

Os dados encontrados corroboram os resultados obtidos no segundo Mapeamento realizado pelo SIES (Brasil, 2013), no qual constatou-se que mais de 70% dos empreendimentos cadastrados, tinham no comércio local, comunitário ou municipal os seus espaços de venda, ou troca de produtos. Segundo Souza (2018), algumas explicações para este fato se dão porque a maioria dos EES tem um número de participantes menor que seis, se configurando como um empreendimento pequeno. Ou, ainda, pode estar relacionado ao tipo de produto comercializado, que geralmente faz parte de uma dinâmica de comercialização varejista, tendo destino imediato ao consumidor final e sendo vendido em feiras e locais próprios, majoritariamente.

De acordo com Schulz *et. al.* (2015), uma das maneiras que os grupos têm buscado para fortalecer e criar um mecanismo de comercialização para os empreendimentos, é a Feira de Economia Solidária (FES). Nela, os participantes podem divulgar e comercializar os seus produtos, configurando-se como uma “vitrine” dos EES que participam, assim como buscam favorecer uma rede de consumo e comércio de produtos solidários.

Os autores reforçam que as FES constituem espaços nos quais as práticas e valores comerciais baseados na democracia, autogestão, cooperação, solidariedade e preservação ambiental, fortalecendo também as relações de comércio justo e consumo responsável. Embora a literatura aponte, como supracitado, o papel das FES, os grupos que participaram deste estudo comumente participam de feiras. Geralmente, ela é agendada e os grupos são convidados a participar, seguindo as regras a entrada (p.ex. não pode produto alimentício, somente artesanato). O que colabora com os dados apresentados por Rautenberg e Schiochet (2019), que apontam que somente uma pequena parcela dos EES tem nas FES seu principal local de comercialização, sendo o maior número entre a entrega direta ao cliente e a participação nas feiras livres.

Diante dessa realidade, os autores pontuam a importância do fortalecimento das RES, a fim de melhorar a disponibilidade de espaços de

comercialização solidários. Haja vista que, é apresentado uma inadequação dos empreendimentos aos espaços de comercialização que participam, isso pode ser atribuído ao distanciamento destes espaços dos moldes da economia solidária, conhecidos por eles (Rautenberg, Schiochet, 2019).

Como a oferta destes espaços não segue uma regularidade, alguns participantes pontuam que a comercialização ocorre por divulgação nas redes sociais das pessoas e exposição dos produtos nas suas residências/ateliês próprios. E um empreendimento que ressalta a importância do apoio da Cáritas como propulsora para a venda de produtos para países do exterior, por meio da divulgação e mediação para o envio.

No que refere-se ao Grupo Girassol, como o mesmo não realiza comercialização, a maneira de conseguir renda para organizar suas ações, é por meio de um sistema de apadrinhamento. O sistema de apadrinhamento se dá por meio do contato com pessoas que possam ajudar financeiramente os participantes do grupo, cada participante possui um padrinho, e em momentos necessários para a promoção das ações citadas eles são contatados e ofertam os insumos. Além disso, os demais empreendimentos da rede também auxiliam com a disponibilização de recursos humanos para as ações e doação de insumos que possam contribuir.

Quanto a frequência de produção/serviço, nos empreendimentos que ofertam produtos, a maioria refere que a produção ocorre diante da demanda das feiras e eventos. Geralmente, como as feiras ocorrem mensalmente/quinzenalmente, as produções também seguem essa regularidade, sobretudo nos segmentos de artesanato. Já nos segmentos de gêneros alimentícios, a produção ocorre dias antes das feiras/eventos ou somente quando há encomenda, em decorrência de não serem produtos que possuem conservantes.

Apesar da composição dos empreendimentos serem coletivas, assim como os repasses financeiros, muitas vezes a produção ocorre individualmente. Os participantes pontuam que esta realidade se dá pela comodidade de realizar os processos em casa e evitar o deslocamento, dada as dimensões geográficas.

EES	Serviços/Produtos	Local/Formas de Comercialização
Arte pá jureba	Ecobags; Blusas e Bolsas.	Feiras e eventos governamentais ou vinculados a universidade.
Meninas da Juta	Ecobags, porta-joias, cofre, capelinha, vasos e necessaire.	Feiras, eventos governamentais ou vinculados a universidade e divulgação nas redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram).
Sabor Marajoara	Bombons regionais.	Feiras, eventos governamentais ou vinculados a universidade e divulgação nas redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram) e encomendas intermediadas pela Cáritas.
Delícias das Meninas	Bombons regionais, cachaças e licores.	Feiras, eventos governamentais ou vinculados a universidade e divulgação nas redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram).
Toque de Arte	Biojóias.	Feiras, eventos governamentais ou vinculados a universidade e divulgação nas redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram).
Grupo Girassol	Atividade física.	Não há.
Mãos de Fada	Bolsas, bonecas e ecobags.	Feiras, eventos governamentais ou vinculados a universidade e divulgação nas redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram), e venda no ateliê de uma das artesãs.

Quadro 4: Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede RECOMSOL em relação aos serviços/produtos ofertados, formas e locais de comercialização.

Fonte: Elaboração Própria, 2024.

4.4.1.2 Formas De Organização, Formalização E Os Princípios Da Economia Solidária

Em relação aos tipos de formalização (Quadro 5), os empreendimentos referem que sua única vinculação se dá junto a Rede RECOMSOL, devido às dificuldades encontradas para obter a formalização, e os gastos necessários para tal. Diante disso, todos são representados pela rede, que também não possui uma figura jurídica, mas que estava em processo de revisão do estatuto. Os empreendimentos, se consideram grupos informais.

Rautenberg e Schiochet (2019) apontam que uma das questões relacionadas as formas de organização dos trabalhadores de empreendimentos solidários que são do segmento de artesanato tem a ver com a dificuldade de se organizarem junto as formas cooperativistas. Segundo os autores, comumente a produção desses segmentos ocorre de maneira individual, fazendo com que muitos optem por formas menos burocráticas, como associações ou grupos informais.

Outra questão relacionada a formalização, é que quando questionados sobre isso, a maioria atribui uma proposta contrária ao cadastro no Microempreendedor Individual (MEI), como forma de formalização, o compreendendo como uma proposta que os afasta dos princípios da economia solidária.

“A gente não é MEI, ninguém é MEI também é... porque é a partir do momento que tu é MEI, tu já deixas... já deixa de ser economia solidária”. (Toque de Arte)

“Quando tu passas a ser MEI tu tens uma contribuição pra pagar todo mês e a gente não tem como repor aquilo (...) até então já... já foi sugerido lá no... um grupo, né? Tem um grupo lá, que eles fizeram né? O estatuto lá tudinho para fazer esse... esse... formalizar, né?... os grupos, mas aí a gente mandou para ela (*referindo-se à coordenação da rede recomsol*), né? Para... para coordenadora, né? para ela estudar, né? Esse estatuto... e não tá dentro dos nossos padrões, né? da economia solidária, né?”. (Grupo Mãos de Fada, Formulário de Caracterização, 2024)

Segundo Melo e colaboradores (2023), em seu estudo com grupos de economia solidária, as participantes referem possuir o registro da MEI, em decorrência da exigência de clientes para a obtenção da nota fiscal. Essa realidade é colocada em xeque, uma vez que muitos empreendimentos possuem restrições de recursos administrativos, o que os coloca em desvantagem em relação aos negócios vinculados a dinâmica capitalista (Santos; Vieira; Borinelli, 2013).

Essa realidade também é apresentada por Diniz (2023), a autora narra uma experiência acerca da necessidade de vinculação dos trabalhadores da economia

solidária a formalização por meio da MEI. Nesse sentido, expõe a compreensão que muitos trabalhadores recorrem a esse tipo de formalização em decorrência da possibilidade de acesso a direitos, assim como para conseguir fazer compras maiores, pelo atacado, por exemplo.

Nesse sentido, esta é uma figura jurídica que vem sendo utilizada por trabalhadores, ainda que na economia solidária. Cabe ressaltar que essa formalização não tira dos coletivos o caráter solidário, haja vista que mesmo formalizados como MEI, os trabalhadores continuam concebendo e praticando as mesmas relações de trabalho, e ainda, enxergando a ideia de empreendedorismo de outra maneira alheia a lógica fomentada pelo capitalismo. Assim, se apropriam da figura jurídica para aquilo que os interessa (Diniz, 2023).

Outrossim, de acordo com Anjos *et. al.* (2019), a MEI vem sendo usada pelos trabalhadores vinculados aos empreendimentos da economia solidária, como uma via de acesso à proteção social. No entanto, por esta via não se reconhece o vínculo coletivo constituído, ao passo que o pagamento previdenciário fica sob responsabilidade de cada trabalhador. Diante do contexto de privação enfrentado pelos grupos vinculados a economia solidária, principalmente nos espaços urbanos, são desvelados as dificuldades para a garantia da seguridade social, sobretudo para as pessoas que tem nestes empreendimento sua principal fonte de renda.

Diante desse cenário, argumentamos haver necessidade de melhor explanação acerca da discussão entre a formalização e forma de organização dos empreendimentos vinculados a economia solidária. Compreendemos que as pessoas que participaram deste estudo entendem essa aproximação com a formalização nos moldes do MEI de uma má forma, assim como veiculado pelo senso comum, sobretudo em decorrência da ascensão neoliberal e o fortalecimento do discurso do empreendedor de si⁸.

Por esta via, cabe pautar junto aos coletivos sobre qual a visão de empreendedor adotada pela economia solidária e, a partir disso, como os coletivos terão possibilidades de desenvolver o seu trabalho, em vista das dificuldades

⁸ De acordo com Barbosa (2011), a ideia do “empreendedor de si mesmo” coloca na pessoa a responsabilidade de lidar e resolver as inseguranças da vida social no contexto do capitalismo flexível. O discurso difundido envolve a ideia de salvação, na qual é incentivado que as pessoas abram o próprio negócio, com a promessa de que servirá de uma segurança maior, o que esconde cenário de precarização.

tributárias que enfrentam historicamente. Dentro deste prisma, Anjos (2024) nos coloca a importância de discutirmos os direitos previdenciários dos trabalhadores vinculados a economia solidária, assim como o desenvolvimento de políticas que garantam os espaços de comercialização e proteção social.

No entanto, alguns participantes apontam que a ausência da formalização impede que os grupos entrem em disputas de editais e consigam adquirir vendas grandes, que seriam importantes para a arrecadação dos grupos, como é possível ver no relato a seguir.

“É bom devido às notas, que às vezes aparece venda grande, né? Não tem como a gente dar a nota fiscal e a rede não tem... não tem CNPJ para dar, a gente tem que correr com outros, com parceiros para dar nota fiscal para nós. Ai é difícil, né? A gente tem que pagar 15% em cima pra ter a nota fiscal...”
(Delícia das Meninas, Formulário de Caracterização, 2024).

Alguns fatores pesam e fazem os grupos repensarem nos processos de formalização, Gaiger e Ogando (2009), referem que a remuneração obtida pelos grupos informais é bem abaixo do que dos grupos organizados em outras formas. Outrossim, a questão de não possuírem o vínculo formal junto ao Estado, faz com que muitos grupos tenham prejuízos como: dificuldades para ter concessão a crédito e impossibilidade de disputar licitações públicas.

Essa falta de formalização gera diversas consequências aos EES e para seus trabalhadores. Dentre as quais Souza e Sanchez (2024) pontuam a impossibilidade de emitir notas fiscais, restringindo a circulação e dificulta a comercialização; o empecilho no acesso às linhas de financiamento e crédito, em decorrência da inexistência do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), impedindo o acesso dos empreendimentos a investimentos e, até mesmo a políticas públicas. Os autores referem que esses desafios desvelam os problemas apresentados para o andamento dos EES na tríade comercialização-crédito-formação.

EES	Diretoria	Organização das retiradas e fundo rotativo	Frequência das reuniões e assembleias	Tomada de Decisão	Formalização
Arte pá jureba	Não há, apenas a coordenação da RECOMSOL.	10% de cada venda é para RECOMSOL; Arrecadação para compra do material; Arrecadação para o fundo rotativo; Divisão da sobra em partes iguais entre as pessoas do grupo.	Encontros semanais do grupo; Participam das assembleias da RECOMSOL.	Coletiva.	Não. Somente a vinculação com a RECOMSOL.
Meninas da Juta	Não há, apenas a coordenação da RECOMSOL	10% de cada venda é para RECOMSOL; Produzem individualmente e o dinheiro arrecadado com a venda é dividido por produto de cada vendido	Participam das assembleias da RECOMSOL.	Coletiva.	Não. Somente a vinculação com a RECOMSOL.
Sabor Marajoara	Coordenação geral, dividido em: articulação e financeiro;	10% de cada venda é para RECOMSOL; 10% para o fundo rotativo; Arrecadação para compra de matéria-prima; Divisão da sobra em partes iguais entre as pessoas do grupo.	Participam das assembleias da RECOMSOL; Encontros Esporádicos entre as pessoas do grupo.	Coletiva.	Grupo informal, com a vinculação com a RECOMSOL.
Delícias das Meninas	Não há, apenas a coordenação da RECOMSOL	10% de cada venda é para RECOMSOL; 10% para o fundo rotativo; O que sobra é dividido a partir do gasto individual de cada participante;	Participam das assembleias da RECOMSOL;	Cada um produz por conta própria, nas suas casas, se organizam coletivamente e apenas compra de embalagens.	Não. Somente a vinculação com a RECOMSOL.

EES	Diretoria	Organização das retiradas e fundo rotativo	Frequência das reuniões e assembleias	Tomada de Decisão	Formalização
Toque de Arte	Não há, apenas a coordenação da RECOMSOL.	10% de cada venda é para RECOMSOL; Arrecadação para compra de matéria-prima; O que sobra é dividido a partir do gasto individual de cada participante;	Participam das assembleias da RECOMSOL;	Coletiva.	Não. Somente a vinculação com a RECOMSOL.
Grupo Girassol	Coordenação Geral.	Arrecadação em esquema de apadrinhamento.	Encontros semanais; Participam das assembleias da RECOMSOL;	As decisões são tomadas pela coordenação do grupo em parceria com a coordenação do centro social onde ocorrem os encontros.	Não. Somente a vinculação com a RECOMSOL.
Mãos de Fada	Coordenação Geral.	10% de cada venda é para RECOMSOL; O que sobra é dividido a partir do gasto individual de cada participante;	Participam das assembleias da RECOMSOL; Encontros mensais para planejamento;	Priorizam as decisões coletivas, no entanto há dificuldade de reunir todas as participantes, e por vezes as decisões são tomadas apenas por uma pessoa.	Não. Somente a vinculação com a RECOMSOL.

Quadro 5: Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede RECOMSOL em relação a organização (tomada de decisões, repasses financeiros, reuniões) e formalização.

Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Essa condição percorre, historicamente, os EES configurando-se como um dilema, constituindo dois grandes grupos de discussão. De um lado, uma convocação para a criação de uma forma jurídica específica para os EES. Por outra via, mesmo que não atingisse a totalidade devido ao grau de diversidade dos EES, a defesa de que a melhor forma jurídica a ser seguida é o modelo de cooperativas, em decorrência da aproximação histórica desse modelo com os princípios da Economia Solidária (Sanchez, 2012).

Diante desse cenário, há uma discussão dentro do campo relacionada a criação de uma legislação do cooperativismo que atenda as necessidades do EES, já tendo obtido um avanço com a legislação das cooperativas de trabalho, promulgada em 2012. Nesse sentido, é crucial a criação de marcos regulatórios que auxiliem os EES a se desenvolverem e se consolidarem, considerando suas especificidades (Souza; Sanchez, 2024).

Argumentamos que essa forma de organização jurídica é importante para a consolidação dos EES, e para a sua sustentação diante das necessidades de comercialização. No diálogo junto as representantes, essa dificuldade aparece como um empecilho para a participação em editais e para vendas maiores. Por outro lado, entendemos que parece não haver um assessoramento que ajude os grupos a compreender os pontos positivos e caminhos para uma formalização nesse sentido. Diante disso, observamos a importância da aproximação de uma ITCP, como possibilidade de assessoramento jurídico.

Quanto às formas de organização, grande parte dos empreendimentos refere não haver uma coordenação do próprio empreendimento, somente a coordenação da rede, apesar disso é possível notar que algumas pessoas estão mais adiante no campo de tomada de decisões e representações nas assembleias da rede, por exemplo. Acredita-se que esta realidade pode ser atribuída pela dificuldade de os integrantes do grupo conseguirem se reunir para debater decisões coletivas, ou até mesmo para produzir os produtos ofertados, como observado nos relatos a seguir.

“A gente senta, reúne pra tomar alguma decisão, mas é como a gente falou no início nós tínhamos uma dificuldade de reunir com a maioria. Eu ligo pra ela aí... (nome de uma integrante) gente tem que resolver tal coisa, bora botar no grupo uma reunião... aí uma não pode, o outro não pode, outro não pode... acaba que até às vezes pra feira... eu acabo vindo sozinha porque eu mando para uma... mando para outra... ninguém...” (Mãos de Fada, Formulário de Caracterização, 2024).

“aí é cada uma produz na sua casa. O que eu produzi... às vezes a gente se ajuda assim, eu com a (nome de uma integrante), né? (...) E aí o que uma produz é pra si, entendeu? ela produz lá para ela com a irmã dela, elas produzem juntas lá, porque na alimentação fica meio ruim de ela vir para cá, entende? (...) Aí elas produzem lá, e eu produzo aqui com a (nome de uma integrante) (...) É de duas... uma... cada uma produz... porque a gente mora muito longe, porque ela mora na Marambaia, aí a produção é assim” (Delfícia das Meninas, Formulário de Caracterização, 2024).

Essa forma organização colabora com os achados no estudo de Dias e Kochhann (2020), em relação à forma de governança nas redes de economia solidária, nas quais geralmente as tomadas de decisões ocorrem nas assembleias da rede, sendo obrigatória a presença de representantes dos EES. Apesar disso, geralmente, há dificuldade da participação dos membros nos espaços de assembleia.

Outra questão pontuada, gerada por essa realidade, diz respeito a participação restrita dos representantes dos EES que participam das assembleias, ou seja, as mesmas pessoas que comparecem nas assembleias são as que sempre tem espaços nas feiras de comercialização (Dias; Kochhann, 2020). Essa questão pode gerar dificuldade do relacionamento entre os membros, como foi observado em alguns encontros coletivos junto a rede.

Além disso, é possível observar que, por mais que os integrantes dos empreendimentos estejam no mesmo município, por vezes o deslocamento dificulta-se, o que também faz com que as produções ocorram isoladamente e, consequentemente, os encontros se tornem escassos. Outra questão atribuída por um dos grupos, refere-se à especificidade do trabalho do artesão, em que o mesmo possui mais conforto ao realizar o seu trabalho individualmente, como pontuado a seguir.

“porque assim é... um artesão... eu... ela gosta de trabalhar só e eu também. A gente troca ideias, nós trocamos umas ideias, “olha, (nome de uma integrante) fica bom assim... assim”, mas para trabalhar mesmo... para fazer... ela faz na casa dela e eu faço na minha. Porque a gente precisa de concentração e ficando duas, três, aí daqui a pouquinho uma fala uma coisa, a outra fala outra, aí desconcentra” (Meninas da Juta, Formulário de Caracterização, 2024).

No que diz respeito à arrecadação, nota-se que existe uma divisão comum a todos, na qual o dinheiro arrecadado com as vendas possui quatro destinos: a rede RECOMSOL, o fundo rotativo, a compra da matéria-prima e os participantes. No que refere-se a rede, cada grupo destina 10% de cada venda que realiza para a manutenção das atividades da RECOMSOL, o que algumas vezes gera um

descontentamento com os integrantes, levando-os a omitir os reais ganhos obtidos com a venda, como apresentado a seguir.

“eu também eu falo para as meninas... para honestidade, né? de não de... de falar o que foi vendido mesmo, que foi vendido, para tirar 10%, porque tem umas que são espertinhas, sabe? Não querem dar, dizem “Ah, foi só a metade, foi tanto que eu vendi” (Delícia das Meninas, Formulário de Caracterização, 2024).

Em relação ao fundo rotativo, ocorre a contribuição mensalmente, onde destina-se um valor para possíveis empréstimos dos grupos, desde a compra de material e insumos para a confecção dos produtos, até o custeio de gastos referentes a transporte e alimentação nas participações em feiras. Diante disso, o fundo oferta empréstimos em caráter individual ou coletivo, e estipula um valor mínimo de juros para o retorno, sendo 3%.

“É todo mês, o fundo rotativo é da rede, só participa quem quer, por exemplo, tem o fundo rotativo, né? A gente paga todo mês... todo mês, o grupo... em nome do grupo ou individual, se eu fizer grupo, todos os componentes do grupo podem emprestar dinheiro do fundo rotativo. Agora, se eu fizer só no meu nome, aí é só eu, entendeu? Aí, por exemplo, eu quero comprar um... uma matéria-prima que eu não tenho dinheiro, eu posso ir... correr com fundo rotativo e emprestar. Aí os juros é o mínimo é 3% só, entende? Que eu tenho que devolver para outra pessoa emprestar, se precisar” (Delícia das Meninas, Formulário de Caracterização, 2024).

“e a gente paga todo mês é R: 10,00 que é para o fundo rotativo, porque esse fundo rotativo é quando a gente precisa, por exemplo, o caixa do Sabor Marajoara, só tem r: 50,00, então, a gente faz o orçamento do nosso material vai dar r: 300,00, não vai dar se a gente só tem r: 50,00, a gente precisa de R:250,00. A gente faz o empréstimo. A gente tá em dia com o fundo rotativo, bora lá a gente faz um empréstimo” (Sabor Marajoara, Formulário de Caracterização, 2024).

De acordo com Santos Filho *et. al.* (2012), os Fundos Rotativos Solidários (FRS) caracterizam-se como um recurso de finanças solidárias direcionados aos grupos que, por meio da autogestão, desenvolvem uma poupança voluntária. Dessa forma, parte dos recursos destina-se a solucionar necessidades dos próprios membros. No caso da RECOMSOL, como podemos observar no relato acima o fundo destina-se a questões financeiras dos próprios empreendimentos, como compra de materiais.

Destacamos que a dinâmica do FRS não está baseada nos pressupostos financeiros capitalistas, que por vezes requer juros sobre juros, independente das condições socioeconômica das pessoas. A proposta dos FRS se dá como uma estratégia de inclusão produtiva para as pessoas mais pobres e excluídas (FGEB,

2010). Daí vem a proposta de devolução do dinheiro a juros mínimo, como comentado acima.

No que concerne a compra de matéria-prima, alguns empreendimentos realizam a partir do valor arrecadado nas vendas e outros buscam a participação em cursos que fornecem como brinde, a fim de evitar os gastos e garantir a manutenção do preço dos produtos produzidos. Além disso, outros grupos buscam a produção das próprias matérias-primas, o que também reverbera na precificação dos produtos. De acordo com Pinto e Pontes (2024) a região norte dispõe de uma gama de matérias-primas, o que possibilita que as pessoas desenvolvam diversos produtos e acessem diferentes recursos, por meio do desenvolvimento dos saberes herdados dos povos tradicionais, como indígenas e quilombolas.

“ela vem dar curso pra gente, que é da fábrica, aí eles dão os cursos nas usinas... a gente... aí a gente se matricula, aí aqueles produtos que a gente faz no curso, aí fica pra gente, e a gente ainda ganha um kit (...) de incentivo, até porque essa matéria-prima a gente... algumas a gente encontra na loja, mas nem todos têm, no caso a juta gomada a gente não encontra nas lojas, né? Outro tipo de juta, que ela é bem “miudinha”, a gente não encontra nas lojas. Os fios que a gente trabalha pra bordar a gente não encontra nas lojas. É só mesmo porque vem de São Paulo (...) antes das usinas, esse material que sobrava ia tudo para o lixo. Então, veio unir o útil ao agradável, as usinas em parceria agora com a empresa...” (Meninas da Juta, Formulário de Caracterização, 2024).

“Às vezes a gente sai... vai para o mato tirar... tirar fibra, né? Tirar palha, tirar essa o guarumã para fazer... pra fazer essas cestinhas, às vezes vai uma, duas” (Toque de Arte, Formulário de Caracterização, 2024).

Após as divisões supracitadas, ocorre a distribuição do valor arrecadado entre os participantes dos empreendimentos, alguns participantes referem que a distribuição ocorre igualmente, outros referem que ocorrem de maneira justa, ou seja, a partir do trabalho que cada um empenhou na produção, como expresso nos relatos a seguir.

“à venda vai ser tudo junto e a arrecadação vai ser dividida de forma igual. Às vezes, eu tenho um gasto maior, aí pronto, aí vou tirar, né? O gasto maior que eu tive... não vai ser igual a divisão, né?” (Delícia das Meninas, Formulário de Caracterização, 2024).

“A gente divide, o que sobra a gente tira... porque assim... antes eram cinco, contando com o grupo, entendeu? Cinco contando com o grupo, se a gente fazer uma venda de R: 500,00 dividia por cinco, ia pro caixa, para o grupo e dividia entre nós quatro” (Sabor Marajoara, Formulário de Caracterização, 2024).

No que diz respeito, aos princípios da economia solidária, quando perguntado aos participantes, todos referiram segui-los. Embora tenham afirmado,

muitos não sabiam colocar em palavras quais seguiam, sendo mais fácil explicitá-los com exemplos, ou com as próprias palavras. Nesse sentido, irei apresentar aqui os princípios que apareceram com maior frequência no discurso dos participantes.

Um dos princípios presentes no discurso da maioria das entrevistadas foi o da solidariedade, aparecendo para ajudar umas às outras, sendo em termos financeiros, seja em questão de logística para ir às feiras ou produzir os produtos. Podemos observar essas percepções nos discursos a seguir.

“Porque economia solidária que eu entendo é isso, se precisar buscar um material de uma colega que ficou lá no Tapanã, como eu já fui buscar, aí a colega “Olha, (nome de uma integrante), você pode buscar eu não posso”, posso sim, vou buscar (...) por exemplo, ela vai para uma feira aí não dá para eu ir, mas ela leva o meu material também você entendeu? Quando eu vou, que ela não vai, eu pego o dela também, a gente leva. Então é uma ajudando a outra” (Meninas da Juta, Formulário de Caracterização, 2024).

“É... assim... dando apoio uma para as outras, né, e assim... na articulação, não pensar somente no meu eu, né?” (Sabor Marajoara, Formulário de Caracterização, 2024).

“É uma ajudando a outra, entende? É uma ajudando a outra. Tanto... tanto... é assim, que foi através do... do... que a gente tem um dinheiro assim... que fica tipo um fundo aqui, para quando a gente precisar. Para aquilo que eu te falei e... como a gente precisou para levantar um outro grupo” (Delícia das Meninas, Formulário de Caracterização, 2024).

“A gente segue os princípios da economia solidária, de forma assim... a parte da Solidariedade, né? União, companheirismo, né? E são esses princípios justamente que a gente é... a parceria.” (Grupo Girassol, Formulário de Caracterização, 2024).

“Outros que estão... estão também na luta junto com nós e não sabe quase muita coisa, não sabe como trabalhar a gente ajuda, né? Leva eles para as feiras é... ensina como vender, ensina como o precificar, né? E a intenção é essa, né? Que todos consigam vender e sobreviver, né? Igual como a gente... igual como eu aqui, igual como muitos, né? Que sobrevivem da venda, né?” (Toque de Arte, Formulário de Caracterização, 2024).

Nota-se que, ao expor suas percepções sobre a solidariedade, as falas se confluem com o princípio da cooperação, tal realidade pode ser compreendida pela proximidade entre os dois princípios, até mesmo na literatura. Segundo Bajoit (2006), a solidariedade pode ser entendida por duas vias. Uma está relacionada com a reciprocidade, no sentido de que as pessoas podem trocar coisas úteis entre si por possuírem necessidades, e a outra relaciona-se a gregariedade, por meio da compreensão de que cada pessoa tem algo que falta no todo, contribuindo para complementar quando se insere. A combinação dessas duas perspectivas ajuda os grupos a se tornarem mais consolidados.

Na Economia Solidária, observamos a solidariedade diante da distribuição justa dos resultados, no resgate de melhores condições de vida das pessoas, assim como no desenvolvimento das relações criadas com a comunidade ou com demais movimentos sociais (Montanari; Scholz, 2022). Essas reverberações podem ser observadas no acompanhamento das ações da RECOMSOL, sobretudo no Grupo Girassol, que participa das ações e desenvolve atividades junto à comunidade.

Além disso, também foi possível observar a preocupação que as integrantes dos grupos têm uma com as outras, sempre estão tentando ajudar de alguma forma, seja no compartilhamento de material, na comercialização em feiras. Até mesmo nos encontros coletivos, cada uma leva algo para contribuir, divide as despesas do transporte, dá carona uma para outra. Conforme apontado por Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), a solidariedade ajuda na diminuição de fronteiras impostas pelos interesses individuais, dando espaço para a coletividade, favorecendo práticas que consideram o bem comum.

Além do princípio referente a solidariedade, foram pontuados aspectos relacionados à preservação ambiental, referente ao cuidado com o material utilizado, assim como a partir da reutilização de alguns materiais. Como podemos observar a seguir.

“A questão da preservação ambiental, né? (...) E a gente reaproveitava esse material, fazia almofadas e enfeitava com aquelas florzinhas em Fuxico, né? Fazia tapetes, ou então a gente recuperava alguns uniformes que estavam rasgados, que dá para recuperar, e a gente recuperava e doava para pessoal da agricultura Familiar, para a população em situação de rua” (Arte pa Jureba, Formulário de Caracterização, 2024).

“A gente preserva, né? O material, a gente não deixa o material que a gente não vai usar mais, né? A gente põe nas plantas, que for casca, folha, resto de casca de coco, o que sobra, né? Que a gente não vai usar mais, cortando para fazer as folhas, a sobra tudinho a gente põe no pé das plantas, né? Serve para adubo e quando a gente está desidratando o... a soda cáustica, né? A gente não joga também por causa de não agredir o meio ambiente” (Toque de Arte, Formulário de Caracterização, 2024).

O desenvolvimento territorial da Amazônia Brasileira tem sofrido sucessivos processos de exploração, sobretudo pelas mãos do agronegócio, mineração, madeireiros, entre outros. Diante disso, vivenciamos a destruição dos recursos naturais, dando lugar a cenários de desertificação e esvaziamento de rios e igarapés, em prol dos desejos da sociedade de consumo. Nesse contexto, os valores de preservação ambiental são muito mais convocados e debatidos (Barbosa, 2024).

De acordo com Reis (2015) um dos desafios da economia solidária na Amazônia é dispor de estratégias que alinhem o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a preservação dos recursos naturais. Dessa forma, as ações devem pensar nas especificidades e nas características amazônicas. Durante o acompanhamento junto aos EES da rede, foi possível observar a preocupação com a preservação ambiental, no sentido de retirar da natureza somente o necessário para a produção, respeitar o tempo de colheita e plantio, assim como o reaproveitamento das sobras para a confecção de outros materiais.

Nos grupos da economia solidária, existem outras formas de relações, isso não diz respeito somente a relações com os seres humanos, mas também com os demais seres da natureza; completamente diferente dos vínculos de exploração da sociedade capitalista. Nesse sentido, a comercialização e a produção são permeadas por processos educativos de conscientização, para o consumo ser responsável (Braga; Anello; Nobre, 2024). Essas estruturas foram reconhecidas durante o diálogo junto as representantes, diante da preocupação destas apresentarem as etapas do seu trabalho e as formas que utilizam para preservar os materiais que utilizam. Isso reverbera, inclusive, no processo de produção, que geralmente segue essa dinâmica de respeito.

Dentre os princípios citados em menor número estão o de autogestão, preço justo, democracia e liberdade de expressão, sendo que estes foram citados por participantes vinculados às atividades formativas da rede, ou seja, nota-se que estes possuem maior apropriação sobre as nomenclaturas utilizadas no campo da economia solidária. Como podemos notar a seguir.

“A gente se reúne, fecha junto. porque tudo sabe... que hoje é tudo cada um no seu quadrado, né? Mas, tem que ter um momento pra gente sentar e tricotar juntos. Esse que é o melhor momento (risos)” (Mãos de Fada, Formulário de Caracterização, 2024).

“a democracia dentro do grupo, né? Todos têm direito à participação, todos têm direito a voz e voto, né? É... a liberdade de expressão, a solidariedade também e autogestão, né? Porque o grupo não tem um dono todos tomam decisões conjuntas todos contribuem” (Arte pá Jureba, Formulário de Caracterização, 2024).

“Porque “Ah, porque é economia solidária que nós vamos vender baratinho”, não. Também a gente... a gente vê tudinho... por quanto saiu, né? O trabalho todinho, quanto tempo a gente passou fazendo aquele produto para ver quanto vai dar para vender, né? O material usado. Tudinho (...) tudo isso entra

no meio, o tempo que foi. Tudo isso a gente coloca na hora de precificar o produto” (Toque de Arte, Formulário de Caracterização, 2024).

Como podemos observar nos relatos, apesar de todas as dificuldades apresentadas, o “fazer junto” ainda é considerado uma das partes mais importantes do processo de organização coletiva dos EES. Segundo Brand (2016) esse processo de participação coletiva e democrática, que nos empreendimentos se dá pela autogestão, faz com que as pessoas sejam responsáveis pelas decisões e pelos rumos que os seus EES tomarão.

Para isso, faz-se necessário que os trabalhadores reconheçam que todos possuem os mesmos direitos e compartilham de vontades em comum no que diz respeito ao desenvolvimento do empreendimento (Costa, 2018). Isto pode estar relacionado com vários fatores, incluindo a precificação, para que todas as pessoas dos EES estejam alinhadas. No decorrer dos encontros, era possível observar as falas sendo consideradas das pessoas, mesmo em meio as discordâncias, a tentativa de chegar em um bem comum aparecia. Segundo Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018) essa forma de gestão democrática é a que mais condiz com os pressupostos coletivos e igualitários da economia solidária.

Gross (2016) refere que algumas dos desafios para a operacionalização da autogestão se dá por conta da falta de qualificação profissional dos trabalhadores nos moldes desse tipo de gestão, além do que muitos associados não possuem conhecimentos acerca das áreas de administração e contabilidade. A realidade apontada pelo autor faz com que haja necessidade de muitas entidades parceiras, que auxiliem nos aspectos formativos. Embora essa seja uma especificidade, durante o acompanhamento as formações situaram-se no campo conceitual da economia solidária, mas não de assessoramento nestas questões operacionais.

Mesmo assim, é notória a importância das entidades parceiras no processo formativo, como a Cáritas, que além de contribuírem com a comercialização dos produtos, auxiliam na compreensão acerca da formação de um empreendimento solidário. Essa relação de proximidade com a Cáritas se dá, historicamente, a partir de 1986 quando a entidade começou a realizar ações com enfoque na diminuição da pobreza, considerando-a como um produto das relações de exploração culturais e econômicas (Souza, 2007). Na Economia Solidária, a principal reverberação se deu por meio da formação dos Projetos de Ação Comunitária (PAC's), que foram

desenvolvidos a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável e solidário, buscando construir uma rede de produtores (Carneiro, 2024).

“Porque a rede... eu... o que eu aprendi muito dentro da economia solidária nas formações que eu tive sobre a economia solidária, a Cáritas ela nos ajudou assim... na formação... dando a rede para se pescar, né, dando a rede... e a gente tem que seguir o princípio... o princípio... o princípio da economia” (Sabor Marajoara, Formulário de Caracterização, 2024).

“a Cáritas, eles ajudam muito. Às vezes eles levam a nossa produção para vender fora, é um outro, são outro... outro meio que a gente tem que de vender também, de escoar a nossa produção” (Delícia das Meninas, Formulário de Caracterização, 2024).

“A gente vê que todo mundo tem dificuldade assim, né? Todo mundo tem... até esse que tem eu... eu pra mim tá aqui hoje eu levantei 5 horas da manhã (...) Então a gente fez um esforço e tô aqui, né? (...) mas aconteceram os imprevistos de outras pessoas não poderem, mas tem gente que não vem é por comodismo mesmo. Eu acredito que é assim, né?” (Mãos de Fada, Formulário de Caracterização, 2024).

No estudo de Lima e Schineider (2024), junto a feiras acompanhadas pela Cáritas, as autoras contam que a aproximação da entidade junto aos empreendimentos se dá com fins de auxílio na formação e na comercialização. Nesse sentido, costuma auxiliar com a organização das feiras, disponibilização de espaços e recursos, assim como na realização de oficinas e seminários. Esse movimento oferece um apoio social aos EES, e os ajuda na garantia de sua sustentabilidade.

Além da Igreja Católica, via Cáritas, o estudo de Puton e Poli (2024) aponta que outras entidades de apoio exercem papel importante da organização dos EES, como os Fóruns de Economia Solidária e as ITCPs. A aglutinação dos EES junto aos movimentos de luta, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), também contribui para a participação nos espaços de luta e garantia de direitos, em decorrência da aproximação histórica desses movimentos junto a economia solidária. Em nosso estudo, não identificamos essas aproximações, no entanto, consideramos de extrema importância no que diz respeito ao auxílio da continuidade dos empreendimentos e da rede.

No entanto, embora esses momentos aconteçam, há relatos de dificuldade de participação das integrantes dos empreendimentos, onde muitas se concentram somente na produção em detrimento de outros aspectos, como os formativos, por exemplo. Tal fato é pontuado no estudo de Puton e Poli (2024), apesar das participantes discorrem sobre a importância de espaços de formação, afirmam que

não conseguem participar das mesmas por falta de tempo e impossibilidade de pausar a produção, que se configura como parte da sustentação do empreendimento.

4.4.2 A OFICINA PRODUTIVA PARA A GERAÇÃO DE RENDA

A Oficina Produtiva que acontece no âmbito do CAPS AD III foi apresentada anteriormente, a partir daqui pretendo apresentar aspectos referentes aos seus objetivos, perfil das pessoas que frequentam, atividades produzidas, dinâmicas de produção e comercialização, e possíveis aproximações com a economia solidária.

4.4.2.1 Os Participantes Das Oficinas, As Atividades Que Realizam, Como Tomam As Decisões E Seus Objetivos

Apesar do esforço em estabelecer um perfil para a participação na oficina, ao acompanhar a prática cotidiana, percebemos o quanto foi difícil seguir à risca os pré-requisitos. Em decorrência disso, foi complexo apresentar a quantidade de pessoas envolvidas, uma vez que há uma alternância constante de participação. Em algumas oficinas iam por volta de 5 usuários, em outras somente um, o que se configurou como um empecilho, até mesmo para estabelecermos uma média.

Outra reverberação desta oscilação do número de frequentadores diz respeito a respostas que obtivemos, a ideia inicial era que pudéssemos acessar pessoas-chave que participavam do grupo há mais tempo. No entanto, ao iniciar o acompanhamento e me deparar com essa realidade fui percebendo que não era possível. Dessa forma, os trechos e inquietações que apresentaremos tem esse viés, de serem a fala de alguém que conduz. Mesmo assim, buscamos refletir sobre as nuances apresentadas e vividas. Como expresso no relato a seguir.

“Ao acompanhar o processo de preparação para oficina notam-se algumas inquietações da profissional e das demais colegas da equipe, perguntas como:

- Vamos colocar esse?
- Mas, ele não é perigoso?
- Ele não é agressivo?

Aparecem no discurso com certa frequência. Nesse momento, fico com a impressão que o julgamento ocorre baseado em fatos isolados que compuseram a trajetória do indivíduo até ali, sem considerar a possibilidade de as vivências terem sido desencadeadas pelo uso intenso de álcool ou outras drogas. Apesar disso, nota-se que a profissional responsável pela oficina busca um movimento de acreditar nos usuários ali inseridos, sobretudo diante daqueles que abandonaram suas realidades laborais em decorrência do uso, mas que desejam inserir-se novamente no mundo do trabalho” (Registros do Diário de Campo, 2024).

O trabalho no campo da saúde mental é complexo e foi, historicamente, desconsiderado. As pessoas tidas como loucas eram desprezadas, animalizadas e isoladas. Embora tenhamos tido diversos avanços no campo, no que diz respeito a oferta de cuidado, os processos de estigmas estão incorporados nos instrumentos legais e nas formas de assistência. Nesse sentido, a ideia da loucura está para além do diagnóstico, estando circunscrita como algo maléfico socialmente, o que reverbera na consolidação do estigma que, ainda hoje, torna a pessoa invisível e subjugada. Diante disso, é de extrema importância que repensemos as práticas, a fim de romper com as barreiras impostas pela exclusão das pessoas em sofrimento psíquico, dentro e fora dos serviços (Marcolino, Fantinatti, Gozzi, 2018; Moura *et. al.*, 2019; Oliveira; Szapiro, 2020).

Onocko-Campos *et. al.* (2009), Thornicroft e Tansella (2010) ressaltam que a substituição do modelo institucional-hospitalar para o modelo comunitário não se restringe somente a mudança dos locais de tratamento, mas também na recondução do processo de trabalho. Essa convocação requer dos profissionais uma reorientação biopsicossocial, que os direcione a perceber os usuários nos ambientes territoriais. Outrossim, é importante que as intervenções sejam baseadas nas necessidades das pessoas, da família e nos demais membros da rede de suporte, independente do núcleo profissional. Dessa forma, a boa prática de cuidado irá depender da flexibilidade de cada profissional para atuar junto aos usuários, que modificam suas necessidades constantemente.

Compreendemos e reconhecemos as especificidades da disponibilidade da assistência em saúde mental, sobretudo diante do cenário de enfraquecimento de políticas públicas, no entanto, consideramos importante requerer o desenvolvimento de uma prática cuidadosa para que as linhas de força manicomiais não penetrem os muros dos serviços e impregnem nas práticas assistenciais. Entendemos que, muitas vezes, as posturas estigmatizantes estão no dito e no não-dito das instituições.

Apesar da iniciativa funcionar desde 2006, entre pausas e continuidades, ela não consegue fixar-se com grupos de usuários que possam permanecer com frequência. No discurso da participante essas questões podem ter relação com a ausência de apoio, em decorrência da valorização das oficinas de cunho terapêutico em detrimento das demais, como exposto a seguir. Além da dificuldade apresentada

pela mesma, também apresentamos a seguir um registro que aponta uma das dificuldades encontradas no serviço, pela falta de comunicação entre a equipe, o que compreendemos que reverbera no desenvolvimento das ações.

“Aí tem dificuldades, né? Até porque não existe um trabalho de marketing, né, voltado, né, para essa oficina ainda. Ainda é muito...como eu posso dizer... muito ainda iniciante mesmo, né? É... o ponta, como eu disse, é o pontapé inicial. Falta mais divulgação acredito, mais compreensão dos próprios colegas de trabalho, né, da importância... da importância de... de que não é só até da... da... daquela parte mais terapêutica e sim, realmente, de que é possível... de geração de renda” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

“A técnica responsável pela oficina produtiva parece não comunicar aos demais funcionários presentes que a mesma irá ocorrer, por esse motivo alguns usuários são mandados embora de volta para suas casas, assim que chegam no serviço. Em outro momento, há comentários sobre a baixa adesão dos usuários as atividades propostas, me questiono sobre os motivos para a existência de tal empecilho, se diz respeito apenas a motivação dos usuários, como é colocado” (Registros do Diário de Campo, 2024).

Essa realidade colabora com o apresentado no estudo de Silva e colaboradoras (2024), no qual apresentam uma experiência de geração de renda junto a RAPS. Dentre as dificuldades encontradas referem o baixo encaminhamento, por parte dos outros membros da equipe, de usuários para o acompanhamento no projeto de geração de renda. Conforme as autoras, parece não haver a atribuição de uma relevância do trabalho realizado junto as pessoas no projeto, uma percepção que desconsidera a produção de qualidade de vida, cidadania e renda e, conseqüente, autonomia dos participantes.

Além disso, a questão da falta de comunicação entre os profissionais do serviço, como exposto acima, configura-se como uma dificuldade imposta no processo de trabalho. Anjos Filho e Souza (2017) referem que a falta de comunicação e o comprometimento desigual entre as equipes de saúde são um desafio, no que diz respeito a interdisciplinariedade. Em nosso estudo, algumas das intempéries que possuem origem nessas discordâncias interferem na forma em que o participante da oficina consegue permanecer e vincular-se a proposta.

Essa realidade interfere na percepção que as equipes possuem sobre as especificidades do trabalho junto a pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, em questões relacionadas a regularidade, cumprimento de regras e responsabilidade com a proposta, como observado a seguir.

“Mesmo sendo um serviço autônomo, ele tem que ter rotinas e muitos não... não tem tolerância para a rotina, né, pros compromissos, para as

responsabilidades e precisa, né, de foco, né? Precisa de levar porque logo no início a gente sempre disponha...disponibilizou a matriz né? Para que eles tenham, saibam como... dá para dar continuidade na sua residência" (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Estes aspectos são apontados no estudo de Sousa e colaboradores (2023), ao referirem que um dos aspectos que reverbera na assistência a pessoa que fazem uso de álcool e outras drogas diz respeito ao contexto de vida destas pessoas. Visto que muitos usuários possuem dificuldade de permanecer no serviço, comparecer às atividades previstas em seu PTS, dificultando a construção de vínculo entre os profissionais e os participantes.

No entanto, consideramos que precisamos ter cuidado ao atribuir essa "falta de foco" somente as demandas pessoais, uma vez que existem outras questões que interferem nesta regularidade, como as condições socioeconômicas. Durante o acompanhamento do trabalho, foi possível observar que muitos usuários frequentavam toda semana, como proposto em seus PTS, os atendimentos por conta da falta do dinheiro para comprar a passagem de ônibus, por exemplo. Diante disso, como apontado por Sousa *et. al.* (2023) é importante ser analisado o contexto de vida das pessoas que frequentam as atividades no CAPS AD, a fim de buscar viabilizar a participação nas ações propostas e evitar a reprodução de falas e práticas que culpabilizam as pessoas, sem considerar os contratempos no transcorrer da vida.

Outrossim, outra especificidade observada é que muitos usuários vão ao serviço em busca do alimento disponibilizado, haja vista que algumas pessoas que frequentam o espaço estão em situação de rua. Essa realidade requer outro ponto de vista, diálogo e condução por parte da equipe multiprofissional, considerando a sutileza desse acompanhamento que aglutina a assistência a alguém que passa por diversas situações de vulnerabilidade. É diante dessas convocações que reflito.

"E quando o usuário chega para a oficina só porque tem certeza de que, ao final, terá direito a comida?"

A fome aparece como uma facilitadora do engajamento das pessoas em situação de rua nas atividades do serviço, muitos recorrem às ações deste espaço por terem seus direitos básicos cerceados, enxergando ali, um espaço da garantia de um alimento. No caminho da dificuldade de encontrarmos estruturas que fujam de parâmetros meramente assistencialistas, onde as pessoas se acostumam a receber o mínimo dos direitos básicos que lhes são estruturalmente negados, penso: como fazer para mudar esta realidade? Aparentemente, o recurso utilizado é desenvolver um argumento que direcione para as possibilidades de aprendizado na oficina e de como a aquisição deste pode auxiliar na garantia de um "trocado", com vendas de rua. Aí emerge outro problema, *como desenvolver as habilidades aprendidas na oficina para ganhar dinheiro sem dinheiro para comprar o*

material para confecção? Ainda que haja direitos garantidos na rede socioassistencial, quando pensamos na realidade das pessoas que se encontram em situação de rua, essa vivência se dá de forma diferente. Algumas pessoas não possuem sequer documentos que possam comprovar sua identidade, isso faz com que se tornem indigentes diante de aspectos institucionais. *Até quando que deixaremos que os mesmos fiquem indigentes para os aspectos sociais?* No caminhar de tantos espinhos e pedras, não há encontro de suporte social, seja afetivo ou assistencial. *Como sair dessa realidade?*

“A fome, em lugar nenhum, levou o ser humano à revolução. A fome leva à submissão.” Luiz Inácio da Silva (Registros do Diário de Campo, 2024).

De acordo com Guimarães *et. al.* (2023), as pessoas em situação de rua possuem a trajetória permeada por precariedades políticas, sociais e econômicas. Essa realidade as torna alheias a garantia de direitos, informações e inserção nas políticas públicas, fazendo que com que enxerguem e tenham poucas possibilidades de enfrentamento de obstáculos durante a sua vida. Essa concepção convoca os trabalhadores da assistência a pensar formas de fazer, que auxiliem as pessoas que acessam os serviços a terem a garantia aos direitos básicos, como alimentação.

Nesse viés, cabe pensar propostas que auxiliem estas pessoas na garantia de direitos, sendo o acesso ao trabalho uma delas. No estudo de Pinho, Pereira e Lussi (2019), sobre trabalho e pessoas em situação de rua, as autoras pontuam que quando questionados sobre a inserção produtiva, os participantes atribuem o acesso ao mundo do trabalho formal ou informal, e a iniciativas de geração de renda. Nesse sentido, considerando que a nossa sociedade é fundamentada em um modo de inclusão baseado no trabalho, essa forma de inserção também está vinculada ao sentimento de pertencimento social.

Em relação aos objetivos da oficina, temos que a geração de renda em si aparece, por vezes, como um pano de fundo, haja vista a não possibilidade real deste fim. Nesse sentido, são ressaltados aspectos relacionados ao desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança e da responsabilidade, como pontos alcançados para além da geração de renda.

“Primeiro a geração de renda como eu falei, né? Não que ele vá ter que viver o resto da vida, né, sendo artesão, né? Não é esse, mas que vai despertar nele, né? Essa questão que... ele é capaz, né? De estar inserido no mercado de trabalho, mesmo que seja de forma autônoma, é... que ele consiga é... divulgar os produtos, vender, né, sustentar inclusive a sua família assim, né, com a venda desse material e que ele pode dentro disso, ele dentro do... da... da feita que ele aprende o passo a passo, ele passa a partir daí desenvolver a criatividade dele para fazer outro tipo personalizado, né? da forma dele. Então, é dado o pontapé inicial para que ele se torne independente, né? E saiba que é... mesmo dentro da limitação, ele é capaz de desenvolver algo

que ele possa, né, ser produtivo” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Diante desse apontamento, consideramos que a perspectiva terapêutica das oficinas ainda aparece com característica principal nos serviços de saúde mental. Ainda hoje, as oficinas configuram-se como uma dança entre o trabalho e arte, que colaboram com a promoção de territórios existenciais, produzindo novas formas de ser e estar no mundo. Permitindo que os usuários conectem a criação, com o desejo e a produção de vida, como pontuado por Rauter (2000).

Consideramos que a mudança de percepção é importante para podermos proporcionar as pessoas que acessam as oficinas, formas de garantia de direitos e de inserção em um espaço que proporcione a existência para além do eixo saúde-doença, a fim de valorizar as trocas sociais. Em nosso estudo, assim como apontado pela pesquisa de Lussi, Matsukura e Hahn (2010), os participantes, por mais que constem nos projetos de geração de renda buscando autonomia, geração de renda e capacitação, ainda enxergam o trabalho desenvolvido sob uma perspectiva terapêutica.

Esses achados coadunam com os apresentados por Tagliaferro (2011) ao referir que as pessoas que participam das oficinas de geração de renda no âmbito do CAPS percebem as atividades desenvolvidas como uma terapia. Dessa forma, as pessoas não costumam assumir as responsabilidades para produzir, nem comunicam suas ausências, não a considerando como um trabalho que requer compromisso. No estudo de Lussi e Morato (2012), o trabalho realizado é equiparado a uma maneira de tratamento, ou seja, como um recurso a reabilitação.

Mesmo diante dessa constatação, consideramos haver uma preocupação de uma preparação dos participantes da oficina para questões do mundo do trabalho, considerando que os usuários possuem esse afastamento em sua trajetória. Essa questão fica evidente quando a participante refere que a oficina é “um pontapé para a independência”, ou seja, que essa vinculação auxilie as pessoas a se envolverem em iniciativas para a geração de renda fora do âmbito do CAPS, que lhes proporcione independência financeira. Nesse sentido, a participação na oficina pode contribuir com o desenvolvimento de uma postura independente frente a aquisição de responsabilidades ofertadas.

Em relação às atividades ofertadas, a participante pontua o trabalho com o material reciclável como a atividade principal, sendo as etapas de tratamento do material, como limpeza, pintura, e acabamento como os aspectos principais. Diante disso, ela apresenta os materiais de baixo custo como importante aliado, considerando as dificuldades socioeconômicas dos usuários.

“Nós trabalhamos, aqui na oficina, com material que não tenha custo ou então que seja um custo bem baixo, até porque qual é o interesse? é que eles consigam desenvolver (...) E na oficina produtiva, né, pra geração de renda trabalhamos com material que vai ser descartado que eles... eles vão conseguir em qualquer local (...) no caso da garrafa de vidro, que é o atual agora... atual a oficina, não é? Eles têm acesso com facilidade, porque as pessoas simplesmente descartam não fazem nada com elas (...)” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Nota-se que, nesse contexto, a consideração dos recursos disponíveis é de suma importância, uma vez que ao se preocupar com a forma que os usuários conseguirão a matéria-prima fora do ambiente do CAPS. Nesse sentido, a participante demonstra um reconhecimento das vulnerabilidades socioeconômicas que os mesmos atravessam, e que podem reverberar na continuidade da aplicação da técnica fora dos espaços institucionais.

No âmbito do CAPS a falta de recursos materiais para a realização das atividades não é nada incomum, essa ausência reverbera no desenvolvimento das atividades, inviabilizando a ocorrência das ações, algumas vezes (Oliveira; Santos; Guerra, 2019). Diante disso, foi observado que além de considerar os aspectos socioeconômicos dos participantes, foi colocado a ausência de materiais para a realização das ações. Por vezes, a oficina não contava com cola adequada ou, até mesmo, tinta para a realização das confecções. Para lidar com isso, a profissional tentava utilizar recursos de baixo custo que pudessem dar conta das tarefas relacionadas a produção.

No que refere-se às tomadas de decisões da oficina, a participante nos apresenta questões relacionadas a seu processo de estar sozinha na elaboração da proposta e na garantia de continuidade das ações. Por esta via, nos apresenta dilemas relacionados ao estranhamento em ser uma profissional do serviço social realizando oficinas no serviço, assim como de propor oficinas que não tenham cunho terapêutico. Como observado, a seguir.

“Eu trabalhava sempre... eu sempre trabalhei sozinha, né? (...) eu sempre fui muito de forma isolada, nunca foi é... um trabalho de equipe porque eu nunca consegui uma pessoa para estar efetivamente junto comigo na oficina, até

porque foi um tabu muito grande, né, o assistente social, né, trabalhar com oficinas” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Ao entrar em contato com essas questões, reflito e imagino se, com o passar dos anos de existência da oficina, não foi possível em algum momento contar com a parceria de usuários que agissem na tomada de decisões. Ressaltando que, ao passo que há essa possibilidade de construção conjunta, também pode haver espaço para promoção de ações mais coerentes com a realidade apresentada pelos usuários que compõem a oficina. No entanto, ao apresentar essa perspectiva, a participante retorna com uma negativa, ao referir que os usuários nunca foram de tomada de decisão.

“eles não... nunca foram assim de tomada de decisão não, eles sempre se colocaram muito, né? É como ouvinte mesmo” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

No relato acima é possível perceber que, muitas vezes, na realidade dos serviços de saúde mental, apesar de pautarem a autonomia das pessoas, é difícil perceber essa retomada no desenvolvimento das ações. Uma vez que, por vezes, este ambiente é tomado por relações de poder, em que os usuários são colocados como espectadores das ações, tendo dificuldade de expor seus pensamentos e vontades. Pontua-se que esta dinâmica pode ser um reflexo dos processos de silenciamentos e opressões vivenciados cotidianamente por essas pessoas, dentro e fora dos espaços institucionais.

Segundo Borges, Rezende e Ferrari (2022), em uma experiência de geração de renda, mostrou-se como um desafio o estímulo ao desenvolvimento da autonomia das participantes, assim como para a profissional que conduzia a ação. Essa questão se deu por conta da dificuldade que os usuários têm de desenvolverem capacidade de escolha, sobretudo diante da estrutura de poder posta na relação profissional-usuário. Dessa forma, é necessário que não somente as pessoas que frequentam as oficinas sejam incentivadas a terem capacidade de escolha, mas também os profissionais sejam incitados a compreender o poder contratual de escolha, assim como os processos de marginalização que eles sofrem; fazendo com que as ações visem a retomada da autonomia destas pessoas.

Além da autonomia para a tomada de decisões, o sentimento de coletividade desenvolvido pelos participantes pode mobilizar a solidariedade entre si, que se desvela no conhecimento repassado. Dessa forma, é possível desenvolver

debates acerca do andamento do grupo, tomada de decisões sobre as regras de funcionamento, o desenvolvimento dos encontros e assim por diante. Essa postura nos revela a apropriação dos participantes do grupo, assim como a construção de relações horizontais a fim de favorecer as práticas de geração de renda (Campos *et. al.*, 2015).

Outrossim, concordamos com Campos (2012) ao afirmar que além do papel de agentes de cuidado, os serviços de saúde mental podem e devem incentivar a autonomia das pessoas que acompanham, visto que a autonomia deve ser um dos objetivos do trabalho em saúde. Por esta via, há uma redefinição do que seria o objeto do trabalho nesse contexto. Dessa forma, ao construir a ideia de autonomia entre os usuários podemos desenvolver posturas mais protagonistas diante das circunstâncias da vida, incluindo o trabalho.

Embora a realidade acima descrita se traduza como uma das questões impostas no campo da saúde mental, a participante discorre sobre duas experiências em que, a partir da sua percepção, os usuários foram protagonistas na proposta da oficina, sendo:

“foi com as garrafas PET, que ele (*referindo-se a um usuário*) levou, ele fazia na casa dele, ele pedia para a mãe dele comprar, e como ele não saía ele fez muitas flores, eu não sei como ele tá hoje, né? Ele não tá mais aqui no Caps. Mas ele levou para a vida dele, né, as flores de garrafa PET, né? E ele comprava, ele chegou a comprar a revistas para dar continuidade. Eu achei isso muito importante” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

“foi quando foi feito o biscuit e... dele eu soube que ele (*referindo-se a um usuário*)... ele começou... ele chegava até vender aqui, né? Ele fazia a decoração em saboneteiras. Então, ele foi além, né? E eu também não sei. Aí ele chegou a vender, ele vendia para a gente, então ele levou para a vida dele, né? Essa a... o trabalho com biscuit” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Diante do exposto, cabe pensar em quais processos são responsáveis pela perda de autonomia das pessoas em sofrimento psíquico no campo da saúde mental, a partir dos marcadores de desigualdade social e intersecção de raça e gênero, por exemplo; considerando estes como fatores que atravessam cotidianamente as experiências da drogadição e do sofrimento psíquico. Ao pensar a partir destas perspectivas, ressalta-se o resgate do compromisso ético-político de debater o acesso ao mundo do trabalho para essas pessoas que, historicamente, são situadas em espaços de marginalização.

Nesse sentido, argumentamos a importância das aproximações das ações dos serviços de saúde se aproximarem de práticas emancipatórias, como a economia solidária, uma vez que de acordo com Lussi, Leão e Dimov (2022) no campo da saúde mental é crucial ser considerado as experiências das pessoas, no que se refere a produção de tecnologias de cuidado⁹.

No referido texto, as autoras utilizam os pressupostos teóricos das sociologias das ausências, a fim de explicar o fenômeno relacionado a mudança de paradigma no campo da saúde mental. Embora tenhamos obtido significativos avanços relacionados as alterações nas práticas de cuidado/tratamento, ainda se configura como um dilema a luta pela garantia de direitos das pessoas em sofrimento psíquico (Lussi; Leão; Dimov, 2022). Argumentamos que estas questões interferem na dificuldade da adoção de práticas que promovam a autonomia das pessoas em sofrimento psíquico, considerando os aspectos estruturais e estruturantes, como os de gênero, raça e classe, por exemplo.

Outrossim, compreendemos que práticas autogestionárias, solidárias e/ou racializadas não são inatas aos seres humanos, temos dificuldade em conectar os aspectos interseccionais, assim como temos dificuldades de promover práticas que auxiliem as outras pessoas a desenvolverem posturas autônomas. Diante dessa realidade, dialogamos com Freire (2016), ao discorrer sobre a pedagogia da autonomia, onde o autor irá pontuar que o processo de ensino-aprendizagem não se restringe a transferência de conhecimento, a partir da compreensão na qual o outro nada tem a contribuir. Ao contrário, o autor pontua que o processo de ensino-aprendizagem deve fundamentar-se em uma dinâmica de criação de possibilidades, onde podemos incitar a produção e a construção de conhecimento.

Nesse caminho, consideramos que o desenvolvimento de práticas que visam a autonomia das pessoas, inseridas nos serviços de saúde mental, podem ser ancoradas na perspectiva da autogestão, visto que nas palavras de Singer (2000) “a transformação da realidade social se daria por um processo democrático e autogestionário que corresponderia a uma revolução social”. De acordo com relatos

⁹ As tecnologias de cuidado compreendem os desdobramentos materiais e não materiais envolvidos nas práticas de serviços de saúde (Gonçalves, 1994). De acordo com Merhy (2005), as tecnologias de cuidado em saúde podem compreender aspectos da relação (tecnologias leves); saberes estruturados (tecnologias leve-duras); ou recursos materiais (tecnologias duras).

da Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário (1978) *apud in* Nascimento (2004), a autogestão é um modelo no qual encontram-se as estruturas de poder, de tomada de decisão e de gestão, junto aos sistemas sociais, políticos e ideológicos. Essa fusão, por sua vez, pousa nas mãos da população que, organizada, livre e de forma democrática, se organiza nos moldes associativistas, compreendendo que toda organização deve ser estruturada da base para a cúpula, ou seja, da periferia para o centro.

Nesse sentido, segundo Andrade *et. al.* (2013) a aproximação da autogestão com o trabalho coletivo baseia-se nas potencialidades das pessoas e em como poderá ocorrer a sua contribuição nos processos de inclusão pelo trabalho. Há, ainda, um contrato social estabelecido entre os pares, no que diz respeito a tomada de decisões e gestão. Por esta via, é priorizado a participação das pessoas, como uma forma de exercício do diálogo, expressão e posicionamento, possuindo uma articulação entre o trabalho, assim como na promoção de saúde das pessoas.

Outro aspecto a ser considerado, é a importância do apoio familiar e institucional para a continuidade da pessoa na proposta de produção e comercialização dos produtos. Uma vez que nas duas experiências apresentadas, podemos observar esses agentes exercendo papéis importantes em relação ao suporte as pessoas que são usuárias do serviço; o que pode ter contribuído com a continuidade da produção e comercialização dos produtos fora do âmbito do CAPS. Nesse sentido, entende-se que essas duas esferas podem exercer papéis cruciais no processo de ingresso no mundo do trabalho, a partir da valorização do sujeito e do desenvolvimento da confiança, aspectos negligenciados no campo do álcool e outras drogas.

Compreendemos família, em diálogo com Amaral e Bressan (2015), como uma instituição baseada em vinculação de cunho afetivo, seja consanguíneo ou de afinidade. Essa organização contribui para o cuidado, socialização e sobrevivência. Diante disso, a família deve ser compreendida como um dos eixos essenciais de fatores que contribuem com o processo de acompanhamento da pessoa em sofrimento psíquico. Nesse sentido, é importante serem desenvolvidas ações que aproximem o núcleo familiar do processo de cuidado (Oliveira; Santos; Guerra, 2019).

O estudo de Felix Junior *et. al.* (2015) aponta que, para a família, é importante que a pessoa em sofrimento psíquico esteja inserida em processos de trabalho, configurando-se como uma etapa importante do seu tratamento. Os familiares da referida pesquisa entendem que a vinculação com propostas de trabalho auxilia no desenvolvimento da autonomia, responsabilidade e com a rotina, assim como no resgate da criatividade ou de habilidades que antes estavam adormecidas em decorrência do uso de álcool e outras drogas.

No que diz respeito ao apoio institucional, considerando que grande parte das experiências de geração de renda ocorrem no âmbito do CAPS, faz-se necessário o desenvolvimento de ações que superem as dificuldades encontradas referente ao baixo apoio institucional e reduzida oferta de recursos. Essa realidade colabora com os achados no estudo de Lussi, Matsukura e Hahn (2010), ao discorrer sobre os imbrólios relacionados a ausência de dispositivos administrativos/burocráticos que apoiem ações de geração de renda, falta de preparo dos serviços para suporte as ações de geração de renda, assim como falta de recursos humanos e materiais.

Lussi e Pereira (2011) pontuam que, apesar das dificuldades encontradas e fragilidades, os projetos de geração de renda que ocorrem nos CAPS ou a partir da mobilização de usuários, familiares e trabalhadores são uma importante ferramenta para a inclusão social pelo trabalho e resgate da cidadania das pessoas em sofrimento psíquico. Cabe, ainda, ressaltar a necessidade de fortalecimento dessas práticas.

4.4.2.2 Dinâmicas De Produção E Comercialização

No que diz respeito à dinâmica de produção, não há a produção de somente um produto. Cada encontro é abordado um produto diferente, para os participantes acessarem o aprendizado da técnica e, a partir disso, possam confeccionar nas suas residências; por meio da aquisição dos recursos necessários para a produção. Nesse contexto, a participante refere preocupação em passar a técnica passo a passo para os participantes, considerando suas diferentes formas de aprender e garantindo que os mesmos terminem produto que iniciam.

“Primeiro eu utilizo bastante as aulas é... explicação... a teoria, né, teóricas, eu utilizo passo a passo, né, que é justamente para que eles sigam e consigam acompanhar todos ao mesmo tempo, né? Claro que vai ter... não vai ser tudo igualzinho, mas que consiga, a gente consiga chegar no...

terminar o produto no mesmo dia, né?” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Como existe uma alternância grande de participantes por oficina, a participante deste estudo refere priorizar que os produtos tenham seu início e seu término no mesmo dia. No decorrer do acompanhamento, nota-se a dificuldade de as pessoas seguirem as etapas da produção, ainda que com orientação, em decorrência de suas próprias especificidades relacionadas a questões motoras, como tremor nas mãos, ou de cunho cognitivo, em decorrência do histórico do uso de drogas.

Outro aspecto apresentado pela mesma, é a importância de cada pessoa passar por todas as etapas de produção, em contraponto ao modelo de fábrica onde os trabalhadores exercem suas funções separadamente, sem ter a noção do produto final. Como exposto a seguir.

“Então eu faço questão que eles façam desde início ao final, que é a proposta do artesanato, né? E não é um modelo de... de fábrica, que cada um faz um pouquinho, um faz o bracinho e outro faz a perninha, o outro faz a boquinha. Então essa lógica, né?” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Morato e Lussi (2015) relatam que, nos grupos de geração de renda acompanhados no seu estudo, as atividades de produção ocorriam somente duas vezes na semana, na maioria dos grupos, em contrapartida, os serviços de geração de renda desenvolvem as ações de segunda a sexta-feira. Essa questão nos remete ao debate relacionado a propor um modo de trabalho que possa dialogar com uma jornada que favorece a produção e comercialização, conforme as exigências do mundo do trabalho. No entanto, essas iniciativas não podem ser confundidas com a dinâmica capitalista.

Os achados em nosso estudo coadunam com as pesquisas realizadas por Lussi *et. al.*, (2010); Gigante, (2011); Morato e Lussi, (2015); Mazaro, Matsukura e Lussi, (2020), ao referir que as experiências de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental apresentam como principal atividade econômica a produção ou a produção combinada com a comercialização. Nas atividades disponibilizadas, tem-se no segmento do artesanato a maior aproximação, dada a vinculação histórica das atividades artesanais com o campo da saúde mental.

O estudo desenvolvido por Gigante (2011), no contexto das iniciativas de geração de trabalho e renda no campo da saúde mental, mostrou haver uma tendência para a escolha de atividades artesanais ou oferta de produtos, em oposição a oferta

de serviços. Diante desse cenário é importante o debate acerca da escolha da atividade produtiva, da mesma forma sobre a diversificação do que é produzido. Visto que, houve uma tradição da psiquiatria que aproximou as atividades artesanais das ações produzidas nos manicômios, com a prerrogativa de ocupação do tempo ocioso sob o viés terapêutico. Por esse motivo, é necessário debatermos sobre os tipos de atividade produtiva utilizadas a fim de desmistificar o passado, assim como buscar estratégias para comercialização de insumos que tenham maior potencial de vendas.

No que diz respeito à comercialização, a oficina produtiva não está inserida em espaços de comercialização específicos, devido a sua realidade embrionária. Embora a iniciativa já tenha participado de alguns eventos, na pessoa da profissional, a mesma refere que essas questões fogem da sua capacidade de organizar, em decorrência das outras demandas do serviço. Diante disso, a mesma pontua que busca incentivar posturas independentes dos participantes fora do contexto do serviço.

“A gente chegou a participar, né, daquelas feiras de demonstração de... de... até aqui, né? No sarau, né? Nós levamos os materiais para... para oferecer, mas o principal é que eles façam e a gente orienta como eles acessarem, né? É... as mídias, para fazer a propaganda da... do trabalho deles, no próprio círculo de... familiar, eles mostrarem é... oferecer é... para que as pessoas comprem, né, pra que eles consigam as encomendas em festa de aniversário” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Nesse prisma, o estudo de Morato e Lussi (2015) pontua que as formas mais conhecidas são feiras, eventos, lojas, vendas para vizinhos e ambulante. São diversos os espaços de comercialização, que nos mostram o esforço dos grupos em prol da entrada de seus produtos nos circuitos de vendas. Embora essa realidade seja pontuada como aspecto característico dos grupos, em nossa pesquisa observamos uma tendência somente a orientação e incentivo para a inserção das pessoas em espaços de venda. Ou seja, a profissional costumava avisar sobre o espaço de comercialização e incentivar que os frequentadores da oficina ocupassem o território, mas não os acompanhava nesse processo.

No contexto do nosso estudo nos são apresentadas as limitações acerca da comercialização, como ela exige estratégias e outras formas de fazer, a participante refere que é importante que seja reproduzido e comercializado em casa, individualmente. Haja vista a falta de tempo da profissional que conduz a ação e

ausência de participação dos usuários nos coletivos que possam viabilizar essa presença. Como pontuado no registro a seguir.

“Aproveitando a oportunidade, a técnica os informa (referindo-se aos participantes da oficina) sobre o evento que ocorrerá no centro cultural da cidade de Belém, onde foi concedido um espaço para a comercialização dos produtos, explica a importância dos participantes que atuam na produção também estarem neste espaço de vendas. Os usuários demonstram certa timidez e desconversam sobre a possibilidade de sua participação, de alguma forma não parecem se sentir pertencentes a essa proposta, mesmo com a técnica reforçando a importância” (Diário de Campo, Formulário de Caracterização, 2024).

Diante desse cenário Morato e Lussi (2015) pontuam que as ações que ocorrem fora do âmbito do CAPS possuem maior potencial de organização da produção e da comercialização, em detrimento das que ocorrem no interior dos serviços. Esse apontamento está relacionado com a maior possibilidade de estabelecer parcerias e conseguir apoio de diversas instâncias.

Pontuamos que na RMB ainda há pouca mobilização para iniciativas de geração de renda junto a usuários dos serviços de saúde mental, o que torna mais difícil a continuidade ou o incentivo destas ações. Muitas, ainda, localizam-se somente no âmbito dos serviços de saúde sem movimento de saída para outros espaços ou situam-se como iniciativas por parte de apenas um usuário, não de uma construção coletiva. Por esta via, argumentamos a necessidade do fortalecimento das ações de geração de renda que ocorrem no âmbito da oficina produtiva, assim como a importância do assessoramento de suas ações. Acredita-se que, dessa forma, deve ser possível a mobilização das pessoas para a inserção nas atividades.

4.4.2.3 Quais as Aproximações Entre Inclusão Social Pelo Trabalho e a Economia Solidária no Contexto da Amazônia Paraense?

A geração de renda é uma proposta viável
 Viável para aquele que não tem trabalho
 Não tem trabalho porque usa droga
 Usa droga por que falta sentido?
 Falta sentido por que passa necessidade?
 Como encarar a realidade da vida sem entorpecimento?
 Como encarar, sobriamente, a necessidade de atender as expectativas do outro?
 Ele não quer parar! Ele não tá interessado! Ele não quer trabalhar!
 O que existe por trás do desinteresse?
 A geração de renda é uma proposta viável
 Mas, para ser viável mesmo, ela precisa produzir sentido
 Como produzir sentido em meio a tanto julgamento?

Vamos ensinar sobre a possibilidade da dignidade?

Dignidade!

Talvez, esse seja o primeiro passo...

(Autoria própria, 2024).

A partir daqui buscarei apresentar os dados produzidos por meio do encontro da oficina produtiva junto a inclusão social pelo trabalho e a economia solidária, tentarei demonstrar a produção de sentidos e reflexões que emergiram, assim como fragilidades presentes nesta construção. Como dito anteriormente, este encontro aparece como um embrião, com muitas dificuldades de permanecer em vida, seja por questões de recursos humanos, institucionais ou em termos de políticas públicas. As reflexões que serão expressas partem da inquietação ao enxergar essa possibilidade como frutífera no campo da saúde mental na Amazônia paraense.

Apesar de nos empreendimentos da rede RECOMSOL algumas participantes terem questões de saúde mental, muitas delas não utilizam serviços da RAPS da região, sendo cuidadas por iniciativas ambulatoriais vinculadas a programas de universidades privadas. Esta realidade fica ainda mais evidente por conta do sucateamento dos serviços de saúde mental, e da superlotação deles, fazendo com que os atendimentos tenham maior dificuldade de ocorrer.

Embora esta realidade esteja posta, não se observa, na rede RECOMSOL, algum tipo de resistência que impeça a participação das pessoas em sofrimento psíquico, pelo contrário, durante o acompanhamento foi possível observar como as pessoas vinculadas aos empreendimentos da rede RECOMSOL conseguem ajudar umas às outras, sobretudo em momentos de dificuldade. Nesse contexto, buscou-se seguir o caminho para a oficina produtiva na tentativa de elucidar as percepções acerca destas aproximações, começando pelo nível de proximidade com a temática.

No encontro com a oficina produtiva, quando questionada sobre o conhecimento acerca dos princípios da economia solidária, a participante nos conta que, no passado, alguns usuários manifestaram interesse em organizar-se coletivamente e diante disso, com ajuda dos profissionais, foram estudar sobre as formas de organização coletiva. Nisso, encontraram os empreendimentos econômicos solidários, em seus diferentes tipos, e chegaram a pensar na possibilidade, no entanto, houve muitas dificuldades que não permitiram a continuidade desta iniciativa, como exposto a seguir.

“Acabou não levando a frente, porque muitos recaíram, outros seguiram outro caminho, tinha muita briga porque em termos de “ah, vamos escolher quem vai ficar na direção, né? Vamos lá, vamos ver”, aí tinha muita briga de poder lá, que gente queria estar, quem não queria. Então foi... foi muito complicado e acabou não levando adiante” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

No estudo de Lussi, Ricci e Pereira (2017), ao referir uma experiência junto a pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas participantes de um projeto de geração de renda, as autoras inferem que os mesmos possuíam um enorme potencial para o envolvimento em atividades de geração de trabalho e renda, assim como estavam sensíveis para apreender os princípios da economia solidária. No entanto, elas pontuam que houve a necessidade de um acompanhamento terapêutico, haja vista que sem ele tornou-se difícil a inserção das pessoas nos EES do município, em decorrência de especificidades como o risco de recaída e desorganização ao transitar em outros espaços da cidade.

Além disso, é comum que pessoas que possuem um histórico de invisibilização, e cerceamento de seu potencial de decisão e autonomia tenham dificuldades nestes aspectos. Sobre isso, Lussi, Ricci e Pereira (2017), foi necessário sensibilizar os participantes acerca do trabalho autogestionário, e gradualmente eles foram apropriando-se dessa proposta. Essa especificidade é parecida no que diz respeito a posse e administração financeira, que se configura como uma dificuldade para muitos.

Nesse caminho, o estudo de Ferro, Macedo e Bardemaker (2015) aponta que uma das dificuldades do grupo de geração de renda diz respeito a organização, uma vez que algumas vezes os participantes confundem a atribuição de funções e acabam querendo tomar vantagem do seu funcionamento. Como, geralmente, os grupos operam sob a autogestão, ocorre de tentarem burlar as regras em prol de interesses próprios. Diante dessas dificuldades relacionadas a gestão e organização consideramos importante o constante assessoramento das iniciativas de geração de renda e empreendimentos econômicos solidários, a fim de evitar que questões relacionadas a disputa de poder prejudiquem o andamento das ações.

A partir deste primeiro diálogo, a participante referiu possuir conhecimento sobre os princípios da economia solidária, no entanto, não conseguiu expressá-los em palavras. Quando refletimos sobre a possibilidade de aproximação da iniciativa da oficina produtiva da economia solidária, a participante pontua algumas percepções da

dinâmica que seria adotada em um empreendimento econômico solidário em contraposição com o que é realizado na oficina.

“Olha, na economia solidária, né? A gente pega o... todo o material que é produzido por eles e leva para um espaço para venda e esse valor é dividido de forma, acredito igualitária, com todos né? Que fazem parte dessa, né? dessa produção. (...) na economia solidária são pessoas que, mesmo que não sejam tão assíduas, mas que se fazem presente e que tem esse interesse realmente no trabalho, né, que acaba sendo com... equiparado com o trabalho formal, né? Uma... uma obrigatoriedade, não sei se a palavra é obrigatoriedade, mas é um compromisso, né, de estar, de produzir, de estar junto, né?” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Diante do exposto, é possível notar que a percepção da mesma sobre a economia solidária, parece vinculado a importância da coletividade, seja na produção, na comercialização ou na distribuição da renda. Embora a participante tenha esta percepção sobre os empreendimentos econômicos solidários, refere haver muitas dificuldades para o segmento destas premissas no grupo atual, seja pela falta de compromisso das pessoas envolvidas ou receio de que a entrada no mundo do trabalho signifique a perda do benefício socioassistencial.

“Com eles, eu ainda não sinto isso, ainda não tenho um público que eu possa dizer que vão... que vem regularmente, com o objetivo de assumir esse compromisso, de fazer né? Então, eles vêm, fazem, mas a... o pensamento ainda é... a prioridade é o benefício. E também tem muita... eu percebo muito receio de... ou de ter um trabalho formal e participar, por quê? Porque acham que vão perder o benefício se eles tiverem algum vínculo” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Novamente, o receio de perda do benefício socioassistencial aparece como uma dificuldade que impede a permanência dos usuários em iniciativas de geração de renda. Pontua-se que apesar de o auxílio financeiro ser um importante direito conquistado pelas pessoas que precisam ser afastadas do mundo do trabalho formal, muitos o enxergam como aposentadoria e, aliado ao estigma de incapacidade, estacionam ali; longe de qualquer possibilidade de retomada de trabalho e renda.

Segundo Rodrigues, Marinho e Amorim (2010), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma garantia de uma renda mensal, que diz respeito ao salário-mínimo vigente, destinado a pessoas com deficiência, idosos com mais de 67 anos ou pessoas que comprovem a impossibilidade de prover a si e a sua família. Nesse contexto, inserem-se as pessoas em sofrimento psíquico. Ocorre que, para conseguir ser contemplado, muitas vezes a pessoa precisa obter uma curatela/tutela, ou seja, um documento que comprove a sua inaptidão e destine o cuidado de seus bens a outra pessoa.

Tanto Taleikis (2009) quanto Martins (2009) referem que como há uma dificuldade de obtenção de uma renda que dê conta das necessidades socioeconômicas dos usuários da saúde mental, muitos recorrem aos recursos socioassistenciais, como o BPC. No entanto, essa realidade faz com que muitas pessoas tenham receio de se inserir nas iniciativas de geração de renda, em decorrência do medo da perda do benefício. Como é exposto a seguir.

“Eu sei que tinha uma moça aqui que... ela recebeu uma proposta para trabalhar de carteira assinada, ela não queria que assinasse de jeito nenhum, ela falou para gente, a gente tentou orientar, dizer “olha, os ganhos que você vai ter vai ser muito maior e tal”, porque ela iria perder o benefício da Bolsa Família, então ela não queria que assinasse essa carteira dela, então ainda tem esse hábito, né? muito grande, né, de não ser emancipar, de não se tornar... se desinstitucionalizar, né?” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

De acordo com Martins (2009) esse receio reverbera na dificuldade que os grupos de geração de renda possuem em se formalizarem no formato de cooperativa, uma vez que o medo da retirada dos benefícios faz com que, por vezes, as pessoas optem por formas de trabalho informal. A autora considera que apesar do auxílio financeiro contribuir com a subsistência das pessoas, acaba promovendo uma relação de dependência com o Estado, reforçando a desvantagem social e o estigma da incapacidade.

Na pesquisa de Mazaro (2021), junto a um empreendimento econômico solidário, a autora destaca que a maioria dos trabalhadores vinculados ao coletivo são beneficiários do BPC, tendo a renda que recebem do EES como um complemento. Nesse sentido, o benefício é o responsável pela garantia da subsistência dos mesmos, em decorrência desse fato a maioria das pessoas apresenta como preocupação o medo da perda do BPC. Inclusive, um participante refere que se afastou do grupo por conta disso.

É importante adicionarmos a essa discussão a existência do Pronacoop Social, instituído por meio de um Decreto em 2013, que diz respeito ao maior marco legal relacionado a estratégia de geração de trabalho e renda para pessoas em situação de desvantagem social. Dois anos depois, em 2015, o comitê gestor do programa avançou no sentido de incitar a construção do Marco Conceitual e Política de Assessoramento Técnico em Associativismo e Cooperativismo Social, o que foi importante para a definição de conceitos, metodologias e formas de operacionalização. Podemos citar o conceito de cooperativas sociais, que a partir

desse momento, refere-se aos “EES que promovem o direito ao trabalho, fundamentando-se na igualdade de oportunidades e no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a inclusão socioeconômica dos cidadãos” (Brasil, 2016).

Diante disso, o governo aproximou, ainda mais, em termos de políticas públicas, a economia solidária da luta antimanicomial, ao considerar processos de inclusão social pelo trabalho a pessoas em sofrimento psíquico, seja em decorrência de álcool e outras drogas ou não. Esse programa considera a perspectiva de trabalho com valor social, que opera por meio do reconhecimento das potencialidades das pessoas envolvidas. Dessa forma, o trabalho torna-se capaz de promover a inclusão social e torna a pessoa ativa, protagonista de sua vida e de garantia de direitos (Brasil, 2016). Infelizmente, tal Decreto foi revogado em 2019, mas em 2021 o então Deputado Alexandre Padilha apresentou um projeto de lei que tinha o objetivo de retomar o Pronacoop Social.

Além desses aspectos, ressaltamos que a Lei Paul Singer, já mencionada em nosso estudo, entende que os beneficiários dos programas socioassistenciais também poderão ser atendidos pela legislação nacional da economia solidária, se possuírem vinculação com algum EES (Brasil, 2024). Apesar da legislação não explicitar de que forma isso será operacionalizado, entendemos ser um ponto que configura-se como um avanço no desatar de nós quando pensamos em inclusão no trabalho de pessoas que fazem acompanhamento nos serviços de saúde mental.

Outrossim, a participante remete a dificuldade de desvínculo, como uma das formas de institucionalização, que devem ser superadas. Uma vez que, para conseguir dar continuidade à concessão do benefício socioassistencial, o usuário precisa continuar frequentando o serviço, em decorrência da necessidade do laudo a ser apresentado na perícia dos órgãos da previdência social. Essa dinâmica alimenta um sistema de institucionalização de portas abertas, uma vez que ao autorizar tal conduta o serviço acaba retroalimentando a conduta da pessoa, o levando a permanecer na instituição por tempo indeterminado.

Por mais que tenhamos avançado significativamente no campo das políticas públicas de saúde mental, por vezes o combate aos estigmas sociais presentes no cotidiano dos serviços é um desafio. Costa e Lotta (2021) afirmam que

a imagem das pessoas em sofrimento psíquico diante da sociedade e dos profissionais ainda é permeada por diversos estereótipos vinculados a periculosidade e incapacidade. Quando o reforço desse estereótipo vem dos profissionais é uma realidade crítica, por dar abertura a modos de tratamento e encaminhamentos que reforçam a exclusão social, como a indicação de interdição civil.

Nesse sentido, argumentamos a importância da aproximação das ações de geração de renda junto a economia solidária, visto que segundo Moura (2015), a economia solidária por suas características de autogestão, solidariedade e dignidade humana, busca fomentar espaços de trabalho associado. Essa combinação contribui para os trabalhadores desenvolverem uma conscientização gradativa, por meio da reflexão acerca do seu contexto de vida, favorecendo processos de emancipação das pessoas vinculadas.

Concordamos quando Mazaro, Matsukura e Lussi (2020) afirmam que a geração de renda e o reconhecimento pelo trabalho contribuem para o fortalecimento do protagonismo e para a construção de identidade das pessoas em sofrimento psíquico. Nesse sentido, é crucial que o Estado enxergue a inclusão social pelo trabalho como uma responsabilidade, dispondo de ações governamentais que tenham enfoque na cidadania. Essas ações devem pressupor renda, assim como acesso às políticas públicas e serviços socioassistenciais.

Além desses fatores, a participante também pontua aspectos referentes ao processo de autoconfiança dos usuários, a partir da percepção de que o ingresso no mundo do trabalho pode significar a retomada de alguns sentimentos ligados a saída da “zona de conforto”, como o medo, a angústia, entre outros. Nesse sentido, ao se depararem com a realidade, os usuários mostram-se resistentes para aderir a qualquer tipo de iniciativa de retorno.

“Então, ele estando aqui, ele tendo... recebendo, ele na... na zona de conforto, né? Assim... ele não quer correr risco, não quer ir além, dá medo, né? Talvez o medo do desconhecido de... de conseguir, né? Passar algumas fronteiras” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Embora esta seja uma questão, pontua-se que esses anseios podem estar vinculados ao ingresso no mundo do trabalho capitalista, que historicamente produz processos dolorosos aos trabalhadores, independente de questões relacionadas à saúde mental. Diante disso, apontamos o desenvolvimento de ações dentro do campo

da economia solidária como uma forma de deslocamento desta percepção e possibilidade de produção de outra relação com o mundo do trabalho.

De acordo com Brasil (2005) os EES que contam com a participação de pessoas em sofrimento psíquico podem necessitar de constantes capacitações referentes as formas de condução, seja no que diz respeito a produção ou outras questões como regras ou assiduidade, por exemplo. Essas especificidades revisitam a necessidade de buscar alternativas que considerem estes aspectos na condução das ações de geração de renda.

Considerando os anseios relacionados a inserção no mundo do trabalho, pontuamos a importância do acompanhamento realizado pelas ITCPs, visto que no processo de incubação são consideradas as especificidades dos empreendimentos econômicos solidários. Nesse contexto, quando o ESS conta com a participação de pessoas em sofrimento psíquico as incubadoras buscam ações que possam ser efetivas, tanto para os aspectos de saúde mental quanto para geração de renda (Cortegoso *et. al.*, 2008).

No estudo de Rojo e Filizola (2012), sobre o processo de incubação de um EES com a participação de pessoas em sofrimento psíquico, as autoras pontuam que por mais que existam os desafios, a participação no EES contribui para a evolução das pessoas, nos aspectos relacionados ao trabalho assim como na produção de vida. Dessa forma, é possível observar os ganhos e avanços na autonomia das pessoas, assim como na melhora da postura independente e na aquisição de habilidades.

Outrossim, Lussi e Pereira (2014) referem que para além da geração de renda, o sentido atribuído por pessoas em sofrimento psíquico que participam de projetos de trabalho e renda está relacionado com o reconhecimento e a valorização das suas próprias habilidades. Essa movimentação faz com que as pessoas sejam convocadas a efetivarem as trocas sociais e habitarem outros lugares sociais envoltos em sensações de aceitação e pertencimento.

Quando levantado a possibilidade de parcerias futuras entre a economia solidária e a oficina produtiva, a profissional manifesta seus receios devido à experiência de descontinuidade, uma vez que como a maioria das pessoas envolvidas advém dos serviços, quando encerra o vínculo do profissional com o serviço, a experiência também encerra.

“Ainda não vi uma coisa mais sólida, assim de instituição, eu vejo mais muito de pessoas e essas pessoas que... se desvincularem, acaba. entendeu? Então não... é nada é muito sólido, é o que eu pude observar, né, que ainda não tá... ainda não faz parte da... da própria, como é que eu posso dizer, política institucional... de valorizar, de incentivar, entendeu?” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

Nesse sentido, pontua-se a importância do investimento em políticas de incentivo à inclusão pelo trabalho no campo da saúde mental na RMB, que transcendam as questões restritas às gestões. Apesar dessas dificuldades, também é pontuado como seria importante que ações no serviço possuísem este enfoque, considerando a garantia de cidadania como um aspecto crucial na reabilitação psicossocial.

Consideramos a urgência em pautar que as atividades de trabalho e renda transpassem o viés terapêutico ou as formas de controle institucional e alcancem as perspectivas de garantia de direitos, cidadania, autonomia e emancipação social das pessoas em sofrimento psíquico (Amarante, 2007). Nesse caminho, argumentamos que as ações devem basear-se nos pressupostos da geração de trabalho e renda, considerando as especificidades do público assistido na região.

Outro ponto levantado, é a falta de profissionais de apoio às oficinas no âmbito do CAPS, considerando que no contexto deste serviço não existem figuras, como o oficineiro, por exemplo. Nesse sentido, ressaltam-se as questões referentes ao processo de trabalho dos profissionais, que geralmente precisam dispor de muitas atividades para conseguir dar conta das demandas produzidas pelo serviço, o que pode dificultar a possibilidade de elaboração de propostas para oficina e postura que auxiliem na autonomia dos participantes.

“Então, nós que coordenamos esses grupos, a gente acaba sendo o próprio... o próprio oficineiro, né? E que não seria, né? Nós estaríamos aqui mais para orientar, coordenar, mas não para executar mesmo. Então, seria o oficineiro e nós não temos, os CAPS não têm, eu acho que nenhum CAPS tem daqui da região, né? Não tem esse oficineiro, que viria para ministrar aula, enquanto você tá trabalhando com essas outras... esses outros vieses, essas parcerias, né?” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

O cenário apresentado também aciona questões referentes à dificuldade de articulações intersetoriais, gerando sobrecarga para o serviço e para os profissionais inseridos no campo. Essa realidade gera dificuldades para a inserção dos usuários nos espaços de capacitação e formação em técnicas ou assuntos referentes ao mundo do trabalho, prejudicando o acesso a espaços de garantia de direito.

De acordo com Leão e Barros (2008), em uma pesquisa relacionada as representações de trabalhadores de um CAPS sobre as práticas de inclusão social, destacam que uma das menções que mais apareceram acerca dessas práticas foi o potencial da intersetorialidade. Sendo compreendida como ponto crucial para a construção de uma rede de cuidados na atenção à saúde mental, sobretudo no que se refere a inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico. Consideramos a retomada deste aspecto como fundamental na consolidação das práticas desenvolvidas no âmbito do CAPS.

Considerando a intersetorialidade como uma perspectiva que aglutina diversos setores, como educação, saúde e trabalho (Brasil, 2009). Ressaltamos que apostar nessa alternativa é uma possibilidade para o enfrentamento das dificuldades cotidianas relacionadas a gestão dos serviços e das ações, aspectos que foram constantemente pontuados no decorrer deste estudo.

Embora essas potencialidades estejam pontuadas na literatura, como supracitado, na pesquisa de Leal e Antoni (2013), as autoras referem que ao falar de parcerias institucionais, os profissionais do CAPS atribuem com serviços relacionados a atenção básica de saúde, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), ou hospitais gerais, sem quaisquer menções a outros espaços comunitários, como centros de convivência, por exemplo. Dentre as parcerias com outros serviços, os órgãos com maior ocorrência foram os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e escolas. Em menções menores, apareceram instituições como creches e associações de usuários, por exemplo.

Durante o levantamento deste estudo, não encontramos publicações que se discorrem de parcerias intersetoriais dentro do campo da saúde mental na RMB, no entanto, o que podemos inferir acerca do nosso percurso é a ausência. A realidade de carência de espaços que colaborem com a lógica da geração de renda e acesso ao mundo do trabalho, desencadeiam espaços de pouca sensação de pertencimento para as pessoas em sofrimento psíquico. O que, muitas vezes, impede que estas pessoas se enxerguem como merecedoras desta participação, destinando o papel de articulação aos profissionais do CAPS, que nem sempre estão disponíveis para propor ações extramuros, devido à carga horária de trabalho.

“Porque é que o CAPS não é só... pode ser esse lugar de cuidado, né? Mas, pode ter, mas a gente também tem outros espaços que proporcionam né, capacitações e tudo, mas levar mesmo... acompanhar, aí não tem, porque nós temos... a gente tem que estar nos outros momentos, a gente tem que estar na... no acolhimento, a gente tem que estar acompanhando como técnico de referência, gente tem que estar eu vou... fazendo a parte burocrática, né? É... fazendo grupos, rodas de conversa, né, e ainda ter o tempo para cuidar da oficina, né?” (Oficina Produtiva, Formulário de Caracterização, 2024).

4.4.2.4 Nada Está Perdido, Ainda Há Tempo, Venham!!!!

Diante dessa falta de articulação, como uma das últimas cenas que compuseram esta trajetória, tentou-se promover o encontro entre um dos EES vinculados a rede RECOMSOL, pertencente ao segmento de artesanato, junto a iniciativa de oficina produtiva. Essa mobilização partiu dos apontamentos feitos pela profissional que guia a oficina produtiva, referente a falta de parceria para construir as iniciativas e acesso aos espaços.

Quando levado para o EES, o mesmo recebeu a proposta de forma aberta e disposta, e a partir desta abertura, buscou-se articular uma data para o encontro, seguindo a proposta de aprendizado da técnica de artesanato em vidro. Essa experiência apresenta uma intencionalidade de mostrar para os usuários possibilidades de percursos no mundo do trabalho contrário à perspectiva individual e vislumbrando outros espaços de acesso.

Nesse contexto, programamos um encontro entre uma representante de um empreendimento econômico solidário e a ação da oficina produtiva, a ideia era aproximar ambas as experiências. No entanto, com a chegada no espaço, a ação ocorreu sem apoio da gestão local, apesar do esforço da profissional vinculada a oficina de demonstrar a importância dessa vinculação. O que elucida que as dificuldades estão postas para além das questões específicas dos usuários e dos trabalhadores, existe uma dificuldade em termos de gestão, que prejudica o acesso de novos colaboradores ao espaço.

Ainda assim, a oficina produtiva ocorreu e a profissional vinculada a cena mostrou-se motivada com a parceria, assim como a pessoa representante do EES, diante do encontro questões referentes à possibilidade de permanência da parceria,

em formato de um possível projeto são colocadas. O que nos convoca a considerar que, por vezes, é importante viabilizar os encontros para que, a partir deles, possam surgir parcerias, onde foi possível enxergar a potência desta construção.

Embora no dia em questão não tenha tido muitas pessoas na oficina, o contato serviu para iniciar diálogos, dar esperanças, e construir outros vínculos. Nesse caminho, compreende-se que, talvez, a aproximação entre a rede de economia solidária e o campo da saúde mental não tenha ocorrido pela falta de agentes facilitadores do diálogo, apontando para a necessidade do aumento de espaços de debate e construção de vínculos na região.

5 PARA NÃO FINALIZAR...

Neste estudo buscamos cartografar a realidade atual dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e das experiências de geração de renda no campo da saúde mental — álcool e outras drogas, da Região Metropolitana de Belém (RMB), no estado do Pará. Para isso, organizamos itinerários, ancorados no delineamento metodológico da cartografia, que nos ajudaram a ir ao encontro da realidade, assim como desvelar as potencialidades, os desencontros e as aproximações do campo da inclusão social pelo trabalho na região supracitada.

Diante deste percurso, encontramos um cenário que apontou para a necessidade de articulação da própria rede de economia solidária na região metropolitana de Belém, considerando os aspectos territoriais e de políticas públicas. Apesar do cenário encontrado ter sido pequeno, entendemos que foi possível estabelecer um panorama acerca das dinâmicas de organização dos empreendimentos, o que colaborou para elucidarmos o perfil das pessoas, as atividades de comercialização, as formas de produção; assim como as relações estabelecidas entre as pessoas e os empreendimentos vinculados à rede.

Além disso, foi possível compreender os aspectos que dificultam a sustentabilidade dos empreendimentos e das pessoas vinculadas a estes, seja em termos de organização coletiva ou individual. O que contribuiu para que compreendêssemos de que formas essas dificuldades podem ser minimizadas no campo prático, que apesar de não ser um objetivo específico deste estudo, pode

favorecer a reflexão para pesquisas futuras no campo da economia solidária na Amazônia paraense.

Outrossim, entendemos que não está posta uma barreira que impede que pessoas em sofrimento psíquico possam ingressar e/ou permanecer nos empreendimentos vinculados à rede. No entanto, observamos haver uma dificuldade das pessoas que possuem um percurso nos serviços da RAPS acessarem esse espaço. Por isso compreendemos que este dado pode abrir possibilidades para refletirmos sobre os caminhos que os usuários dos serviços vinculados a RAPS da região metropolitana de Belém vêm percorrendo, quando consideramos o ingresso no mundo do trabalho. Considerando que nosso recorte abarcou somente um serviço, questionamos: que percursos as pessoas assistidas em outros serviços de saúde mental da RMB estão percorrendo? Alguma rota direciona para a inclusão social pelo trabalho?

Nesse sentido, acreditamos que este estudo pode contribuir para o desenvolvimento de reflexões que nos ajudem a identificar os principais pontos de tensionamentos relacionados ao ingresso de pessoas em sofrimento psíquico em processos de inclusão pelo trabalho. Da mesma forma, possamos vislumbrar quais aspectos e/ou agentes podem ser acionados como parceiros que minimizem os tensionamentos. Nos perguntamos, quais os parceiros possíveis? Onde encontrá-los? Compreendemos que, por vezes, as redes precisam ser feitas fora do aparato estatal, apesar deste ser importante. Apostamos, com base nos encontros, que as vinculações intersetoriais são de grande significado e que elas devem transcender os espaços ditos de saúde. E questionamos, quando pensamos em saúde mental, de que saúde estamos falando?

Percebe-se, nesse contexto, que aproximações entre a Rede RECOMSOL e o serviço de saúde mental que foi campo deste estudo, apesar de serem iniciais, se configuraram como pontos de partidas importantes para maior acesso a essas reflexões, ajudando-nos a entender quais os pontos de afogamento que os serviços precisam passar para que ações emancipatórias sejam produzidas e incentivadas. Como estimular a autogestão em serviços onde ocorre tanta gestão verticalizada? Como estimular a emancipação se, muitas vezes, nunca foi experimentada a autonomia? Como dar espaço para isso acontecer nos serviços?

Ressaltamos que, ainda que não haja iniciativas concretas de aproximação da economia solidária e da oficina produtiva, em termos formativos, esta realidade é possível. Nesse sentido, pontuamos o papel da universidade, das esferas governamentais, gestão do serviço, profissionais e dos próprios usuários, compreendendo que por se tratar de um cenário pouco explorado, também pode produzir estranhamentos nesses agentes. Apontamos que o coletivo encontrado neste estudo, se configurava como uma ferramenta importante nesse aspecto. Embora isso seja realidade, como aproximá-los novamente? Por esse motivo, faz-se importante ampliar os espaços de diálogo e formação, para que tendo o acesso a estes, os agentes se sintam instrumentalizados para caminhar ao campo prático.

Apesar da literatura apontar que a inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico tem ocorrido por meio da economia solidária, a maioria dos estudos que fundamentam esta perspectiva situam-se na região sudeste. Diante disso, entendemos que foi necessário este recorte regional para elucidar como tem sido a inclusão das pessoas na região metropolitana de Belém, compreendendo que as questões referentes à trajetória de processos de trabalho e saúde mental ocorrem de formas diferentes a depender da região do Brasil. A partir do conhecimento deste panorama, acreditamos ser possível propor discussões que nos auxiliem no desenvolvimento de propostas de garantia de acesso ao mundo do trabalho no campo da saúde mental na região.

Ademais, consideramos a importância da elucidação de questões interseccionais, como as que foram expostas neste trabalho, entendendo as relações de gênero, raça e classe, como essenciais para a compreensão do acesso — ou não — ao mundo do trabalho; e das dificuldades que histórica e socialmente são impostas às pessoas que são público da saúde mental. O que pode um corpo negro, de mulher, e sem trabalho? O que pode um corpo negro, de homem, e sem estudo? O que pode um corpo dito louco? Quais são os adestramentos? Quais processos de docilização passam/suportam?

Defendemos não haver como debater acesso ao mundo do trabalho e garantia de direitos, se não considerarmos os aspectos históricos, que fazem com que estas pessoas se encontrem apartadas da possibilidade de inserção no mundo do

trabalho; sobretudo em realidades tão precárias, haja vista o ingresso histórico destas pessoas em subempregos.

Nesse caminho da saúde mental álcool e outras drogas, como majoritariamente os usuários são pessoas negras, de que forma essa relação com o trabalho digno vai se estabelecendo durante a vida? Quais as implicações destas construções quando vislumbramos possibilidades vinculadas à economia solidária? Além dos atravessamentos referentes às condições de vulnerabilidade social e baixa escolaridade, por exemplo. Consideramos que estas questões atravessam, interferem e reverberam na forma em que os usuários e os trabalhadores pensam, absorvem e se mobilizam na construção de perspectivas solidárias no mundo do trabalho.

Para além dessas questões, debatemos sobre os aspectos que interferiram na ocorrência de estratégias de geração de renda no campo da saúde mental, sejam elas em termos de gestão ou por dificuldades do processo de trabalho dos serviços. Consideramos importante refletir sobre esta realidade, para também realizar proposições para o estreitamento da relação das ações de economia solidária e do campo da saúde mental da região. Defendemos que, assim como nas outras regiões do país, a economia solidária é um potente instrumento de ações emancipatórias no campo da saúde mental. Na região norte, precisamos de debates, formações e apoio que direcionem para essa vinculação.

Diante das inquietações expostas aqui, esperamos o desenvolvimento de mais estudos que nos auxiliem a pensar sobre processos de inclusão social pelo trabalho, no campo da saúde mental, alinhados com a realidade da região metropolitana de Belém, e do Pará. Considerando as especificidades de ser-fazer-pensar inclusão social pelo trabalho de pessoas que usam álcool ou outras drogas, ou não, a partir de um compromisso pautado no fazer ético-político, buscando a garantia de direitos, um trabalho digno e dignidade no viver.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BELÉM. **Primeira plenária municipal de economia popular solidária debate políticas públicas para o segmento.** Disponível em: <<https://agenciabelem.com.br/Noticia/233667/primeira-plenaria-municipal-de-economia-popular-solidaria-debate-politicas-publicas-para-o-segmento>>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- AGUIAR, D. A. Trabalho e saúde mental: a relação existente no cenário de um CAPS. **Revista Família, Ciclos De Vida E Saúde No Contexto Social**, v. 5, n. 1, p. 47–55, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18554/refacs.v5i1.1912>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.
- ALEIXO, A. S. M. D. F. Da economia social para a economia solidária. 2014. **Dissertação (Mestrado)** — ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2014.
- ALEPA, Assembleia Legislativa. Lei nº 9.866, de 13 de março de 2023. Altera a Lei nº 7.309, de 6 de outubro de 2009, que institui a Política de Fomento à Economia Popular Solidária do Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/261606.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2024.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.
- ALVES, J. C. M.; MEIRELES, M. E. E. F. Gestão de resíduos: as possibilidades de construção de uma rede solidária entre associações de catadores de materiais recicláveis. **Sistemas & Gestão**, Ouro Preto, v. 8, p. 56-66, 2013.
- AMARAL, D. A.; BRESSAN, C. M. F. A centralidade da família nos serviços de atendimento de pacientes com transtornos mentais e dependentes químicos. **Revista Serviço Social**, v. 17, n. 2, p.108-24, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/21807>.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2007.
- AMARANTE, P; BELLONI, F. **Ampliando o direito e produzindo cidadania. Relatos de experiências de inclusão social pelo trabalho na saúde.** São Carlos: Compacta gráfica e editora, 2014.
- ANDRADE, M. *et. al.* Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. **Psicol. cienc. prof.** v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013.

ANJOS FILHO, N. C.; SOUZA, A. M. P. A percepção sobre o trabalho em equipe multiprofissional dos trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial em Salvador, Bahia, Brasil. **Interface -Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 60, p. 63-76, 2017.

ANJOS, E. A interseção das desigualdades de gênero e raça no campo da economia solidária. In: **Engajamento e reflexão transversal em economia solidária**. SOUZA, A. R.; LUSSI, I. A. O.; ZANIN, M. (Orgs.). São Carlos/SP: EDUFSCar /ABPES, p. 37-47, 2020.

ANJOS, E. G. DOS.; RAMOS, C. E. C. DE O. Um estudo tipológico baseado nos atributos dos trabalhadores(as) da economia solidária para o aperfeiçoamento das políticas públicas de geração de trabalho e renda. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 22, n. 3, p. e2023-0025, 2024.

ANJOS, E. G.; RAMOS, C. E. C. O. Um estudo tipológico baseado nos atributos dos trabalhadores(as) da economia solidária para o aperfeiçoamento das políticas públicas de geração de trabalho e renda. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 22, n. 3, p. e2023-0025, 2024.

ANJOS, E. Para onde caminham as cooperativas de trabalho da economia solidária? Uma análise baseada nos mapeamentos dos empreendimentos solidários. **Otra Economía**, v. 10, n. 18, p. 112-124, 2016.

ANJOS, E.G. *et. al.* A indissociabilidade das categorias gênero e raça nas experiências de trabalho na economia solidária. **Otra Economía**, v. 12, n. 22, p. 106-119, 2019. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14830/9463>. Acesso em: 12 agosto de 2024.

ANTUNES, C. A escola do trabalho: formação humana em Marx. **Campinas: Papel Social**, 2018.

ARANHA, A. L.; FONSECA, R. M. G. S. Projeto copiadora do CAPS Luis Cerqueira: do trabalho de reproduzir coisas à produção de vida. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 358-366, 2002.

ARAÚJO, A. K.; SOARES, V. L. Trabalho e saúde mental: relato de experiência em um Caps AD III na cidade de João Pessoa, PB. **Saúde Em Debate**, v. 42, s. 4, p. 275-284, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S422>

ARAÚJO, T. M.; TORRENTÉ, M. O. N. Mental Health in Brazil: challenges for building care policies and monitoring determinants. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, n. 1, 2023.

ARCANJO, M.A.S.; OLIVEIRA, A.L.M. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 13, 2017. Disponível em:

<<https://fpabramo.org.br/csbh/wpcontent/uploads/sites/3/2017/04/t07perseu13.arcanjooliveira.pdf>>

ARCANJO, M.A.S.; OLIVEIRA, A.L.M. Para uma Nova Economia: Percepção de Representantes de Organizações de Economia Solidária sobre o Impacto das Ações da SENAES em Belém (PA). **Revista Pesquisa e Debate**, p. 215-236, 2018.

BAJOIT, G. **Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2006.

BARBOSA, A. M. S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.19, n. 38, 2011.

BARBOSA, M.J. Economia solidária construindo fluxos de cooperação para o desenvolvimento rural sustentável no Pará–Norte do Brasil. **Revista de Ciencias Sociales Ambos Mundos**, v. 5, p. 7-16, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/ambos.26059.2024>.

BARROS, L. M. R.; BARROS, M. E. B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal: revista de psicologia**, v. 25, p. 373-390, 2013.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 52-75.

BARROS, L.P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina. 2012.

BATISTA, L.S.S.; BATISTA, M.; CONSTANTINO, P. Perfil dos usuários de substâncias psicoativas do CAPS AD em 2000 e 2009, Campos dos Goytacazes, RJ. **Perspectivas Online Ciências Biológicas da Saúde**, v.7, n.2, p.23-38, 2012.

BEATRIZ, M. Z. Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa. 2007. 156p. **Tese de Doutorado** (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BELÉM. SECON. **Guia de negócios, produtos e serviços 2002**. Belém: PMB, 2002.

BELLENZANI, R.; PARO, D. M.; OLIVEIRA, M. C. Trabalho em Saúde Mental e Estresse na Equipe: Questões para a Política Nacional de Humanização/SUS. **Revista Psicologia E Saúde**, v. 1, n. 8, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/2177093X2016105>

BELO, D. C.; OLIVEIRA, E. M. S. Economia solidária no brasil: gênese, tipologias e práticas exitosas. In: TIMÓTEO, G.M. (Org). **Economia solidária e desenvolvimento social: perspectivas e desafios no contexto da educação**

ambiental. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF. 127p., 2019. Disponível em: <https://uenf.br/extensao/editora/wp-content/uploads/sites/2/2019/10/economiasolidaria-e-desenvolvimento-social.pdf>

BERTUCCI, A.A. *et al.* **20 anos de Economia Popular Solidária. Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS.** Brasília: Cáritas Brasileira, 2003. Disponível em < <http://http://caritas.org.br> >

BORGES, A. V. F.; REZENDE, D. M. F.; FERRARI, A. F. A. Implementation of an income generation workshop in primary care with women: experience report. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37454>. Acesso em: 6 de janeiro de 2025.

BRAGA, M.A.M.; ANELLO, L.F.S.; NOBRE, L.R. Armazém de economia solidária e educação popular: outra forma de consumir. **ORG & DEMO**, v. 25, p. e024012, 2024. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/16868>. Acesso em: 3 de janeiro de 2025.

BRAND, F.C. O empreendedorismo em uma dimensão de economia solidária: uma revisão teórica. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 5, n. 1, p. 153-174, 2016. Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/2316-5537.16.19/pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2025.

BRASIL, Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. **Centros de Atenção Psicossocial por tipo, por UF e por Indicador de CAPS/100 mil habitantes.** Brasília: CGMAD/DAPES/SAPS/MS, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/caps/raps/atencao-psicossocial-estrategica/arquivos/planilha-dos-caps-brasil-graficos-e-planilhas_raps-nov-julho-2021.pdf. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **III Conferência Nacional de Saúde Mental: Caderno Informativo.** Brasília: Ministério da Saúde. 2001. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0210IIICnsm.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Legislação em saúde mental: 2004-2010.** Brasília: Ministério da Saúde. 2010. Disponível em: [https://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao em saude mental 2004 a 2010.pdf](https://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao%20em%20saude%20mental%202004%20a%202010.pdf). Acesso em: 18 de agosto de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS.** Brasília: Ministério da Saúde. 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2024.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. **Plano de Ação do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Trabalho no Distrito Federal**. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.867, de 10 de novembro de 1999. **Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica**. Brasília, DF, 10 nov. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm Acesso em: 12 de setembro de 2024.
» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: [L10https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)216. Acesso em: 14 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano. 162, n. 247, p. 1, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=24/12/2024&totalArquivos=331>. Acesso em: 08 de janeiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados da rede de atenção psicossocial (raps) no sistema único de saúde (SUS)**. Ministério da Saúde Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (CGMAD). Departamento de Ciclos da Vida (Deciv). Secretaria de Atenção Primária a Saúde (Saps). 2022. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&p=19690ec1d83d250b13346e1ffe19ec69264be2f4410b4483e3fd1fd64c4badc6JmltdHM9MTczMjlzMzYwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=3176638c-a701-6ac6-2214-7054a6fa6b0d&psq=raps+sa%3%bade+mental+por+mun%3%adcipios&u=a1aHR0cHM6Ly93d3cuZ292LmJyL3NhdWRIL3B0LWJyL2FjZXNzby1hLWluZm9ybWFjYW8vYWNvZXMtZS1wcm9ncmFtYXNvY2Fwcy9yYXBzL2FycXVpdM9zL2RhZG9zLWRhLXJlZGUtZGUtYXRlbnNhby1wc2ljbnNzb2NpYWwtcmFwcy5wZGYvQEBkb3dubG9hZC9maWxl&ntb=1>

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório final do grupo de trabalho saúde mental e economia solidária**. Brasília, DF: SAS, DAPE, CSM, SENAES; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Brasília: **Ministério da Saúde**. 2009. Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/editora/ produtos/livros/pdf/05_0159_M.pdf. Acesso em: 23 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. In: **CONFERÊNCIA REGIONAL DE REFORMA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL: 15 ANOS DEPOIS DE CARACAS**, 2005, Brasília. Anais... Brasília: OPAS, 2005. Disponível em: br/portal/arquivos/pdf/relatorio_15_anos_caracas.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. **Secretaria de Atenção à Saúde. Legislação em saúde mental: 1990-2004** / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. – 5. ed. ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_mental_1990_2004_5_ed.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: Os centros de atenção psicossocial**. Brasília, DF: o autor, 2004. Recuperado de » http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília (DF), 2005. Disponível em: www.cooperativismopopular.ufrj.br/saudemental/pdf/Saude_Mental_Economia_Solidaria.pdf.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.867, de 10 de novembro de 1999. **Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos**. Disponível em: » https://www.google.com.br/search?q=Lei+n.+9.867Coq=Lei+n.+9.867Caqs=chrome.69i57j69i59.916j0j7Csourceid=chromeCes_sm=122Cie=UTF-8. Acesso em: 17 de julho de 2024.

BRASIL. Previdência Social. Lei 8.213 de 24 de Julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Boletim Informativo – Edição Especial, Base de Dados do SIES**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E6975707C/Acontece%20SENAES%202014%20-%20SES%20e%20Atlas.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2024.

BRASIL. Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. **Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_4_conferencia_saude_mental.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2024.

BURNAGUI, J.G.; FERRO, L.F. Saúde mental e economia solidária: entre desmontes e possibilidades de inclusão social pelo trabalho. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 16, n. 47, p. 116–128, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/80288>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BUSNARDO, E. A. Autogestão em construção: uma cooperativa de construção civil do Rio de Janeiro. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 9, n. 1, p. 53-71, 2006.

CAMARGO, M.P.L. Paul Singer em defesa da economia solidária como trabalho decente. **P2P s INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 9, Ed. Especial, p. 169-182, 2023.

CAMPOS, F. E.; AGUIAR, R. A. T.; BELISÁRIO, S. A. A formação superior dos profissionais da saúde. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C. V. C.; NORONHA, C.; CARVALHO, A. I. **Políticas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 885-910.

CAMPOS, G. W. S. Saúde, Sociedade e o SUS: imperativo do sujeito. **Saúde e Sociedade**, v. 18, suppl. 2, p. 24-34, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000600004>.

CAMPOS, I. O. *et al.* Saúde mental e economia solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 2, 2015.

CAMPOS, I. O; MAGALHÃES, Y. B. Analfabetismo e Saúde Mental: O Discurso de Usuários de Um Centro de Atenção Psicossocial. **Rev. FSA**, v.16, n. 4, art. 8, p. 151-165, 2019.

CAMPOS, I.O.C. *et. al.* Saúde mental e economia solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 23, n. 2, p. 411–415, 2015. Disponível em: <https://cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/986>. Acesso em: 6 de janeiro de 2025.

CANCELA, A.G.R. Interface entre políticas públicas de saúde mental e economia solidária. 2012. **Dissertação de Mestrado** (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Pará. 142 f.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. São Paulo: Global, 1985.

CARDOSO, F.L.C. Os discursos sobre as políticas públicas em saúde mental em um contexto neoliberal de ampliação do conservadorismo, entre 2015 a 2022. 2023. 341 f. **Dissertação** (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

CARDOSO, U.C.; CARNEIRO, V.L.N.; RODRIGUES, E.R.Q. **Cooperativa: Série empreendimentos coletivos**. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/serie-empreendimentos-coletivos-cooperar-para-competir,2fa5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

CARNEIRO, M. S. Entre a prescrição e a realidade: estratégias de produção e comercialização solidárias em rede de agricultores familiares: o caso da rede mandioca no Maranhão. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 257–275, 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/24297>. Acesso em: 3 de janeiro de 2025.

CARRETA, R. Y. D. Pessoas com deficiência organizando-se em cooperativas: uma alternativa de trabalho?. 2004. **Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)** – Universidade de São Carlos, São Carlos, 2004.

CARVALHO E SILVA, J. C., MAGALHÃES, Y. B.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Horticultura terapêutica em um grupo de reabilitação da dependência química no Brasil. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 40, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.6730>.

CARVALHO, A.C.O.; PINHEIRO, L.I.F. Economia solidária: análise do perfil dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, n. 9, p. 35, 2019.

CERRUCI, I.; ANJOS, E. De um olhar sobre a diversidade: demandas, atores e/ nos empreendimentos da economia solidária na Bahia. **Anais do III Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária**. 2021. Disponível em:

https://www.academia.edu/65120081/Anais_CIEPS_III_vers%C3%A3o_final?auto=download

CHAGAS, C. *et. al.* A linguagem e o estigma: os termos utilizados na área de álcool e outras drogas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]**. v. 30, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000100024>>.

CORTEGOSO, A.L. *et. al.* Comportamentos ao incubar empreendimentos solidários: a descrição do fazer coletivo como referencial para o fazer de cada um. In: CORTEGOSO, A.L.; LUCAS, M.G. **Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.118-9, 2008.

CORTEGOSO, A.L; SHIMBO, I. Empreendimentos solidários, universidades, movimentos sociais e gestores públicos: articulação de esforços na promoção da economia solidária no Brasil de hoje. In: **II Jornada Universitária Sobre Cooperativismo, Economía Solidaria y Procesos Asociativos**, Montevideo, Uruguai; 2005.

COSTA, A.P.B. Processo de incubação em economia solidária à luz de preceitos de autogestão: experiências de estudantes de graduação da OASIS/UFRN. 2018. 75f. **Dissertação (Mestrado em Administração)** -Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25771>.

COSTA, D. F. C; PAULON, S. M. Participação Social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo. **Saúde em debate**, v. 36, p. 572-582, 2012.

COSTA, Henrique. Empreendedorismo popular e a economia moral da vida sem salário. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 87, p. e10683, 2024.

COSTA, J. C. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação!. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/15649>.

COSTA, J. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: da precarização à escravidão contemporânea. **Serviço Social & Sociedade**, n. 147, v. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.384>

COSTA, L. A. B. Cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa. **Paralelo 31**, v. 2, n. 15, p. 10, 2020.

COSTA, M. I. S.; LOTTA, G. S. De “doentes mentais” a “cidadãos”: análise histórica da construção das categorias políticas na saúde mental no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 3467–3479, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRUZ, A. **Redes de economia solidária—papéis e limites de atores envolvidos: trabalhadores, universidade e estado**. Ponencia presentada en el Seminario Internacional “La co-construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá”, organizado por el Centro de Estudios de Sociología del Trabajo, Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, v. 24, 2009. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/redespapeiselimites.pdf>.

CRUZ, L. T.; IENK, T. “Desnorteando” a loucura: os desafios de afirmar uma prática antimanicolonial em saúde mental. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 10, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjd10n10-059>

CULTI, M. N. Mulheres na Economia Solidária: Desafios sociais e políticos. **Anais do Congresso Europeu CEISAL de Latino-americanistas**, Bratislava, Eslováquia, v. 4, 2004.

CULTI, M.Z. Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. 2014.

CULTI, M.Z. Economia Solidária: Incubadoras universitárias e processo educativo. **Proposta: Revista Trimestral de Debate da Fase**, Rio de Janeiro, ano. 31, n. 111, p. 17-22, 2007.

DALL’AGNOL DA SILVA, L. *et. al.* Trilhas da reabilitação, Trabalho e Arte (RETRATE): Saúde Mental na contemporaneidade. **Saúde em Redes**, v. 10, n. 1, p. 4226, 2024. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/4226>. Acesso em: 6 de janeiro de 2025.

DE PAULA SOUZA, T. O método da cartografia: conhecer e cuidar de processos singulares. **Facultad Nacional de Salud Pública: El escenario para la salud pública desde la ciencia**, v. 33, p. 16, 2015.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. **Mil platôs**. Vol. 1. 349 ed. Rio de Janeiro: Letras. 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Introdução: rizoma**. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, v. 1, p. 11-37, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Política y psicoanálisis** [1977]. Ciudad de México, DF: Terra Nova, 1980.

DELGADO, P.G.G. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2019.

DIAS, M. F. P.; KOCHHANN, A. G. Análise das dimensões de governança em redes de empreendimentos solidários: o caso da Rede Bem da Terra. **Redes**, v. 25, n. 4, p. 1909-1932, 2020.

DIAS, T. F.; SOUZA, W. J. Gestão social e economia solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras rurais da Feira Agroecológica de Mossoró/Aprofam, Mossoró/RN. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, v. 4, n. 1, p. 261-294, 2014.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. As mulheres são fortemente afetadas pela deterioração do mercado de trabalho em 2020. DIEESE, 2022. Disponível em: <https://www.coreconpr.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/mb.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

DINIZ, S. Elementos para uma discussão contemporânea da economia popular. In: BALBBIM, R.; ARROYO, M.; SANTIAGO, C. **Brasil Popular, Circuitos da Economia Urbana e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2023.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/?lang=pt>.

EID, F. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: DAL RI, N. M. (Org.). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, v. 1, p. 167-188, 2004.

EID, F.; SOUZA BARBOSA, M. J.; SOUZA, A. L. Importancia de la incubadora tecnológica de cooperativas populares y emprendimientos solidarios en una Universidad de la Amazonia Brasileña. *Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social*, v. 13, n. 26, p. 11-27, jul./dez. 2013. Mérida: Universidad de los Andes.

FARIAS, C. M; GIL, M. F. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ctism/cte/wp-content/uploads/sites/413/2018/12/cooperativismo.pdf>>. Acesso em 14 de novembro de 2024.

FELIX JUNIOR, I. J.; SCHLINDWEIN, V. L. D. C.; CALHEIROS, P. R. V. A relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n. 1, p. 104-122, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000100007.

FERIGATO, S. H.; CARVALHO, S. R. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 38, p. 663–676, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832011005000037>

FERNANDES, A. S. **Cidade Sustentável**. UFPA, 2002. Disponível em: < <http://gabeira.locaweb.com.br> >. Acesso em: 23 de setembro de 2024.

FERREIRA, F.T. Rizoma: um método para as redes. **Liinc em revista**, v. 4, n. 1, p. 28-40, 2008.

FERRO, L.F.; FRANZOLOSO, C.L.S.; BURNAGUI, J.G. Redes de economia solidária: estratégias para a captação de recursos. **REU**, Sorocaba, SP, v. 46, n. 2, p. 469-495, 2020.

FERRO, L.F.; MACEDO, M.; BARDEMAKER, M.L. Economia Solidária, Saúde Mental e a prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 1, 2015.

FGEB – FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL. Fundos solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais. **Caderno 1 – Mobilização em prol de uma política pública de apoio a fundos solidários**. Brasília: FGEB, 2010.

FIDELIS, F. A. M. *et al.* Satisfação e sobrecarga na atuação de profissionais em saúde mental. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0309>

FIGUEIREDO, E.; MONTEBELLO, A. E. S.; NORDER, L. A. C. Organização e práticas de economia solidária com agricultores familiares: o caso do instituto chão. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 10348-10370, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7381>

FONSECA, E.L. O bordado como representação simbólica no atendimento arteterapêutico. **Arte revista**, v. 5, p. 43-56, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/34593450-O-bordado-como-representacao-simbolica-no-atendimento-arteterapeutico-resumo-abstract.html>

FÓRUM PARAENSE DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA/FPEPS. **I Feira Paraense de Economia Popular e Solidária e I Ciclo de debates: economia solidária, desafios e perspectivas na Amazônia**. Belém: CENTUR, novembro de 2005.

FRAGA, L. As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. **R. Tecnol. Soc.** v. 14, n. 31, p. 140-155, 2018.

FRAGA, L.S. Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares. 2012. 242 p. **Tese (doutorado)** - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&p=5b554fa0f076a909d0808213c6fc5a41355ccebcd326c480f57cde6a3ae6e3JmItldHM9MTczOTE0NTYwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=3176638c-a701-6ac6-2214-7054a6fa6b0d&psq=Extens%c3%a3o+e+transfer%c3%a3aancia+de+conhecimento%3>

[a+as+incubadoras+tecnol%3%b3gicas+de+Cooperativas+Populares&u=a1aHR0cHM6Ly9yZXBvc2l0b3Jpby51bmljYW1wLmJyL0J1c2NhL0Rvd25sb2FkP2NvZGlnb0FycXVpdM89NTAxOTU5&ntb=1](https://www.incubadoras+tecnologicas+de+Cooperativas+Populares&u=a1aHR0cHM6Ly9yZXBvc2l0b3Jpby51bmljYW1wLmJyL0J1c2NhL0Rvd25sb2FkP2NvZGlnb0FycXVpdM89NTAxOTU5&ntb=1). Acesso em 15 de novembro de 2024.

FRANÇA FILHO, G.C.; CUNHA, E.V. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 51, p. 725–747, 2014.

FRANCISCO, A.; SOUZA, S. **O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios... Desenhando Caminhos**, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. 9ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 184p.

FREITAS, J. M. S.; JORGE, M.S.B. Subjetividades produzidas no cotidiano do CAPS: sujeitos, práticas e relações. **Saúde em Debate**, v. 35, n. 90, p. 445-453, 2011.

FUNDAÇÃO GRUPOESQUEL BRASIL (org.). **Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais**. Mobilização em prol de uma política pública de apoio a Fundos Solidários. Caderno 1. Fortaleza: Fundação Grupo Esquel Brasil/BNB, 2007.

GAIGER, L. I. (Coord). **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. RS, São Leopoldo: Oikos, 2014.

GAIGER, L.G.; OGANDO, C.B. A economia solidária e as desigualdades. **Anais do XIV congresso brasileiro de sociologia**, p. 1-21, 2009.

GAIGER, L.I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. **Dados**, v. 61, n. 1, p. 137-169, mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000100137&lng=en&nrm=iso.

GAIGER, L.I.G.; KUYVEN, P.S. Economia Solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, p. 1-18, 2020.

GARCIA, A. H. A redução do capital social (em companhias abertas e fechadas). 2009. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo. 2009.

GARCIA, M.R. **A economia solidária e a efetivação do direito ao trabalho associado**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. 2015. Disponível em:

https://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/1_a_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2024.

GEREMIAS, A.R.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P.C.; LUCCA, S.R. Histórias de vida e estigma de trabalhadores com transtornos mentais acompanhados em ambulatório especializado. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 24, n. 1, p. 51-64, 2021. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v24i1p51-64.

GIGANTE, M. P. Perfil das oficinas de geração de trabalho e renda no âmbito da atenção psicossocial no Brasil. **Dissertação**. (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. 2011.

GIGANTE, M.P. Perfil das oficinas de geração de trabalho e renda no âmbito da atenção psicossocial no Brasil **[Dissertação]**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas; 2011. Disponível em: http://biblioteca.ucpel.tche.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=286.

GROSS, A. Memórias institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo em duas cooperativas da economia solidária. **Centro Universitário La Salle**, Canoas, 2016. Disponível em: http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/memoria_social_e_bens_culturais/2016/agross.pdf.

GUIMARÃES, A. N. *et. al.* Uso de álcool e outras drogas: interfaces com vulnerabilidades de pessoas em situação de rua. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, v. 19, n. 1, p. 52–60, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/187797>. Acesso em: 7 de janeiro de 2025.

HUR, D. U. Cartografia das intensidades: pesquisa e método em esquizoanálise. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, p. 275-292, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua Trimestral: desocupação recuam quatro das 27 UFs no 2º trimestre de 2021**. Agência de Notícias IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33033-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-15-das-27-ufs-no-4-trimestre-de-2021>

International Drug Policy Consortium. **The global drug policy index 2021**. London: IDPC; 2021.

JACQUES, C. *et. al.* A feira de economia solidária da unesc em tempos de pandemia do covid-19: reflexões sobre a virtualidade. **Revista de Extensão**, v. 8, n. 1, 2023.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. **Pistas do método da cartografia**. Editora Sulina, 2020. p. 32-35.

KAUER, N. R.; FERRO, L.F. A economia solidária, saúde mental e inclusão pelo trabalho: potencialidades e barreiras na mobilização de um grupo de geração de renda em um CAPS II. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 5, p. 1-2, 2024. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/112>

KREMER, A. M; AKAHOSHI, W. B; C TALAMINI, E. Análise de redes sociais informais baseadas em relações de confiança percebida. **Revista FSA**, Teresina, v. 14, n. 4, p. 213-236, 2017.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: EDUSC, 2012.

LEAL, B.M.; ANTONI, C. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): estruturação, interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Aletheia**, n. 40, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3344#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Sa%C3%BAde%20Mental%20tem%20promovido,as%20suas%20articula%C3%A7%C3%B5es%20com%20as%20redes%20de%20servi%C3%A7o>.

LEAL, K.S.; DE SÁ RODRIGUES, M. Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

LEÃO, A.; BARROS, S. As representações sociais dos profissionais de saúde mental acerca do modelo de atenção e as possibilidades de inclusão social. **Saúde e Sociedade**, n. 17, v. 1, p. 95-106, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000100009>

LEMOS, C.F.; OLIVEIRA, A.M. Mapeamento, Processo, Conexões: a cartografia como metodologia de pesquisa. **Paralelo 31**, v. 1, n. 8, 2017.

LIMA, J. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. p. 195-221. In: GEORGES, I.; LEITE, M. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2012.

LIMA, L.H.A.; SCHNEIDER, F. *et. al.* Feiras de economia solidária da Cáritas no estado do Ceará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

LOPES, C.S.; HELLWIG, N.; SILVA, G.D.A. *et al.* Iniquidades no acesso ao tratamento da depressão: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS. **Int J Equity Health**, v. 15, n. 154, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12939-016-0446-1>

LUSSI, I. A. D. O; MORATO, G. G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 20, n. 3, p. 369- 380, 2012.

LUSSI, I. A. O.; LEÃO, A.; DIMOV, T. Práticas emancipatórias em Saúde Mental. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220350>. Acesso em: 07 de janeiro de 2025.

LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Concepções sobre trabalho elaboradas por usuários de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, v. 24, n. 3, p. 208-215, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v24i3p208-215>

LUSSI, I. A. O.; RICCI, T. E.; PEREIRA, L. M. Fomento à iniciativas de economia solidária com usuários de álcool e outras drogas em situação de rua: relato de experiência. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 259–272, 2018. Disponível em: <https://tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/2425>. Acesso em: 9 jan. 2025.

LUSSI, I. A. O.; SHIRAMIZO, C. S.. Oficina integrada de geração de trabalho e renda: estratégia para formação de empreendimento econômico solidário. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 24, n. 1, p. 28-37, 2013.

LUSSI, I.A.O. *et al.* Barbearia autogestionária: experiência de capacitação profissional de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. **Revista das ITCPs**, v. 1, n. 1, p. 185-192, 2021.

LUSSI, I.A.O. Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. 2009. **Tese (Doutorado)** — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUSSI, I.A.O.; MATSUKURA, T.S.; HAHN, M.S. Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 284-290, 2010.

LUSSI, I.A.O.; MORATO, G.G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 369-380, 2012.

LUSSI, I.A.O.; PEREIRA, M.A.O. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 2, 515-521, 2011.

LUZIO-DOS-SANTOS, L.M. et al. Economia solidária no divã: uma utopia militante. **P2P e INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 9, Ed. Especial, p. 97-113, ago. 2023.

MACÊDO, K.B. A precarização do trabalho na educação no brasil e a busca pelo trabalho digno. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 8, p. 107-117, 2023.

MACHADO, A. P. *et al.* Perfil dos usuários cadastrados em um Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS-AD). **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 7603–7609, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27792>. Acesso em: 12 de dezembro de 2024.

MACIEL, R.G.; ARROYO, M.B.C.F.; AZEVEDO, A.D.M. A valorização dos conhecimentos e saberes populares das mulheres de comunidades ribeirinhas: um enfoque no exemplo das mulheres tecelãs de Igarapé Miri, Pará. **Revista Saberes da Amazônia**, v. 8, n. 14, 2023.

MAGALHÃES, W. C.; TRINDADE, J. R. A centralidade da superexploração da força de trabalho no padrão de reprodução do capital das economias dependentes. In: TRINDADE, J. R. (org.). **Agenda de debates & desafios teóricos: a trajetória da dependência e os limites do capitalismo periférico brasileiro e seus condicionantes regionais**. Belém: Paka-Tatu, 2020. p. 181-208.

MANCE, E. A. A revolução das redes de colaboração solidaria. **Anais Encontro Internacional de Economias Salesianas**, Sevilha, 2005. Disponível em: https://solidarius.net/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf

MANCE, E. A. REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA. In: Cattani, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2009.

MANCE, E. Redes de economia solidária. **Economia popular e solidária: desafios teóricos e práticos**. Recife: Bagaço, 2003.

MANCE, L. **Marco Legal para a Economia Solidária**. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil. I Conferência Nacional de Economia Solidária. 2008.

MAPA CULTURAL DO PARÁ. **Rede de Cooperação – Mãos Solidárias**. Disponível em: <https://mapacultural.pa.gov.br/agente/57088/#info>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

MARCOLINO, T.Q.; FANTINATTI, E.M.; GOZZI, A.P.N.F. Comunidade de prática e cuidado em saúde mental: uma revisão sistemática. **Trab. Educ. Saúde**, v. 16, n. 2, p. 643-658, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/cNX8SYGXVJsdDv65rfZNhLP/?format=pdf&lang=pt15>.

MARTINS, R. C. A. Cooperativas sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção. 2009. 193 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MARTINS, R.C. Cooperativas Sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

MASCARELLO, M. L. Entre a fé, a família e a política: a Economia Solidária em Dourados – MS. **Otra Economía**, v. 10, n. 18, p. 125-136, 2016. Recuperado a partir de <https://revistas.ungs.edu.ar/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.11>

MATOS, F. V. *et. al.* Perfil dos usuários do centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. **Revista Unimontes Científica**, v. 17, n. 1, p. 28-38, 2015.

MAZARO, L. M. Histórias de vida de pessoas em sofrimento psíquico sobre a inclusão no trabalho na perspectiva da economia solidária: ecologia de saberes revelando que Recriart é preciso. 2021. **Tese** (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13997>.

MAZARO, L. M., MATSUKURA, T. S.; LUSSI, I. A. O. Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 1, p. 127-146, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1880>

MAZARO, L.M.; BARBERIO, I.C.; LUSSI, I.A.O. Recriart, trabalho e cidadania: a história de um empreendimento econômico solidário do campo da saúde mental. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v.15, n. 44, p.112-134, 2023.

MEDEIROS, J. W. M. *et. al.* Empreendimento econômico solidário e os desafios da autogestão: prospecção de um protocolo de revisão de escopo. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 13, p. e538111335803, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35803>. Acesso em: 4 dez. 2024.

MELO, T.L. *et. al.* A Economia Solidária como uma alternativa sócio, econômica e ambiental: um estudo dos impactos em famílias de baixa renda. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, v. 7, n. 13, 2023.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MIRANDA, N.C.A. Economia Solidária no Estado do Pará: atores, tramas e desafios. 2009. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Pará. 121 f.

MIRANDA, S.V.C. *et al.* Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e a saúde mental. **Interface (Botucatu)**, v. 25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200478>

MONTANARI, C. Z.; SCHOLZ, R. H. O desenvolvimento da autogestão e da solidariedade nas lojas da ecosol em canoas, RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5010>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2025.

MORATO, G.G.; LUSSI, I.A.O. Caracterização de iniciativas de geração de trabalho e renda destinadas a usuários de serviços de saúde mental e aproximação com a economia solidária: a realidade do Estado de São Paulo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 336–344, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/104976>.. Acesso em: 8 de janeiro de 2025.

MOURA, C.S.R. et al. Redes de economia solidária: descrições de experiências no Brasil. **Revista Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 11, p. 19479-19495, 2023.

MOURA, D.S. et. al. Condição da loucura: invisibilidade e preconceito. **SEMIOSES: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 13, n. 3, p. 57-65, 2019. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/semioses/article/view/369/16516>.

MOURA, M. S. et. al. A autêntica autogestão: os desafios do trabalho autogestionário em uma associação de catadores de materiais recicláveis localizados em Palmeira dos Índios – Alagoas. In: **Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária**, 1, 2015, São Carlos. Anais... São Carlos: Diagrama, 2015. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/anais>. Acesso em: 09 de Janeiro de 2025.

MUÑOZ, E.F.P.; NETO, W.C.B; GUTIERREZ, L.A.L. Projetando empreendimentos econômicos solidários. **Revista ELO–Diálogos em Extensão**, v. 3, n. 1, 2014.

NASCIMENTO, C. **Autogestão e o novo cooperativismo**. Brasília, 2004.

NASCIMENTO, D.R.; MEDEIROS, F.P. O teletrabalho como instrumento de inclusão laboral da pessoa com deficiência à luz do direito ao trabalho decente. **Revista direitos sociais e políticas públicas**, v. 10. N. 1, 2022. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub>

NASCIMENTO, E.M. et. al. Contribuição para autogestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários vinculados ao Fórum de Economia Solidária de Guarabira (PB) e região. **Revista Principia-Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, n. 56, p. 153-167, 2021.

NASCIMENTO, L. S.; BORGHETTI, R. D.; SCHERER, L. Inclusão de pessoas com deficiência em uma cooperativa. In: **Anais do VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional**. Cerro Largo-RS, 2017.

NEVES, G.B.A. Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela: reflexões sobre as mulheres negras na economia solidária no RS. **Coisas do gênero: Revista de estudos feministas em teologia e religião**, v. 7, n. 2, p. 26-35, 2021.

NICÁCIO, Fernanda; MANGIA, Elisabete Ferreira; GHIRARDI, Maria Isabel Garcez. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 2, p. 62-66, 2005.

NORONHA, A.A. *et. al.* Percepções de familiares de adolescentes sobre oficinas terapêuticas em um Centro de Atenção Psicossocial infantil. **Rev. Gaúcha Enferm.**, v. 37, n. 4, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.04.56061>

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

NUNES, M., TORRENTÉ, M.; PORTUGAL, C. M. Com o que sonham os loucos? Projetos de vida de usuário(a)s de saúde mental. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33242180>.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **OIT: quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal** [Notícias]. 2018. Disponível em: http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang--pt/index.htm. Acesso em: 13 de julho de 2024.

OIT. Organização Internacional Do Trabalho. **Recomendações**. 2020. Disponível na versão eletrônica em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_242958/lang--pt/index.htm. Acesso em: 13 de julho de 2024.

OLIVEIRA, D. M. *et. al.* Afastamento do trabalho por transtornos mentais e comportamentais entre profissionais de enfermagem. **Rev Cuid**, Bucaramanga, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732019000200203&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

OLIVEIRA, D. Quando o Estado solta a mão: habilidades sociais da UNISOL/RS no campo da economia solidária. **Tese (Doutorado)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2023. 166 f.

OLIVEIRA, E.; SZAPIRO, A. Porque a Reforma Psiquiátrica é possível. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 3, p. 15-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/MBbTXqFD5qrtZ953Cy7xBsm/?format=pdf&lang=pt>

OLIVEIRA, E.B. *et. al.* Distúrbios psíquicos menores em trabalhadores de Enfermagem de um hospital psiquiátrico. **Rev Esc Enferm USP**, v. 54, 2020.

Disponível em:

» <http://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2018031903543>

OLIVEIRA, E.B.; SANTOS, M.B.; GUERRA, O.A. O trabalho como estratégia de reinserção psicossocial do dependente químico sob a ótica da família. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 21, p. 23-30, 2019. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602019000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 de janeiro de 2025.

OLIVEIRA, E.M.O.; SANTOS, E.S. Economia solidária: análise dos empreendimentos econômicos solidários no período de 2010-2012 no Brasil, **Revista Lumen**, v. 6, n. 12, 2021.

OLIVEIRA, J. B. *et al.* Inclusão social no mercado de trabalho: um olhar sobre a diversidade de pessoas com deficiência na cotripal de Panambi-RS. **Sinergia, Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 25, n. 2, p. 139- 152, 2021.

OLIVEIRA, J. P. de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5290>.

OLIVEIRA, M. V. P.; NUNES, E. P. O.; NUNES, J. R. Reinserção profissional da mulher em tratamento no CAPS AD III em Palmas-TO. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 12, p. 250-261, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1242>

ONOCKO-CAMPOS, R. T. *et al.* Avaliação da rede de centros de atenção psicossocial: entre a saúde coletiva e a saúde mental. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, supl. 1, p. 16-22, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009000800004>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2025.

ONOCKO-CAMPOS, R. T. Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 11, p. 01-05, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-311X00156119>

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal de Direitos Humanos**, v. 15. Recuperado em 2024. Disponível em: https://paisagemfabricada.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CDH-ONU-25-38_Portugu%C3%AAs.pdf

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde; OMS. Organização Mundial de Saúde. **Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não transmissíveis e Saúde Mental**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5263:opas-oms-apoia-governos-no-objetivo-de-fortalecer-e-promover-a-saude-mental-da-populacao&Itemid=839

PADILHA, V. Qualidade de vida do trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 549-563, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462009000300009&script=sci_arttext.

PAIVA, I. C. P. Redes de cooperação de economia solidária e convivência com o semiárido. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2019.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, v. 1, n. 1, 2009.

PASSOS, R.G. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira/Holocaust or “The Ship Negreiro?”: concerns for the Brazilian Psychiatric Reform. **Argumentum**, v. 10, n. 3, p. 10-23, 2018.

PAULI, R. I. P.; BECKER, K. L.; ROSA, B. Manifestações concretas da economia solidária: o caso do projeto esperança/cooesperança de santa maria -RS. **Revista da ABET**, v. 16, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/37803>. Acesso em: 2 de janeiro de 2025.

PEDROZA, A. P. *et. al.* Articulação saúde mental e economia solidária: relato de projeto de inclusão social. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 13, n. 2, p. 454-462, 2012.

PEREIRA, A. C. Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras: ensaio de abordagem social, 325 fls. **Tese (Doutorado em Contabilidade)** - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

PEREIRA, E. M. A vivência de mulheres em cargos executivos em grandes empresas: uma análise interseccional das desigualdades de gênero e de raça (**Tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**). UNESP: São Paulo, Brasil. 2015.

PEREIRA, O.P.; PALMA, A.C. R. Sentidos das oficinas terapêuticas ocupacionais do CAPS no cotidiano dos usuários: uma descrição fenomenológica. **Rev. abordagem Gestalt**, v. 24, n. 1, p. 15-23, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672018000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 de dezembro de 2024.

PEREIRA, R. M. R.; OLIVEIRA, L. M. C. (2023). O microcrédito, política pública para gerar capital social: Estudo sobre o Banco do Povo e o Instituto Tupinambá em Belém/PA. **Revista Brasileira De Economia Social E Do Trabalho**, v. 5, p. e023018, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17410>

PEREIRA, W. E. N. O Desenvolvimento Econômico, Redução das Desigualdades Regionais Frente às Políticas Incentivadoras da Guerra Fiscal. **Revista Argumenta**, n. 34, p. 263-284, 2021.

PINHO, R. J.; PEREIRA, A. P. F. B.; LUSI, I. A. DE O.. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 3, p. 480–495, 2019.

PINTO, R.G.; NASCIMENTO PONTES, A. Biodiversidade Amazônica, identidade cultural e conhecimento tradicional: caminhos encontrados para as joias do Pará. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 389–406, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/81725>. Acesso em: 3 de janeiro de 2025.

PIOBELO, F.; MOTA, D. A precarização do trabalho no contexto neoliberal: impactos na saúde mental. **Cadernos de psicologia**, v. 3, n. 6, 2022.

PITALUGA, C.M; BARROS, L.M.G; LE BOURLEGAT, C. A. Trajetória de mulheres na associação amor-peixe do pantanal/ms e os sentidos atribuídos à sua continuidade. **Informe Gepec**, v. 26, n. 1, p. 401-416, 2022.

POLI, O. L.; PEREIRA PUTON, A. M. Formação em Economia Solidária e Educação Popular: aproximações e desafios. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 33, n. 76, p. 239–254, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/20610>. Acesso em: 3 de janeiro de 2025.

PONTE, A.B.M. *et al.* Produção de cuidado em grupo de trabalho de geração de renda em contexto amazônico. ANAIS Encontro Rede Unida Norte VI. p. 99. **Saúde em Redes**, v. 9, supl. 4, 2023. DOI: 10.18310/24464813.2023v9nsup4.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Boletim quadrimestral sobre benefícios por incapacidade 2017**. Previdência Social. 2017. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/saude-e-seguranca-do-trabalhador/boletim-quadrimestral/>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

RAUTENBERG, R.; SCHIOCHET, V. Economia solidária e os mercados: as diferentes estratégias dos empreendimentos econômicos solidários. **Profanações**, v. 6, p. 77–104, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/1861>. Acesso em: 2 de janeiro de 2025.

RAUTER, C. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. In: AMARANTE, P. (Org.). **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 267-277, 2000.

REDE PARÁ. **1ª Conferência Municipal de Economia Popular e Solidária**. 2024. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/242985/inscricoes-abertas-para-a-1-conferencia-municipal-de-economia-popular-e-solidaria-em-belem>. Acesso em: 13 de dezembro de 2024.

REDE PARÁ. **Primeira Plenária Municipal de Economia Popular Solidária debate políticas públicas para o segmento**. 2023. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/233667/>. Acesso em: 13 de dezembro de 2024.

REIS, A.A. Desenvolvimento Sustentável e uso dos Recursos Naturais em áreas de várzea do Território do Baixo Tocantins da Amazônia Paraense: limites, desafios e possibilidades. **Tese de Doutorado**. Belém: NAEA, 2015.

RIBEIRO, L.A.; SALA, A.L.B.; OLIVEIRA, A.G.B. As oficinas terapêuticas nos centros de atenção psicossocial. **Rev. Min. Enferm.** [Internet], v. 2, n. 4, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reme/article/view/50580>. Acesso em: 23 de dezembro de 2024.

RIBEIRO, M. A. Trabalho e loucura: possibilidades de carreira para pessoas em situação psicótica. **Universidade Presidente Antônio Carlos Barbacena, Brasil**. v. 7, n. 12, pp. 97-117, 2009.

RODRIGUES, A.C.; YASUI, S. Construindo um dispositivo coletivo em oficinas na Saúde Mental. **Revista Polis E Psique**, v. 11, n. 1, p. 100–117, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.89628>. Acesso em: 03 de janeiro de 2025.

RODRIGUES, A.C.; YASUI, S. Oficinas de geração de trabalho e renda na atenção psicossocial: reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado. **Cad. Bras. Saúde Ment.**, Florianópolis, v. 8, n. 20, p. 1-23, 2016.

RODRIGUES, G. C. S.; COSTA, L. F. A. Política pública de economia solidária: ciclo político, dinâmicas e perspectivas no cenário nacional (2016-2022). **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 12, p. 32508–32536, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/RCV3N12-392>

RODRIGUES, H. C. de B. Analisar. In: FONSECA, T.; NASCIMENTO, L.; MARASCHIN, C. (org.). **Pesquisar na diferença**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
RODRIGUES, R.C.; MARINHO, T.P.C.; AMORIM, P. Reforma psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1615-1625, 2010.

ROJO, P. T.; FILIZOLA, C. L. A. Construindo sentidos e possibilidades: a experiência da equipe de incubação de um empreendimento solidário. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 5, p. 1109–1116, 2012.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS. 2014.

ROSA, E. Z. et al. Economia Solidária: da afirmação de princípios à efetivação de um trabalho transformador. In: FURTADO, O. et. al. **Redes Solidárias: experiências no campo da economia solidária**. São Paulo: Educ, 2021.

ROSA, E.P. A administração de empreendimentos de economia solidária comparada a de empresas capitalistas. **Salão de Iniciação Científica UFRGS**, Porto Alegre, 2009.

ROSA, E.Z. et. al. Uma experiência de formação em saúde mental e economia solidária: Potencializando projetos e redes. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, [S. l.], v. 14, n. 39, p. 153–168, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/80383>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ROSÁRIO, N.M.; COCA, A.P. A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação. **Comunicação & Inovação**. São Caetano do Sul, SP. Vol. 19, n. 4, p. 34-48, 2018.

ROSSETI, A. G; MORALES, A. B. T. O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 124 - 135, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/FzcdzslpNJ43cXj5RcRWg5v/?lang=pt&format=pdf>.

RUFINO, S. (Re)fazer, (re)modelar, (re)criar: a autogestão no processo produtivo. **Tese (Doutorado em Engenharia)** – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005. Disponível em: <https://sites.usp.br/redcoop/wp-content/uploads/sites/633/2019/11/tese-sandrarufino-2005.pdf>.

RUFINO, S. Redes de Cooperação Solidárias na contribuição do desenvolvimento local: A Economia Solidária em questão. XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003. **Anais Ouro Preto**, 2002. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/enegep2003_tr0706_0590.pdf.

SADE, C.; FERRAZ, G. C.; ROCHA, J. M. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 66-91.

SALGADO, R. J. S. F. et. al. Inserção e institucionalização da política pública de economia solidária na agenda governamental. **NAU Social**, v. 12, n. 22, p. 543-563, 2021.

SAMPAIO, F. R. R., FERRO, L. F., Economia solidária e saúde mental: um relato sobre práticas de inclusão pelo trabalho. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.19324>. Acesso em: 26 de novembro de 2024.

SANCHES, L. R.; VECCHIA, M. D. Reabilitação psicossocial e inclusão social de pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: impasses e

desafios. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200239>

SANCHEZ, F. J. B. Além da informalidade, aquém dos direitos: reflexões sobre o trabalho desprotegido. **Tese (Doutorado em Sociologia)** –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2012.

SANTANA, D. M.; ROLIM, R. S.; CARNEIRO, V. G. Enlaces: uma experiência de acompanhamento e incubação de empreendimento de economia solidária no contexto da pandemia da covid-19. In: Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2022.

SANTIAGO, E. YASUI, S. Saúde Mental e Economia Solidária: Cartografia do seu discurso político. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 700-711. 2015 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p700>>.

SANTIAGO, E.; YASUI, S. O trabalho como estratégia de atenção em saúde mental: um estudo documental. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 12, n. 3, p. 109-125, 2020.

SANTIAGO, E; YASUÍ, S. O trabalho como dispositivo de atenção em saúde mental. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, n. 1, p. 195-210, 2011.

SANTOS FILHO, C. *et al.* Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro: Uma Experiência de Finanças Solidárias com Recorte Racial em Fortaleza, Ceará. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 184-204, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/viewArticle/291>.

SANTOS, A.S.S. Economia solidária: formas jurídicas e licitações públicas. **Revista Jus Navigandi**, n. 3076, 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20571>. Acesso em: 2 de janeiro de 2025.

SANTOS, C.; PORTUGAL, C.; NUNES, M. Economia solidária e saúde mental: relato de experiência de práticas virtuais. **Saúde Em Debate**, v. 46, p. 251–260, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E622>

SANTOS, E.F.; DIOGO, M.F.; SHUCMAN, L.V.. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 17-32, 2014.

SANTOS, L. M. L.; VIEIRA, S. F. A.; BORINELLI, B. Economia Solidária e Estratégia: entre princípios e pragmatismos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia (RIAE)**, v. 12, n. 4, p. 231-278, 2013.

SANTOS, M. O retorno do território. **Território: globalização e fragmentação**, 2002.

SANTOS, R.B.; SOUZA, A.L. Políticas Públicas De Emprego Urbano Em Belém: A Inserção De Trabalhadores Em Cooperativas Populares. **Anais do XLIV congresso da SOBER “questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento”**, 2006.

SANTOS, S.A.; CARNUT, L. Trabalho, sentidos e saúde mental: percepção de participantes em um projeto geração de renda. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 39, n. 2, p. 159–180, 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/34713>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SATO, L. et. al. Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho. In: Maria Chaufin, Marcia Hespanhol Bernado, Leny Sato (Orgs). **Psicologia social do trabalho** (pp. 49-80). Petrópolis: Vozes, 2017. v. 1. 136p. ISBN: 978-85-326-5549-3.

SCHIOCHET, V. A CONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA SUPERAR A CRISE. **FES BRIEFING**. 2020. Disponível em: <https://brasil.fes.de/detalhe/a-construcao-de-uma-economia-solidaria-para-superar-a-crise.html>. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

SCHLINDWEIN, V.L.D.C. et al. Sofrimento psíquico, uso de drogas e trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 49, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/35722ptv49edcinq17>.

SCHULZ, J.R.S. et. al. Canais de comercialização para empreendimentos econômicos solidários: a ótica da distribuição no contexto das feiras de economia solidária. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 7, n. 2, p. 64-87, 2015.

SCOZ, M.T.; RAASCH, M.; GRIMALDI, F. “Mulheres Arteiras” no IFSC Campus Garopaba. **Revista da Extensão**, Porto Alegre, n. 24, p. 51–57, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revext/article/view/126178>. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

SILVA, A. R. P. E.; BARBOSA, M. J. S.; ALBUQUERQUE, F. S. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba. **Revista De Administração Pública**, v. 47, n. 5, p. 1189–1211, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000500006>

SILVA, A.F. Reabilitação Psicossocial e cidadania: o trabalho e a geração de renda no contexto da oficina de panificação do CAPS Grão-Pará. **Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção à Saúde Mental)**. Universidade Federal do Pará e Fundação Pública Hospital de Clínicas Gaspar Vianna. 2014. 74 f.

SILVA, D. F.; SANTANA, P. R. Transtornos mentais e pobreza no Brasil: uma revisão sistemática. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 6, n. 4, p. 175-185, 2012.

SILVA, E. M.; SAMPAIO NETO, O.; SANTOS, E. R. Pesquisa e extensão na inclusão socioprodutiva de empreendedores da economia solidária em tempos de pandemia. **Revista eixo**, v. 11, n. 4, p. 23-33, 2022.

SILVA, E.E.; MEIRELES, E.C. Agricultura familiar, competitividade e economia solidária: um estudo de caso na coopercaju e sua dinâmica no mercado internacional. **Observatório – Monografias em Comércio Exterior**, v. 1, p. 42-80, 2010.

SILVA, L.D. *et. al.* Trilhas da reabilitação, Trabalho e Arte (RETRATE): Saúde Mental na contemporaneidade : **RETRATE. Saúde em Redes**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 4226, 2024. DOI: [10.18310/2446-4813.2024v10n1.4226](https://doi.org/10.18310/2446-4813.2024v10n1.4226). Disponível em: <https://revista.redeunida.org.br/index.php/rede-unida/article/view/4226>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SILVA, M.R. *et. al.* A percepção do idoso institucionalizado sobre os benefícios das oficinas terapêuticas. **Rev. Bras. Promoç. Saúde.**, v. 29, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/18061230.2016.sup.p76>

SILVA, R. A.; OLIVEIRA, V. M.; CORREIA, S. E. N. Impactos da participação de mulheres em iniciativas de economia solidária no Cariri Paraibano. **Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 17, n. 3, p. 851-866, 2018.

SILVA, T.D. Caracterização de pisciculturas em municípios da região metropolitana de Belém, Estado do Pará. 2024. 52 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Pesca)** – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2024.

SILVA. S. P. Crise de paradigma? A política nacional de economia solidária no PPA-2016/2019. In: SOUZA, A.R.; LUSSI, I.A.O.; ZANIN, M. (Org.), **Engajamento e reflexão transversal em economia solidária**. EdUFSCar/ABPES, p. 179-190, 2020.

SILVA-JUNIOR, J. S.; FISCHER, F. M. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 4, p. 735–744, out. 2015.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 102, pp. 39-67, jul. 2015. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/articulo/172749#:~:text=Resumo%3A%20Diferentes%20raz%C3%B5es%20apontam%20para%20a%20dissolu%C3%A7%C3%A3o%20da,lulis mo%2C%20Dilma%20cutucou%20muitas%20on%C3%A7as%20com%20varas%20curtas.>

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.81-87, 2005.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. 2002.

SINGER, P. Economia solidária é alternativa para geração de emprego e renda. **[entrevista concedida a] NBR entrevista**. Canal Gov., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextCpid=S0101-33002015000200039CIng=ptCnrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2024. https://www.youtube.com/watch?v=ulzZP_4EQRk. Acesso em: 27 junho de 2024.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020>

SINGER, P. **Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3.ed. – São Paulo: Contexto, 1999. ISBN 85-7244-093-3

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SINGER, P. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, P.; SCHIOCHET, V. Economia solidária e saúde mental: a construção da política nacional de cooperativismo social. In: PINHO, K.L.R.; PINHO, L.P.; LUSI, I.A.O.; MACHADO, M.L.T. **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora. p. 4-7. 2014.

SOARES, M. N. M. Práticas feministas de autogestão em empreendimentos formados por mulheres na Rede Economia Solidária e Feminista. 2019. **Tese (Doutorado)** — Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42325?locale=es>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SOUSA, J. M. *et al.* Group interventions in psychosocial care centers for alcohol and drugs: challenges of care practice. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 32, p. e20220180, 2023.

SOUSA, M.S. *et al.* Oficinas Terapêuticas: Relato de Experiência sobre os Instrumentos de Cuidado Relacionados ao Empreendedorismo em um CAPS no Estado do Pará. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.Sup.25, DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e731>, p. 1-7, 2019.

SOUZA, A. A. A. *et al.* Empresa inclusiva? Uma análise comparativa entre os discursos de trabalhadores com deficiência e os de gestores de uma empresa cooperativa. **Gestão e Planejamento**, v. 20, p. 218-238, 2019.

SOUZA, A. R. Entre a assistência e a autogestão: a economia popular e solidária da Cáritas. **Revista NURES**, São Paulo, n. 5, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/7336>. Acesso em: 10 de março de 2024.

SOUZA, A. R.; SANCHEZ, F. J. B. Um balanço empírico e político da economia solidária no Brasil entre 2003 e 2016. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 5, p. e4571, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/4571>. Acesso em: 3 de janeiro de 2025.

SOUZA, A.R. Entre a assistência e a autogestão: a economia popular solidária da Cáritas. **Revista Nures**, n. 5, 2007.

SOUZA, L. H. Rede de Economia Solidária: O Caso da Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos como Integrante da Justa Trama. 2018. 123f. **Dissertação (Mestrado em Administração)** – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2018.

SOUZA, M.A. A Comercialização em empreendimentos econômicos solidários atuando em áreas urbanas, liderados por mulheres em atividades de produção artesanal. In: **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1. Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2018.

SOUZA, S.; FRANCISCO, A. O método da cartografia em pesquisa qualitativa: estabelecendo princípios... desenhando caminhos... In: Atas 5 Congresso Iberoamericano de Investigação Qualitativa. CIAIQ2016, 2 [em linha]. 2016.

SOUZA, T.P. O método da cartografia: conhecer e cuidar de processos singulares. **Facultad Nacional de Salud Pública: El escenario para la salud pública desde la ciencia**, v. 33, p. 16, 2015.

TAGLIAFERRO, P. Enfrentando desafios e construindo possibilidades: a experiência da equipe no processo de incubação de um empreendimento solidário formado por usuários de um CAPS **[dissertação]**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2011. Disponível em: http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4029.

TALEIKIS, P. U. O trabalho como estratégia de desinstitucionalização e emancipação na saúde mental. 2009. 281 f. **Dissertação (Mestrado em Enfermagem)** - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TORRES, I.C.; NASCIMENTO, C.A.T.; RAMIREZ, Y.S. ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRABALHO NA AMAZÔNIA. **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, v. 9, n. 14, p. 01-20, 2024.

THORNICROFT, G.; TANSELLA, M. **Boas práticas em saúde mental comunitária**. Barueri: Manole, 2010.

TYGEL, D. **Trilhas da inclusão: envolver o mundo com o cooperativismo social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

TREVISAN, E. R.; CASTRO, S.S. Centros de Atenção Psicossocial - álcool e drogas: perfil dos usuários. **Saúde Em Debate**, v. 43, n. 121, p. 450–463, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912113>

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Econômicos Solidários realiza seminário comemorativo de 20 anos**. 2021. Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/12314-incubadora-tecnologica-de-cooperativas-populares-e-empreendimentos-economicos-solidarios-realiza-seminario-comemorativo-de-20-anos-de-existencia>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

VECHI, L. G., CHIROSIO, P. S., C PRADO, J. N. C. A inserção social pelo trabalho para pessoas com transtorno mental: uma análise de produção científica. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 9, n. 1, p. 111-123, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.v9i1.368>

VERONESE, M.V.; GAIGER, L.I.; FERRARINI, A.V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da Economia Solidária. **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 89-104, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000100089&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 de janeiro de 2025.

VIEIRA, C. E. C. *et al.* Impactos psicossociais do desemprego sobre a saúde mental e subjetividade de trabalhadores de Arcos/MG. **Percursos Acadêmicos**, v. 6, n. 11, p. 292- 295, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/9109>

VIEIRA, G.L.C. Satisfação e sobrecarga de trabalho entre técnicos de enfermagem de hospitais psiquiátricos. **Rev Port Enferm Saude Mental**, v. 17, n. 17, p. 43-49, 2017. Disponível em: » <http://dx.doi.org/10.19131/rpesm.0182>.

VOLZ, P. M. *et. al.* A inclusão social pelo trabalho no processo de minimização do estigma social pela doença. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 877–886, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015130040>

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas, p.107-130, 2005.

ZAZULA, B.M. Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa. **Tese de Doutorado**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PESQUISADOR RESPONSÁVEL: FABIOLA DA SILVA COSTA
CONTATO: (91) 98435-6280
EMAIL: fabiola.costa@aluno.ufscar.br
(Resolução CNS 510/2016)

**Inclusão Social pelo trabalho por meio da Economia Solidária: uma cartografia
sobre as possibilidades de construção de redes**

Eu, Fabiola da Silva Costa, estudante do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar convido você a participar da pesquisa “Inclusão Social pelo trabalho por meio da Economia Solidária: uma cartografia sobre as possibilidades de construção de redes”, orientada pela Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi.

A necessidade de buscar caminhos para a inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico, incluindo pessoas que fazem uso de álcool e drogas, faz com que as iniciativas de empreendimentos econômicos solidários mostrem-se como possibilidades frutíferas no campo da saúde mental. Estudos apontam que a economia solidária vem sendo a principal forma de inclusão social pelo trabalho destes indivíduos, contribuindo sobretudo com o resgate para a cidadania. Por isso, a proposta deste estudo é cartografar os Empreendimentos Econômicos Solidários que compõe a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias e Identificar as potencialidades da oficina produtiva do CAPS AD III para a construção de um Empreendimento Econômico Solidário.

Você foi selecionada (o) por ser um integrante dos empreendimentos econômicos solidários da Rede de Cooperativas Mãos Solidárias ou por fazer parte da oficina produtiva desenvolvida pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas, pertencentes a Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, região na qual este estudo será realizado. Você será convidada (o) a realizar o preenchimento de um formulário de caracterização, o qual irá conter questões relacionados a características do empreendimento/oficina, como ano de início, objetivo, quantidade de participantes, entre outros. São 10 perguntas dissertativas. Caso você não saiba ler/escrever ou tenha alguma dúvida sobre as questões, a pesquisadora irá fornecer o suporte

adequado. O preenchimento do formulário será individual, realizado no próprio local de trabalho/reuniões, como preferir.

As perguntas contidas no formulário não pretendem ser invasivas à intimidade dos participantes, no entanto, esclareço a existência de possível desconforto com o preenchimento do formulário, em decorrência da exposição de opiniões pessoais. Para evitar tal desconforto, os participantes terão liberdade para interromperem o preenchimento do mesmo e retornarem assim que se sentirem confortáveis, assim como a pesquisadora estará disponível para fornecer suporte adequado relacionado a escuta qualificada e, caso haja a necessidade, direcionamento para serviços disponíveis.

Ainda, sua participação neste estudo contribuirá com a obtenção dos dados que poderão ser utilizados para fins científicos, que poderão contribuir com maiores informações e debates acerca da inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico, incluindo usuários de álcool e drogas, por meio da economia solidária; a fim de elucidar o desenvolvimento de ações de articulação envolvendo a cidadania. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todas as etapas necessárias para a construção deste estudo.

Sua participação, nesta pesquisa, é voluntária, ou seja, não haverá quaisquer compensações financeiras diante da mesma. Sendo assim, você pode desistir de participar do estudo e retirar o seu consentimento em qualquer momento. Sua recusa ou desistência não acarretará nenhum dano pessoal ou profissional, seja na sua relação com a pesquisadora ou com a entidade/órgão que trabalha ou, até mesmo, com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Ressalta-se que todas as informações obtidas, por meio da sua participação, serão armazenadas de forma sigilosa e de forma confidencial, sendo previsto o acesso apenas a pesquisadora e sua orientadora. Caso haja necessidade de menção a nomes, estes serão identificados por meio de nomes fictícios, preservando a garantia do anonimato nos resultados e nas publicações, impossibilitando a identificação dos participantes por terceiros.

Solicito sua autorização para tirar fotografias dos encontros e dos produtos confeccionados. As fotografias podem ser tiradas no momento do acompanhamento das atividades, garantindo ocultar quaisquer formas de identificação pessoal.

Todos os custos necessários para o desenvolvimento desta pesquisa, como transporte, impressão e alimentação, serão de inteira responsabilidade da pesquisadora. Caso a sua participação demande os custos descritos acima, a pesquisadora se responsabilizará por seu ressarcimento, e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante desta pesquisa. Para evitar tal custo, a pesquisadora se compromete a ir a seu encontro em locais que já façam parte do seu itinerário, como o local de trabalho.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, e assinada onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal. Além disso, você pode tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação no mesmo, seja no momento da leitura deste termo ou em qualquer momento que desejar.

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCAR), sob o parecer nº 6.685.742, que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes das pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351- 9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Fabiola da Silva Costa

Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP.

Contato telefônico: (91) 98435-6280 E-mail: fabiola.costa@aluno.ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante

APÊNDICE 2

FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS EES

Nome do EES:

1) Quando surgiu a iniciativa?

2) Quais atividades são desenvolvidas?

3) Qual o objetivo das atividades desenvolvidas?

4) Qual a quantidade e perfil das pessoas envolvidas? Há usuários de saúde mental?
Se sim, quantos? Se não, por quê?

5) Qual(is) tipo de serviço/produto ofertam?

6) Forma e local de comercialização?

7) Qual a dinâmica de organização do empreendimento (há uma diretoria, como fazem as retiradas, como organizam o fundo coletivo, como são tomadas as decisões no grupo, qual a frequência das assembleias etc.)?

9) Seguem os princípios da economia solidária? Se sim, quais?

10) O EES é formalizado? Se sim, qual a figura jurídica?

11) Como é a organização do trabalho no EES? Qual a frequência da produção/serviço?

12) Você gostaria de falar algo mais sobre o EES, que não tenha sido perguntado?

Fabiola da Silva Costa
Pesquisadora responsável

Tel: (91) 98435-6280

Email: fabiola.costa@aluno.ufscar.br

APÊNDICE 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PESQUISADOR RESPONSÁVEL: FABIOLA DA SILVA COSTA

CONTATO: (91) 98435-6280

EMAIL: fabiola.costa@aluno.ufscar.br

(Resolução CNS 510/2016)

Inclusão Social pelo trabalho por meio da Economia Solidária: uma cartografia sobre as possibilidades de construção de redes

Eu, Fabiola da Silva Costa, estudante do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar convido você a participar da pesquisa “Inclusão Social pelo trabalho por meio da Economia Solidária: uma cartografia sobre as possibilidades de construção de redes”, orientada pela Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi.

Os empreendimentos econômicos solidários mostram-se como possibilidades frutíferas no campo da saúde mental para a inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico, incluindo pessoas que fazem uso de álcool e drogas. Estudos apontam que a economia solidária vem sendo a principal forma de inclusão social pelo trabalho destas pessoas, contribuindo sobretudo com o resgate da cidadania. Por isso, a proposta deste estudo é cartografar os Empreendimentos Econômicos Solidários que compõem a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias e Identificar as potencialidades da oficina produtiva do CAPS AD III para a construção de um Empreendimento Econômico Solidário.

Você foi selecionada (o) por fazer parte da oficina produtiva desenvolvida pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas, pertencente a Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, região na qual este estudo será realizado. Você será convidada(o) a realizar o preenchimento de um formulário de caracterização, o qual contém itens referentes ao ano de início da oficina, quantidade de participantes, objetivo/missão, atividades realizadas, dinâmica de produção, de comercialização e

de decisões no grupo, e relações com os princípios da economia solidária, composto por 09 questões. Caso você não saiba ler/escrever ou tenha alguma dúvida sobre as questões, a pesquisadora irá fornecer o suporte adequado.

O preenchimento do formulário será individual, realizado no próprio local de trabalho/reuniões, como preferir.

As perguntas contidas no formulário não pretendem ser invasivas à intimidade dos participantes, no entanto, esclareço a existência de possível desconforto com o preenchimento do formulário, em decorrência da exposição de opiniões pessoais. Para evitar tal desconforto, os participantes terão liberdade para interromperem o preenchimento do mesmo e retornarem assim que se sentirem confortáveis, assim como a pesquisadora estará disponível para fornecer suporte adequado relacionado a escuta qualificada e, caso haja a necessidade, direcionamento para serviços disponíveis. Ressalta-se que os dados obtidos através de sua participação serão utilizados, exclusivamente, como parte deste estudo. Por esse motivo, lhe será assegurado o anonimato frente ao repasse dos dados.

Ainda, sua participação neste estudo contribuirá com a obtenção dos dados que poderão ser utilizados para fins científicos, que poderão contribuir com maiores informações e debates acerca da inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico, incluindo usuários de álcool e drogas, por meio da economia solidária; a fim de elucidar o desenvolvimento de ações de articulação envolvendo a cidadania. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todas as etapas necessárias para a construção deste estudo.

Sua participação, nesta pesquisa, é voluntária, ou seja, não haverá quaisquer compensações financeiras diante da mesma. Sendo assim, você pode desistir de participar do estudo e retirar o seu consentimento em qualquer momento. Sua recusa ou desistência não acarretará nenhum dano pessoal ou profissional, seja na sua relação com a pesquisadora ou com a entidade/órgão que trabalha ou, até mesmo, com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Ressalta-se que todas as informações obtidas por meio das entrevistas, serão gravadas em áudio, e posteriormente transcritas. As mesmas serão armazenadas em dispositivo HD externo, que será guardado sob domínio da pesquisadora, evitando seu armazenamento em nuvem ou qualquer possibilidade de perda/roubo ou danos. Todos os dados serão armazenados de forma sigilosa e de forma confidencial, sendo previsto o acesso apenas a pesquisadora e sua orientadora. Caso haja necessidade de menção a nomes, estes serão identificados por meio de nomes fictícios,

preservando a garantia do anonimato nos resultados e nas publicações, impossibilitando a identificação dos participantes por terceiros.

Solicito sua autorização para tirar fotografias dos encontros e dos produtos confeccionados. As fotografias podem ser tiradas no momento do acompanhamento das atividades, garantindo ocultar quaisquer formas de identificação pessoal.

Todos os custos necessários para o desenvolvimento desta pesquisa, como transporte, impressão e alimentação, serão de inteira responsabilidade da pesquisadora. Caso a sua participação demande os custos descritos acima, a pesquisadora se responsabilizará por seu ressarcimento, e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante desta pesquisa. Para evitar tal custo, a pesquisadora se compromete a ir a seu encontro em locais que já façam parte do seu itinerário, como o local de trabalho.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, e assinada onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal. Além disso, você pode tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação no mesmo, seja no momento da leitura deste termo ou em qualquer momento que desejar. Você poderá solicitar o acesso aos resultados obtidos com este estudo, assim como a pesquisadora se compromete, ao finalizar a análise dos dados, em apresentá-los para você e para o grupo no qual você faz parte.

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCAR), sob o parecer nº XXXXXXXXXXXXXXXX, que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes das pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço:

Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351- 9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Fabiola da Silva Costa

Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP.

Contato telefônico: (91) 98435-6280 E-mail: fabiola.costa@aluno.ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante

APÊNDICE 4

FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO

Nome da Oficina de Geração de Renda:

1) Quando surgiu a iniciativa?

2) Quais atividades são desenvolvidas?

3) Qual o objetivo das atividades desenvolvidas?

4) Qual a quantidade de pessoas envolvidas?

5) Qual a dinâmica de produção?

6) Onde e como são comercializados os produtos?

7) Como são tomadas as decisões na oficina?

8) Você conhece os princípios da economia solidária? Se sim, você acha que esta oficina tem alguma relação com estes princípios? Se sim, quais?

9) Você gostaria de falar algo mais sobre a oficina, que não tenha sido perguntado?

Fabiola da Silva Costa

Pesquisadora responsável

Tel: (91) 98435-6280

Email: fabiola.costa@aluno.ufscar.br

ANEXOS

ANEXO 1

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),

Prezado Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar, eu, **Rosane Aparecida Gomes** na função de representante legal da **Rede De Cooperação Mãos Solidárias-RECOMSOL**, informo que o projeto de pesquisa intitulado "Inclusão Social pelo trabalho por meio da Economia Solidária: uma cartografia sobre as possibilidades de construção de redes" apresentado pelo (a) pesquisador (a), Fabiola da Silva Costa, sob a orientação da Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi, e que tem como objetivos gerais: Cartografar os Empreendimentos Econômicos Solidários que compõe a Rede de Cooperação de Economia Solidária – Mãos Solidárias (RECOMSOL) e Identificar as potencialidades da oficina produtiva do CAPS AD III para a construção de um Empreendimento Econômico Solidário; e Objetivos Específicos: Conhecer a dinâmica organizacional dos EES que compõe a Rede de Cooperação Mãos Solidárias - RECOMSOL; Compreender possibilidades de articulação dos EES que compõem a RECOMSOL com a Saúde Mental; Fomentar a articulação da oficina produtiva do CAPS AD III com a Rede de Cooperação Mãos Solidárias, foi analisado e autorizada sua realização apenas após a apresentação do parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar. Solicito a apresentação do Parecer de Aprovação do CEP-UFSCar antes de iniciar a coleta de dados nesta Instituição.

Declaro conhecer a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos

sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data: Belém-Pará, 08 de novembro de 2023.

Assinatura:

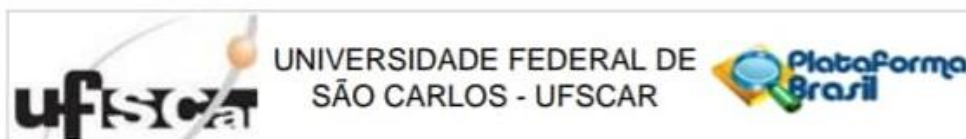


recomsol
Rede de Cooperação Mãos Solidárias

Rosane Aparecida Gomes
Coordenadora Eleita RECOMSOL
CPF: 280.369.992-34 / RG:1513286
recomsol.pa@gmail.com / (91) 987028271

ANEXO 2

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Inclusão Social pelo trabalho por meio da Economia Solidária: uma cartografia sobre as possibilidades de construção de redes

Pesquisador: FABIOLA DA SILVA COSTA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 75548323.1.0000.5504

Instituição Proponente: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.685.742

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2241129.pdf, de 28/02/2024) e/ou do Projeto Detalhado (PROJETO_MESTRADO_REVISADO.pdf, de 12/12/2023). TCLE e/ou TALE (TCLE_REVISADO_EES.pdf e TCLE_REVISADO.pdf de 12/12/2023) e CARTA_RESPOSTA_CEP_VERSAO_2_FABIOLA.pdf (28/12/2024)

RESUMO

Este estudo tem por objetivos gerais cartografar os Empreendimentos Econômicos Solidários que compõe a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias e Identificar as potencialidades da oficina produtiva do CAPS AD III para a construção de um Empreendimento Econômico Solidário. Para isso, será utilizado a pesquisa qualitativa de natureza cartográfica. A cartografia é uma teoria fundamentada na esquizoanálise, proposta por Deleuze e Guatarri (1995), podendo ser entendida como construtora de conexões, em relação aos processos complexos que acontecem em situações cotidianas. Ou seja, a cartografia propõe o acompanhamento dos processos e percursos em direção a compreensão e o desenvolvimento de conexões rizomáticas, voltados para uma experiência real. Este estudo será dividido em duas etapas, sendo:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

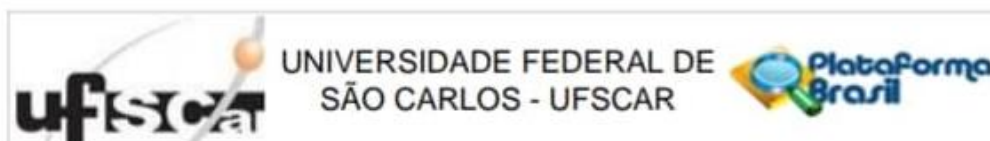
CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.685.742

acompanhamento da Rede de Empreendimentos Econômicos Solidários vinculados a Rede de Cooperativas - Mãos Solidárias (RECOMSOL) e acompanhamento da oficina produtiva do Centro de Atenção Psicossocial - álcool e drogas (CAPS AD) vinculado a Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA). Para a construção dos dados, serão utilizados dois instrumentos, sendo: formulário de caracterização e diário de campo. As etapas seguirão as pistas do cartógrafo-pesquisador, sendo: rastreio, toque, pouso e reconhecimento atento. Para análise, o estudo seguirá o rigor da análise cartográfica. Dessa forma, espera-se que os dados produzidos a partir deste estudo, contribuam com o cenário da inclusão social pelo trabalho, por meio da economia solidária, na região norte do Brasil, especialmente na Região Metropolitana de Belém.

METODOLOGIA

Tipo de Estudo Esta pesquisa é de abordagem qualitativa e natureza cartográfica. Segundo Minayo (2008) a abordagem qualitativa pode ser compreendida como aquela que produz dados que não provem quaisquer formas de quantificação. Dessa forma, é possível conhecer a simbologia e as particularidades da experiência, dos comportamentos e emoções vivenciados. Além de compreender o funcionamento organizacional, movimentos sociais ou culturais e relações entre grupos sociais e instituições. Quanto a natureza, a cartografia é uma teoria fundamentada na esquizoanálise, proposta por Deleuze e Guatarri (1995), podendo ser entendida como construtora de conexões, em relação aos processos complexos que acontecem em situações cotidianas. Ou seja, a cartografia propõe o acompanhamento dos processos e percursos em direção a compreensão e o desenvolvimento de conexões rizomáticas, voltados para uma experiência real. Rizoma, aqui, é entendido como um mapa, um conjunto de linhas visíveis ou invisíveis que ocorrem em um emaranhado, não sendo capaz de distinguir o início do fim. Seguir um rizoma é cartografar, ao passo que não se parte de realidades pré-estabelecidas, uma vez que se investiga o processo e, nele, a construção da subjetividade (Souza; Francisco, 2016). Em suma, a cartografia é um estudo das relações de forças que constroem o campo específico da experiência. Nesse sentido, território é aqui entendido como algo coletivo, uma vez que é fruto de relações, partindo da ideia de que há um conjunto de regras para existir no mundo. Sendo assim, na cartografia se produz dados na medida em que se acompanha as experiências (Lemos; Oliveira, 2017). O que colabora com a perspectiva de território proposta por Milton Santos (2002), que considera território um espaço para reconstrução e construção da existência de sujeitos sociais, históricos e desejantes, sendo este um espaço em que as pessoas vivem, trabalham, sofrem e sonham. Tendo

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br

essa base territorial como produção coletiva, histórica, social e política, temos a sua essência enquanto elemento organizativo e assistencial de saúde.

Para a realização deste estudo, será utilizado um formulário de caracterização (APÊNDICE 2), a partir do qual poderão ser registradas informações relacionadas a composição e a dinâmica dos empreendimentos econômicos solidários. Nele, serão contidos itens referentes ao ano de início, quantidade de cooperados, objetivo/missão, atividade produtiva, formas de comercialização, formalização, organização do trabalho, formato das decisões, relações com a saúde mental e princípios da EcoSol que se baseiam.

B) Diário de Campo De acordo com Katrusp (2012) o pesquisador cartográfico lança mão de uma proposta de atenção que ajuda na compreensão de aspectos diferentes no decorrer da produção dos dados. Nesse sentido, a escrita no diário de campo pode contribuir com uma atitude intencional aberta, permitindo que a pesquisa seja tecida no cotidiano do pesquisador. Assim, a escrita e a leitura do diário de campo traz uma nova configuração ao tema de pesquisa, sendo capaz de mobilizar memórias relacionadas a este. Diante disso, o diário de campo buscará conter registros de conteúdos diversos produzidos pela pesquisadora a partir do acompanhamento atento dos encontros/atividades realizadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários, como desenhos, poesias, colagens, relatos, fotografias e notícias que possam explicitar os significados/afetações produzidos a partir da construção dos dados.

Para a realização deste estudo, será utilizado um formulário de caracterização (APÊNDICE 4), a partir do qual poderão ser registrados informações relacionadas a composição da dinâmica da oficina produtiva. Nele, serão contidos itens referentes ao ano de início, quantidade de participantes, objetivo/missão, atividades realizadas, dinâmica de produção, de comercialização e de decisões no grupo, e relações com os princípios da economia solidária.

De acordo com Katrusp (2012) o pesquisador cartográfico lança mão de uma proposta de atenção que ajuda na compreensão de aspectos diferentes no decorrer da produção dos dados. Nesse sentido, a escrita no diário de campo pode contribuir com uma atitude intencional aberta, permitindo que a pesquisa seja tecida no cotidiano do pesquisador. Assim, a escrita e a leitura do diário de campo trará uma nova configuração ao tema de pesquisa, sendo capaz de mobilizar memórias relacionadas a este. Diante disso, o diário de campo buscará conter registros de conteúdos diversos produzidos pela pesquisadora a partir do acompanhamento atento dos encontros que ocorrem no Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas, como desenhos, poesias, colagens, relatos, fotografias e notícias que possam explicitar os significados/afetações produzidos a partir da construção dos dados.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

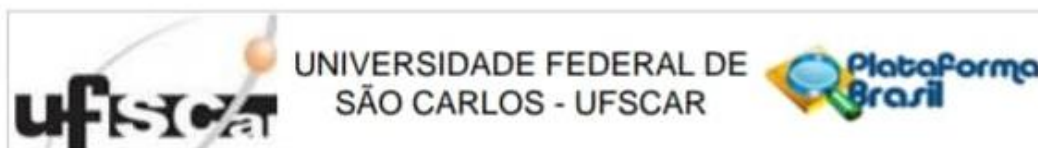
CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.685,742

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.**

Critério de Inclusão: Serão incluídas neste estudo os empreendimentos econômicos solidários/oficina produtiva que realizarem o preenchimento da carta de aceite e pessoas consideradas informantes-chave dos empreendimentos da Rede de Economia Solidária – Mãos Solidárias (RECOMSOL)/oficina produtiva que concordarem com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

"

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário: • Cartografar os Empreendimentos Econômicos Solidários que compõe a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias • Identificar as potencialidades da oficina produtiva do CAPS AD III para a construção de um Empreendimento Econômico Solidário;

Objetivo Primário: • Cartografar os Empreendimentos Econômicos Solidários que compõe a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias • Identificar as potencialidades da oficina produtiva do CAPS AD III para a construção de um Empreendimento Econômico Solidário;

Objetivo Secundário: • Conhecer a dinâmica organizacional dos EES que compõe a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias; • Compreender possibilidades de articulação dos EES que compõem a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias com a Saúde Mental; • Fomentar a articulação da oficina produtiva do CAPS AD III com a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias;

"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos: Para as instituições/entidades participantes deste estudo, os riscos são mínimos, incluindo possível desconforto com a entrada da pesquisadora nos espaços que ocorrem os encontros, reuniões e oficinas. Para evitar tal desconforto, a pesquisadora se compromete em, todas as vezes que for ingressar nos espaços coletivos, solicitar permissão para os participantes. Para a pesquisadora, o risco envolve o não alcance da totalidade pretendida para o universo do estudo. Visando evitar este risco, a pesquisadora se dispõe a estar presente todos os dias, no

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.685.742

período manhã, tarde e noite, para a construção dos dados. No mais, ainda que o cenário pandêmico tenha chegado ao fim, considerase a possibilidade de riscos de transmissão de agentes virais. Para evitar tal cenário, a pesquisadora compromete-se em estar com seu esquema vacinal atualizado e, ainda, atender os critérios sanitários propostos pelos órgãos reguladores no momento da construção dos dados

Benefícios: Para as instituições/entidades este estudo poderá contribuir para conhecimento e articulação da rede dos Empreendimentos Econômicos Solidários da região metropolitana de Belém, assim como seus apontamentos na interface com a saúde mental, buscando fortalecer a Rede de Economia Solidária da região e elucidar o surgimento de parcerias/políticas públicas frente aos órgãos governamentais ou não. Além de, ao realizar suas aproximações com a saúde mental, articular reflexões sobre o processo de inclusão social pelo trabalho dos usuários dos serviços de saúde mental da região. Para a pesquisadora, este estudo poderá contribuir com a produção e publicização de conhecimento científico na área da Economia Solidária e Saúde Mental na região norte do Brasil, a fim de estimular surgimento de mais estudos, dada a extensão geográfica e diversidade cultural. Além de configurar-se como um processo de vasto aprendizado profissional e pessoal.*

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

"Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510 de 2016 e suas complementares.

Este estudo tem por objetivos gerais cartografar os Empreendimentos Econômicos Solidários que compõe a Rede de Cooperativas de Economia Solidária – Mãos Solidárias e Identificar as potencialidades da oficina produtiva do CAPS AD III para a construção de um Empreendimento Econômico Solidário. Para isso, será utilizado a pesquisa qualitativa de natureza cartográfica. A cartografia é uma teoria fundamentada na esquizoanálise, proposta por Deleuze e Guatarri (1995), podendo ser entendida como construtora de conexões, em relação aos processos complexos que acontecem em situações cotidianas. Ou seja, a cartografia propõe o acompanhamento dos processos e percursos em direção a compreensão e o desenvolvimento de conexões rizomáticas, voltados para uma experiência real. Este estudo será dividido em duas etapas, sendo: acompanhamento da Rede de Empreendimentos Econômicos Solidários vinculados a Rede de Cooperativas - Mãos Solidárias (RECOMSOL) e acompanhamento da oficina produtiva do Centro de Atenção Psicossocial - álcool e drogas (CAPS AD) vinculado a Secretaria do Estado de Saúde Pública

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

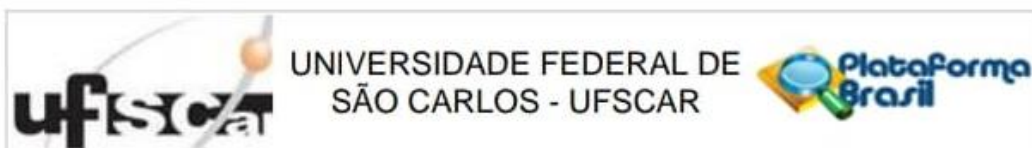
CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.685.742

do Pará (SESPA). Para a construção dos dados, serão utilizados dois instrumentos, sendo: formulário de caracterização e diário de campo. As etapas seguirão as pistas do cartógrafo-pesquisador, sendo: rastreamento, toque, pouso e reconhecimento atento. Para análise, o estudo seguirá o rigor da análise cartográfica. Dessa forma, espera-se que os dados produzidos a partir deste estudo, contribuam com o cenário da inclusão social pelo trabalho, por meio da economia solidária, na região norte do Brasil, especialmente na Região Metropolitana de Belém."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências previamente observadas:

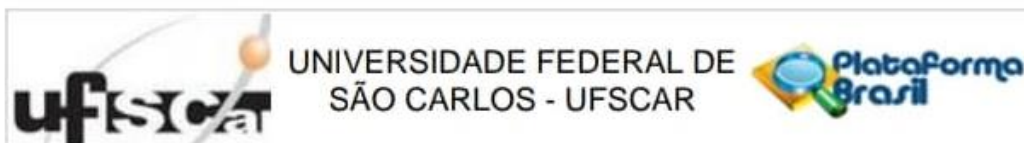
1- Pesquisador não informa os riscos ao participante (somente para as instituições e para a pesquisadora): Para o Sistema CEP/Conep, não existe pesquisa livre de risco. É necessário observar que risco é qualquer possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente. Assim, solicita-se que sejam descritos os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, podendo-se citar os riscos inerentes à manutenção de sigilo e à confidencialidade durante a coleta e uso dos dados (Resolução CNS n.º 466, de 2012, itens II.22 e IV.3.b).

PENDÊNCIA ATENDIDA

2-Pesquisador não informa os benefícios ao participante (somente para as instituições e para a pesquisadora). O campo "Benefícios" na Plataforma Brasil é destinado a informar qualquer possibilidade de proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, AUFERIDO PELO PARTICIPANTE e/ou sua comunidade, em decorrência de sua participação na pesquisa, na execução do estudo. Diante do exposto, solicita-se adequar a informação sobre o benefício ao participante do estudo, no campo "Benefícios", na Aba 4 - Detalhamento do Estudo, na Plataforma Brasil (Resolução CNS n.º 466, de 2012, item II.4).

PENDÊNCIA ATENDIDA

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP: 13.565-905
Bairro: JARDIM GUANABARA	
UF: SP	Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685	E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.685.742

3- Em relação ao orçamento apresentado: de acordo com a Norma Operacional CNS n.º 001, de 2013, item 3.3.e, todos os protocolos de pesquisa devem conter, obrigatoriamente, orçamento que detalhe os recursos, as fontes e a destinação, bem como apresentar previsão de ressarcimento de despesas do participante e de seus acompanhantes, quando necessário. Sendo assim, solicita-se que seja apresentado orçamento financeiro detalhado, que especifique TODOS os recursos, as fontes e a destinação. Oriento o pesquisador a ler o MANUAL DE ORIENTAÇÃO: PENDÊNCIAS FREQUENTES EM PROTOCOLOS DE PESQUISA CLÍNICA -CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP/CNS/MS) - 2015;

PENDÊNCIA ATENDIDA

4- Deve-se apresentar documento (carta de anuência) que demonstre que a instituição tem infraestrutura adequada para o desenvolvimento da pesquisa e condições de prestar assistência ao participante, sobretudo para as situações de urgência/emergência clínica. Esse documento deve ser assinado pelo responsável institucional que tenha competência para tal (por exemplo, o diretor técnico numa instituição hospitalar). Norma Operacional CNS N.º 001 de 2013, item 3.3.h e item 3.4.1.17.

PENDÊNCIA ATENDIDA

5- Cadastrar a instituição onde será realizada a pesquisa ou parte dela como Instituição Coparticipante. Ver como fazer o cadastro no Manual Pesquisador da Plataforma Brasil (disponível na seção Manuais da página inicial dessa plataforma).

PENDÊNCIA ATENDIDA

Em relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):

6- O cabeçalho deverá conter a universidade, departamento, título do projeto, resolução (466/2012 OU 510/2016) e pesquisador responsável com o contato. ADEQUAR PARA RESOLUÇÃO

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

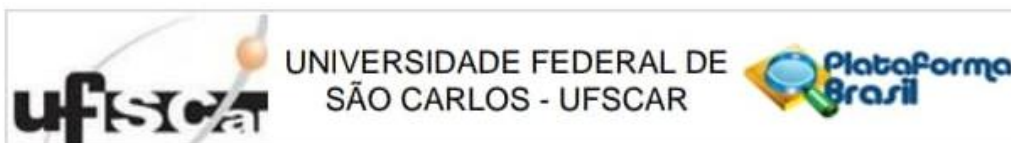
UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.685.742

510.

PENDÊNCIA ATENDIDA

7-A confidencialidade e o sigilo são direitos do participante de pesquisa e, para manter a eticidade na pesquisa, devem ser previstos procedimentos que assegurem a confidencialidade dos dados e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Dessa forma, solicita-se garantir ao participante que os dados da pesquisa serão utilizados exclusivamente para os fins deste estudo, bem como assegurar o anonimato quando do repasse dos dados. Solicita-se esclarecimento sobre como será feito o processamento dos dados obtidos e como será armazenado e com que segurança dos dados, assim como a garantia de que não serão disponibilizados na "núvem" (Resolução CNS n.º 466, de 2012, itens III.2.i e IV.3.e).

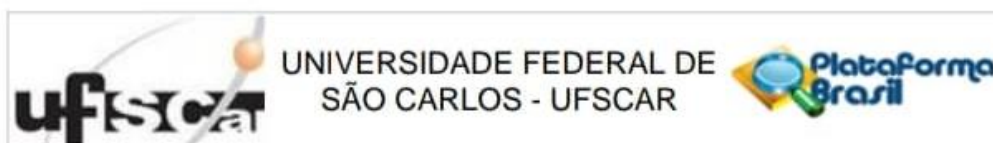
PENDÊNCIA ATENDIDA

8 - Solicita-se que seja incluída, no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido e/ou do Assentimento Livre e Esclarecido, a garantia de acesso aos resultados da pesquisa pelos participantes e/ou compromisso do/a pesquisador/a em divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou à população que foi pesquisada (Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 17, Inciso VI e Artigo 3º, Inciso IV; Artigo 17, Inciso VI).

PENDÊNCIA ATENDIDA

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. Conforme dispõe o Capítulo VI, Artigo 28, da Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016, a responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP: 13.565-905
Bairro: JARDIM GUANABARA	
UF: SP	Município: SÃO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685	E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.685.742

digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2241129.pdf	28/02/2024 10:42:53		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Anuenciaassinado_Fabiola.pdf	28/02/2024 10:42:36	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_maos_solidariasassinado.pdf	28/02/2024 10:42:19	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_CEP_VERSAO_2_FABIOLA.pdf	28/02/2024 10:41:39	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2241129.pdf	27/02/2024 16:25:23		Aceito
Declaração de Instituição e	autorizacao_maos_solidariasassinado.pdf	27/02/2024 16:25:07	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.685.742

Infraestrutura	autorizacao_maos_solidariasassinado.pdf	27/02/2024 16:25:07	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_maos_solidariasassinado.pdf	27/02/2024 16:25:07	FABIOLA DA SILVA COSTA	Postado
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Anuenciaassinado_Fabiola.pdf	27/02/2024 16:20:27	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Anuenciaassinado_Fabiola.pdf	27/02/2024 16:20:27	FABIOLA DA SILVA COSTA	Postado
Outros	PROJETO_MESTRADO_REVISADO.pdf	12/12/2023 15:19:39	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_CEP_VERSAO.pdf	12/12/2023 15:16:51	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Outros	TCLE_REVISADO_EES.pdf	12/12/2023 15:14:45	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Outros	TCLE_REVISADO.pdf	12/12/2023 15:14:13	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_231105_204216.pdf	05/11/2023 20:44:58	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Mestrado_Fabiola_Bel_231105_204043.pdf	05/11/2023 20:43:53	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_OP_231105_203952.pdf	05/11/2023 20:43:06	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EES_231105_203738.pdf	05/11/2023 20:39:28	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	05/11/2023 20:38:44	FABIOLA DA SILVA COSTA	Aceito

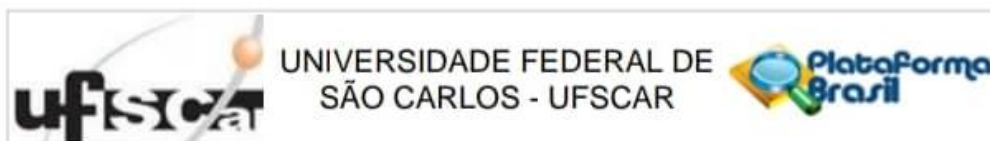
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235**Bairro:** JARDIM GUANABARA**CEP:** 13.565-905**UF:** SP**Município:** SAO CARLOS**Telefone:** (16)3351-9685**E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.685.742

SAO CARLOS, 05 de Março de 2024

Assinado por:
Adriana Sanches Garcia de Araújo
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 **CEP:** 13.565-905
E-mail: cephumanos@ufscar.br

Página 11 de 11

11 / 11